



SONAE SGPS
RELATÓRIO E CONTAS 2007

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
Destaques	6
Principais indicadores	8
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS	11
1. O Grupo Sonae	13
1.1. Perfil corporativo	13
1.2. Órgãos Sociais	15
1.3. Factores de sucesso	15
1.4. Recursos humanos	17
1.5. Principais acontecimentos corporativos em 2007	19
1.6. Factos relevantes do ano	22
2. Enquadramento económico	27
2.1. Enquadramento macroeconómico internacional	27
2.2. Economia portuguesa	28
3. Informação financeira consolidada	29
3.1. Demonstração de Resultados Consolidados	29
3.2. Balanço Consolidado	31
4. Análise dos Negócios	33
4.1. Retalho	33
4.2. Centros comerciais	35
4.3. Telecomunicações	38
4.4. Turismo e Capital de Risco	40
4.5. Resultados financeiros individuais da Sonae SGPS	41
5. Perspectivas para 2008	42
5.1. Enquadramento económico internacional	42
5.2. Economia portuguesa	43
5.3. Perspectivas para os negócios do Grupo	43
6. Gestão sustentável	44
6.1. Gestão ambiental	45
6.2. Responsabilidade social	46
6.3. Código de conduta e regulamentos internos	48
7. Informação relativa aos accionistas	49
7.1. Estrutura accionista	49
7.2. Evolução da cotação das acções	49
7.3. Rentabilidade total da acção Sonae	50
7.4. Gabinete de Apoio ao Investidor	51
8. Proposta de aplicação de resultados	52
9. Acontecimentos subsequentes	52

10. Glossário de termos financeiros	53
11. Agradecimentos	54

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE55

1. Declaração de cumprimento	56
1.1. Recomendações de 2005 da CMVM sobre Governo das Sociedades.....	56
1.2. Novas recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades.....	58
2. Divulgação de Informação	60
2.1. Áreas sob a supervisão dos membros da Comissão Executiva	60
2.2. Organização do Centro Corporativo.....	60
2.3. Comissões internas	62
2.4. Controlo de Riscos	63
2.5. Evolução da cotação das acções.....	67
2.6. Política de distribuição de dividendos	67
2.7. Política de remuneração do Grupo	67
2.8. Planos de atribuição de acções	68
2.9. Transacções relevantes com partes relacionadas.....	69
2.10. Gabinete de apoio ao Investidor	69
2.11. Comissão de Remunerações.....	70
2.12. Remuneração do Auditor Externo.....	70
3. Representação dos accionistas e direito de voto	71
3.1. Regras estatutárias para o exercício do direito de voto.....	71
3.2. Data limite para depósito ou bloqueio de títulos	72
3.3. Prazo final para a admissão de votos por correspondência	72
3.4. Número de acções correspondentes a um voto	72
4. Regras Societárias.....	72
4.1. Código de Conduta e Regulamentos Internos	72
4.2. Procedimentos internos para o controlo de riscos na actividade da empresa	73
4.3. Limites aos direitos de voto.....	73
5. Órgãos Sociais.....	74
5.1. Composição e caracterização	74
5.2. Política de remuneração do Conselho de Administração	80
5.3. Remuneração e outra compensação do Conselho de Administração.....	81
5.4. Remuneração do Conselho Fiscal	83
5.5. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas	83
5.6. Política de Comunicação de Irregularidades	83
5.7. Qualificações, experiência e responsabilidades do Conselho de Administração	83

ANEXOS.....	88
Declaração nos termos do Art.º 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários.....	89
Artigo 447º.....	90
Artigo 448º.....	91
Participações qualificadas.....	92
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	93
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	172
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	205
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	208

Notas:

- (i) Este documento foi preparado de forma a cumprir com o estipulado no parágrafo c), do artigo 508, nº6, do Código das Sociedades Comerciais e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Sonae SGPS;
- (ii) De forma a facilitar a comparação de indicadores financeiros de 2007 com os indicadores financeiros do ano anterior, os valores do 4T06 e 2006 são pró-forma (4T06^P e 2006^P) de forma a excluir os seguintes efeitos: (i) contributo da Sonae Capital para as Contas Consolidadas da Sonae SGPS durante o último trimestre de 2006, dada a conclusão do processo de cisão da Sonae Capital e a consequente exclusão da empresa do perímetro de consolidação da Sonae SGPS; (ii) contributo da Enabler para as Contas Consolidadas da Sonae SGPS durante a primeira metade do ano, devido à sua venda e exclusão do perímetro de consolidação da Sonaecom; (iii) contributo da Plysorol para as Contas Consolidadas da Sonae SGPS durante a segunda metade do ano, devido à sua venda faseada e exclusão do perímetro de consolidação da Sonae SGPS; e (iv) contributo de 25% da Sonae Sierra Brasil para as Contas Consolidadas da Sonae SGPS durante o ano inteiro, devido à redução da participação na Sonae Sierra Brasil de 100% para 50%;
- (iii) As demonstrações financeiras pró-forma incluídas neste relatório (4T06^P e 2006^P) não são auditadas;
- (iv) Os indicadores financeiros das *sub-holdings* da Sonae SGPS, tal como são reportados no capítulo 2 – Resultados Consolidados -, são apresentados numa óptica de contributo para os resultados consolidados;
- (v) Os indicadores financeiros das *sub-holdings* da Sonae SGPS, tal como reportados no capítulo 3 – Análise dos Negócios -, são apresentados numa base individual de cada unidade de negócio.

RELATÓRIO DE GESTÃO

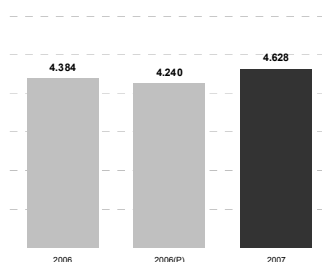
Destaques

Em 2007, os resultados da Sonae SGPS demonstram um forte desempenho operacional em todos os negócios do Grupo, como resultado dos investimentos efectuados orientados para o crescimento. Os principais destaques ao nível do investimento foram o crescimento da área de vendas em 164.000 m² no negócio de retalho, a abertura de 3 novos centros comerciais, um retail park e a aquisição de 4 centros comerciais ao nível do negócio dos centros comerciais, e ainda a aquisição dos clientes SOHO¹ e residenciais da Tele2 e da Oni ao nível do negócio de telecomunicações.

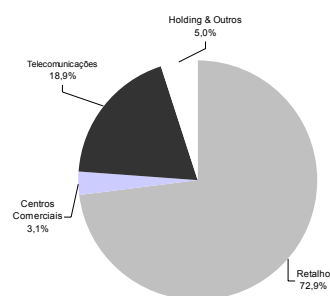
Volume de negócios consolidado

Em 2007, o volume de negócios consolidado aumentou cerca de 9,1% quando comparado com 2006^(p). Este crescimento foi sustentado principalmente pelo crescimento da Sonae Distribuição, explicado pelo desempenho positivo do universo comparável de lojas e o crescimento da área bruta de vendas decorrente da abertura de novas lojas.

Volume de negócios (milhões de euros)



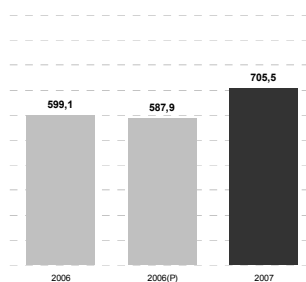
Volume de negócios 2007 por negócio (contributos)



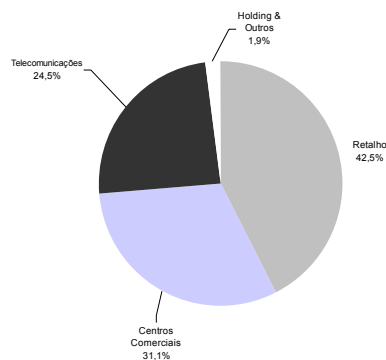
EBITDA

O EBITDA aumentou 20% quando comparado com 2006^(p), representando uma margem de EBITDA de 15,2%.

EBITDA (milhões de euros)



EBITDA 2007 por negócio (contributos)

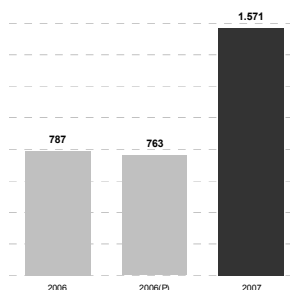


¹ Pequenos escritórios e escritórios residenciais

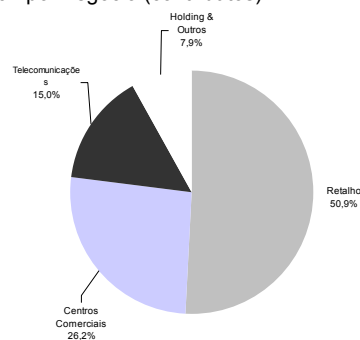
Capex

O Capex ascendeu a 1.571,3 milhões de euros, 808,8 milhões de euros acima de 2006^(P), representando 34% do volume de negócios.

Capex (milhões de euros)



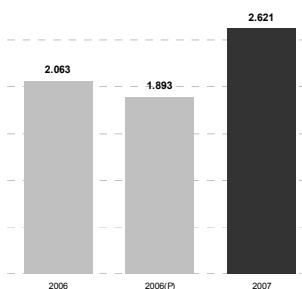
Capex 2007 por negócio (contributos)



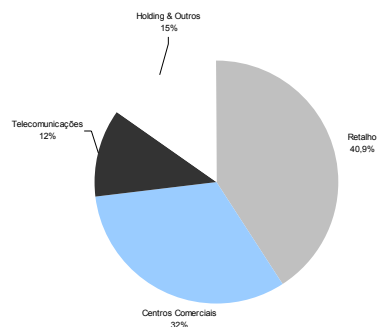
Dívida Líquida

No final de Dezembro de 2007, a dívida líquida totalizou 2.621 milhões de euros, um aumento de 727,8 milhões de euros acima de 2006^(P).

Dívida líquida (milhões de euros)



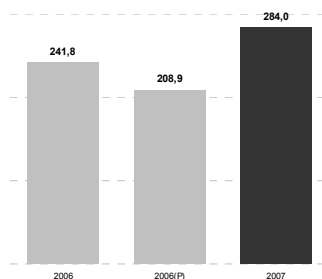
Dívida líquida 2007 por negócio (contributos)



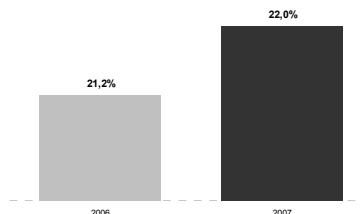
Resultados líquidos e Retorno do capital próprio

O Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas aumentou 36% para os 284 milhões de euros e o retorno dos capitais próprios² no final de 2007 atingiu os 22,0%, um aumento de 0,8 p.p. em comparação com os 21,2% no final de 2006.

Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas (milhões de euros)



Retorno dos capitais próprios (%)



² Retorno dos capitais próprios = Resultado Líquido atribuível aos accionistas_t / Total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas_(t-1)

Principais indicadores

Em 2007, a Sonae SGPS beneficiou da sua estratégia de crescimento, ao fortalecer a liderança em Portugal do seu negócio de Retalho, ao expandir a sua presença internacional no negócio dos Centros Comerciais e ao reforçar a rentabilidade do negócio das Telecomunicações.

Milhões de euros	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS				
Volume de negócios	4.383,8	4.240,1	4.627,7	9,1%
Retalho	3.083,8	3.085,2	3.374,5	9,4%
Centros comerciais ⁽¹⁾	136,9	131,7	144,5	9,7%
Telecomunicações	813,0	803,4	876,0	9,0%
Holding & outros	350,1	219,8	232,8	5,9%
EBITDA excl. valor criado em prop. de investimento ⁽²⁾	469,2	459,5	553,1	20,4%
EBITDA ⁽³⁾	599,1	587,9	705,5	20,0%
Margem EBITDA (%) ⁽⁴⁾	13,7%	13,9%	15,2%	1,4pp
Retalho	253,8	254,1	299,9	18,0%
Centros comerciais ⁽¹⁾	191,6	187,8	219,2	16,7%
Telecomunicações	146,4	144,8	172,7	19,3%
Holding & outros	7,3	1,2	13,7	-
EBIT	357,2	350,9	456,5	30,1%
Resultados financeiros	-99,5	-94,8	-124,2	-31,0%
Resultados relativos a investimentos ⁽⁵⁾	135,5	90,9	48,5	-46,6%
EBT	403,6	353,1	383,5	8,6%
Resultado Líquido	338,7	290,9	356,7	22,6%
Atribuível ao grupo ⁽⁶⁾	241,8	208,9	284,0	36,0%
CAPEX E CASH FLOW				
CAPEX	787,4	762,5	1.571,3	99,6%
CAPEX como % Volume de Negócios	18,0%	18,0%	34,0%	16pp
EBITDA menos CAPEX	-188,3	-174,6	-865,8	-
BALANÇO CONSOLIDADO				
Total do Activo Líquido	6.321,1	5.657,6	7.026,2	11,2%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	2.396,1	2.059,2	2.501,9	4,4%
Liquidez	695,7	678,0	346,5	-50,2%
Capital Próprio	1.694,9	1.383,1	1.618,0	-4,5%
Interesses Minoritários	402,1	411,5	448,3	11,5%
Dívida bruta	2.758,6	2.571,2	2.967,4	7,6%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	3,4 x	3,2 x	3,7 x	0,5x
EBITDA/Juros ⁽⁷⁾	6,1 x	6,2 x	4,9 x	-1,3x
INDICADORES OPERACIONAIS				
Crescimento das vendas de retalho (%)	13%	-	9,5%	-3,5pp
Área de vendas de retalho ('000 m ²)	545,0	-	709,0	30,1%
NAV por acção (euros)	45,8	-	52,7	15,0%
Valor de mercado da carteira de activos (milhões de euros) ⁽⁸⁾	4.728,0	-	6.153,5	30,2%
ABL em desenvolvimento ('000 m ²) ⁽⁹⁾	338,6	-	473,8	39,9%
Clientes Telecomunicações móveis (EOP) ('000)	2.601,9	-	2.893,5	11,2%
ARPU móvel (euros) ⁽¹⁰⁾	19,7	-	18,2	-7,6%
Serviços fixos directos (EOP) ⁽¹¹⁾	281.541	-	510.673	81,4%
Colaboradores Sonae SGPS	33.151	-	34.628	4,5%

(1) Os centros comerciais são consolidados proporcionalmente (50%); (2) Aumento do valor dos centros comerciais consolidado proporcionalmente; (3) EBITDA exclui provisões e perdas de imparidade; (4) Margem EBITDA= EBITDA / volume de negócios; (5) Mais valias (menos valias) com investimentos financeiros mais dividendos recebidos; (6) Resultados líquidos atribuíveis aos accionistas da Sonae; (7) Cobertura de juros; (8) Valor de mercado = valor real da carteira de activos em operação (100%), fornecido por uma entidade independente; equivalente aos activos sobre gestão; (9) Área bruta locável; (10) Receita média por cliente; (11) Serviços reportados de acordo com o critério de "unidade geradora de receita" desde o 1T07; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Sonae Capital no 4T06, a contribuição da Enabler no 1S06, a contribuição da Plysorol no 2S06 e 25% da Sonae Sierra Brasil em 2006; não-auditado.

Mensagem do Presidente

É para mim uma enorme satisfação ter a oportunidade de analisar o desempenho da Sonae durante o último ano e de salientar os nossos objectivos e estratégia para o ano corrente.

A Sonae está a crescer em sectores atractivos e exigentes, onde o Mercado se está a tornar cada vez mais global, com concorrentes mais agressivos e em maior número. Ao actuar continuamente como uma empresa desafiadora nos seus mercados, explorando novas oportunidades, antecipando as necessidades dos clientes, e mantendo um esforço de contenção de custos e de melhoria de eficiência, a Sonae tem conseguido, com sucesso, absorver o aumento do custo das matérias primas, ao mesmo tempo que mantém os preços a níveis competitivos, apresentando um crescimento rentável, construindo uma posição de mercado significativa e, desta forma, ganhando a confiança dos seus accionistas.

Criando Valor

A nossa perspectiva de longo prazo, o espírito de flexibilidade e de empreendedorismo, características intrínsecas à cultura da Sonae e que são activamente apoiadas pelo Conselho de Administração do Grupo, permitiram-nos atingir um crescimento sustentado e proporcionar valor económico superior aos nossos accionistas. São estes os princípios em que os gestores da Sonae estão empenhados, avaliando e explorando novas oportunidades que potenciem a criação de valor do grupo. Para além disso, as funções, as competências e a organização do centro corporativo da Sonae, são continuamente adaptadas para reforçar a criação de valor do nosso portfolio de empresas, alavancando a marca, a dimensão e as competências distintivas da Sonae.

O futuro é, a meu ver, prometedor. Estou convencido que, em 2008, a Sonae irá mais uma vez provar ser um player de referência nos mercados português e internacional e ser capaz de criar valor para os seus *stakeholders*. A Sonae encontra-se numa posição ideal para poder obter valor acrescentado em sectores com boas perspectivas de crescimento, directamente associado ao reforço da sua posição de liderança em Portugal. A internacionalização no negócio de Retalho, a expansão da nossa presença internacional no negócio de Centros Comerciais e a eliminação das barreiras entre mercados fixo e móvel no negócio de Telecomunicações encontram-se em curso. Tendo em conta as razões apresentadas, os nossos accionistas podem continuar à espera de uma valorização do seus investimentos no Grupo e deverão manter esses mesmos investimentos, visto que durante os últimos 21 anos o retorno para o accionista multiplicou-se por um factor de 43 vezes, sem aumentos de capital desde 2000 e com menos aumentos de capital do que activos distribuídos. A nossa ambição e expectativa para o futuro é o de manter esta tendência.

Governo das Sociedades

A Sonae acredita que os investidores em sociedades cotadas devem ter em consideração, não só o nível de adopção das melhores práticas de Governo das Sociedades por parte destas, como também a sua preocupação em divulgar atempadamente informação relevante ao mercado de capitais. Na prossecução deste objectivo, e tendo consciência dos benefícios de tais práticas na gestão corrente da empresa, estamos empenhados em cumprir com as normas do código do Governo das Sociedades português e com as melhores práticas de governo de sociedades internacionais. Um exemplo deste empenho é a separação que o Grupo faz entre o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva, com uma série de poderes e responsabilidades claramente distintas, e a existência, no Conselho de Administração da Sonae, de Administradores Não-Executivos independentes com qualificações académicas, conhecimentos e experiência adequados.

No nosso relatório anual de 2007, dedicamos uma grande secção ao Governo das Sociedades, também disponível na nossa página de internet, com o propósito de oferecer o máximo de transparência a todos os nossos *stakeholders*. A função recém-criada de Director de *Corporate Governance*, gerida por David Bain, com a responsabilidade de, entre outras, me ajudar a otimizar a eficiência e eficácia do nosso Conselho de Administração, assim como acompanhar todas as alterações legislativas e de governo das sociedades que possam afectar as operações

da Empresa, e assegurar que estas são do conhecimento do Conselho de Administração e cumpridas pela Empresa, sempre que aplicável.

Contribuição para a Sociedade

O nosso Grupo integra, na sua cultura e valores de gestão, o princípio da contribuição para a sociedade e para a comunidade, reconhecendo o seu papel para uma sociedade mais equitativa e equilibrada.

Em 2007, fomos muito activos nesta área: estivemos envolvidos no apoio a várias instituições de caridade portuguesas, realizámos programas de doação, desenvolvemos programas para melhorar o bem-estar da comunidade e criámos ligações com a nossa sociedade através de acordos de patrocínio institucional e comercial.

Colaboradores como principal activo

A importância dada aos colaboradores é um valor enraizado na cultura Sonae, sendo considerado vital para o seu sucesso através do incentivo à adopção de riscos e a uma maior criatividade. Na prossecução deste objectivo, a empresa investe continuamente no desenvolvimento de uma “Equipa de Excelência”, em que as competências de liderança são incentivadas, as carreiras são estimuladas, a formação é encorajada e financiada, os conhecimentos são constantemente desafiados e os colaboradores são avaliados com base na meritocracia, esforço e contribuição para o sucesso da empresa.

Acredito que, com os recursos financeiros adequados e uma estabilidade accionista, conjuntamente com uma gestão profissional e bons níveis de habilitações e formação, temos os elementos fundamentais para trabalhar como equipa e alcançar sucesso a longo prazo.

Tenho orgulho do que conseguimos em 2007, só possível devido à determinação, inovação e ambição com que a organização respondeu aos desafios definidos pela equipa de gestão. O sucesso e o progresso alcançado são um tributo a todos os Administradores, gestores e colaboradores. Gostaria de agradecer a todos e a cada um individualmente o vosso esforço e dedicação.

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS

Os valores recorde que reportamos este ano são um tributo ao trabalho árduo e dedicação das nossas equipas ao longo dos últimos anos. Conseguimos acelerar o crescimento do volume de negócios em 9%, quando comparado com 2006, enquanto que o EBITDA aumentou 20% para os 706 milhões de euros, representando uma margem operacional de 15%. Para além disso, efectuámos investimentos significativos em crescimento orgânico e aquisições, que potenciarão o crescimento futuro. Todos no Grupo podem orgulhar-se destes resultados e, particularmente, da forma como os atingimos: uma grande dedicação à criação de valor para clientes e accionistas, à concorrência, à inovação, e às melhores práticas de gestão e ética.

No negócio de Retalho, o volume de negócios e o EBITDA cresceram 10% e 18% em termos homólogos, respectivamente, superando as expectativas de crescimento que tínhamos anteriormente anunciado. As melhorias atingidas na eficiência operacional, o forte plano de aberturas e o crescimento de vendas no universo comparável de lojas, fizeram com que estes resultados fossem possíveis. Num sector tão competitivo quanto este, crescer é um verdadeiro desafio, principalmente no que diz respeito ao crescimento no universo comparável de lojas: em 2007, conseguimos atingir um crescimento de 3% nos formatos de base alimentar e 4% nos formatos de base não alimentar. Entre os inúmeros novos projectos e melhorias operacionais, vale a pena salientar o sucesso no lançamento dos cartões de fidelização Continente e Modelo, dos quais foram emitidos, até ao momento, 2,2 milhões de cartões, utilizados em 80% das compras efectuadas, assim como os desenvolvimentos significativos nos actuais e em novos conceitos de retalho de base não alimentar. A aquisição do Carrefour foi, como esperado, concretizada com sucesso no final de 2007, permitindo reforçar a nossa posição de liderança no mercado português, ao alcançarmos uma quota de mercado de 30% no mercado de base alimentar, e prosseguir com a nossa estratégia de criação de valor. De destacar também os nossos primeiros passos na estratégia de internacionalização da Empresa.

No negócio dos Centros Comerciais, 2007 foi um ano de fortalecimento da nossa presença nos mercados onde já operávamos e de expansão da nossa actividade para um novo País, a Roménia. No total inaugurámos 3 novos centros comerciais e 1 *retail park*, e adquirimos mais 4 centros comerciais. O resultado desta actividade foi extremamente positivo, com a empresa a registar lucros recorde de 300 milhões de euros, 11% acima do valor de 2006 e terminando o ano com um NAV por acção de 52,7 euros, 15,0% acima do valor de 2006. Os nossos planos de investimento permanecem fortes, com novos projectos de desenvolvimento já em fase de planeamento e construção em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Roménia e Brasil, totalizando um investimento previsto de 1,2 mil milhões de euros e outros 1,4 mil milhões de euros em projectos autorizados mas que ainda aguardam a emissão de licenças.

O nosso negócio das Telecomunicações registou bons resultados em 2007, quando comparados com 2006, com um crescimento de 15,9% em receitas de clientes e uma melhoria do EBITDA comparável de 3,3%, apesar das consequências negativas da redução das tarifas de *roaming-in* e das tarifas de terminação móvel, bem como um maior esforço de crescimento. Estes resultados foram possíveis devido à nossa dedicação em acelerar novamente o crescimento orgânico na área das telecomunicações móveis, através de um investimento em inovação e em oportunidades específicas de crescimento. Concluímos, com sucesso, as aquisições dos clientes residenciais e *SOHO*³ da ONI e da Tele2 Portugal, permitindo um aumento significativo na dimensão do negócio da rede fixa e o consequente melhor aproveitamento das capacidades da nossa estrutura operacional e rede própria. De destacar a conclusão da fusão das unidades de negócio móvel e fixo, que resultou na integração das áreas de marketing e vendas. Esta decisão permitirá responder, de forma mais eficaz, a um mercado sem barreiras entre serviços fixos e móveis e facilitará o desenvolvimento de novos produtos convergentes. Em 2007 demonstrámos a nossa capacidade para criar valor, apesar dos entraves concorrenciais significativos e de lacunas importantes e por resolver ao nível regulatório, e estamos empenhados em ter um papel determinante no investimento e inovação no sector.

³ Pequenos escritórios e escritórios residenciais

Em Novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a cisão simples da totalidade da participação detida na Sonae Capital, o que resultou na criação de uma nova sociedade gestora de participações sociais e na sua admissão à cotação na bolsa de valores portuguesa, Euronext Lisboa, no início de 2008. Os accionistas da Sonae tiveram direito a receber 0,125 acções da nova entidade por cada acção Sonae SGPS detida, representando um valor entre 0,34 euros e 0,36 euros por acção da Sonae de acordo com a opinião (*fairness opinion*) do consultor financeiro independente para a operação. Estamos convictos que, através desta operação, continuamos a criar valor para os nossos accionistas e acreditamos ter beneficiado a Sonae e a Sonae Capital, como empresas separadas, no que diz respeito à sua capacidade de criação de valor no futuro.

A Sonae enfrenta 2008 com um balanço sólido, posições competitivas melhoradas nos seus respectivos mercados e equipas de gestão muito fortes em cada *sub-holding*. Estes factos, aliados ao renovado centro corporativo, concebido para complementar os nossos negócios e potenciar a criação de valor, permitem-nos ter a confiança necessária de que seremos capazes de atingir os nossos objectivos de reforço das taxas de crescimento em 2008.

Todos os sucessos alcançados durante o ano de 2007 deveram-se essencialmente às equipas de trabalho do Grupo. Estou ciente de que enfrentar desafios e aproveitar todas as oportunidades de negócio requer um esforço e uma dedicação diários, particularmente em relação aos nossos negócios, onde a concorrência é agressiva e não esmorece. Em nome do Conselho de Administração da Sonae gostaria de, mais uma vez, este ano, agradecer a todos.

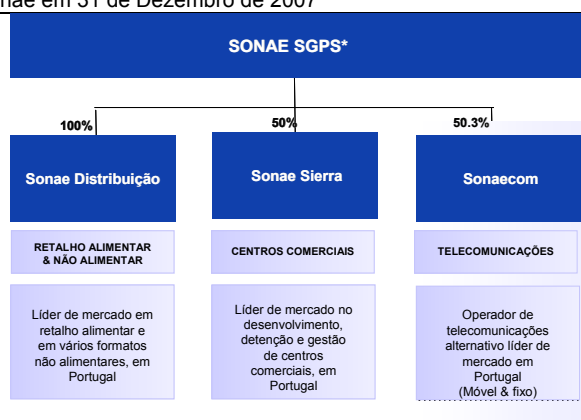
1. O Grupo Sonae

1.1. Perfil corporativo

A Sonae iniciou a sua actividade em Portugal em 1959, no sector dos produtos derivados de madeira, mais especificamente como produtor de painéis decorativos de alta pressão. Os negócios da Sonae cresceram de forma contínua até à década de 80, ocasião em que o grupo iniciou um processo de diversificação, através da aquisição de uma cadeia de supermercados, seguida da abertura do primeiro hipermercado em Portugal.

Presentemente, a Sonae SGPS é uma holding que controla e gere activamente uma carteira de negócios centrada no consumidor, dividida em três segmentos: retalho, centros comerciais e telecomunicações. As várias empresas do Grupo são geridas de forma independente, por equipas de gestão em dedicação total, que desenvolvem estratégias baseadas nos seus próprios factores de geração de valor acrescentado.

Carteira de negócios da Sonae em 31 de Dezembro de 2007



Cotado desde Junho de 2000

*A Sonae SGPS manteve as participações no negócio de corretagem e seguros detida pela Sonae Capital até ao final de 2007.

Retalho

As actividades de retalho da Sonae são levadas a cabo pela Sonae Distribuição, líder de retalho alimentar em Portugal e considerada uma referência internacional no sector, principalmente no que se refere à sua rentabilidade. A sua posição no mercado foi alcançada com base: (i) num conhecimento profundo do mercado, que permitiu fornecer um serviço de confiança e de elevada qualidade a todos os seus clientes; (ii) investimento contínuo na inovação, como forma de exceder as exigências dos clientes e como um factor diferenciador da concorrência; (iii) reforço da eficiência operacional através da melhoria dos sistemas de informação, modernização da estrutura logística e formação de pessoal; e (iv) uma marca fortemente conhecida, com um dos mais elevados níveis de notoriedade e confiança junto dos consumidores portugueses.

A Sonae Distribuição opera em duas áreas distintas: (i) retalho de base alimentar, incluindo os hipermercados Continente, com uma área média de vendas de aproximadamente 8.000 m², os hipermercados Modelo, com uma área de vendas de aproximadamente 2.000 m², e os supermercados Modelo Bonjour, com uma área de vendas de aproximadamente 1.000 m²; e (ii) retalho de base não alimentar, com dez insignias, sendo as mais significativas a Worten, formato de electrodomésticos e electrónica de consumo, a Sport Zone, formato de artigos desportivos, e a Modalfa, um formato de pronto-a-vestir. A Sonae Distribuição continua a alargar a sua carteira de negócios, tirando partido das sinergias existentes com o Grupo Sonae e desenvolvendo novos formatos na área não alimentar, exemplos dos quais são a Área Saúde – parafarmácia, a Zippy – vestuário de crianças e bebés e a Worten Mobile – especialista na área de equipamentos de telecomunicações.

Em linha com a sua estratégia de crescimento e beneficiando do enquadramento de regulação do sector, a Sonae Distribuição tem vindo a expandir a sua rede de lojas, tendo terminado o

ano de 2007 com 646 lojas, representando uma área total de vendas de 709 mil m2 e 70% de cobertura da população portuguesa.

Centros comerciais

A actividade de centros comerciais da Sonae é desenvolvida pela Sonae Sierra, uma empresa criada em 1989 com o objectivo de auxiliar a Sonae Distribuição na gestão das galerias comerciais detidas e no aproveitamento de oportunidades de expansão. A Sonae Sierra é uma empresa internacional, especializada em centros comerciais, cujo objectivo é tornar-se no operador líder de centros comerciais e de lazer inovadores nos mercados em que opera, adoptando uma abordagem integrada de negócios que inclui a propriedade, desenvolvimento e actividades de gestão (gestão de activos e gestão de propriedade). A abordagem proactiva à gestão, que complementa uma política de “desenvolver e deter”, integrada numa visão de investimento a longo prazo, assegura que o valor dos centros comerciais aumenta ao longo do tempo, constituindo o pilar principal de sustentabilidade e criação de valor.

A Sonae Sierra ganhou uma reputação internacional pelo desenvolvimento de produtos inovadores, assim como pela sua capacidade de gestão, tendo ganho mais prémios internacionais do que qualquer outra empresa europeia deste sector.

A forte política de parcerias da Sonae Sierra, quer com investidores internacionais, quer com parceiros locais, confere à empresa uma sólida situação financeira, assim como a capacidade de adquirir rapidamente um conhecimento aprofundado de um mercado e criar novas oportunidades de negócio. No final de 2007, a Sonae Sierra encontrava-se presente em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Roménia e Brasil, sendo proprietária de 47 centros comerciais, com uma ABL total de mais de 1.850 mil m2, detendo uma ABL sob gestão de mais de 2.100 mil m2, com mais de 7.200 locatários, e possuindo 12 projectos em desenvolvimento, com uma ABL total de mais de 474 mil m2.

Telecomunicações

A actividade de telecomunicações da Sonae é levada a cabo pela Sonaecom, um grupo integrado, com uma gama completa de serviços de comunicações móveis, fixas e multimédia, dirigidos a clientes residenciais e empresariais em Portugal. Esta empresa alcançou uma quota de mercado de 13,5% do mercado português de telecomunicações no final de 2007, com base nas receitas. A Optimus, o segmento móvel que oferece soluções móveis diversificadas e serviços de *roaming*, fortaleceu a sua posição no mercado em Portugal, com 2,9 milhões de subscritores e uma quota de mercado de 20%, no final de 2007. A Sonaecom Fixo, a empresa do segmento fixo, mais conhecida pelas suas marcas Clix e Novis, consolidou a sua posição de operador líder alternativo em Portugal, oferecendo serviços de voz, Internet e IPTV às suas bases de clientes residencial, PME e corporativa, oferecendo ainda serviços com capacidade e conectividade de voz e dados a operadores de telecomunicações em todo o mundo. No final de Setembro de 2007⁴, a Sonaecom Fixo alcançou uma quota de mercado de 15,4% para o mercado de banda larga e de 21% para o mercado de telefonia de voz. A Sonaecom encontra-se também presente no sector dos Media, sendo proprietária do jornal Público, um jornal nacional diário de referência em Portugal, que se posiciona em terceiro lugar em termos de circulação paga. Encontra-se ainda presente no sector de Software e Sistemas de Informação, sendo a WeDo a empresa mais significativa, fornecedora de produtos de integração de sistemas e consultoria, especializada no sector de telecomunicações e líder mundial em competências de *Revenue Assurance*.

⁴ Últimos dados disponíveis

1.2. Órgãos Sociais

O Conselho de Administração da Sonae SGPS é composto por nove membros, dos quais cinco são Administradores Não-Executivos. De acordo com os princípios que regem a Sonae, todos os membros do Conselho de Administração são igualmente responsáveis perante os accionistas, sendo a sua independência em relação aos mesmos reforçada pela existência de quatro Membros Independentes do Conselho de Administração. Os Administradores Não-Executivos detêm uma vasta experiência no mundo dos negócios, finanças, universitário e político e exercem uma influência significativa no processo de decisão da sociedade e na definição da sua estratégia.

Conselho de Administração da Sonae SGPS e comissões nomeadas

	Executivos ⁽¹⁾	Não-Executivos ⁽²⁾		Comissão de Auditoria e Finanças	Comissão de Nomeações e Remunerações
		Independentes ⁽³⁾	Não-Independentes		
PRESIDENTE					
Belmiro Mendes Azevedo					
ADMINISTRADORES					
Álvaro Cuervo					
Luíz Lampreia					
Michel Bom					
José Neves Adelino					
Paulo Azevedo (CEO)					
Álvaro Portela					
Ângelo Paupério					
Nuno Jordão					

(1) Administradores Executivos = membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva, com funções de gestão; (2) Administradores Não-Executivos = membros do Conselho de Administração, unicamente com funções de administração; (3) Administradores Independentes Não-Executivos = Administradores não associados a grupos de interesse específicos na empresa ou outros grupos que afectem, sob qualquer circunstância, a sua objectividade.

A Sonae SGPS cumpre com os princípios de Governo da Sociedade relativos à separação de responsabilidades, de forma a garantir a protecção dos interesses de todos os accionistas. Para esta finalidade, o número de membros independentes aumentou desde a eleição do Conselho de Administração para o quadriénio de 2007-2010, representando quatro dos nove membros existentes. Além disso, os princípios de Governo da Sociedade foram reforçados através da separação dos papéis de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

1.3. Factores de sucesso

Ao reunir um conjunto de valores e princípios fundamentais, considerados como princípios de base das políticas e gestão da Sonae, o Grupo pretende aumentar, de forma sustentável, o valor para os accionistas, através da salvaguarda de fluxos de caixa estáveis, aposta no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e alcance de posições de liderança, nos respectivos mercados.

A holding como geradora de valor acrescentado

O crescimento da Sonae deu-se através de uma estrutura de gestão simples e ágil, ao nível da holding, concebida de forma a permitir a cada *sub-holding* ter a sua própria equipa de gestão, em dedicação total, centrada no desenvolvimento de estratégias próprias e independentes, baseadas em factores específicos geradores de valor acrescentado. Não obstante a procura de uma organização coesa, baseada num conjunto de valores e princípios partilhados, a principal preocupação da Sonae é proporcionar aos seus negócios criatividade e flexibilidade de acção, encorajando uma atitude ousada, de forma a permitir a identificação de oportunidades de negócio, assim como a capacidade de inovação e reacção a alterações de mercado, evitando o risco de um fraco desempenho devido a excessos de burocracia e de níveis de responsabilidade na organização.

Esta atitude de gestão encontra-se espelhada no logótipo da Sonae, desenhado de forma a reflectir a procura constante de crescimento e criação de valor pelo Grupo, através da diversificação, simbolizada por duas espigas de milho, em que o anel de fogo simboliza a coesão, através da partilha de uma cultura e valores comuns.

Um estilo de gestão deste tipo assenta no compromisso assumido pela Sonae de minimizar os custos líquidos anuais do seu centro corporativo, que representaram 8,2 milhões de euros em 2007, ou uma permilagem inferior a 1,8 do Volume de Negócios Consolidado, trabalhando simultaneamente em estreita colaboração com as empresas e desafiando constantemente os seus *status quo* e estratégias, numa perspectiva de longo prazo. O Grupo adopta uma abordagem potenciadora da criação de valor, intervindo e apoiando os negócios em áreas nas quais a experiência da holding constitui uma vantagem e em que um esforço combinado conduz a um acréscimo de valor: (i) cooperação na definição de estratégias e objectivos; (ii) alocação de capitais pelas *sub-holdings* e oportunidades de negócio; (iii) procura proactiva e contínua de oportunidades de M&A; (iv) centralização de Recursos Humanos de gestão de topo; (v) gestão proactiva de relações institucionais; e (vi) alavancagem na marca, dimensão e competências internas da Sonae.

O retorno total para os accionistas, reflectindo as variações da cotação das acções e o pagamento de dividendos, constitui a melhor prova do sucesso alcançado por esta abordagem de gestão da Sonae: entre a fase inicial da OPV do Grupo, em 1986, e Dezembro de 2007, o retorno total para os accionistas atingiu uma média de 20% ao ano, excedendo o índice português PSI20, que representa as vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Portugal.

Cultura empresarial

Dada a dimensão do Grupo Sonae, com operações em vários países e culturas diferentes, frequentemente com diferentes posicionamentos e abordagens de mercado, a cultura empresarial do Grupo é encarada como o elo que mantém os negócios unidos e que garante um futuro sólido e robusto. A cultura Empresarial da Sonae incorpora um conjunto de valores aplicáveis a todos os colaboradores e *sub-holdings*, representando uma plataforma de base a partir da qual é possível às respectivas empresas desenvolver valores e princípios específicos, relacionados com os obstáculos e desafios encontrados.

As características chave da cultura empresarial da Sonae são principalmente dirigidas a gestores, encontrando-se centradas nos atributos chave aos quais deverão aspirar. Estes podem ser subdivididos em 7 princípios de comportamento fundamentais:

- (i) Empreendedorismo: explorar e examinar continuamente novas oportunidades de negócio que possam conduzir à geração de valor, com base numa análise detalhada do mercado e dos consumidores, criatividade, enfoque no futuro e sentido de oportunidade;
- (ii) Boa gestão: aceitar o controlo e críticas por parte de todos os *stakeholders*, quer se trate de accionistas, mercado, fornecedores, clientes ou colaboradores, sendo estes últimos tanto supervisores como subordinados, e ter capacidade de responder de forma adequada, basear a gestão diária em princípios de profissionalismo, lealdade, frugalidade e gestão de risco e procurar continuamente a excelência, através do acumular de boas decisões e práticas, ao longo do tempo;
- (iii) Liderança: ser um líder ou ter capacidade para se tornar um líder, assim como desenvolver capacidades geradoras de valor acrescentado, que permitam às empresas alcançar posições de liderança nos mercados em que operam;
- (iv) Disponibilidade para a mudança: manter um sentido de oportunidade e um espírito empreendedor;
- (v) Controlo: estabelecer prioridades e identificar riscos críticos que possam afectar o desempenho e os objectivos e adoptar acções de gestão desses riscos, através de uma monitorização constante e implementação de medidas correctivas;
- (vi) Transparência: assumir uma transparência máxima relativamente a todos os *stakeholders*, através da introdução obrigatória, em todo o grupo, de directivas de governo da sociedade que satisfaçam as práticas portuguesas, assim como as práticas de referência internacionais, e implementar um conjunto definido de regras e comportamentos, de acordo com o qual o Grupo é gerido e controlado de forma adequada, tais como:

- responsabilidades relativas aos vários órgãos sociais e respectivos processos de tomada de decisão; e compromisso com a divulgação e reporte de informação;
- (vii) Independência do Poder Político: adoptar posições públicas alinhadas com os respectivos valores e interesses, independentes dos governos central e locais, existindo, contudo, uma disposição permanente de cooperar com o governo, nomeadamente no que se refere ao planeamento e execução de projectos de desenvolvimento.

Responsabilidade para com os colaboradores

A Sonae reconhece e valoriza a importância dos seus colaboradores para a competitividade e sucesso da organização. Neste sentido, o Grupo procura investir continuamente no desenvolvimento das respectivas carreiras, através do acesso a formação e programas educacionais, recompensar o seu esforço e envolvimento, acolher as suas ideias e iniciativas, fornecer oportunidades iguais a todos, através da implementação de uma política de não-discriminação de raças, sexo, nacionalidade ou classe social, e proporcionar condições de trabalho preventivas de riscos que ponham em causa a saúde e segurança dos colaboradores.

Esta orientação constitui o factor impulsionador de vários projectos internos, dirigidos à promoção da satisfação dos colaboradores, desenvolvimento das respectivas competências e melhoria do ambiente de trabalho. Constituem exemplos destes projectos: (i) programa estruturado de formação interna, dirigido a vários níveis de competências, em diferentes etapas de carreira; (ii) inquéritos de satisfação, destinados a monitorizar os níveis de motivação dos colaboradores; (iii) bónus de desempenho anual, com o objectivo de recompensar o alcançar de objectivos anuais e indicadores chave de desempenho; e (iv) um plano de remuneração variável a médio e longo prazo, descrito nas secções 2.7 e 2.8 do relatório de Governo da Sociedade.

Responsabilidades para com a comunidade

A Sonae possui uma longa tradição de compromisso social corporativo, segundo o qual o Grupo integra uma conduta ética, assim como preocupações sociais e ambientais, nas suas operações de negócios e interacção com os *stakeholders*. É com este compromisso em mente, compreendido e partilhado por todos os colaboradores da Sonae, apesar de não ser formalmente imposto, que são estabelecidos procedimentos internos de trabalho que reflectem: (i) consciência ambiental, através da melhoria constante do desempenho ambiental dos produtos e actividades da empresa; (ii) envolvimento com a comunidade, através da cooperação e apoio prestado a instituições culturais, desportivas e sociais; (iii) abertura à sociedade, através da divulgação de informação relativa a projectos e actividades internos destinados aos colaboradores, meios de comunicação e público em geral; (iv) confiança, através do desenvolvimento de relações com parceiros de negócio, nomeadamente clientes e fornecedores, baseadas em elevados padrões de confiança; e (v) ética, através do estabelecimento de relações com terceiros, baseadas em princípios de honestidade, integridade e transparência, sendo a corrupção inaceitável.

1.4. Recursos humanos

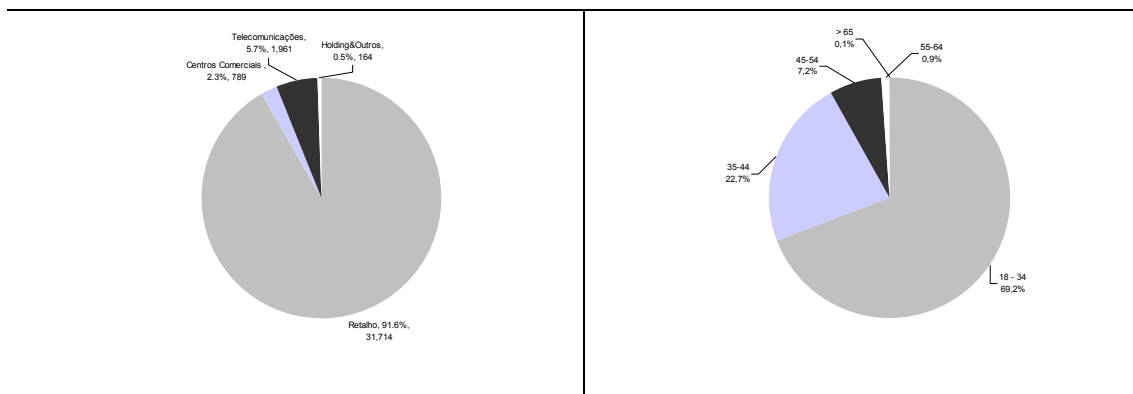
As organizações que desfrutam de uma longa vida assentam em fundações sólidas; os colaboradores da Sonae constituem o activo mais valioso na procura da empresa no sentido de alcançar sustentabilidade a longo prazo. Ao combinar o talento, perícia e criatividade de todos os seus colaboradores, o Grupo Sonae considera possuir, tentando continuamente aumentar, os conhecimentos e capacidades necessárias para responder de forma célere a novas tendências e exigências de mercado.

Colaboradores da Sonae

No final de 2007, o Grupo Sonae empregava 34.628 colaboradores, 4,5% mais do que no ano anterior, gerando custos totais de 569,8 milhões de euros e representando 12,3% do volume de negócios consolidado.

Colaboradores por segmento

Colaboradores por idade (excluindo o Carrefour)



No segmento das Telecomunicações, o número de colaboradores aumentou 4,8% para 1.961, relativamente a 2006, o que se deveu principalmente à integração do pessoal resultante das aquisições efectuadas em 2007, nomeadamente da Tele2 Portugal e da Cape Technologies. O número de colaboradores do segmento de retalho aumentou, principalmente como resultado da expansão orgânica da rede de lojas e da aquisição e integração do Carrefour, a 31 de Dezembro de 2007. O número de colaboradores do segmento de Centros Comerciais aumentou 7,9%, para 789, em 2007, o que é explicado pelo maior número de projectos em desenvolvimento neste ano, assim como pela maior base de activos sob gestão, em comparação com o ano de 2006.

Partilha de experiências

O sucesso do Grupo depende da sua capacidade de aumentar a eficácia da liderança, criar uma experiência de trabalho mais recompensadora para os colaboradores, compreender e antecipar as necessidades dos clientes, promover a criatividade e inovação e aumentar a satisfação dos clientes. Ao encorajar a partilha de conhecimento e experiências entre os colaboradores dos seus três segmentos, reunir ideias diferentes, partilhar capacidades e percepções e levar as pessoas que apresentam uma combinação única de talentos e características a trabalhar em conjunto, a Sonae permite a inovação, evita a ocorrência de erros e promove a adopção e partilha das melhores práticas.

Para a Sonae, embora cada um dos respectivos segmentos seja gerido de forma independente, possuindo os seus próprios pontos fortes e capacidades únicas, estes pertencem a uma única organização, trabalhando em conjunto, com os mesmos objectivos e metas. De forma a apoiar esta atitude de partilha de perícia, a Sonae organiza vários fóruns, dos quais destacamos os seguintes: (i) Fórum de Inovação, com o objectivo de estimular e apoiar na Sonae uma cultura movida pela inovação, de forma a manter níveis mais elevados de criação de valor; este fórum teve lugar em 5 ocasiões em 2007, tendo sido organizado um evento de um dia, envolvendo todo o grupo, que reuniu 300 gestores; (ii) Fórum de Sustentabilidade, com o objectivo de partilhar conhecimentos e as melhores práticas, promover uma consciência para a sustentabilidade em todo o Grupo Sonae e identificar questões comuns relevantes para encorajar sinergias e coesão, ao lidar com os vários desafios que se colocam nesta área; durante o ano de 2007, este fórum teve lugar em 4 ocasiões; (iii) Fórum de Metodologias de Planeamento & Controlo de Gestão, com o objectivo de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo, ao longo do grupo; este fórum teve lugar em 6 ocasiões, em 2007; (iv) Fórum Legal, com o objectivo de partilhar experiências e conhecimentos entre as equipas legais internas, promovendo uma discussão alargada dos tópicos legais essenciais e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos legais; este fórum teve lugar em 3 ocasiões, em 2007; (v) Fórum de Marketing, com o objectivo de coordenar, entre as várias *sub-holdings*, as negociações com os Media, assim como promover a partilha das melhores práticas de Marketing através de seminários específicos; este fórum teve lugar em 6 ocasiões, em 2007; e (vi) Fórum de Negociação, com o objectivo de apresentar, analisar e discutir estratégias de negociação, identificar oportunidades de negociações conjuntas com fornecedores, entre as *sub-holdings*, e partilhar experiências e conhecimentos; este fórum teve lugar em 2 ocasiões, em 2007.

Conhecimento

Na Sonae, os colaboradores são constantemente desafiados a aprender, assim como encorajados a abraçar a aquisição de conhecimentos como factor chave para o respectivo sucesso profissional. Além disso, e de forma a desenvolver um sistema de gestão de negócios capaz de compreender, antecipar e responder aos desafios actuais do mercado e da concorrência, a Sonae deverá ser capaz de questionar o *status quo* e pensar de forma criativa. Um conhecimento continuamente actualizado e uma procura constante de excelência constituem as pedras de toque de uma organização inovadora e audaz.

De forma a apoiar e estimular a formação em 2007, o Grupo Sonae implementou vários planos de formação interna, com o objectivo de aumentar as capacidades e competências dos colaboradores, dos quais merecem destaque os seguintes:

(i) Sonae Learning Centre, estabelecido em 2004 e principalmente dirigido à formação específica de gestores de topo e colaboradores técnicos, através da organização de conferências, sessões de formação, seminários, cursos de curta e média duração, exposições e eventos sociais de vários tipos. Em 2007, a Sonae completou aproximadamente 1.474 mil horas de formação.

(ii) Financiamento de estudos de pós-graduação, particularmente MBAs, em universidades portuguesas ou estrangeiras, dando aos colaboradores mais talentosos a oportunidade de prosseguir os seus estudos e desenvolver as suas competências chave.

(iii) Sessões de formação contínua, conduzidas por gestores internos ou formadores externos, nas quais todos colaboradores relevantes são convidados a participar. Todos os anos é circulado um programa calendarizado por toda a organização e cada departamento é encorajado a alocar uma percentagem do respectivo orçamento à participação no mesmo.

(iv) Fóruns acima descritos, organizados ao longo do ano, dentro do âmbito dos respectivos objectivos, assim como uma série de palestras, debates e conferências. No total, mais de 26 destes eventos foram organizados em 2007.

Avaliação interna de desempenho

De forma a estimular a iniciativa e aumentar o empenho dos seus colaboradores, é pago um bónus de desempenho, destinado a recompensar o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente definidos, ligados aos “indicadores chave de desempenho das actividades de negócios da Sonae”, “indicadores chave de desempenho departamentais” e “indicadores chave de desempenho pessoal”. A cultura da Sonae encoraja os colaboradores a desempenhar um papel activo no planeamento dos seus próprios “indicadores chave de desempenho” para o ano em questão, de acordo com os objectivos e estratégia da empresa.

Durante o ano de 2007, a Sonae voltou a realizar o seu processo anual de avaliação do desempenho, através do qual o desempenho e contribuição de cada colaborador para o sucesso da organização é medido e avaliado, sendo calculada a remuneração variável a ser atribuída. Poderá ser encontrada informação mais detalhada relativa ao sistema de recompensa do desempenho no capítulo 2.7 do Relatório de Governo da Sociedade.

1.5. Principais acontecimentos corporativos em 2007

Foram dados passos significativos durante o ano de 2007, no sentido de ser possível à Sonae salvaguardar com sucesso a geração de fluxos de caixa estáveis, alavancar o potencial dos mercados existentes e realizar investimentos conducentes ao aumento de valor.

Sonae SGPS

- Na reunião do Conselho de Administração da Sonae de Maio de 2007, Belmiro de Azevedo deixou de assumir a posição de Presidente do Conselho Executivo da Sonae, tendo Paulo Azevedo sido nomeado para esta posição. Nesta mesma reunião, Belmiro de Azevedo foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Sonae.

- Em Novembro de 2007, o Conselho de Administração da Sonae aprovou a cisão da totalidade da participação social detida na Sonae Capital mediante a atribuição de 0,125 acções da nova empresa por cada acção Sonae detida. Esta cisão resultou na constituição de uma nova empresa, detentora de 100% do capital social da Sonae Capital. Em Dezembro de 2007, a Sonae comunicou a conclusão do processo de cisão, na sequência da sua inscrição na Conservatória do Registo Comercial. Para efeitos contabilísticos, a operação reporta ao início de Outubro de 2007.
- Em Novembro de 2007, a Sonae comunicou a venda de 132,9 milhões de acções próprias, detidas directamente pela empresa, ao preço de 2,06 euros por acção, e gerando um encaixe de 273,7 milhões de euros. Os objectivos da Sonae com esta operação foram os seguintes: (i) simplificar a sua estrutura de participações através da alienação de uma reserva de investimento; e (ii) transformar em liquidez as acções próprias, permitindo reduzir o seu nível de endividamento e, desta forma, reforçar a solidez financeira do seu balanço e financiar a estratégia de crescimento dos seus negócios assim como novas oportunidades de investimento.
- Em Novembro de 2007, a Sonae, através de uma sua filial, contratou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132,8 milhões de acções Sonae representativas de 6,64% do respectivo capital social. Esta transacção tem maturidade máxima de 3 anos e liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transacção permite à Sonae manter na íntegra a exposição económica total à evolução da cotação dos títulos vendidos, considerando o Conselho de Administração que essa exposição é, nas condições actuais de mercado, do interesse da Sociedade.

Retalho

- Em Janeiro de 2007, a Sonae Distribuição lançou um cartão de fidelização nas lojas Continente e Modelo, representando um investimento total de 6 milhões de euros. Este cartão permite aos consumidores tirar partido das constantes campanhas promocionais e acumular descontos válidos durante 12 meses, a partir da data de aquisição.
- Em Julho de 2007, a Sonae Distribuição chegou a um acordo com o Grupo Carrefour relativamente à aquisição de 99,8648% do capital social do Carrefour Portugal, representando um valor de 662 milhões de euros. Em Dezembro de 2007 a Autoridade da Concorrência Portuguesa comunicou a sua aprovação final para a aquisição do Carrefour Portugal, sujeita a um conjunto de compromissos assumidos pela Sonae Distribuição, os quais foram enumerados no texto de não oposição divulgado. A operação foi concluída no final do ano.

Centros Comerciais

- Em Fevereiro de 2007, a Sonae Sierra adquiriu, por um valor de activo líquido de 19 milhões de euros, numa parceria de 50% com a GREP, o Centro Comercial “Modelo de Albufeira” e o Centro Comercial “Continente de Portimão”, anteriormente detidos pela Sonae Distribuição. Através desta aquisição, a Sonae Sierra reforçou a sua presença na região do Algarve, em Portugal, onde já detém o AlgarveShopping.
- Em Abril de 2007, a Sonae Sierra adquiriu, em parceria com a Rockspring, um terreno em Larissa, na Grécia, para o desenvolvimento do maior centro comercial de Larissa, para o qual se espera um investimento total de 48,5 milhões de euros. A abertura deste centro ao público encontra-se agendada para o Outono de 2008.
- Em Maio de 2007, a Sonae Sierra adquiriu o centro comercial River Plaza Mall, já em funcionamento, na Roménia, localizado em Ramnicu Valcea, a 170 km de Bucareste, sendo esta a primeira operação da empresa no mercado romeno.

- Em Maio de 2007, a Sonae Sierra adquiriu o centro comercial Münster Arkaden, já em funcionamento, na Alemanha, um centro comercial urbano com uma ABL de 26.220 m², na cidade de Münster, dando mais um passo em direcção à sua expansão no mercado alemão.
- Em Setembro de 2007, a Sonae Sierra inaugurou o centro comercial Alexa, em Berlim, com 178 lojas e uma ABL de 56.200 m², representando um investimento de 290 milhões de euros.
- Em Setembro de 2007, a Sonae Sierra inaugurou o Centro Comercial 8ª Avenida, em S. João da Madeira, com 130 lojas e uma ABL de 30.477 m², representando um investimento de 54 milhões de euros.
- Em Outubro de 2007, a Sonae Sierra inaugurou, em parceria com o Grupo Mall, o El Rosal, um centro comercial e de lazer na cidade de Ponferrada, em Espanha.
- Em Novembro de 2007, a Sonae Sierra adquiriu duas parcelas de terreno na Roménia, nas cidades de Craiova e Ploiesti, para iniciar os seus primeiros desenvolvimentos neste país. O projecto de Craiova terá uma ABL total de 55.537m², representando um investimento total de €139,4 milhões de euros. O segundo projecto, em Ploiesti, terá uma ABL total de 64.070m², representando um investimento de €156,6 milhões de euros. Espera-se que o projecto de Craiova abra ao público em 2009 e o de Ploiesti no ano seguinte.
- Em Dezembro de 2007, a Sonae Sierra e a Miller Developments concluíram negociações para a alienação do Lima Retail Park, localizado em Viana do Castelo, em Portugal, à PREF, por um total de 18,5 milhões de euros.
- Em Dezembro de 2007, a Sonae Sierra alienou 50% do LoureShopping, um centro comercial e de lazer na cidade de Loures, em Portugal, à Deka Immobilien Investment, por um total de aproximadamente 65 milhões de euros.
- Em Dezembro de 2007, a Sonae Sierra adquiriu 50% dos activos do Gaia Shopping e do recentemente expandido Arrábida Shopping aos seus parceiros originais. Estes activos encontram-se localizados na área Metropolitana do Porto, em Portugal.

Telecomunicações

- A oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom sobre a Portugal Telecom, em Fevereiro de 2006, foi bloqueada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos accionistas da Portugal Telecom. Em Março de 2007, a Portugal Telecom organizou uma AGE de accionistas, para votação das alterações propostas aos estatutos, especificamente a eliminação da limitação do direito de voto de um único accionista a 10% e a aprovação da aquisição pela Sonaecom de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom. O nível de participação na AGE foi de 67,4%; 45,58% dos accionistas votaram contra, 43,90% a favor e 9,52% abstiveram-se. Uma vez que a oferta sobre a Portugal Telecom dependia destas alterações aos estatutos, a oferta pública de aquisição da Sonaecom terminou automaticamente.
- Em Março de 2007, a Sonaecom adquiriu um total de 1,89 milhões de acções próprias, representando 0,52% do capital social, a um preço médio de 4,71 euros por acção. Esta operação visa fazer face a compromissos futuros assumidos pela Sonaecom, ao abrigo do Plano de Incentivos a Médio Prazo, atribuídos aos colaboradores.
- Em Março de 2007, a Sonaecom alienou a sua participação de 1% na Portugal Telecom, a um preço médio de 9,61 euros por acção. Este valor compara com o preço médio de aquisição, de 9,38 euros por acção, por ocasião da aquisição das acções durante o 2T06, gerando uma mais valia de 2,5 milhões de euros.
- Em Junho de 2007, a Sonaecom anunciou a aquisição da base de clientes residencial e SOHO da Oni, por um valor inicial de 25 milhões de euros, estando o valor final da aquisição dependente do número de clientes. Em Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência emitiu a aprovação final desta aquisição.

- Em Junho de 2007, a Sonaecom anunciou a aquisição das operações da Tele2 em Portugal, por um valor inicial de 16 milhões de euros, estando o valor final da aquisição dependente do número de clientes. Em Setembro de 2007, a Autoridade da Concorrência emitiu a aprovação final desta aquisição.
- Em Setembro de 2007, a WeDo anunciou a aquisição da Cape Technologies, uma empresa internacional na área dos sistemas de informação para a indústria de telecomunicações, por 17 milhões de euros, acrescido do valor líquido de caixa e de um montante adicional até 3 milhões de euros, condicionado a determinadas metas previamente acordadas. Com esta aquisição, a WeDo tornou-se o líder mundial no mercado de integração de software de *Revenue Assurance*.
- Em Novembro de 2007, a Sonaecom completou formalmente o processo de fusão das suas divisões Móvel (Optimus) e Fixa (Novis). Esta operação, aprovada pela ANACOM e pelo Ministério responsável pelo sector das Telecomunicações, reflecte a convergência de tecnologias e a nova perspectiva dos consumidores, que tornou progressivamente obsoleta e inadequada a separação entre os segmentos fixo e móvel.

Turismo e Capital de Risco (negócio cindido)

- Em Maio de 2007, a SC Insurance and Risk Services, uma empresa totalmente detida pela Sonae Capital, acordou os termos e condições para a aquisição de cerca de 14% (com a possibilidade de subscrição de até 28%) do capital social da Cooper Gay. O investimento relacionado com esta transacção poderá atingir um máximo de 41,1 milhões de euros. Em Junho de 2007, a Sonae SGPS, SA anunciou a conclusão desta aquisição através da sua filial SC Insurance and Risk Services, detendo, a partir dessa data, 28% dos direitos de voto da referida empresa. Este investimento foi transferido para a Sonae depois da cisão da Sonae Capital.
- Conforme anunciado em Maio de 2007, a Sonae Capital adquiriu indirectamente, através de uma das suas filiais, mais 35% dos direitos na Selfrio, SMP, Sistavac e SKK (refrigeração, ar condicionado e manutenção), por 22 milhões de euros, tendo assinado um acordo para a alienação total da sua participação indirecta de 51% na Safira (serviços de limpeza), por 5 milhões de euros. Esta alienação foi finalizada em Junho de 2007.
- Em Junho de 2007, a Sonae Capital acordou a alienação faseada da sua participação total na ELMO, uma empresa que controla 100% da Plysorol, líder da indústria de contraplacado em França. A alienação das acções e o reembolso dos empréstimos accionistas representa um encaixe de cerca de 30 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros foram já recebidos. Os restantes 20 milhões de euros encontram-se condicionados à concretização de critérios de rentabilidade, medidos pelo desempenho do fluxo de caixa operacional (EBITDA), no período de 2007 a 2011.
- Em Agosto de 2007, a Sonae Capital alienou a Isoroy Casteljalous, uma empresa produtora de placas de madeira para isolamento térmico e acústico, gerando uma mais valia de 1,3 milhões de euros.

1.6. Factos relevantes do ano

Janeiro	Fevereiro	Março
▪ A Sonae Distribuição lançou um cartão de fidelização para as suas lojas Modelo, Modelo Bonjour e Continente; ▪ A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários permitiu o registo da oferta de compra lançada pela Sonaecom sobre a Portugal Telecom; ▪ Foram divulgados os dados relativos ao Mercado de Banda Larga referentes ao 3T07, confirmando a liderança da Novis entre os operadores alternativos; ▪ A Optimus lançou um Directório Móvel, a Dimo, uma plataforma comum que permite aos utilizadores pesquisar e aceder a páginas de Internet e contas de e-mail; ▪ A WeDo anunciou a abertura de um escritório no Cairo, no Egipto, com o objectivo de apoiar as suas actividades no Médio Oriente e África; ▪ A Sonae Sierra aumentou o número de centros comerciais com certificação ambiental.	▪ A Sonaecom anunciou a sua decisão de alterar a sua oferta sobre a Portugal Telecom, aumentando-a de 9,5 euros por acção para 10,5 euros por acção; ▪ O grupo Sonaecom obteve a renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade; ▪ A marca de comunicações móveis sem fios da Optimus, Kanguru lançou o primeiro router Wi-Fi com tecnologia 3.5G, destinado a empresas e pequenos grupos de trabalho; ▪ A WeDo anunciou a abertura de um escritório em Kuala Lumpur, na Malásia; ▪ O Público lançou o novo formato de Jornal e suplementos completamente redesenhados; ▪ A Sonae Sierra adquiriu centros comerciais nas cidades de Albufeira e Portimão, por um valor de activos líquido de 19 milhões de euros; ▪ A Sonae Sierra anunciou o desenvolvimento de um novo centro comercial e de lazer em Granada, representando um investimento total de 107 milhões de euros; ▪ A Sonae Sierra iniciou a construção das torres Colombo, com uma ABL de 46.000 m² destinada a escritórios, representando um investimento total de 90 milhões de euros.	▪ A Assembleia Geral Extraordinária de accionistas da Portugal Telecom votou contra a oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom sobre a Portugal Telecom, terminando automaticamente esta oferta; ▪ As lojas Continente, Modelo e Bonjour lançaram o primeiro saco de plástico biodegradável, cuja decomposição biológica se dá em poucos meses; ▪ O Continente ofereceu 9.500 livros escolares a 19 bibliotecas escolares; ▪ O Modelo patrocinou a equipa de futebol da selecção nacional; ▪ O Clix foi considerado o operador de serviços de banda larga com as melhores classificações atribuídas pelos clientes relativamente à velocidade, fiabilidade e clareza das facturas.

Abril	Maio	Junho
▪ O Continente foi eleito pela Reader's Digest o hipermercado no qual os portugueses mais confiam para as suas compras; ▪ O Modelo abriu um novo hipermercado na Nazaré, representando um investimento de aproximadamente 7 milhões de euros e criando 121 novos empregos; ▪ A Optimus lançou um serviço de PC para SMS, que permite a todos os clientes corporativos enviar mensagens aos seus contactos do Outlook através de e-mail; ▪ A marca de comunicações móveis sem fios da Optimus, Kanguru, lançou o acesso Wi-Fi à Internet em <i>roaming</i>, através de uma rede de mais de 15.000 pontos Wi-Fi, em todo o mundo; ▪ A Optimus foi o primeiro operador nacional a oferecer um plano Móvel-fixo, através do qual é permitido ao utilizador ter um número fixo e móvel no seu telemóvel; ▪ A Sonae Sierra anunciou a aquisição de um terreno para o desenvolvimento de um centro comercial em Larissa, na Grécia; ▪ O RioSul Shopping concedeu à Sonae Sierra outro "Óscar" Imobiliário;	▪ O Modelo ofereceu 65 computadores a escolas na Madeira; ▪ O Modelo Bonjour abriu uma loja em Viana do Castelo, com uma área bruta de vendas de 700 m² e 25 colaboradores; ▪ O Continente Online ganhou o prémio da melhor loja online; ▪ A Optimus foi o primeiro operador a lançar o Canal Disney na sua aplicação Mobile TV; ▪ A Optimus ganhou a 9ª edição dos prémios do clube de Criativos de Portugal; ▪ A Sonae Sierra entrou no mercado romeno com a aquisição do centro comercial River Plaza Mall, já em funcionamento; ▪ A Sonae Sierra foi distinguida com o prémio "ReSource", atribuído pela primeira vez pelo Conselho Internacional de Centros Comerciais, devido ao seu compromisso a longo prazo de desenvolvimento sustentável.	▪ A Sonaecom concluiu um acordo para a aquisição da base de clientes residencial e Soho da Oni; ▪ A Optimus ganhou uma conta de cliente com o Ministério português do Ambiente e entidades governamentais da responsabilidade do mesmo; ▪ O Alexa, um Centro Comercial em desenvolvimento da Sonae Sierra, em Berlim, foi o primeiro local de construção de um centro comercial na Alemanha a obter um certificado ambiental durante a fase de construção.

Julho	Agosto	Setembro
▪ O Modelo abriu um novo hipermercado em Ponte de Lima, representando um investimento superior a 7 milhões de euros e criando 123 novos empregos; ▪ A Novis implementou a primeira plataforma IMS-IP de sistemas multimédia em Portugal, o novo paradigma mundial em termos de redes de comunicação; ▪ A WeDo lançou a versão 4.1 do RAID, incluindo um novo módulo de controlo de negócios; ▪ A Sonae Sierra ganhou o prémio Elite Lombard para a melhor estratégia de retalho em Itália, na primeira edição do "Milano Finanza Real estate Elite award".	▪ Cada loja Modelo patrocinou uma escola da respectiva área, no sentido de a equipar com equipamento de TI e material desportivo; ▪ A Optimus lançou a Mobile TV em alta definição; ▪ A Sonae Sierra acordou a venda de 50% de todos os direitos do projecto das Torres Colombo à Iberdrola Imobiliária/Caixa Geral de Depósitos.	▪ O Modelo e Continente actualizaram o seu cartão de fidelização com funcionalidades de pagamento; ▪ A Optimus expandiu a sua cobertura internacional a 191 países; ▪ A Sonae Sierra abriu ao público o centro comercial 8ªAvenida, em S. João da Madeira; ▪ A Sonae Sierra anunciou o desenvolvimento de um novo centro comercial em Manaus, representando um investimento total de 67 milhões de euros; ▪ A Sonae Sierra inaugurou o centro comercial ALEXA, em Berlim; ▪ A WeDo adquiriu a Cape Technologies, tornando-se no líder mundial do mercado de integração de software de <i>Revenue Assurance</i>.

Outubro	Novembro	Dezembro
▪ O Modelo abriu um novo hipermercado em Monção, representando um investimento superior a 7 milhões de euros e criando 105 novos empregos; ▪ O Modelo abriu um novo hipermercado em Alverca, representando um investimento superior a 12 milhões de euros e criando 123 novos empregos; ▪ O Modelo promoveu hábitos de reciclagem e leitura, ao oferecer 9.000 livros às escolas seleccionadas que recolheram mais pilhas para reciclagem; ▪ O Modelo e Continente lançaram serviços adicionais para o cartão de fidelidade, permitindo a sua utilização através do telemóvel; ▪ A Sonae Sierra abriu ao público o seu 12º centro comercial e de lazer em Espanha, o El Rosal; ▪ A Sonae Sierra ganhou o <i>European Property Award</i> em 2007, tendo sido internacionalmente reconhecida como a melhor empresa europeia de desenvolvimento de centros comerciais; ▪ A Sonae Sierra ganhou o prémio de Segurança DuPont 2007, pelo seu empenho na segurança & saúde.	▪ A Optimus tornou-se líder em cobertura internacional por <i>roaming</i>, com uma cobertura internacional através de tecnologia GSM, que se estende a 200 países; ▪ A Sonae Sierra anunciou o desenvolvimento de um centro comercial em Biella, na Itália; ▪ A Sonae Sierra anunciou a aquisição de dois terrenos na Roménia, nomeadamente em Craiova e Ploiesti, para o desenvolvimento de dois novos centros comerciais e de lazer.	▪ O Continente anunciou a sua nova abordagem de comunicação, baseada em musicais da Broadway, com a frase chave – ontem, hoje e amanhã; ▪ O grupo Sonaecom obteve a renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade; ▪ A Sonae Sierra e a Miller Developments venderam o Lima Retail Park à PREF, o fundo europeu de parques de retalho gerido pela British Land European Fund Management; ▪ A Sonae Sierra vendeu 50% do LoureShopping à Deka Immobilien investment, uma empresa alemã de gestão de fundos de retalho.

2. Enquadramento económico

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

Economia Mundial

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que a Economia Mundial tenha registado uma taxa de crescimento de 4,9% em 2007, o que representa uma desaceleração relativamente a 2006 (0,1% abaixo da taxa de crescimento registada em 2006). O forte desempenho económico global continua a reflectir, em grande medida, o crescimento económico registado nos países em desenvolvimento (7,7%), representando este último mais do dobro do valor registado para as economias avançadas (2,6%). A China, Rússia e Índia representaram metade do crescimento da economia mundial.

Durante o ano de 2007, os preços do Brent aumentaram 54% em Londres, chegando a atingir os 94 dólares por barril, no final do ano. As elevadas taxas de crescimento dos mercados emergentes, com maior destaque para a China, estão a pressionar a subida dos preços do petróleo, ao aumentar a procura.

Estados Unidos

O crescimento económico dos Estados Unidos da América (EUA) abrandou significativamente no quarto trimestre de 2007, com os indicadores recentes a evidenciarem uma quebra nos sectores de produção e imobiliário, emprego e consumo. A quebra observada no mercado imobiliário (o investimento imobiliário diminuiu 17,2%) provocou um abrandamento da actividade económica; consequentemente, estima-se que a economia dos EUA tenha crescido 2,2% no ano. Em 2007, o crescimento económico foi principalmente impulsionado pelo consumo e investimento não imobiliário.

União Europeia e Zona Euro

Tanto a União Europeia (UE) como a Zona Euro iniciaram o ano de 2007 de forma francamente positiva, situação que se deteriorou gradualmente ao longo do ano. Estima-se que a economia da União Europeia tenha apresentado uma taxa de crescimento de 2,9 % em 2007 (3% em 2006) e a Zona Euro de 2,7% (2,8% em 2006), o que se deve principalmente ao investimento e consumo privado.

O crescimento da procura interna final representou 2,3pp da taxa de crescimento anual do PIB na Zona Euro, onde se observou um bom desempenho tanto do investimento como do consumo.

O investimento empresarial aumentou, devido a uma significativa viragem positiva na rentabilidade empresarial, o que resultou parcialmente de um aumento modesto nos custos do trabalho e de um aumento da produtividade. O investimento imobiliário na Zona Euro diminuiu de 6%, em 2006, para 1,9%, em 2007, como consequência do aumento verificado nas taxas de juro, influenciado pela crise do *sub-prime* nos EUA. A agitação do mercado afectou a liquidez do mercado interbancário, conduzindo a uma reavaliação de riscos, concretizada em maiores *spreads*, maiores taxas de juros para empréstimos interbancários (taxas de referência para a maior parte dos empréstimos) e critérios mais rigorosos de concessão de crédito.

O consumo privado diminuiu 0,1pp na UE, para 2,3%, e 0,1pp na Zona Euro, para 1,7%. O ritmo de consumo abrandou, como resultado do aumento do imposto de valor acrescentado (IVA) na Alemanha e consequente antecipação do consumo no final do ano de 2006. Além disso, a moderação observada no aumento de salários em alguns estados membros da Zona Euro, nomeadamente na Alemanha, conduziu a uma diminuição dos rendimentos familiares e, consequentemente, do consumo privado. Estes efeitos foram compensados, em medida, por um aumento na taxa de emprego.

A taxa de desemprego foi de 7,1% na UE e 7,4% na Zona Euro, em 2007, tendo diminuído relativamente aos 8,2% e 8,3% anteriores, respectivamente. O maior dinamismo do mercado de trabalho conduziu apenas a um aumento modesto nas pressões salariais, o que indicia uma diminuição na taxa de desemprego estrutural ou a longo prazo.

A procura externa representou 0,4pp do crescimento anual do PIB na Zona Euro. As exportações apresentaram um desempenho positivo, não obstante a apreciação do euro. Este desempenho resultou da transferência de parte do comércio externo para países asiáticos e exportadores de petróleo, o que compensou parte da diminuição ocorrida nas exportações para os EUA, assim como da já referida moderação dos aumentos salariais, que exerceu um impacto positivo na competitividade de produtos e serviços europeus.

Na primeira metade de 2007, o Banco Central Europeu (BCE) adoptou uma política monetária mais rigorosa (tendo a taxa de juro de referência aumentado em 50 pontos base até Julho, para 4%), de forma a controlar as pressões inflacionistas resultantes do desempenho positivo da economia. A partir de Julho, o BCE travou a tendência ascendente na taxa de juro de referência, como resposta ao problema de liquidez dos mercados financeiros resultante da crise observada do *sub-prime* nos EUA e consequente crise de confiança. Através desta política, o BCE manteve a taxa de inflação na meta estabelecida de 2,0%, para a Zona Euro. Na UE, a inflação atingiu os 2,3%.

Em 2007, na Zona Euro, estima-se que a actividade económica tenha registado taxas de crescimento de 3,8% em Espanha (3,9% em 2006), 2,5% na Alemanha (2,9% em 2006), 1,9% em Itália (similar com o valor observado em 2006) e 4,1% na Grécia (4,3% em 2006). Na Europa Central e de Leste foram registadas taxas de crescimento mais elevadas, tendo sido estimado um crescimento da actividade económica de 5,5%.

Brasil

A taxa de crescimento económico do Brasil aumentou na primeira metade de 2007, estimando-se que tenha atingido cerca de 4,8% para o ano.

Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo consumo, suportado por um aumento de rendimentos e maior disponibilidade de crédito. A forte procura interna conduziu ainda a um aumento nas importações. Existe um elevado *momentum* relativamente ao investimento e as exportações continuam a apresentar um forte desempenho.

A situação sustentada de redução das restrições relativas às condições monetárias, a expansão do crédito e a existência de melhores condições no mercado de trabalho conduziram à expansão económica. Não obstante a apreciação do Real, as exportações continuaram a registar um desempenho positivo.

Os preços dos géneros alimentares conduziram a um aumento da inflação a meio do ano; contudo, a inflação permaneceu abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (4,5%), tendo-se situado em 3,9%, em 2007.

2.2. Economia portuguesa

De acordo com o Banco de Portugal (BP), a economia portuguesa apresentou uma taxa de crescimento de 1,9% em 2007, dando continuidade à tendência ascendente iniciada em 2005, 0,7pp acima da taxa de crescimento observada em 2006. O crescimento económico foi suportado pela procura interna e externa.

A contribuição da procura interna para a taxa de crescimento do PIB aumentou de 0,2pp, em 2006, para 1,3pp, em 2007, tendo os desempenhos positivos do investimento e consumo privado mais do que compensado a redução ocorrida nas despesas governamentais.

O investimento registou a viragem positiva mais notável, tendo aumentado 2,6% em 2007, recuperando de um decréscimo de 1,8%, em 2006. Este desempenho exerceu um impacto positivo na economia, tendo sido principalmente impulsionado pelo investimento nos sectores da construção e materiais de transporte aeronáutico.

O consumo privado, apesar de ter contribuído de forma positiva para a procura interna, registou uma taxa de crescimento de 1,2%, inferior à taxa de crescimento do PIB, de 1,9%, devido à deterioração do mercado de trabalho (tendo a taxa de desemprego aumentado de 7,7%, em 2006, para 7,9%, em 2007), aumento das taxas de juro (a taxa de referência da Zona Euro

aumentou 200 pontos base, desde Dezembro de 2005, situando-se em 4% no final do ano) e níveis de endividamento mais elevados das famílias portuguesas.

Por outro lado, as despesas governamentais exerceram um impacto negativo na procura interna. A adesão ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente ao objectivo do défice público de 3% do PIB, estabelecida para o défice público, conduziu a uma diminuição do consumo público de 0,7% em 2006 e à respectiva estagnação em 2007.

Relativamente à procura externa, a contribuição líquida das exportações para o aumento da taxa de crescimento do PIB em Portugal diminuiu de 1pp, em 2006, para 0,6pp, em 2007. Portugal continuou a beneficiar, embora em menor escala, do *momentum* verificado no crescimento da economia mundial, tendo as exportações aumentado 7% em 2007 (9,1% em 2006). Esta desaceleração foi mais acentuada no segmento de exportação de bens (diminuição de 4pp em 2007, para 4,3%) enquanto que, pelo contrário, as exportações de serviços sofreram uma aceleração conducente a um crescimento de 12,8% no ano.

A taxa de inflação portuguesa foi de 2,4% em 2007, o que representou uma descida de 0,6pp relativamente ao ano anterior. A apreciação do euro relativamente ao dólar permitiu manter a inflação em níveis reduzidos, apesar do aumento acentuado dos preços do petróleo ao longo do ano.

3. Informação financeira consolidada

3.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS				
Volume de negócios	4.383,8	4.240,1	4.627,7	9,1%
Retailho	3.083,8	3.085,2	3.374,5	9,4%
Centros comerciais ⁽¹⁾	136,9	131,7	144,5	9,7%
Telecomunicações	813,0	803,4	876,0	9,0%
Serviços	339,0	213,6	208,6	-2,3%
Holding & outros	11,1	6,2	24,2	-
Valor criado em propriedades de investimento ⁽²⁾	130,0	128,4	152,4	18,7%
Outras receitas	422,9	376,1	437,1	16,2%
Custos operacionais	4.324,7	4.147,4	4.508,3	8,7%
Custo das vendas	2.530,3	2.480,1	2.694,3	8,6%
Custos com pessoal	570,6	524,1	569,8	8,7%
Despesas gerais e administrativas	1.146,6	1.071,9	1.200,3	12,0%
Outros custos operacionais	77,1	71,4	43,9	-38,4%
EBITDA excl. valor criado em prop. de investimento	469,2	459,5	553,1	20,4%
EBITDA ⁽³⁾	599,1	587,9	705,5	20,0%
Margem EBITDA (%) ⁽⁴⁾	13,7%	13,9%	15,2%	1,4pp
Retailho	253,8	254,1	299,9	18,0%
Centros comerciais ⁽¹⁾	191,6	187,8	219,2	16,7%
Telecomunicações	146,4	144,8	172,7	19,3%
Serviços	14,7	7,2	18,4	155,0%
Holding & outros	-7,4	-6,0	-4,7	22,6%
Provisões e perdas de imparidade	28,0	23,5	17,5	-25,7%
Depreciações e amortizações	226,8	222,9	235,0	5,4%
EBIT	357,2	350,9	456,5	30,1%
Resultados financeiros	-99,5	-94,8	-124,2	-31,0%
Proveitos financeiros	27,6	28,0	48,8	74,4%
Custos financeiros	127,1	122,8	173,0	40,9%
Resultados relativos a empresas associadas	10,4	6,1	2,7	-56,0%
Resultados relativos a investimentos ⁽⁵⁾	135,5	90,9	48,5	-46,6%
EBT	403,6	353,1	383,5	8,6%
Imposto sobre o rendimento	65,0	62,2	26,8	-56,9%
Resultado Líquido	338,7	290,9	356,7	22,6%
Atribuível ao grupo ⁽⁶⁾	241,8	208,9	284,0	36,0%
Atribuível a interesses minoritários	96,9	82,0	72,7	-11,4%

(1) Os centros comerciais são consolidados proporcionalmente (50%); (2) Aumento do valor dos centros comerciais consolidado proporcionalmente; (3) EBITDA exclui provisões e perdas de imparidade; (4) Margem EBITDA = EBITDA / volume de negócios; (5) Mais valias (menos valias) com investimentos financeiros mais dividendos recebidos; (6) Resultados líquidos atribuíveis aos accionistas da Sonae; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Sonae Capital no 4T06, a contribuição da Enabler no 1S06, a contribuição da Plysorol no 2S06 e 25% da Sonae Sierra Brasil em 2006; não-auditado.

Volume de negócios

Em 2007, o volume de negócios aumentou 9,1%, em comparação com 2006^(P), para 4.627,7 milhões de euros, como resultado do crescimento dos negócios de Retailho, Centros Comerciais e Telecomunicações: (i) aumento de 9,4% no contributo do Retailho, correspondendo a 289,3 milhões de euros, como resultado da boa performance do ano, da

expansão da área de vendas e do impacto de iniciativas inovadoras tais como o cartão de fidelização; (ii) aumento de 9,0% no contributo do negócio de Telecomunicações, ascendendo a 72,6 milhões de euros, explicado pelo forte crescimento das receitas de clientes nos negócios fixo (48,2%) e móvel (7,9%), apesar do impacto negativo da redução das tarifas de terminação móvel e da redução das tarifas de *roaming-in*; e (iii) um aumento de 9,7% no contributo do negócio de Centros Comerciais, ascendendo a 12,8 milhões de euros, como resultado do melhor desempenho da carteira de centros comerciais, da aquisição e abertura de novos centros comerciais e do aumento da participação em alguns centros comerciais no Brasil e em Portugal.

EBITDA

O EBITDA consolidado ascendeu a 705,5 milhões de euros em 2007, que compara com 587,9 milhões de euros registados em 2006^(P), um aumento de 1,4pp da margem EBITDA para 15,2%. O aumento do EBITDA no exercício resultou essencialmente do negócio de Retalho, com um aumento do seu contributo para o EBITDA de 45,8 milhões de euros, face a 2006^(P), para 299,9 milhões de euros, e do negócio dos Centros Comerciais, com um aumento do seu contributo para o EBITDA de 31,4 milhões de euros, face a 2006^(P), para os 219,2 milhões de euros, devido essencialmente ao acréscimo de valor nas propriedades de investimento. Este acréscimo ascendeu a 152,4 milhões de euros, 18,7 % acima de 2006^(P), fruto do decréscimo das *yields* de mercado, nomeadamente em Portugal e no Brasil e do aumento do número de centros comerciais em carteira. O EBITDA excluindo o valor criado nas propriedades de investimento aumentou 20,4% para 553,1 milhões de euros, face a 459,5 milhões de euros em 2006^(P). Em 2007, o contributo do negócio de Telecomunicações para o EBITDA consolidado aumentou 27,9 milhões de euros, reflectindo os bons resultados operacionais alcançados pelos negócios fixo e SSI. O contributo do negócio de Serviços para o EBITDA consolidado ascendeu a 18,4 milhões de euros, 2,5x acima do contributo em 2006^(P), sustentado pelo desempenho dos negócios de Hotelaria e Fitness e do Grupo Selfrio⁵.

Resultados financeiros

Em 2007, os custos financeiros líquidos aumentaram 31% para os 124,2 milhões de euros, que compararam com 94,8 milhões de euros em 2006^(P), reflectindo essencialmente: (i) um aumento do custo médio da dívida, com a média diária da Euribor a 3 e 6 meses a aumentar 1,2 pp e 1.1 pp, respectivamente, em comparação com 2006, e (ii) um aumento, em 2007, da dívida líquida média do Grupo, responsável por quase 60% do aumento dos custos e perdas financeiras. No entanto, apesar da turbulência dos mercados financeiros, o custo médio de financiamento das *sub-holdings* da Sonae aumentou a um menor ritmo do que o aumento das taxas de mercado em 2007.

Resultados relativos a investimentos

Os resultados relativos a investimentos totalizaram 48,5 milhões de euros em 2007, incluindo ganhos maioritariamente relacionados com: (i) a venda por parte da Sonae de 6,7 milhões de acções da Sonaecom, gerando uma mais-valia de 27,5 milhões de euros; (ii) a venda por parte da Sonae Capital de uma participação adicional de 7,83% na ba Vidro, gerando uma mais-valia de 9,8 milhões de euros; (iii) a venda por parte da Sonaecom de uma participação de 1% na Portugal Telecom, gerando uma mais-valia de 2,5 milhões de euros; e (iv) a venda por parte da Sonae Sierra de participações em 2 centros comerciais, gerando uma mais-valia de 3,9 milhões de euros. Em comparação com 2006^(P), os resultados relativos a investimentos diminuíram 46,6%, uma vez que o valor do ano anterior incluía 58,8 milhões de euros relacionados com o *roll-up* das participações da EDP e da Parpública para o capital da Sonaecom, e o ajuste, no valor de 12,6 milhões de euros, no preço de venda da operação de retalho no Brasil.

Resultado Líquido

O resultado líquido consolidado em 2007 cresceu 22,6% para 356,7 milhões de euros, em comparação com 290,9 milhões de euros registados em 2006^(P), devido essencialmente ao melhor desempenho operacional, apesar da deterioração dos resultados financeiros e do decréscimo de 46,6% nos resultados relativos a investimentos em 2007. O resultado líquido atribuível ao Grupo aumentou 36% em comparação com 2006^(P).

⁵ Refrigeração, ar condicionado e manutenção.

Em 2007, o grupo registou um valor negativo de 26,8 milhões de euros em impostos, o que compara com 62,2 milhões de euros negativos em 2006^(P), composto por um imposto corrente de 26 milhões de euros e movimentos de impostos diferidos, que geraram um custo de 0,8 milhões de euros. O último resultou do reconhecimento de impostos diferidos passivos adicionais na Sonae Sierra, relacionados com o valor criado nas propriedades de investimento, mais do que compensando a variação dos impostos diferidos activos na Sonaecom, como resultado da fusão entre as suas divisões fixo e móvel. A taxa efectiva de imposto ascendeu a 6,7% em 2007, em comparação com 6,9% em 2006^(P).

3.2. Balanço Consolidado

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y.
Total do Activo Líquido	6.321,1	5.657,6	7.026,2	24,2%
Activos não Correntes	4.578,9	4.122,7	5.600,8	35,9%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	2.396,1	2.059,2	2.501,9	21,5%
Goodwill	250,8	214,9	740,9	-
Propriedades de investimento ⁽¹⁾	1.520,2	1.521,7	2.062,1	35,5%
Outros investimentos	264,9	180,8	85,6	-52,7%
Impostos Diferidos Activos	102,8	98,0	135,6	38,3%
Outros	44,1	48,0	74,6	55,3%
Activos Correntes	1.742,2	1.534,9	1.425,3	-7,1%
Existências	481,2	355,8	481,9	35,4%
Clientes	257,0	186,9	229,1	22,6%
Liquidez ⁽²⁾	695,7	678,0	346,5	-48,9%
Outros	308,3	314,2	367,9	17,1%
Capital Próprio	1.694,9	1.383,1	1.618,0	17,0%
Grupo	1.292,9	971,6	1.169,7	20,4%
Interesses Minoritários	402,1	411,5	448,3	8,9%
Total Passivo	4.626,2	4.274,5	5.408,2	26,5%
Passivo não Corrente	2.583,5	2.420,2	3.584,3	48,1%
Empréstimos bancários	1.017,1	936,0	1.059,7	13,2%
Outros empréstimos ⁽³⁾	1.125,6	1.100,0	1.769,4	60,9%
Impostos diferidos passivos	272,1	267,1	334,2	25,1%
Provisões	63,2	42,8	108,0	152,2%
Outros	105,5	74,2	313,0	-
Passivo Corrente	2.042,7	1.854,3	1.823,8	-1,6%
Empréstimos bancários	510,1	453,9	129,2	-71,5%
Outros empréstimos ⁽³⁾	105,9	81,3	9,1	-88,8%
Fornecedores	829,8	750,4	988,8	31,8%
Outros	597,0	568,8	696,7	22,5%

(1) Propriedades de Investimento = valor dos centros comerciais detidos pela Sonae Sierra; (2) Liquidez inclui caixa & equivalentes de caixa e investimentos correntes; (3) Outros empréstimos inclui obrigações, leasing, derivados e suprimentos; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Sonae Capital no 4T06, a contribuição da Enabler no 1S06, a contribuição da Plysorol no 2S06 e 25% da Sonae Sierra Brasil em 2006; não-auditado.

O total do imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto foi de 4.102 milhões de euros no final de 2007, em comparação com 3.372 milhões de euros registados em 2006^(P), e as depreciações e amortizações totalizaram 1.600 milhões de euros, face aos 1.313 milhões de euros em 2006^(P). O *goodwill* totalizou 740,9 milhões de euros em 2007, em comparação com os 214,9 milhões de euros registados em 2006^(P), um aumento principalmente devido ao *goodwill* gerado na aquisição do Carrefour Portugal pelo negócio de Retalho. O capital próprio aumentou 234,9 milhões de euros, em 2007, para 1.618 milhões de euros, quando comparado com 2006^(P), sobretudo devido aos resultados gerados em 2007, não obstante os dividendos pagos que ascenderam a 56 milhões de euros. O total das propriedades de investimento totalizaram 2.062,1 milhões de euros, em comparação com os 1.521,7 milhões de euros registados em 2006^(P), reflectindo a abertura e aquisição de novos centros comerciais em 2007 pelo negócio de Centros Comerciais, assim como a valorização registada em propriedades de investimento, devido à descida das *yields* durante 2007.

Capex

Em 2007, o Capex aumentou 106,1% para os 1.571,3 milhões de euros, em comparação com 2006^(P), o que corresponde a 34,0% do volume de negócios.

Milhões de euros

CAPEX	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
CAPEX Total ⁽¹⁾	787,4	762,5	1.571,3	106,1%
Retalho	249,4	249,4	800,1	-
Centros comerciais ⁽²⁾	96,3	96,3	411,1	-
Telecomunicações	253,9	253,9	235,7	-7,2%
Serviços	72,3	47,4	123,5	160,2%
Holding & outros	115,5	115,5	1,0	-99,2%
CAPEX como % Volume de Negócios	18,0%	18,0%	34,0%	16pp
EBITDA menos CAPEX	-188,3	-174,6	-865,8	-

(1) Capex inclui investimento bruto em activos tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento e investimentos em aquisições; (2) Os centros comerciais são consolidados proporcionalmente (50%); (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Sonae Capital no 4T06, a contribuição da Enabler no 1S06, a contribuição da Pylsorol no 2S06 e 25% da Sonae Sierra Brasil em 2006; não-auditado.

O Capex do negócio de Retalho, responsável por 50,9% do investimento consolidado, foi direccionado para a aquisição do Carrefour Portugal e para a abertura de 130 lojas (21 de base alimentar e 109 de base não alimentar), correspondendo a um aumento de 30% na área de venda para os 709 mil m2. A contribuição dos Centros Comerciais para o Capex consolidado ascendeu a 411,1 milhões de euros, reflectindo: (i) a conclusão do Lima Retail Park e do 8ª Avenida, em Portugal; do Alexa, na Alemanha; e do El Rosal, em Espanha (ii) o desenvolvimento dos projectos em curso; (iii) a aquisição de dois terrenos na Roménia e um no Brasil; (iv) a aquisição de 4 centros comerciais; e (v) o aumento das participações em centros comerciais que operam no Brasil e em Portugal. A contribuição do negócio das Telecomunicações para o Capex consolidado ascendeu a 235,7 milhões de euros, um decréscimo de 7,2% em comparação com 2006^(P). Em 2006^(P) o valor do investimento incluía uma verba de 105,9 milhões de euros referente à aquisição de aproximadamente 1% do capital da Portugal Telecom. No Capex de 2007, estão incluídos: (i) 58,6 milhões de euros relativos a investimentos em aquisições; (ii) contributos para o programa da sociedade de informação, no valor de 10,5 milhões de euros; (iii) investimentos direccionados para o desenvolvimento da rede UMTS/HSDPA; (iv) investimentos no aumento da capacidade da rede GSM; (v) investimentos em tecnologias e sistemas de informação; e (vi) investimentos na rede de acesso directo em banda larga. Em 2007, a contribuição do negócio de Serviços para o Capex consolidado ascendeu a 123,5 milhões de euros, explicado principalmente pelos investimentos para o desenvolvimento do projecto de Tróia e pela remodelação dos hotéis. O Capex da holding ascendeu a 1 milhão de euros, um decréscimo de 114,5 milhões de euros em comparação com 2006^(P), que incluía as aquisições de acções da Sonaecom no montante de 36,5 milhões de euros e de acções da Sonae Distribuição no montante de 53,7 milhões de euros.

Estrutura de capital

Milhões de euros

ESTRUTURA DE CAPITAL	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
Dívida bruta ⁽¹⁾	2.758,6	2.571,2	2.967,4	15,4%
Dívida líquida ⁽²⁾	2.062,9	1.893,2	2.621,0	38,4%
Retalho	376,7	376,7	1.072,4	184,7%
Centros comerciais ⁽³⁾	532,6	532,6	839,5	57,6%
Telecomunicações	428,4	428,4	307,4	-28,2%
Serviços	109,7	0,0	0,0	-
Holding & outros	615,5	555,5	401,7	-27,7%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	3,4 x	3,2 x	3,7 x	0,5x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾	6,1 x	6,2 x	4,9 x	-1,3x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	61,9%	65,0%	64,7%	-0,3pp

(1) Dívida bruta = Empréstimos não correntes mais empréstimos correntes; (2) Dívida líquida = Dívida bruta - liquidez; (3) Centros Comerciais são consolidados proporcionalmente (50%); (4) Cobertura de juros; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Sonae Capital no 4T06, a contribuição da Enabler no 1S06, a contribuição da Pylsorol no 2S06 e 25% da Sonae Sierra Brasil em 2006; não-auditado.

No final de 2007, a dívida líquida consolidada ascendia a 2.621,0 milhões de euros, um aumento de 727,8 milhões de euros face ao valor de 2006^(P), essencialmente devido aos 664 milhões de euros de investimento com a compra do Carrefour Portugal, e devido às necessidades de financiamento dos planos de desenvolvimento da Sonae Sierra, compensados em parte: (i) pelo decréscimo de 121 milhões de euros no contributo da dívida líquida do negócio de Telecomunicações, reflectindo o FCF gerado na venda da participação de 1% da Portugal Telecom no 1T07; (ii) pela venda de acções próprias no valor de 274 milhões de euros; e (iii) pela exclusão da dívida líquida da Sonae Capital do perímetro de

consolidação, assim como pelo recebimento, após cisão, dos suprimentos concedidos à Sonae Capital. Do total da dívida líquida consolidada no final de 2007, 839,5 milhões de euros atribuíveis ao negócio dos Centros Comerciais eram total e exclusivamente garantidos pelos activos de cada projecto.

No final de 2007, e comparativamente com o final de 2006^(P), o rácio dívida líquida consolidada sobre EBITDA (últimos 12 meses) deteriorou-se para 3,7x em comparação com 3,2x em 2006^(P), explicado pelo nível mais alto de dívida líquida, apesar do crescimento do EBITDA (últimos 12 meses) em 2007. Excluindo a aquisição do Carrefour Portugal, concluída a 31 de Dezembro de 2007, o rácio dívida líquida sobre EBITDA (últimos 12 meses) teria sido de 2,8x no final de 2007, uma melhoria de 0,5x em comparação com 2006^(P). O rácio de cobertura de juros deteriorou-se de 6,2x no final de 2006^(P) para os 4,9x, explicado pelo aumento dos juros pagos em 2007, resultado do aumento das taxas de juro de mercado e da dívida líquida média, apesar do nível de EBITDA atingido em 2007. O rácio de dívida bruta sobre capital próprio foi de 64,7%, marginalmente abaixo ao verificado no final de 2007, reflectindo o aumento da dívida bruta em 2007, parcialmente compensado por um aumento do capital próprio.

4. Análise dos Negócios

4.1. Retalho

4.1.1. Estratégia

Em 2007, as prioridades da Sonae Distribuição centraram-se na capitalização das iniciativas de crescimento implementadas e na consolidação da liderança no mercado português. A estratégia apostou numa forte abertura de novas lojas, através do aumento da respectiva área de vendas em mais de 10%, bem como no desenvolvimento de novos formatos de negócio e no investimento em programas de eficiência e inovação, lançando iniciativas direccionadas de fidelização do consumidor final.

4.1.2. Principais destaques

Em 2007 a Sonae Distribuição obteve excelentes resultados e expandiu ainda mais a sua rede de lojas, consolidando a sua posição de liderança no mercado de retalho português. De realçar a aquisição dos hipermercados Carrefour em Portugal, a qual foi concluída com sucesso em 31 de Dezembro de 2007.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Crescimento das vendas (%)	13,0%	9,5%	-3,5pp
Alimentar	-	7,2%	-
Continente	-	2,1%	-
Modelo	-	11,9%	-
Modelo Bounjour	-	14,8%	-
Outros	-	110,3%	-
Não alimentar	-	16,1%	-
Worten	-	16,4%	-
Vobis	-	-1,0%	-
Worten Mobile	-	53,7%	-
Modalfa	-	15,1%	-
Zippy	-	121,4%	-
Sportzone	-	14,1%	-
Maxmat&Maxgarden	-	10,7%	-
Star	-	8,5%	-
Área Saúde	-	-	-
Crescimento das vendas - universo base comparável (%)	-	4,0%	-
Alimentar	-	3,0%	-
Não alimentar	-	4,0%	-
Número de lojas (EOP)	496	646	30,2%
Alimentar	140	173	23,6%
Não alimentar	356	473	32,9%
Área de vendas ('000 m ²)	545	709	30,1%
Alimentar	350	460	31,4%
Não alimentar	194	249	28,4%
% Área de vendas detida (%)	-	74,0%	-
Alimentar	-	86,0%	-
Não alimentar	-	52,0%	-
Total colaboradores ⁽¹⁾	25.255	31.714,0	25,6%

(1) Inclui colaboradores do Carrefour integrados a 31 de Dezembro de 2007.

Vendas

As vendas dos formatos de base alimentar registaram um sólido crescimento de 7,2% em 2007, face a 2006, com um crescimento no conjunto comparável de lojas de 3%. Estes resultados foram conseguidos num ambiente de maior pressão competitiva e crescente oferta no mercado de base alimentar, reflectida num aumento de aproximadamente 12% no total da área de vendas de retalho, comparado com 2006, o qual ficou acima do crescimento nominal da procura do mercado. Este desempenho foi, sobretudo, explicado pelo seguinte: (i) abertura de 21 novas lojas de base alimentar e a mudança de insígnia de 2 outras lojas; (ii) sucesso do cartão de fidelização, lançado durante o 1T07, abrangendo aproximadamente 2,2 milhões de cartões até ao final de 2007 e representando mais de 80% das compras efectuadas durante o ano; (iii) implementação do projecto de segmentação da oferta, levada a cabo na área dos perecíveis, e a criação de novas linhas de produtos biológicos, explicando o crescimento de vendas desta área, em 2007.

As vendas dos formatos de base não alimentar aumentaram 16,1%, em 2007, face a 2006, com um crescimento no conjunto comparável de lojas de 4%. Este aumento resultou, essencialmente, de: (i) expansão da rede de lojas, com a abertura de 109 novas lojas, representando aproximadamente 46 mil m2 de área de venda adicional; e (ii) maior reconhecimento e elevado desempenho operacional de alguns formatos de base não alimentar.

Rede de Lojas

A Sonae Distribuição finalizou 2007 com 646 lojas e treze insígnias, correspondendo a um total de 709 mil m2 de área de venda, 30% acima dos 545 mil m2 de área de vendas no final de 2006. A área de vendas das lojas detidas 525 mil m2 no final de 2007, representava cerca de 74% da área de venda da rede total de lojas, e era responsável por, aproximadamente, 80% das vendas anualizadas de 2007⁶. No retalho alimentar, a empresa fortaleceu a sua presença no mercado Português, com a abertura de 9 novos mini-hipermercados Modelo, 2 supermercados Modelo Bonjour, e 1 *Outlet* Continente. O *Outlet* Continente foi lançado durante o 2T07, um conceito de loja com o objectivo de escoar excessos de stock. No retalho não alimentar, a empresa continuou com o seu ritmo acelerado de expansão, com a abertura de 109 novas lojas em 2007, atingindo um total de 46 mil m2 de área de venda, um aumento de 24% em comparação com 2006. Com a aquisição das lojas Carrefour Portugal, a Sonae Distribuição acrescentou 26 lojas ao seu parque actual de lojas, representado 95 mil m2, dos quais 85 mil m2 alocados a formatos de base alimentar, nomeadamente à insígnia Continente, e os remanescentes 10 mil m2 aos formatos de base não alimentar, nomeadamente às insígnias Worten, formato dedicado a electrodomésticos e electrónica de consumo, e à Área Saúde, formato de para-farmácia.

⁶ Assumindo a anualização das vendas das lojas Carrefour Portugal adquiridas.

Milhões de euros

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	2006	2007	y.o.y
Volume de negócios	3.090,6	3.384,7	9,5%
Alimentar	2.209,5	2.368,4	7,2%
Continente	1.110,0	1.133,0	2,1%
Modelo	995,5	1.113,4	11,9%
Modelo Bounjour	101,4	116,4	14,8%
Outros ⁽¹⁾	2,7	5,6	110,3%
Não-alimentar	869,2	1.009,1	16,1%
Worten	395,7	460,8	16,4%
Vobis	64,9	64,2	-1,0%
Worten Mobile	4,5	6,9	53,7%
Modalfa	79,2	91,2	15,1%
Zippy	7,5	16,6	121,4%
Sportzone	125,5	143,1	14,1%
Maxmat&Maxgarden	64,9	71,9	10,7%
Star	121,5	131,8	8,5%
Área Saúde	5,5	22,5	-
Outros & eliminações ⁽²⁾	11,8	7,2	-39,5%
EBITDA	253,7	299,0	17,9%
Margem EBITDA (%) ⁽³⁾	8,2%	8,8%	0,6pp
Alimentar	188,5	207,7	10,2%
Não-Alimentar	53,6	71,4	33,2%
Outros & eliminações	11,6	19,9	71,6%
EBIT	175,0	211,0	20,6%
Resultados financeiros	-18,6	-34,7	-86,6%
Resultado líquido - Grupo⁽⁴⁾	158,1	167,5	5,9%
Dívida Bruta	769,3	1.207,4	56,9%
Dívida Líquida	376,6	1.082,4	187,4%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	1,5 x	1,8 x	0,3x
EBITDA/Juros ⁽⁵⁾	15,9 x	10,3 x	-554,6x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio) ⁽⁶⁾	33,3%	56,0%	22,7pp
CAPEX ⁽⁷⁾	241,5	972,5	-
EBITDA menos CAPEX	12,2	-673,5	-
Free Cash Flow	-	-	-

(1) Outros inclui as cafeterias; (2) Inclui rendas das galerias do Continente e Modelo; (3) Margem EBITDA= EBITDA / volume de negócios; (4) Resultado líquido atribuíveis aos accionistas da Sonae Distribuição; (5) Cobertura de juros; (6) Inclui o impacto na dívida decorrente da aquisição do Carrefour finalizada a 31 de Dezembro de 2007; (7) inclui aquisição do Carrefour.

Volume de negócios

O volume de negócios aumentou 9,5% para os 3.385 milhões de euros, em comparação com os 3.091 milhões de euros em 2006, essencialmente devido ao desempenho positivo das lojas existentes, sustentadas pelo impacto do cartão de fidelização lançado em Janeiro de 2007, e a abertura de 130 novas lojas, representando um aumento de 13% na área de venda em 2007.

EBITDA

O EBITDA, em 2007, atingiu 299 milhões de euros e gerou uma margem de 8,8%, representando um aumento de 17,9% e 0,6pp, respectivamente, em comparação com 2006. Este desempenho incluiu 12 milhões de euros de mais-valias líquidas geradas pela venda dos activos imobiliários constituídos pelas galerias comerciais de Albufeira e Portimão. Excluindo o impacto destas mais-valias líquidas, o EBITDA teria aumentado 13,1% para os 287 milhões de euros e teria gerado uma margem de 8,5%, um aumento de 0,3pp em relação a 2006. O EBITDA dos formatos de base alimentar aumentou 10,2% em relação a 2006, gerando uma margem de 8,8% em 2007, por comparação com uma margem de 8,5% em 2006, devido essencialmente aos esforços na contenção de custos e aos ganhos de produtividade internos nas operações. O EBITDA nos formatos de base não alimentar atingiu 71 milhões de euros, gerando uma margem EBITDA de 7,1%, correspondendo a um aumento de 0,9pp em relação a 2006. Este crescimento reflecte o aumento do peso destes formatos na rentabilidade, sendo responsáveis por 23,9% do EBITDA da empresa, no final de 2007, 2,7pp acima do valor de 2006.

4.2. Centros comerciais

4.2.1. Estratégia

Durante o ano de 2007, a Sonae Sierra consolidou a sua estratégia de expansão e internacionalização, terminando o ano com 47 centros comerciais, localizados em 7 países, com uma ABL⁷ total de 1,9 milhões de m². Durante o ano, a Sonae Sierra entrou num novo mercado, a Roménia, com a abertura do centro comercial Alexa, em Berlim.

⁷ ABL – Área Bruta Locável;

4.2.2. Principais destaques

A Sonae Sierra aumentou a sua rentabilidade em 2007, atingindo lucros recorde no ano. Como parte da sua estratégia de crescimento e expansão, a empresa continuou a desenvolver, em 2007, uma significativa carteira de projectos em diferentes fases e procurou, de forma activa, novas oportunidades de negócio, expandindo-se para um novo país.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Valor de mercado da carteira de activos (milhões de euros) ⁽¹⁾	4.728,0	6.153,5	30,2%
NAV da carteira de activos (milhões de euros) ⁽²⁾	1.489,9	1.713,2	15,0%
Investments	837,0	1.114,4	33,1%
Brasil	116,0	201,3	73,6%
Outros ⁽³⁾	536,9	398,0	-25,9%
NAV por acção (euros)	45,8	52,7	15,0%
Aberturas & aquisições (EOP)	2,0	8,0	-
Centros comerciais detidos/ co-detidos (EOP)	40,0	47,0	17,5%
ABL detida em centros comerciais em operação ('000 m2) ⁽⁴⁾	1.660,0	1.855,4	11,8%
Taxa de ocupação da ABA detida (%)	95,6%	95,5%	-0,1pp
Projectos em desenvolvimento (EOP) ⁽⁵⁾	10,0	12,0	20,0%
ABL em desenvolvimento ('000 m2) ⁽⁴⁾	7,0	15,0	114,3%
Projectos em fase de planeamento (EOP) ⁽⁶⁾	338,6	473,8	39,9%
Centros comerciais geridos (EOP)	59,0	63,0	6,8%
ABL sobre gestão ('000 m2) ⁽⁴⁾	2.001,3	2.183,1	9,1%
Total colaboradores	731	789	7,9%

(1) Valor de mercado = valor real da carteira de activos em operação (100%), fornecido por uma entidade independente; equivalente aos activos sobre gestão; (2) Net asset value = Valor de mercado menos dívida líquida menos minoritários mais impostos diferidos passivos; (3) Outros = projectos em desenvolvimento mais liquidez; (4) Área bruta locável; (5) Projectos em planeamento e construção; (6) projectos em carteira mas sem licenciamento completo.

Novos projectos, aberturas, aquisições e alienações

No final de 2007, a Sonae Sierra era proprietária e co-proprietária de 47 centros comerciais, um aumento de 17,5% por comparação com o final de 2006, com mais de 1,85 milhões m2 de ABL, em comparação com os 1,66 milhões m2 de ABL em 2006. Os centros comerciais sob gestão aumentaram 6,8%, para 63, no final de 2007, reflectindo o aumento significativo de actividade nesta área ao longo do último ano.

A empresa finalizou o ano com 27 novos projectos, dos quais 12 estão já em desenvolvimento e com inauguração programada até 2010, estando os restantes ainda não comprometidos. O investimento total nos projectos em desenvolvimento representa 1,2 mil milhões de euros e um ABL total de 473,8 milhões m2, com a seguinte desagregação: 23,2% em Itália, 25,2% na Roménia, 11,8% na Alemanha, 13,5% em Espanha, 12,8% na Grécia, 9,2% no Brasil e 4,3% Portugal. Durante 2007, a empresa alargou a procura de novos projectos de forma a incluir países da Europa Central, e entrou no mercado Romeno, onde acrescentou 3 activos importantes à sua carteira: (i) adquiriu um centro comercial em funcionamento, o River Plaza Mall, em Ramnicu Valcea; e (ii) adquiriu 2 lotes de terreno em Ploiesti (64.000 m2 de ABL) e Craiova (55.000 m2 de ABL), para o desenvolvimento de 2 novos centros comerciais, programados para abrir em 2009 e 2010 respectivamente, e cujo investimento se estima ser superior a 293 milhões de euros.

A acrescentar ao centro comercial adquirido na Roménia, a Sonae Sierra também adquiriu: (i) os centros comerciais "Modelo Albufeira" e "Continente Portimão", em Portugal, ambos anteriormente propriedade da Sonae Distribuição, por um NAV de 19 milhões de euros; e (ii) o centro comercial "Munster Arkaden", na Alemanha, por 166 milhões de euros. No final de 2007, a empresa alienou 1 retail park pela quantia total de 18,5 milhões de euros, reflectindo o seu enfoque nos centros comerciais e a sua crença que os retail parks, uma vez concluídos, oferecem poucas oportunidades para a Sonae Sierra lhes acrescentar valor, e 50% do Loureshopping, em Lisboa, ao investidor Alemão Deka Immobilien Investment.

Durante 2007, a Sonae Sierra abriu 3 novos centros comerciais e um retail park: (i) o Alexa, em Berlin – Alemanha; (ii) o 8ª Avenida, em S. João da Madeira – Portugal; (iii) o El Rosal, em Ponferrada - Espanha; e (iv) o Lima Retail park, em Viana do Castelo – Portugal.

Valor do portfolio das propriedades de investimento

O valor de mercado de 100% das propriedades de investimento da Sonae Sierra, tal como determinado por um avaliador independente⁸, foi de 6,2 mil milhões de euros em 2007, um aumento de 30,2% em relação a 2006, dos quais a percentagem controlada pela Sonae Sierra representa 3.774 milhões de euros, em comparação com 2.730 milhões em 2006. Numa base comparável, o valor de mercado aumentou 16%, de 4.741 milhões de euros em 2006 para 5.495 milhões de euros em 2007.

O NAV atribuível à Sonae Sierra aumentou 15,0%, para os 1,7 mil milhões de euros em 2007, correspondendo a um valor por acção de 52,7 euros, em comparação com um valor por acção de 45,8 euros em 2006, essencialmente explicado pela aquisição de novos centros comerciais durante o ano, bem como pelo aumento do valor dos bens imóveis detidos, devido ao decréscimo das yields em Portugal, Espanha, Itália e Brasil.

Milhões de euros

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	2006 ^(A)	2007	y.o.y
Volume de negócios	258,7	279,9	8,2%
Serviços	54,8	60,7	10,8%
Asset management	18,7	23,1	23,6%
Developments	13,0	13,0	0,5%
Gestão de centros comerciais	23,1	24,6	6,2%
Investments	194,8	209,1	7,3%
Outros & eliminações	9,0	10,0	11,0%
EBITDA excluindo valor criado em prop. de investimento	149,0	156,2	4,8%
Margem EBITDA (%) ⁽¹⁾	57,6%	55,8%	-1,8pp
Serviços EBITDA (%)	13,2%	33,9%	20,6pp
Serviços	34,2	94,8	176,7%
Asset management	8,8	10,8	22,1%
Developments ⁽²⁾	18,8	77,1	-
Gestão de centros comerciais	6,6	6,9	4,8%
Investments	145,3	153,0	5,3%
Outros & eliminações	-30,6	-91,5	-199,5%
EBIT	147,1	154,3	4,9%
Resultados financeiros	-44,2	-48,0	-8,7%
Ganhos realizados em propriedades ⁽³⁾	-13,9	12,3	-
Valor criado nas propriedades ⁽⁴⁾	271,2	293,3	8,2%
Resultado líquido - Grupo ⁽⁵⁾	160,3	214,9	34,0%
Dívida Bruta	1.294,5	1.750,5	35,2%
Dívida Líquida	962,2	1.701,7	76,9%
Loan to value ⁽⁶⁾	29,4%	38,3%	8,8pp
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	6,5 x	10,9 x	4,4x
EBITDA/Juros ⁽⁷⁾	2,4 x	2,0 x	-0,4x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	45,5%	49,5%	3,9pp
CAPEX	219,6	444,6	102,5%

(1) Margem EBITDA= EBITDA / volume de negócios; (2) EBITDA Developments = EBITDA mais valor criado nos projectos; (3) Mais valias (menos valias) com a venda de centros comerciais; (4) Aumento do valor dos centros comerciais; (5) Resultados líquidos atribuíveis aos accionistas da Sonae Sierra; (6) Loan to value = dívida líquida/activo total; (7) Cobertura de juros; (A) 2006 foi ajustado para reflectir o valor gerado pelos serviços de asset management; não-auditado.

Volume de negócios

O volume de negócios aumentou 8,2% para os 279,9 milhões de euros, em comparação com os 258,7 milhões de euros em 2006. As receitas do negócio de Serviços da empresa atingiram 60,7 milhões de euros, 10,8% acima dos 54,8 milhões de euros em 2006, com importantes contributos provenientes de: (i) um aumento de 23,6% das receitas provenientes da Gestão de Activos, impulsionadas sobretudo pelo aumento de valor dos activos geridos pela empresa mas detidos por terceiros; (ii) um aumento de 6,2% na receita da Gestão de Propriedades, explicada pelo crescimento do número de propriedades sob gestão e pelo número crescente de actividades de arrendamento para os centros comerciais, abertos durante 2007; e (iii) acréscimo de 0,5% nas receitas operacionais da área de Desenvolvimento, com um aumento do número de projectos. O volume de negócios da Sierra Investments aumentou 7,3% para 209,1 milhões de euros, explicado por 8,5% de aumento nas rendas fixas, a totalizar 184 milhões de euros, essencialmente devido a uma combinação de aquisições, aumento da percentagem de detenção de vários centros comerciais em Portugal e no Brasil, e crescimento orgânico da carteira existente. Numa base comparável, as rendas fixas aumentaram 2,2% e as rendas variáveis aumentaram 5,5%, em comparação com 2006.

⁸ Cushman & Wakefield

EBITDA

O EBITDA da Sonae Sierra excluindo o valor criado em propriedades de investimento, atingiu 156,2 milhões de euros em 2007, um aumento de 4,8% face a 2006. O EBITDA dos Serviços ascendeu a 94,8 milhões de euros representando um incremento de 60,6 milhões de euros quando comparado com 2006, impulsionado sobretudo por: (i) um aumento de 22,1% na Gestão de Activos, gerando um EBITDA de 10,8 milhões de euros, reflectindo o acréscimo de actividade em consequência do aumento do número de activos sob gestão da Sonae Sierra; e (ii) um aumento de 3,1x na área de Desenvolvimento, com o EBITDA a atingir os 77,1 milhões de euros quando comparado com 2006, explicado sobretudo pelo impacto de um número significativo de projectos inaugurados durante 2007, e alienados à Sierra Investments. A Gestão de Propriedades atingiu um EBITDA de 6,9 milhões de euros, 4,8% acima do registado em 2006, reflectindo o reforço do número de activos sob gestão, parcialmente compensado pelo aumento do número de trabalhadores nesta área necessários para acompanhar o aumento significativo dos serviços de gestão prestados no respectivo período. O EBITDA associado à Sierra Investments foi de 153 milhões de euros, uma subida de 7,7 milhões de euros, em comparação com 2006, impulsionada sobretudo pelas aquisições de novos centros comerciais e o crescimento orgânico da carteira de activos detidos.

Valor criado nas propriedades de investimento

O valor criado nas propriedades de investimento atingiu os 293,3 milhões de euros, representando um aumento de 8,2% quando comparado com 2006, como resultado de uma diminuição generalizada das *yields* dos centros comerciais detidos pela Sonae Sierra, acompanhados pela melhoria do desempenho e dos ganhos decorrentes da abertura de novos centros comerciais em 2007.

4.3. Telecomunicações

4.3.1. Estratégia

Durante o ano de 2007, a Sonaecom apostou num investimento com vista ao crescimento, através do alargamento das fronteiras de mercado, enfoque na inovação, promoção de produtos de acesso à Internet sem fios, lançamento de produtos de convergência fixo-móvel e consolidação dos serviços de acesso directo de banda larga, aumentando assim quota de mercado e rentabilidade. Relativamente ao segmento de Software e Sistemas de Informação, a estratégia da empresa centrou-se no crescimento dos negócios existentes e na análise de novas oportunidades, quer dentro da carteira de negócios existente, quer através de aquisições e investimentos em empresas em fase de arranque.

4.3.2. Principais destaques

Os resultados da Sonaecom em 2007 demonstram um sólido crescimento e um aumento da rentabilidade, reflectindo a capacidade da empresa em identificar e concentrar-se em oportunidades de crescimento em todos os seus mercados.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Móvel			
Clientes (EOP) ('000)	2.602	2.894	11,2%
ARPU (euros) ⁽¹⁾	19,7	18,2	-7,6%
Fixo			
Total serviços (EOP) ⁽²⁾	380.729	815.623	114,2%
Serviços directos (EOP)	281.541	510.673	81,4%
Acesso Directo como % Receitas de Clientes	65,6%	70,1%	4,5pp
Média			
Circulação Média Mensal Paga ⁽³⁾	44.197	41.765	-5,5%
Quota de Mercado de Publicidade (%) ⁽⁴⁾	15,4%	13,8%	-1,6pp
SSI			
IT service revenues / employee ('000 euros)	114,8	110,9	-3,4%
Total colaboradores	1.871	1.961	4,8%

(1) Receita média por cliente; (2) Serviços reportados de acordo com o critério de "unidade geradora de receita" desde o 1ºT07; (3) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (4) 2007 = acumulado a Novembro.

Base de clientes

A base de clientes da Optimus aumentou 11,2% para 2,9 milhões de clientes, em comparação com 2,6 milhões de clientes no final de 2006, com adições líquidas de 291,6 milhares em 2007,

demonstrando o sucesso da sua estratégia de crescimento, nomeadamente os investimentos na marca, bem como no desenvolvimento do seu produto convergente fixo-móvel “Optimus Home” e no serviço de banda larga móvel “Kanguru”. O nível de adições líquidas no 4T07, de 132,4 mil clientes, foi o mais elevado desde 2001. Os clientes activos, no final de 2007 totalizaram 2,3 milhões, o que compara com 2,1 milhões no final de 2006, um aumento de 10,6%. Os clientes Optimus geraram uma receita média mensal (“ARPU”) de 18,2 euros, abaixo de um ARPU de 19,1, euros registados em 2006, dos quais 13,8 euros relativos a receitas de clientes e 4,4 euros relativos a receitas de operadores, em comparação com 14,2 euros e 5,5 euros respectivamente, em 2006. Este decréscimo no ARPU é explicado, essencialmente pela: (i) redução de 20% na receita média de operadores, devido à redução faseada das tarifas de terminação móvel e das reduções das tarifas de *roaming-in*; e (ii) diminuição de 2,8% na factura mensal do cliente, devido às acrescidas pressões ao nível das tarifas de voz, sobretudo no segmento de PME, e ao peso acrescido do produto convergente fixo-móvel da Sonaecom, o Optimus Home, não compensado pelo aumento dos minutos de utilização por cliente no período em análise.

No final de 2007, o número de serviços fixos prestados pela Sonaecom totalizava 815, 6 mil, um aumento de 114, 2% em comparação com 2006. Numa base comparável, sem contar com o impacto dos clientes residencial e SoHo da ONI e dos clientes da Tele2 Portugal, o total de serviços aumentou 17%, reflectindo um acréscimo de 370 mil serviços, dos quais 111 mil de acesso directo. O total dos serviços de acesso directo representou, no final de 2007, 62,6% da base de clientes do negócio fixo da Sonaecom em 2007, face a 73,9% em 2006. Numa base comparável, esta percentagem seria de 86%, excluindo as aquisições recentes. No 4T07, a taxa média de activação mensal de acessos directos foi, aproximadamente, de 12,9 mil serviços.

A circulação media paga do Público decresceu 5,5%, em comparação com 2006, como resultado de uma contínua redução da dimensão do mercado de imprensa paga, bem como das pressões competitivas impostas, em particular, pelos jornais de distribuição gratuita. A quota do Público no mercado publicitário também se encontra sobre pressão, atingindo uma média de 13,8% no final de Novembro, uma diminuição de 1,6pp quando comparado com o final de 2006. A produtividade na SSI decresceu marginalmente, em resultado do processo de integração das empresas adquiridas durante o ano e a sua baixa produtividade relativa, com as receitas dos serviços de TI por colaborador a atingirem 110,9 mil euros, em 2007, uma redução de 3,4% face a 2006.

Milhões de euros	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS				
Volume de negócios	836,0	822,4	892,7	8,6%
Móvel	610,4	610,4	619,4	1,5%
Fixo	200,2	200,2	255,4	27,6%
Media	36,4	36,4	33,2	-8,9%
SSI	78,8	65,1	79,5	22,2%
Outros & eliminações	-89,7	-89,7	-94,8	-5,7%
Outras receitas	32,0	5,4	6,4	19,2%
EBITDA ⁽¹⁾	184,3	156,9	162,0	3,3%
Margem EBITDA (%) ⁽²⁾	22,0%	19,1%	18,1%	-0,9pp
Móvel	169,1	169,1	153,7	-9,1%
Fixo	-6,2	-6,2	9,8	-
Media	-8,8	-8,8	-3,3	62,7%
SSI	31,8	4,5	4,6	2,4%
Outros & eliminações	-1,5	-1,6	-2,8	-70,0%
EBIT	17,8	21,4	22,0	2,9%
Resultados financeiros	-17,4	-17,4	-21,5	-23,2%
Resultado líquido - Grupo ⁽³⁾	-13,9	-9,7	36,8	-
Dívida Bruta	464,0	-	393,7	-15,2%
Dívida Líquida	338,1	-	309,8	-8,4%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	1,8 x	-	1,9 x	0,1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾	10,6 x	-	5,9 x	-4,7x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	33,8%	-	29,6%	-4,2pp
CAPEX	253,5	-	235,8	-7,0%
CAPEX operacional ⁽⁵⁾	134,1	-	162,8	21,4%
EBITDA minus CAPEX	50,3	-	-0,8	-
Free Cash Flow	-81,7	-	59,6	-

(1) EBITDA exclui provisões e perdas de imparidade; (2) Margem EBITDA= EBITDA / volume de negócios; (3) Resultados Líquidos após Interesses Minoritários; (4) Cobertura de juros; (5) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Enaber em 2006, a mais valia de 25,3 milhões de euros decorrente da venda da Enabler em 2006 e 30,9 milhões de euros de custos associados com a OPA ocorrida durante 2006; não-auditado.

Volume de negócios

O volume de negócios da Sonaecom aumentou 8,6% para 892,7 milhões de euros, em 2007, quando comparado com 2006^(P), não obstante o impacto negativo da redução nas receitas de *roaming-in*, de 9,4 milhões de euros, e da redução das tarifas de terminação móvel de 11,3 milhões de euros. Os principais contributos para este desempenho foram os seguintes: (i) 27,6% de incremento nas receitas de serviços do negócio fixo, sobretudo devido ao aumento nas receitas de clientes em 48,2%, impulsionadas por um forte crescimento da base de clientes de serviços directos de banda larga; (ii) um aumento de 3,0% nas receitas de serviços móvel, com o crescimento de 7,9% nas receitas de clientes mais do que compensando o efeito negativo da redução das tarifas de *roaming-in* e tarifas de terminação móvel nas receitas de operadores; (iii) um aumento de 18,6% nas receitas de serviços da SSI, essencialmente impulsionadas por um bom desempenho da WeDo; e (iv) não obstante o decréscimo de 8,4% nas receitas de serviços da área de Media, sobretudo devido a uma redução nas receitas de publicidade.

Os resultados do negócio fixo incluem, desde Setembro de 2007, as receitas geradas por clientes adquiridos à ONI e à Tele2 Portugal. Em 2007, o contributo destes dois negócios para o volume de negócios foi de 24,8 milhões de euros. Adicionalmente, os resultados da SSI incluem a contribuição da Cape Technologies, Praesidium e Tecnológica, todas adquiridas pela WeDo em 2007. Em 2007, o contributo destes negócios para o volume de negócios foi de 2,4 milhões de euros. Numa base comparável, o volume de negócios da Sonaecom cresceu 5,3%, em comparação com 2006.

EBITDA

O EBITDA aumentou 3,3% para 162 milhões de euros em 2007, gerando uma margem de 18,1%, em comparação com um EBITDA de 156,9 milhões de euros e uma margem de 19,1% em 2006^(P). Este desempenho resulta dos resultados operacionais ao nível das áreas de telecomunicações e SSI. A área de negócio móvel gerou um EBITDA de 153,7 milhões de euros, em comparação com os 169,1 milhões de euros em 2006, reflectindo sobretudo a redução das receitas de *roaming-in* e das menores tarifas de terminação móvel, com um impacto no EBITDA de 9,4 milhões de euros e 4,8 milhões de euros, respectivamente, apesar de se ter alcançado um aumento ao nível das receitas. A área de negócio fixo registou o valor de EBITDA mais elevado de sempre, no montante de 9,8 milhões de euros, em comparação com um EBITDA negativo de 6,2 milhões de euros em 2006, explicada pelo aumento da dimensão da base de clientes de acesso directo, alcançada por intermédio de um crescimento orgânico, que tem vindo a contribuir positivamente para os resultados desde o segundo semestre de 2006. O EBITDA da SSI aumentou 2,4% para os 4,6 milhões de euros face a 2006^(P), resultado do aumento nas receitas de serviços e das melhorias em termos de eficiência e gestão de custos, não obstante os custos de integração e os contributos negativos, para o 4T07, das empresas adquiridas pela WeDo. O EBITDA do Público foi negativo em 3,3 milhões de euros, uma melhoria de 5,5 milhões de euros quando comparado com os 8,8 milhões de euros negativos registados em 2006, devido, essencialmente, à implementação do plano de reestruturação durante 2006 e início de 2007, embora não suficiente para compensar o desempenho negativo da generalidade das linhas de receitas.

4.4. Turismo e Capital de Risco

4.4.1. Estratégia

Durante o ano de 2007, as prioridades da Sonae Capital concentraram-se na reestruturação da respectiva carteira de negócios e implementação de uma nova estrutura organizacional adequada à sua condição de empresa cindida e cotada.

4.4.2. Principais destaques

Milhões de euros

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	9M06	9M07	y.o.y
Volume de negócios	322,4	313,3	-2,8%
EBITDA	10,4	22,0	111,5%
Margem EBITDA (%) ⁽¹⁾	3,2%	7,0%	3,8pp
EBIT	6,7	13,3	98,5%
Resultados relativos a investimentos	11,5	10,9	-5,2%
Resultados financeiros	-4,2	-9,8	-133,3%
Resultado Líquido - atribuível ao grupo ⁽²⁾	9,0	15,5	72,2%
Dívida líquida ⁽³⁾	-	253,9	-
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾	-	2,6	-
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	-	71,4	-

(1) Margem EBITDA = EBITDA / volume de negócios; (2) Resultados líquidos atribuíveis aos accionistas da Sonae; (3) Dívida líquida = Dívida bruta - liquidez; (4) Cobertura de juros.

Volume de negócios

Os volume de negócios diminuiu 2,8%, para 313,3 milhões de euros, em 9M07, em comparação com 322,4 milhões de euros em 9M06, principalmente como resultado da alienação, em 2007, do Grupo Plysorol, Safira e Isoroy Casteljalous, que contribuíram 87,9 milhões de euros para os resultados de 9M07, em comparação com uma contribuição de 115,9 milhões de euros em 9M06. Numa base comparativa, o volume de negócios consolidado aumentou 16%, para 225,4 milhões de euros, como resultado de: (i) uma maior contribuição dos negócios de hotelaria e fitness, cuja contribuição para o volume de negócios consolidado aumentou em 10,5 milhões de euros, reflectindo o impacto da renovação das unidades hoteleiras e aperfeiçoamento da proposta de valor para os clientes; (ii) uma maior contribuição da Praedium⁹, cuja contribuição para o volume de negócios consolidado aumentou em aproximadamente 6,7 milhões de euros; (iii) uma maior contribuição do Grupo Selfrio¹⁰ e da Contacto¹¹, cujas contribuições para o volume de negócios consolidado continuaram a aumentar em aproximadamente 6,2 milhões de euros e 6,6 milhões de euros, respectivamente.

EBITDA

O EBITDA aumentou 11,6 milhões de euros em 9M07, para 22 milhões de euros, em comparação com 10,4 milhões de euros em 9M06, incluindo a contribuição de 8,2 milhões de euros do Grupo Plysorol, Safira e Isoroy Casteljalous, em 9M07, em comparação com um valor negativo de 1,2 milhões de euros, em 9M06. Numa base comparativa, o EBITDA aumentou 51,4%, para 13,8 milhões de euros, o que resultou de maiores contribuições para o EBITDA dos negócios de hotelaria e fitness (aumento de 4 milhões de euros) e do grupo Selfrio (aumento de 1,4 milhões de euros), não obstante o aumento de 2,8 milhões de euros nos custos não capitalizados, devido ao maior ritmo de investimento em Tróia.

Resultados relativos a investimentos

Os resultados relativos a investimentos totalizaram 10,9 milhões de euros, um decréscimo de 5,3% em comparação com os 9M06, incluindo maioritariamente o ganho de 9,8 milhões de euros resultante da venda da participação de 7,83% na ba Vidro.

4.5. Resultados financeiros individuais da Sonae SGPS

A actividade da Sonae, SGPS, SA, como empresa autónoma, concentra-se na gestão das respectivas participações em empresas afiliadas.

O volume de negócios diminuiu 96,5%, para 2,7 milhões de euros, face a 2006, tendo o EBITDA atingido um valor negativo de 8,2 milhões de euros, em comparação com os 68,9 milhões de euros em 2006, valor que incluía o impacto da venda da marca Continente à Sonae Distribuição, representando 75 milhões de euros. Os lucros líquidos para o ano de 2007 atingiram os 16,5 milhões de euros, o que se deveu ao impacto positivo dos dividendos recebidos das empresas afiliadas Sonae Distribuição e Sonae Sierra.

⁹ A Praedium é uma empresa de desenvolvimento imobiliário de elevada qualidade.

¹⁰ O Grupo Selfrio é uma empresa de refrigeração, ar condicionado e manutenção.

¹¹ A Contacto é uma empresa de construção civil e obras públicas.

5. Perspectivas para 2008

5.1. Enquadramento económico internacional

Mundo

Para 2008, o FMI prevê uma taxa de crescimento de 4,1% para a Economia Mundial. Espera-se que as economias avançadas contribuam com uma taxa de crescimento de 1,8%. Assim, espera-se que o crescimento económico mundial continue a beneficiar do elevado desempenho económico dos países em desenvolvimento e economias emergentes, para as quais se prevê uma taxa de crescimento de 6,9%, esperando-se uma taxa de crescimento de 10,0% para a China, em 2008.

Os contratos futuros relativos ao Brent incluem uma previsão implícita de um preço de cerca de 99 dólares americanos por barril, no final de 2008.

Estados Unidos

Em Janeiro de 2008, o FMI projectou uma taxa de crescimento de 1,5% para a economia dos Estados Unidos em 2008. Espera-se que a crise do *sub-prime* e a consequente recessão nos mercados de crédito e monetário exerçam um impacto negativo no crescimento económico, no futuro próximo. É de esperar uma redução no consumo, não só devido ao aumento das restrições ao crédito, mas também ao aumento da taxa de desemprego (o FMI prevê um aumento de 1,0pp, para 5,7%, em 2008), menor riqueza familiar, aumento do preço dos combustíveis e diminuição dos níveis de confiança. Espera-se que a contribuição positiva das exportações para o crescimento económico compense parcialmente a diminuição prevista na procura interna. Apesar da pressão exercida no sentido do aumento do índice de preços no consumidor, a Reserva Federal diminuiu a sua taxa de juro de referência em 125 pontos base, para 3%, em Janeiro de 2008, em resposta ao fraco desempenho económico e à reduzida dinâmica dos mercados financeiros, tendo em Março de 2008 reduzido novamente a taxa de juro de referência em 75 pontos base para 2,25%.

União Europeia e Zona Euro

O efeito negativo da crise do *sub-prime* no crescimento da UE encontra-se envolto num elevado nível de incerteza. O desacelerar da economia dos EUA poderá contaminar a economia europeia, quer através dos canais comerciais, quer através dos efeitos da diminuição de confiança e condições de crédito mais rigorosas relativamente à procura interna. Dados indicativos, como os níveis de confiança de consumidores e investidores e o indicador de sentimento económico da Comissão Europeia, têm vindo a seguir uma tendência descendente desde o Verão de 2007. A Comissão Europeia espera uma redução de 0,9pp na taxa de crescimento de 2,9% em 2007, para 2,0% em 2008, para a UE. Para a Zona Euro, a previsão é de uma redução de 2,7% em 2007, para 1,8% em 2008.

Relativamente à procura interna, são esperados comportamentos opostos para o investimento e consumo.

Espera-se uma redução de 2,2pp no investimento, para 2,2% em 2008, prevendo-se uma redução de 1,1% no investimento imobiliário.

Espera-se um aumento do consumo privado para 2,1%, uma vez que é esperado que o efeito negativo do aumento da taxa de IVA na Alemanha no consumo privado desapareça gradualmente em 2008. Além disso, espera-se que as políticas salariais na Alemanha se tornem menos rigorosas, sendo ainda de esperar uma diminuição nas taxas de desemprego em 2008, para 6,8% na UE e 7,1% para a Zona Euro.

As exportações na Zona Euro poderão exercer um impacto positivo no crescimento, apesar da valorização do euro, uma vez que a transferência parcial das exportações para economias asiáticas e exportadoras de petróleo reduz a vulnerabilidade da economia na Zona Euro ao desempenho económico dos EUA.

A apreciação do euro relativamente ao dólar está a suportar parcialmente a pressão inflacionista exercida pela subida dos preços do petróleo, uma vez que a Zona Euro efectua o pagamento de combustíveis em dólares americanos. Além disso, os preços dos géneros

alimentares estão também a pressionar uma subida da inflação. Consequentemente, espera-se que a inflação atinja os 2,9% na UE e os 2,6% na Zona Euro, em 2008, excedendo a meta de 2% estabelecida pelo BCE para a Zona Euro. Apesar das pressões inflacionistas, é possível que o BCE decida reduzir as taxas de juro em 2008, de forma a minorar a desaceleração da actividade económica.

Em 2008, na Zona Euro, espera-se que a actividade económica diminua para 2,7% na Espanha, 1,6% na Alemanha, 0,7% em Itália e 3,8% na Grécia. Espera-se ainda uma desaceleração na Europa Central e de Leste, para uma média de 4,6%, embora se espere que estas áreas mantenham um crescimento económico mais elevado do que a Zona Euro.

Brasil

Espera-se uma taxa de crescimento económico de 4,5% para o Brasil, em 2008. A economia continuará a ser fortemente suportada pelo consumo e investimento. As projecções relativas à inflação aumentaram, reflectindo o aumento dos preços dos géneros alimentares, embora continuem abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central do Brasil para 2008. Reconhecendo esta pressão inflacionista, o Banco Central do Brasil suspendeu recentemente as políticas monetárias restritivas que vinha seguindo nos últimos dois anos, ao manter a taxa de juro de referência estável, a 11,25%. Contudo, de acordo com as projecções da OCDE, são ainda de esperar algumas reduções graduais nas taxas de juro em 2008-09.

5.2. Economia portuguesa

De acordo com o Banco de Portugal, é provável que ocorra um aumento de 2% do PIB em 2008. Prevê-se que a procura interna represente 1,5pp do crescimento em 2008, que será principalmente suportado pelo investimento privado e empresarial. No entanto, uma revisão das previsões do crescimento económico de vários países europeus recentemente efectuada pela Comissão Europeia indica que Portugal poderá apresentar um crescimento inferior ao previsto pelo Banco de Portugal.

Espera-se que o investimento aumente para 3,3%, em 2008, comparativamente a 2,6%, em 2007, com os negócios contribuindo de forma positiva para esta aceleração, particularmente através de aquisições adicionais de materiais de transporte aeronáutico.

Espera-se que o consumo privado continue a aumentar ao ritmo observado em 2007, a uma taxa de cerca de 1,1%, mesmo num cenário de poupanças reduzidas, aumento dos custos dos serviços de dívida para as famílias e estagnação da situação do mercado de trabalho (taxa de desemprego esperada: 7,6%).

Além disso, espera-se que o consumo público permaneça ao nível de 2007, uma vez que o Governo irá continuar a perseguir o objectivo de reduzir o défice geral do governo abaixo dos 3%, em 2008.

Espera-se uma desaceleração na procura externa, embora se espere que a respectiva contribuição represente um quarto do crescimento económico português. As projecções apontam para uma desaceleração nas exportações, de uma taxa de crescimento de 7%, em 2007, para uma taxa de crescimento de 4,9%, em 2008, como resultado da desaceleração expectável das economias da UE, que representam cerca de 77% das exportações portuguesas. Espera-se ainda uma desaceleração nas importações, de 4,1% em 2007 para 2,9%, em 2008.

Em 2008, espera-se que a inflação permaneça nos níveis de 2007, ou seja, cerca de 2,4%. Os preços do petróleo e dos géneros alimentares continuarão a pressionar a inflação, mas a forte cotação do euro irá compensar parcialmente este efeito.

5.3. Perspectivas para os negócios do Grupo

O principal objectivo da Sonae para 2008 será apostar no crescimento em todas as suas unidades de negócio. O Grupo irá explorar os benefícios decorrentes da reorganização do seu

centro corporativo, o qual foi adaptado para melhorar o seu papel no relacionamento com as diversas áreas de negócio, bem como para potenciar a criação de valor.

Retalho

A unidade de Retalho manterá o forte ritmo de crescimento orgânico, como forma de consolidação da liderança no mercado nacional, e privilegiará o reforço da sua proposta de valor, assente num investimento continuado em eficiência e inovação. Mais concretamente, pretende: (i) aumentar a sua área de vendas em aproximadamente 60.000m², dos quais 30.000m² de área de venda alocada ao conjunto de insígnias de base não alimentar; (ii) estar atenta a eventuais oportunidades de aquisição que permitam aumentar as posições competitivas dos negócios; (iii) iniciar o processo de internacionalização, com a abertura de 4 unidades Sportzone em Espanha; (iv) implementar um conjunto de projectos ao nível da infra-estrutura logística, da optimização da gestão de stocks e da operação de loja. Adicionalmente, a unidade de negócio irá estender a sua actividade a 2 novos negócios: mediação de seguros e uma nova insígnia de calçado casual.

Centros comerciais

A unidade de Centros Comerciais irá continuar a investir na expansão dos projectos em carteira, bem como na procura de oportunidades que criem valor, tanto nos mercados em que se encontram presentes, como em novos mercados. Adicionalmente, a empresa pretende aumentar os seus serviços de *Asset Management*, através da gestão de activos de terceiros. Uma das suas prioridades operacionais será o lançamento de um novo fundo Sierra, o fundo Sierra Portugal, desenvolvido para deter uma base diversificada de centros comerciais de elevada qualidade, localizados em Portugal.

Telecomunicações

Durante 2008, a unidade de Telecomunicações pretende executar um plano de investimento de forma a melhorar o posicionamento estratégico do seu negócio, com vista a aumentar a sua posição competitiva no mercado e alavancar um crescimento futuro sustentado. Estes investimentos destinam-se a: (i) acelerar a extensão de cobertura e capacidade das redes móvel e fixa, de forma a melhorar a qualidade do serviço, consolidar a liderança no sector de banda larga móvel e serviços directos de banda larga em ADSL e, simultaneamente, aumentar o mercado potencial; (ii) promover as suas marcas; (iii) alargar os canais de distribuição através do aumento do número de lojas próprias; (iv) melhorar o serviço ao cliente; e (v) implementar a fase inicial do plano de fibra, tendo como objectivo o desenvolvimento de projectos residenciais e empresariais prioritariamente nas áreas de Lisboa e Porto.

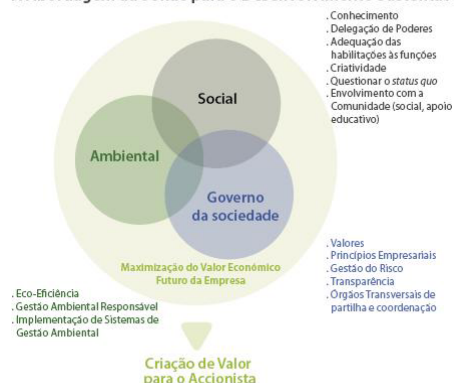
Na SSI, o enfoque será no crescimento dos actuais negócios, através da consolidação da presença internacional da WeDo e da integração dos negócios adquiridos em 2007. O Público irá concentra-se no aumento das suas linhas de receita, através de um esforço continuado em aumentar circulação paga e as receitas de publicidade tradicional, em simultâneo com um reforço da sua presença on-line.

6. Gestão sustentável

Dados os impactos económico, social e ambiental do Grupo Sonae, a empresa assumiu um compromisso público de desenvolver as suas actividades de negócios com base nos princípios de desenvolvimento sustentável, o que implica a integração de preocupações sociais, ambientais e de governo nas suas operações de negócios e interacções com os *stakeholders*, de forma voluntária. Esta abordagem tem vindo a ser progressivamente integrada no modelo de gestão da Sonae e implementada por cada uma das respectivas unidades de negócios.

Abordagem da Sonae para o desenvolvimento sustentável

A Abordagem da Sonae para o Desenvolvimento Sustentável



Em 1995, a Sonae tornou-se um membro fundador do Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável, demonstrando formalmente a sua convicção relativamente aos princípios de desenvolvimento sustentável como factores chave do sucesso das empresas, de onde provém a longa tradição da empresa na respectiva aplicação ao desenvolvimento estratégico do Grupo.

A 16 de Janeiro de 2004, a Sonae aderiu aos dez princípios da iniciativa Global Compact, lançada pelas Nações Unidas a 26 de Julho de 2000, que exige a adopção de um conjunto de valores relativos aos Direitos humanos, Padrões de trabalho, Ambiente e Anti-corrupção. Estes princípios de cidadania responsável são partilhados nos valores e práticas diárias da Sonae, tendo o Presidente da Sonae publicado, a 15 de Janeiro de 2007, uma declaração relativa ao progresso alcançado no cumprimento destes princípios, disponível na página de internet da Empresa, de forma a demonstrar o empenho da Sonae nesta iniciativa.

6.1. Gestão ambiental

As questões ambientais têm sempre constituído uma parte importante da gestão do Grupo; nesta medida, a empresa implementou processos e políticas ambientais destinados a minimizar o impacto no ambiente, nomeadamente:

- (i) Implementação de várias medidas para quantificar e monitorizar o desempenho ambiental;
- (ii) Desenvolvimento de processos para identificar e desenvolver todas as acções necessárias para cumprir com a nova legislação ambiental;
- (iii) Publicação de relatórios de sustentabilidade, incluindo indicadores ambientais chave para a holding e para cada uma das *sub-holdings*, assim como boletins Eco, disponíveis a todos os colaboradores do Grupo, em formato impresso e na Internet, de forma a aumentar a consciência ambiental e encorajar as melhores práticas;
- (iv) Organização de *workshops*, conferências e programas de eco-eficiência, destinados a: identificar e reconhecer questões ambientais relativas a todas as instalações, actividades e produtos; encorajar a eco-eficiência em todo o Grupo; partilha de informação, experiências e melhores práticas ao longo do Grupo e desafiar as *sub-holdings* a desenvolver acções relativas a questões ambientais;

Entre as actividades relacionadas com o ambiente levadas a cabo em 2007, destacamos as seguintes:

- (i) Organização de um Fórum de Sustentabilidade, no qual todas as *sub-holdings* foram convidadas a participar, com o objectivo de fortalecer as suas estratégias de sustentabilidade e elaborar relatórios de sustentabilidade;

(ii) A Sonae Distribuição desenvolveu uma série de iniciativas variadas, destinadas a fortalecer as suas capacidades de gestão ambiental e melhorar a eco-eficiência e desempenho ambiental das suas lojas e armazéns, nomeadamente:

- a. Certificação do Sistema Corporativo de Gestão Ambiental, de acordo com a norma ISO 14.001 – 1ª empresa de retalho em Portugal com esta certificação;
- b. Certificação dos Sistemas de Gestão Ambiental de mais 3 hipermercados e um armazém, de acordo com a norma ISO 14.001 – a Sonae Distribuição terminou o ano de 2007 com 5 hipermercados e 2 armazéns certificados relativamente ao ambiente, sendo a única empresa portuguesa de retalho com hipermercados certificados;
- c. Lançamento dos sacos de plástico Biodegradáveis nos hipermercados, o que conduz a uma redução significativa no impacto ambiental exercido pelos sacos de plástico convencionais – 1ª empresa de retalho alimentar em Portugal;
- d. instalação da nova tecnologia de iluminação “tubo solar” nas suas lojas, associada a sistemas de regulação automática da intensidade das lâmpadas fluorescentes, o que conduz a uma economia energética significativa;
- e. Utilização de luzes LED em várias aplicações, com o objectivo de economizar energia;
- f. Reforço da reciclagem de resíduos e compostagem, em que 73% dos resíduos produzidos foram enviados para recuperação, tendo apenas 27% sido enviados para aterros;
- g. Construção do 1º hipermercado ambiental experimental em Portugal, que inclui 28 medidas relacionadas com o melhoramento do desempenho ambiental da loja, das quais 12 constituem medidas inovadoras no sector de retalho no país;

(iii) A Sonae Sierra desenvolveu e aprovou estratégias a médio prazo, assim como objectivos a longo prazo, relativos a alterações climáticas e utilização de água, resíduos e solo:

- a. Desenvolveu iniciativas dirigidas para o cumprimento da sua meta a longo prazo de redução de 10% na emissão de gases com efeito de estufa até 2020, incluindo a implementação de uma variedade de medidas nos centros comerciais em funcionamento, destinadas a aumentar a eficiência energética, relativas à iluminação, sistemas de ventilação e outros equipamentos consumidores de energia. A eficácia destas medidas, assim como o processo contínuo de consciencialização dos colaboradores, locatários e prestadores de serviços é demonstrada pelos resultados alcançados em 2007 – uma redução de 3,8% no consumo global de energia por m2 de área de centro comercial e instalações sanitárias, em comparação com 2006;
- b. Implementou medidas de eficiência relativas ao consumo de água em muitos dos centros comerciais em funcionamento, tais como a instalação de torneiras de caudal controlado, para reduzir o consumo nos WCs;
- c. Continuou a promover a consciencialização da importância de uma utilização eficiente da água nos centros comerciais e escritórios;
- d. Iniciou a compostagem de resíduos orgânicos, em vários centros comerciais em Portugal;
- e. Abriu o “Ponto Electrão” (local de eliminação de resíduos eléctricos) em 5 centros Sierra em Portugal, de forma a encorajar a eliminação de resíduos de equipamento electrónico e eléctrico (WEEE);
- f. Implementou várias medidas de reposição de habitats, incluindo um projecto destinado a proteger palmeiras buriú nativas no projecto de desenvolvimento do centro comercial de Manaus, no Brasil, e trabalhos de recuperação, consistindo no tratamento de solos contaminados, no projecto de desenvolvimento Le Terrazze, em Itália;
- g. Implementou um projecto de jardinagem na Sierra Brasil, proporcionando formação a alunos de escolas locais relativa à importância de plantar e proteger árvores.

(iv) A Sonaecom envidou esforços contínuos para minimizar os impactos ambientais das suas operações, nomeadamente:

- a. Implementou um Aerogerador horizontal, de 6 kW, numa macro-área de telecomunicações, entre outras soluções, destinadas a reduzir o consumo de energia eléctrica;
- b. Implementou um plano de racionalização energética em três edifícios de Centros de Dados, nos quais a Sonaecom era um consumidor intensivo de energia;
- c. Recolheu águas pluviais no novo edifício de escritórios de Lisboa, para utilização em jardins e sanitários;
- d. Realizou uma consulta de mercado para rever o sistema de gestão de resíduos utilizado pela Sonaecom, de forma a melhorar a separação de resíduos e reduzir os custos associados;
- e. Melhorou os materiais de embalagem da Optimus, em 30% do respectivo peso e 12% do volume, tendo substituído as embalagens de plástico de equipamento de baixo custo e de maior volume por embalagens de cartão, melhorando o desempenho ambiental;
- f. Envidou esforços para promover a partilha de infra-estruturas da divisão de telecomunicações com outros operadores;
- g. Manteve um protocolo de colaboração entre a Optimus e o Instituto de Telecomunicações, com o objectivo de divulgar ao público informação relevante relativa à radiação electromagnética em comunicações móveis;
- h. Distribuiu periodicamente o e-boletim “Eco-relatório”, de forma a manter a consciência ambiental e promover melhorias;
- i. Iniciou o estabelecimento de um sistema de gestão de carbono.

6.2. Responsabilidade social

A Sonae acredita que os negócios poderão contribuir para minimizar o impacto dos problemas sociais observados nos países em que opera, reconhecendo ainda que o acesso a actividades

culturais através de parcerias com outras empresas, indivíduos ou organizações contribui significativamente para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, o Grupo Sonae desenvolveu várias iniciativas sociais nas suas *sub-holdings* para apoiar projectos conducentes a resultados positivos, a longo prazo, dentro da comunidade.

Programa Contacto

Desde 1986 que a Sonae organiza o Programa Contacto, realizado anualmente, para o qual são convidados estudantes finalistas de Universidades portuguesas e jovens recém-licenciados com MBAs. O objectivo deste programa é permitir a jovens talentosos conhecer melhor o Grupo Sonae e descobrir jovens gestores de elevado potencial em Portugal. Mais de 3.500 finalistas e recém-licenciados com MBAs participaram já neste programa, dos quais várias centenas foram convidados para integrar o Grupo. Em 2007, cerca de 400 finalistas e licenciados com MBAs participaram no Contacto.

Cooperação com a comunidade

Durante o ano de 2007, as *sub-holdings* da Sonae estiveram envolvidas em vários programas comunitários, nomeadamente os seguintes:

- a. A Sonae Distribuição estabeleceu uma estreita parceria com as comunidades locais, assumindo um papel importante na interacção com as pessoas e instituições locais, tendo ainda desempenhado o papel de mentor e parceiro em vários projectos locais, promovendo importantes causas nacionais:
 - a. Investiu aproximadamente 10,3 milhões de euros em várias iniciativas dentro da comunidade, incluindo doações locais e programas de patrocínio, assim como várias iniciativas, desenvolvidas ao longo do ano, centradas nas áreas da Saúde, Educação, Ambiente, Desporto e Geriatria;
 - b. Patrocinou a "Missão Sorriso", uma reconhecida iniciativa nacional. O principal objectivo deste projecto é prestar apoio a unidades pediátricas e hospitalares, através da oferta de equipamento médico e científico, assim como de materiais educativos, como resultado das vendas de CDs e livros infantis da Leopoldina (mascote do Continente);
 - c. Patrocinou a "Causa Maior", um projecto destinado a melhorar a qualidade de vida da população idosa, que ajuda a combater a exclusão social e o isolamento e promove uma vida social mais activa para os idosos, com a participação da Cruz Vermelha Portuguesa. Os fundos angariados para este projecto resultaram principalmente das vendas do "Livro de Receitas de Natal da Popota" (mascote do Modelo);
 - d. Patrocinou o "HiperNatura", um projecto ambiental que representa uma nova contribuição no âmbito da Política de Responsabilidade Social do Continente, nomeadamente na área social e de sustentabilidade ambiental. O principal objectivo deste projecto é recuperar, edificar e modernizar jardins públicos em 20 cidades, aumentando assim a consciência das pessoas relativamente a questões ecológicas e ambientais.
- b. A Sonae Sierra continuou a investir nas comunidades, não só através de doações e patrocínios, mas também através de acções de voluntariado dos seus colaboradores:
 - a. Doou 431.370 euros e desenvolveu directivas futuras de investimento comunitário;
 - b. Lançou o seu primeiro projecto de painel Comunitário, em Dos Mares, em Espanha, com o objectivo de estabelecer uma plataforma de envolvimento com os membros da comunidade local;
 - c. Os colaboradores da Sonae Sierra dedicaram um total de 670 horas a um grande número de actividades de voluntariado durante o ano, prestando apoio a várias organizações em todos os países em que a empresa se encontra presente;
 - d. Acolheu 291 visitas de estudo aos seus vários centros, incluindo visitas subordinadas a temas ambientais, em que foram apresentadas as práticas de gestão ambiental dos centros a crianças de escolas locais, tendo estas sido ensinadas acerca da importância da protecção ambiental.
- c. A Sonaecom mostrou-se muito activa no campo da cooperação social, prestando apoio a várias iniciativas sociais:
 - a. Desenvolveu, em parceria com o Instituto Nacional de Emergência Médica, um projecto pioneiro, a nível mundial, de apoio remoto a serviços de emergência, através de vídeo-chamada. Esta tecnologia irá permitir aos veículos de socorro a emergências analisar o estado dos feridos e prestar apoio remoto ao processo de salvamento, sendo inicialmente instalado em 4 veículos de socorro a emergências;
 - b. Patrocinou um projecto especial baseado na Internet – www.gripenet.pt –, que permitiu aos cientistas seguir todas as ocorrências de gripe em Portugal, em tempo real, assim como fornecer informação e instruções acerca da gripe;
 - c. Patrocinou um projecto destinado a reduzir o grau de isolamento de pessoas idosas, distribuindo telemóveis e fornecendo outros serviços destinados a permitir o contacto rápido com instituições de cuidados de saúde e serviços sociais;

- d. Assumiu o compromisso de investir 274 milhões de euros no programa da sociedade de informação, com o objectivo de patrocinar iniciativas que promovam a educação e formação da população portuguesa relativamente à utilização de equipamento electrónico.

6.3. Código de conduta e regulamentos internos

Valores e princípios

Os valores e princípios da Sonae encontram-se amplamente divulgados e profundamente enraizados na cultura do Grupo. Os aspectos chave são a cultura empresarial – empreendedorismo, boa gestão, liderança, disponibilidade para a mudança, controlo, transparência, independência do poder político –, responsabilidade para com os colaboradores – igualdade de tratamento, desenvolvimento profissional, segurança – e responsabilidade social – consciência social e ambiental, abertura à sociedade, confiança e ética. Como empresa cotada, a Sonae encontra-se particularmente consciente dos seus deveres de diligência e confidencialidade nas suas relações com terceiros, assim como da necessidade de proteger a sua posição em situações de conflitos de interesses.

Os valores e princípios da Sonae poderão ser consultados na página de internet da empresa.

Código de Conduta

A Sonae está a desenvolver um Código de Conduta, o qual se prevê que seja concluído durante 2008, cujo propósito será garantir a adopção de atitudes éticas e responsáveis por parte da organização.

Este Código de Conduta abrange temas desde a integridade, a transparência, o respeito, a responsabilidade social, o compromisso ambiental, a saúde e segurança, a confidencialidade e a utilização de informação privilegiada, até à gestão de conflitos de interesse e a comunicação de irregularidades. Os colaboradores e fornecedores da empresa, assim como também os consultores externos, devem cumprir estas linhas directrizes no desenvolvimento das suas actividades.

É exigido aos colaboradores da Sonae, incluindo consultores externos, que cumpram estas directivas e as sigam no desempenho das suas actividades diárias, assim como nas relações internas e externas. A Sonae exige ainda que os seus fornecedores sigam padrões éticos semelhantes.

Política de comunicação de irregularidades

Em linha com a cultura de responsabilidade social da Sonae, a Empresa tem em vigor uma política interna de comunicação de irregularidades, que define procedimentos de resposta ao reporte de irregularidades, de forma eficiente e imparcial. Através da implementação bem sucedida destes procedimentos e ao envidar esforços no sentido de responder a alegadas irregularidades, a Empresa pretende envolver todos os seus colaboradores na criação de um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

Pode ser encontrada informação adicional sobre os regulamentos internos da Sonae no capítulo 4.1 do Relatório de Governo da Sociedade.

7. Informação relativa aos accionistas

7.1. Estrutura accionista

A Efanor Investimentos, uma holding familiar presidida por Belmiro de Azevedo, detém directa e indirectamente uma participação maioritária na Sonae SGPS, com aproximadamente 52,9% das acções e dos direitos de voto no final de Dezembro de 2007. É de salientar que, durante o ano de 2007, a Sonae vendeu todas as suas acções próprias, 132,9 milhões de acções, elevando o capital do Grupo disponível no mercado para 575,8 milhões de acções, representando 28,8% do total de acções.

De acordo com o artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários, participações iguais ou superiores a 2%, 5%, 10%, 20%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% deverão ser notificadas à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e divulgadas ao mercado de capitais. Esta notificação é ainda exigida caso as participações diminuam abaixo das referidas percentagens.

Em 2007, foram feitas as seguintes notificações:

Notificações de Participações Qualificadas da Sonae em 2007

Data	Accionista	Accções detidas na notificação	% Capital à data da notificação	% direitos de voto à data da notificação
23/01/2007	Fidelity International Limited	46.345.367	2,48%	2,48%
23/01/2007	Centaurus Capital	36.783.893	1,97%	1,97%
01/03/2007	Deutsche Bank	47.073.997	2,35%	2,52%
09/03/2007	Deutsche Bank	21.862.465	1,09%	1,17%
20/03/2007	Artisan Partners	56.799.903	2,84%	3,04%
18/05/2007	ABN AMRO Bank	70.117.704	2,98%	3,51%
23/05/2007	Fidelity International Limited	36.889.017	1,98%	1,98%
03/07/2007	Fidelity International Limited	65.720.422	3,29%	3,52%
16/11/2007	BPI	178.039.855	8,90%	8,90%

7.2. Evolução da cotação das acções

As acções da Sonae encontram-se maioritariamente cotadas no mercado de cotações oficiais da bolsa portuguesa, Euronext Lisbon, fazendo parte da carteira que compõe vários índices, incluindo o PSI 20, do qual representam 3,73%, e o Euronext 150, do qual representam 1,1%. A tabela abaixo apresenta os principais indicadores de desempenho das acções da Sonae.

Informação de referência relativa às acções da Sonae

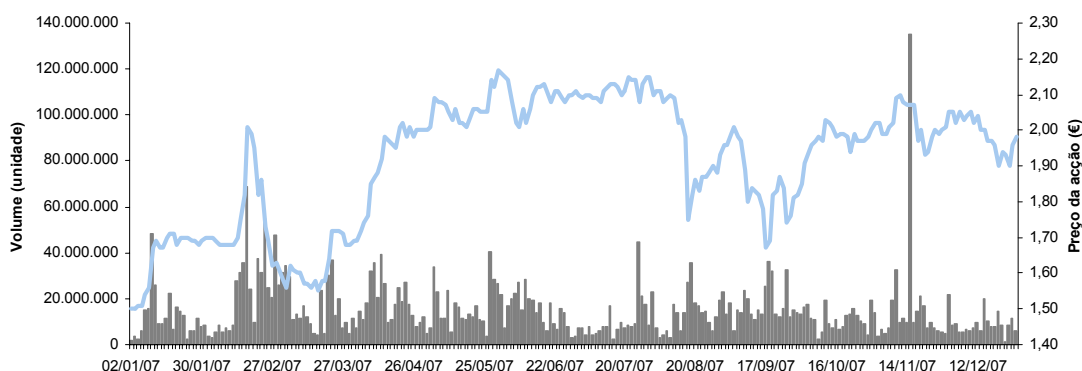
	2005	2006	2007
Código ISIN	PTSON0AE0001		
Código Bloomberg	SON PL		
Código Reuters	SONP.IN		
Capital Social	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Quantidade admitida	1.991.987.733	1.866.581.428	2.000.000.000
preço de fecho do último dia de transacção			
ano	1,18	1,51	1,98
máximo do ano	1,53	1,52	2,17
mínimo do ano	1,09	1,11	1,5
Volume transacções anual (número de acções)	1.440.116.690	1.976.490.725	3.781.046.099
Volume médio de transacções diárias (número de acções)	5.647.516	7.812.216	15.004.151
Capitalização bolsista a 31 de Dezembro	2.360.000.000	3.020.000.000	3.960.000.000

A cotação das acções Sonae no final do ano foi de 1,98 euros por acção, a que corresponde uma valorização nominal de 31% durante o ano, que compara com a valorização de 16% do índice de referência do Mercado Accionista Nacional – PSI 20.

O ano foi marcado pela aquisição do Carrefour Portugal e pela cisão da Sonae Capital, tendo estes acontecimentos levado a uma variação positiva nos volumes e cotações alcançados durante o ano. Por outro lado, o pessimismo generalizado existente nos mercados de capitais, maioritariamente resultante da crise no sector de empréstimos nos EUA e correspondente impacto na economia mundial, agravado com o aumento dos custos do petróleo e o aumento da taxa de câmbio do euro face ao dólar, poderá enfraquecer o sector europeu de exportações

e o respectivo PIB. O seguinte gráfico apresenta a tendência de evolução da cotação ao longo de 2007.

Cotação e volume de transacções da acção Sonae



Durante o ano, os acontecimentos com impacto na cotação das acções Sonae, para além dos descritos no Relatório de Gestão, no capítulo 1.5, foram os seguintes:

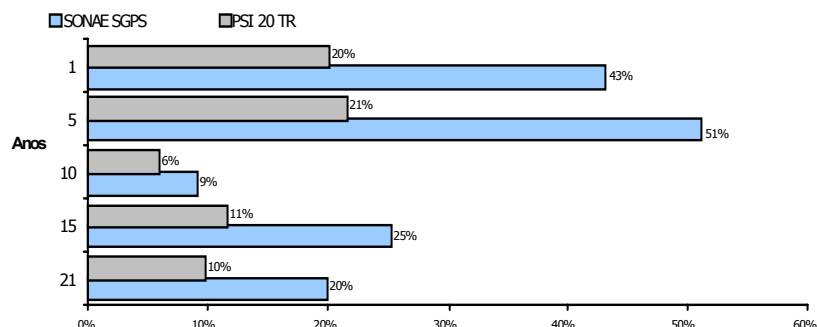
- (i) 03 de Maio: De acordo com as alterações de gestão propostas pelo Grupo Sonae a 20 de Março de 2007, Belmiro de Azevedo demitiu-se do cargo de Presidente da Sonaecom, tendo Paulo Azevedo sido eleito para assumir esta posição, juntamente com o seu novo cargo de Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS.
- (ii) 10 de Maio: A Sonae comunicou os resultados referentes ao primeiro trimestre, totalmente em linha com as expectativas do mercado;
- (iii) 27 de Maio: As acções da Sonae entraram no período de negociação ex-dividendos, relativamente ao ano que terminou a 31 de Dezembro de 2006;
- (iv) 30 de Maio: A Sonae pagou os dividendos de 3 cêntimos por acção, relativos aos lucros de 2006, um aumento de 20% em comparação com o ano de 2005.
- (v) 30 de Julho: A Sonae anunciou a aquisição do Carrefour e divulgou o seu plano estratégico e sinergias a obter com esta operação. O mercado reflectiu esta nova informação nos seus modelos de avaliação da Sonae.
- (vi) 29 de Agosto: A Sonae comunicou os resultados referentes ao primeiro semestre, francamente superiores às expectativas do mercado.
- (vii) 29 de Novembro: A Sonae comunicou os resultados referentes aos primeiros nove meses do ano, superiores às estimativas consensuais do mercado, devido essencialmente aos negócios da Sonae Distribuição e Sonae Sierra.

7.3. Rentabilidade total da acção Sonae

Desde que a Sonae foi cotada no mercado bolsista português¹², as acções Sonae têm tido um desempenho francamente positivo, em termos de rentabilidade, representando um valor acrescentado para os accionistas da Sonae.

¹² A Sonae encontra-se cotada no mercado bolsista português desde 1983; no entanto, existem apenas dados disponíveis desde 1986.

Rentabilidade anual das acções da Sonae em comparação com o Índice Português de Referência¹³, desde 1986



Assumindo o reinvestimento dos dividendos e a inexistência de aumentos de capital desde 2000, assim como a cisão da Sonae Indústria em 2005, a Sonae apresenta um retorno superior à média, de forma consistente, há já 21 anos: o rendimento anual do accionista aumentou quase 43 vezes durante este período, gerando uma taxa média anual composta de rentabilidade de 20%, em comparação com 10% relativos ao mercado português. Este desempenho forte e regular ilustra o esforço incessante e determinado da Sonae em tornar-se um verdadeiro modelo de mercado e de alcançar sucesso a longo prazo.

7.4. Gabinete de Apoio ao Investidor

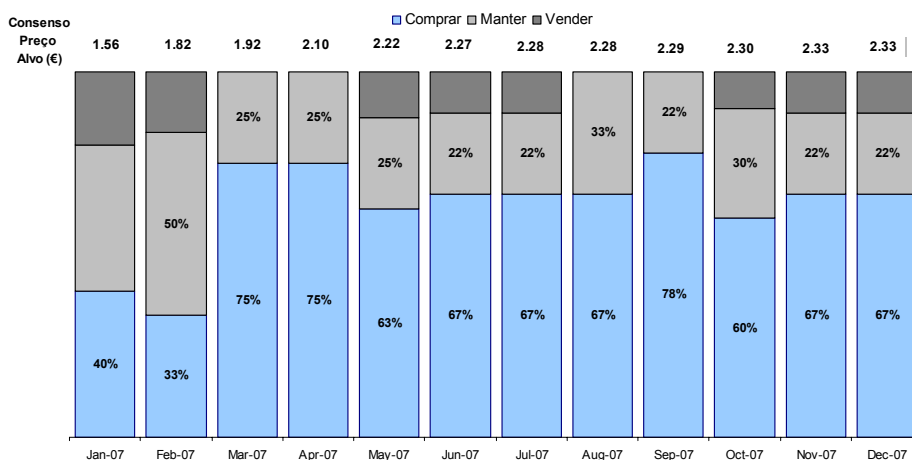
A Sonae utiliza todos os recursos de comunicação necessários à divulgação de informação aos seus accionistas individuais e institucionais, assim como à comunidade financeira em geral, de forma regular, completa e transparente.

A informação é divulgada através da página de internet da Empresa (www.sonae.pt) e o Grupo mantém um contacto constante com investidores e analistas, através do Departamento de Relações com Investidores, que disponibiliza informação actualizada, além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios da empresa e de organizar reuniões com os Administradores e Directores.

Em 2007, 7 bancos de investimento publicaram análises regulares da Sonae – BPI, BCP, Santander, BANIF, UBS, JPMorgan, Euromobiliare – fornecendo um preço indicativo de 2,33 euros por acção Sonae, a 31 de Dezembro de 2007, tendo 67% recomendado a compra das acções e 11% recomendado a respectiva venda.

¹³ O PSI-20 é o índice português de referência, reflectindo a evolução da cotação das 20 principais acções, de maior liquidez, seleccionadas de entre o universo das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Portugal. O PSI 20 TR é um índice de desempenho, baseado na metodologia do índice PSI 20, que efectua um ajuste relativo ao pagamento de dividendos brutos relativos às acções constituintes do índice, reflectindo o reinvestimento de dividendos neste último.

Preço indicativo médio da acção Sonae e recomendações, a 31 de Dezembro de 2007



8. Proposta de aplicação de resultados

A Sonae SGPS, SA, na qualidade de holding do Grupo, apresentou um resultado líquido no montante de 16.503.134,55 euros. O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação do resultado:

Reservas legais	825.156,73 euros
Dividendos	15.677.977,82 euros

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo ilíquido a distribuir seja de 0,03 euros por acção, usando, para este efeito, Reservas Livres no montante de 44.322.022,18 euros para perfazer a mencionada distribuição de dividendos.

9. Acontecimentos subsequentes

Deverão ser tidos em consideração os seguintes acontecimentos, ocorridos após o dia 31 de Dezembro de 2007, mas anteriores à aprovação pelo Conselho das contas relativas ao ano de 2007:

- Após conclusão da cisão da Sonae Capital relativamente à Sonae, com a atribuição de 0,125 de uma acção da nova empresa por cada acção Sonae, foi concedido aos accionistas da Sonae um período de negociação de direitos, de 9 de Janeiro de 2008 a 15 de Janeiro de 2008, inclusive, e fora da bolsa, até 18 de Janeiro de 2008, inclusive; a admissão à negociação das novas acções na Euronext Lisbon ocorreu a 28 de Janeiro de 2008.
- A 2 de Janeiro de 2008, foram integradas com sucesso as áreas de sistemas de tecnologias de informação, Recursos Humanos, remodelação e alteração de marca dos Hipermercados Carrefour Portugal. As doze unidades existentes foram fechadas apenas 2 dias, tendo alcançado um crescimento de vendas bastante promissor no 1T08.
- A 21 de Fevereiro de 2008, a Sonaecom comunicou um plano de investimentos a 3 anos, no montante de 240 milhões de euros, no desenvolvimento de uma Rede de Nova Geração, com o objectivo de construir a mais avançada rede de telecomunicações em Portugal.
- A 3 de Março de 2008, o membro do Conselho de Administração da Sonae Luiz Filipe Lampreia demitiu-se do cargo de Administrador da Empresa, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008.

10. Glossário de termos financeiros

CAPEX	Investimentos em activos tangíveis e intangíveis, propriedades de investimento e investimentos em aquisições
EBITDA	Resultado operacional + depreciações e amortizações
Margem EBITDA	EBITDA / volume de negócios
Cobertura de juros	EBITDA / juros suportados
Resultados relativos a investimentos	Ganhos (perdas) de capital relativos a investimentos financeiros mais dividendos recebidos
Propriedades de investimento	Centros comerciais detidos pela Sonae Sierra
Vendas de base comparável de lojas	Vendas realizadas em lojas que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos
Valor de activo líquido	Valor de mercado menos dívida líquida menos interesses minoritários mais impostos diferidos activos
Dívida líquida	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos – caixa, depósitos bancários e títulos negociáveis
Retalho de base não-alimentar	Retalho especializado que não se relaciona com o segmento alimentar
Rácio de endividamento	Dívida / (Dívida + capital próprio)
Resultado líquido do grupo	Resultado líquido após interesses minoritários
Proveitos operacionais	Volume de negócios + valor criado em propriedades de investimento + outros proveitos operacionais
Valor de mercado	Justo valor dos activos imobiliários em funcionamento e em desenvolvimento (100%), avaliado por uma entidade independente
Capital próprio	Capital social + reservas + resultado líquido do grupo
Valor criado em propriedades de investimento	Aumento no justo valor dos centros comerciais

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração gostaria de agradecer ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2007. O Conselho gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, bancos e outros parceiros de negócios do Grupo, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada na organização. Finalmente, o Conselho gostaria de expressar a sua gratidão aos Administradores Não-Executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Maia, 17 de Março de 2007

Belmiro de Azevedo

Álvaro Cuervo Garcia

Belmiro de Azevedo (em representação de Luiz Lampreia)

Michel Marie Bon

José Neves Adelino

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Este documento fornece uma breve descrição das práticas da Sonae SGPS, SA sobre o governo da sociedade ("Corporate Governance") e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), com as alterações introduzidas pelos Regulamentos n.º 11/2003 de 19 de Novembro de 2003, n.º 10/2005 de 3 de Novembro de 2005 e n.º 3/2006 de 5 de Maio de 2006.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão o Relatório sobre o Governo da Sociedade deve ser lido como complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contem remissões sempre que foi considerado mais adequado descrever o assunto no Relatório de Gestão, evitando desta forma a duplicação de informação.

1. Declaração de cumprimento

1.1. Recomendações de 2005 da CMVM sobre Governo das Sociedades

Em 31 de Dezembro de 2007, a Sonae cumpria com todas as recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades aplicáveis em 2007, com excepção de:

- (i) Recomendação II.2, no que diz respeito às restrições ao voto por correspondência, uma vez que os estatutos da Sonae apenas permitem aos Accionistas o voto por correspondência em relação a alterações aos Estatutos e à eleição dos Órgãos Sociais. A Sonae acredita que as disposições legais sobre o voto por correspondência podem contrariar a expressão da vontade própria do Accionista e, em alguns casos, podem prejudicar os interesses societários quando deliberações exigem votação urgente.
- (ii) Recomendação IV.8, no que diz respeito à remuneração individual do Conselho de Administração, uma vez que a Sonae apenas divulga a remuneração do Presidente do Conselho de Administração numa base individual, bem como a remuneração total dos Administradores Executivos e dos Administradores Não-Executivos. A Sonae concorda que a remuneração do seu Conselho de Administração deveria ser divulgada de uma forma transparente, permitindo compreender de forma clara os valores envolvidos e a sua distribuição. Contudo, a Sonae considera que a divulgação da remuneração individual do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, em conjunto com a média separada dos restantes Directores Não-Executivos e Executivos é suficiente para avaliar cada um dos restantes quatro componentes essenciais da remuneração do seu Conselho. A divulgação dos valores individuais de cada um dos membros do Conselho de Administração não é prática generalizada em Portugal (menos de 7% das empresas cotadas em bolsa em Portugal o cumpriram em 2006), acreditando a Sonae tratar-se de um benefício marginal suplementar para os accionistas e para a comunidade financeira. A divulgação da Sonae cumpre com as recomendações publicadas pelo Instituto Português de Corporate Governance no seu livro branco.
- (iii) Recomendação IV.9, no que diz respeito à independência dos membros da Comissão de Vencimentos, visto que o Presidente do Conselho de Administração da Sonae, Belmiro de Azevedo, foi eleito pelos accionistas da Sonae como membro desta Comissão. O Belmiro de Azevedo integra a Comissão em representação do maior accionista da Sonae, a Efanor, SGPS, SA, sendo membro da Comissão de Vencimentos exclusivamente nessa qualidade e não na de Presidente do Conselho de Administração. Além do mais, e para garantir a independência nas funções, ele não participa em nenhuma discussão ou deliberação onde se verifique um conflito de interesses.

Recomendações de 2005 da CMVM sobre Governo das Sociedades

Recomendações CMVM	Cumprimento
I - Divulgação da Informação	
1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Sim
II - Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	
2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	Não
III - Regras Societárias	
3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Sim
4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim
IV - Órgão de Administração	
5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.	Sim
5a. O órgão de administração deve incluir um número suficiente de Administradores Não-Executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim
6. De entre os membros Não-Executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de Membros Independentes. Quando apenas exista um Administrador Não-Executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim
7. O órgão de administração deve criar Comissões de Controlo Internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.	Sim
8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.	Não
8a. Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral Anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.	Sim
9. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Não
10. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de Planos de Atribuição de Acções, e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.	Sim
10a. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.	Sim

1.2. Novas recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades.

Em Setembro de 2007, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários emitiu novas recomendações sobre Governo das Sociedades, as quais deverão ser adoptadas nos relatórios sobre Governo das Sociedades de 2008 (com aplicação a partir de 01 de Janeiro de 2008).

Recomendações de 2007 da CMVM sobre Governo das Sociedades

NOVAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM		SONAE - CUMPRIMENTO DAS RECOM. A 31.12.2007
I - 1. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.		Sim
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.		Sim
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.		Sim
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.		Sim
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.		Não (ver explicações infra relativas à actual recomendação II-2)
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.		Sim
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.		Sim
I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.		Não (A Sonae actualmente não cumpre, mas está a analisar as vantagens e desvantagens de reduzir o quórum. A empresa não concorda que um quórum mínimo seja aconselhável)
I.5 1.5. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.		Não (A Sonae actualmente não cumpre, mas está a analisar as vantagens e desvantagens da sua implementação)
I.6 1.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.		Sim
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser emitidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		Sim
I.6.3.1.6.3. Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.		Sim
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. TEMAS GERAIS		
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.		Sim
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.		Sim
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.		Sim
II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.		Sim
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.		Sim
II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.		Sim
II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.		Sim
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.		Sim
II.1.5 REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.		Sim
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.		Sim

Recomendações de 2007 da CMVM sobre Governo das Sociedades

NOVAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM		SONAE - CUMPRIMENTO DAS RECOM. A 31.12.2007
II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.		Sim
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários		Sim
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.		Não (ver explicações infra relativas à actual recomendação IV-8)
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.		Sim
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais		Sim
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.		Sim
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Sim
II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.		N/A
II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.		Sim
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da comissão fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		Yes
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		Sim
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.		N/A
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.		Sim
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Sim
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.		Sim
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.		Sim
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.		Sim
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.		Não (ver explicações infra relativas à actual recomendação IV-9)
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.		Sim
III. 3. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.		Sim
III.1.3 Determinada informação deve estar disponível no sítio da Internet da sociedade e deve ser divulgada em inglês.		Sim

2. Divulgação de Informação

2.1. Áreas sob a supervisão dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é nomeada de entre os membros do Conselho de Administração e, sob delegação de poderes do Conselho de Administração, gere as operações correntes e decide sobre os assuntos que digam respeito à direcção. A Comissão Executiva é actualmente composta por 4 administradores que associam à capacidade de gestão o conhecimento dos assuntos operacionais de cada uma das *sub-holdings* da Sonae, sendo todos eles dotados de sólida experiência e competências adquiridas dentro do grupo Sonae ao abrigo das suas funções anteriores. A equipa reúne uma vez por mês e, sempre que o Presidente da Comissão Executiva ou a maioria dos seus membros convoca uma reunião.

Equipa de gestão e respectivos pelouros

CEO	Centros comerciais	Retailho	Telecomunicações
Paulo Azevedo	Álvaro Portela	Nuno Jordão	Ângelo Paupério
CEO Sonae SGPS	CEO Sonae Sierra	CEO Sonae Distribuição	CEO Sonae com

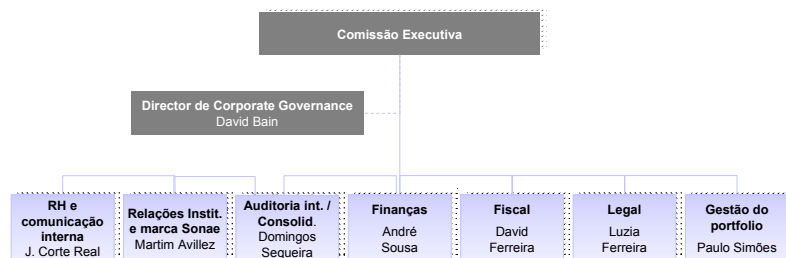
A Sonae possui igualmente várias direcções funcionais, responsáveis pelo apoio e aconselhamento à Comissão Executiva, ao Conselho de Administração e a todas as empresas do Grupo, tal como é mencionado de seguida no ponto 2.2 sobre o Governo da Sociedade.

2.2. Organização do Centro Corporativo

A actual estrutura organizacional do centro corporativo da Sonae foi planeada para adaptar o seu funcionamento e competências de modo a complementar adequadamente os seus diversos negócios e, assim, criar valor. Adicionalmente, tem também como objectivo potenciar a eficiência do Grupo através da partilha de competências relevantes, know how, recursos e funções entre as *sub-holdings*.

A sua proposta de valor apoia-se nas seguintes actividades: (i) colaboração com as *sub-holdings* na definição da sua estratégia e respectivos objectivos; (ii) alocação de capital entre negócios e novas oportunidades de negócio; (iii) potenciação da dimensão global e do conjunto de competências do Grupo; (iv) gestão de recursos humanos de topo; (v) gestão dos valores e da marca institucional Sonae (vi) gestão proactiva de relações institucionais, influenciando a envolvente negocial do Grupo. A holding é igualmente responsável pela prestação de serviços às suas diversas *sub-holdings*, as quais se encontram centralizadas por razões de eficiência e eficácia, nomeadamente Fiscal e Finanças. Existem ainda outras tarefas afectas directamente à holding, entre as quais o cumprimento de obrigações legais, financeiras e fiscais, e o cumprimento das exigências do mercado de capitais, bem como o processo de decisão enquanto accionista nas *sub-holdings* do Grupo Sonae e em várias empresas instrumentais.

Centro corporativo – Organização e funções



Director de *Corporate Governance*

Uma descrição das funções e atribuições do Director de *Corporate Governance* pode ser encontrada no capítulo 5.1 do relatório sobre o Governo da Sociedade.

Director de Recursos humanos e de comunicação interna

Principais responsabilidades:

- (i) Gestão dos recursos humanos de topo da Sonae: Presidente do Grupo Consultivo de Recursos Humanos; apoio às funções de gestão dos recursos humanos de topo da Comissão Executiva;
- (ii) Promoção interna dos valores e cultura do Grupo;
- (iii) Apoio à função de Comunicação Externa na gestão da imagem do grupo como empregador importante;
- (iv) Apoio ao departamento de Relações Institucionais e Legais na gestão da legislação laboral e dos assuntos respeitantes às boas práticas em recursos humanos;
- (v) Gestão da direcção de recursos humanos do centro corporativo.

Director de Relações Institucionais e Marca Sonae

Principais responsabilidades:

- (i) Definição e implementação da estratégia de marketing corporativo;
- (ii) Gestão da imagem institucional da Sonae e da sua Comissão Executiva; gestão proactiva da relação com os Media;
- (iii) Gestão da imagem e reputação da Sonae em coordenação directa com a área de Gestão de Risco;
- (iv) Apoio proactivo à gestão da relação da Sonae com o Governo, entidades públicas, ONG's e líderes de opinião;
- (v) Representação da Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e gestão dos pedidos de informação daquelas instituições;
- (vi) Coordenação de mensagens e linhas de comunicação com a direcção de Comunicação Exterior, e com os departamentos de Relações Públicas, em todos os contactos com os Media.

Director de Auditoria Interna, Gestão de Risco, Consolidação de Contas e Serviços Administrativos

Principais responsabilidades:

- (i) Direcção do processo de gestão de risco do portfolio de negócios e das actividades do centro corporativo;
- (ii) Direcção das auditorias internas do centro corporativo;
- (iii) Apoio operacional à Comissão de Auditoria e ao Grupo Consultivo de Gestão de Risco;
- (iv) Gestão da relação com os auditores externos;
- (v) Direcção da elaboração das contas consolidadas e individuais da Sonae;
- (vi) Supervisão dos processos de controlo administrativo do centro corporativo e da prestação dos serviços administrativos subcontratados à Sonae Distribuição.

Director Financeiro

Principais responsabilidades:

- (i) Condução de todas as operações de financiamento do Grupo Sonae (com excepção da Sonae Sierra) em coordenação com os CFO's das unidades de negócio; apoio às *sub-holdings* na execução de transacções negociais;
- (ii) Apoio à área de planeamento corporativo na determinação do capital empregue em cada área de negócio; apoio à área de *Corporate Development* e de Fusões e Aquisições;
- (iii) Gestão de tesouraria da Sonae;
- (iv) Gestão do risco financeiro do Grupo Sonae.

Director do Departamento Fiscal

Principais responsabilidades:

- (i) Desenvolvimento das competências fiscais das *sub-holdings*; partilha de competências entre as *sub-holdings*;
- (ii) Colaboração na definição da estratégia e dos objectivos: Apoio à internacionalização das *sub-holdings*;

- (iii) Apoio à actividade de Fusões e Aquisições em matéria fiscal;
- (iv) Relações Institucionais: gestão proactiva das matérias fiscais do Grupo;
- (v) Optimização da eficiência fiscal do Grupo.

Director de Serviços Jurídicos

Principais responsabilidades:

- (i) Apoio jurídico à área de financiamento em todos os contratos assinados com instituições financeiras;
- (ii) Gestão da relação com a Euronext Lisboa, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os accionistas, a respeito de assuntos legais;
- (iii) Gestão proactiva do quadro legislativo do Grupo.

Director de Portfólio

Principais responsabilidades:

- (i) Coordenação da área de planeamento interno e de reporte;
- (ii) Apoio às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio: responsável pela análise do capital investido, retorno do capital investido e retorno esperado; apoio ao desenvolvimento da estratégia de negócio; responsável pelas oportunidades de Fusões e Aquisições e por novas oportunidades de negócio;
- (iii) Potenciação da dimensão global do Grupo e do seu conjunto de competências;
- (iv) Coordenação da área de Relações com o Investidor e representação da administração em reuniões com os analistas e investidores;
- (v) Apoio à coordenação das actividades do Centro Corporativo.

2.3. Comissões internas

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria foi criada em 2000 para assistir a Comissão Executiva na definição de políticas, acompanhando e coordenando as actividades de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Externa, e na revisão dos processos e sistemas de controlo interno. Esta comissão é também um veículo de partilha de conhecimentos e experiências das respectivas funções. Em apoio a esta Comissão está o Grupo Consultivo de Gestão de Risco, acompanhando de forma regular a actividade de todas as *sub-holdings* para assegurar a consistência entre os objectivos estabelecidos e a sua implementação.

A Comissão de Auditoria, que reúne trimestralmente, é presidida por Paulo Azevedo (Presidente Comissão Executiva da Sonae), e é composta pelos responsáveis pela Auditoria Interna e Gestão de Risco e pelo Planeamento e Controlo da Gestão do Grupo, pelos CFO's das unidades de negócio e respectivos Administradores responsáveis de Auditoria Interna. O Grupo Consultivo de Gestão de Risco, que reúne trimestralmente, é presidido por Ângelo Paupério (Administrador da Sonae), e é composto pelo responsável pelo Director de Portfólio, pelos membros do Conselho de Administração das unidades de negócio com o pelouro da função, pelos Directores de Gestão de Risco responsáveis pela função na holding e em cada uma das *sub-holdings*, e pelo responsável da Gestão de Seguros do Grupo.

Comissão de Finanças

A comissão de Finanças é presidida por Paulo Azevedo (Presidente da Comissão Executiva da Sonae) e é composta por cada um dos CFO's das *sub-holdings*, pelos administradores responsáveis pela área de *corporate finance* em cada uma das *sub-holdings* e pelos directores funcionais da Sonae considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente para analisar e coordenar as políticas de gestão dos riscos financeiros, as relações com a banca e outros assuntos relativos à área de *corporate finance*.

Outras Comissões

A composição e atribuições das Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração, entre as quais a Comissão de Remuneração, encontram-se descritas no ponto 5.1. do relatório sobre o Governo da Sociedade.

2.4. Controlo de Riscos

Objectivos da Gestão de Risco

A gestão de risco é uma das componentes da cultura da Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar os objectivos de negócio e as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão do Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efectiva dos riscos que podem afectar as organizações.

Os processos de Gestão de Risco

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a gestão de risco está integrada em todo o processo de planeamento do Grupo. O seu objectivo é identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que os negócios do Grupo Sonae enfrentam na prossecução dos seus objectivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- (i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- (ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais.
- (iii) Nos riscos de natureza mais horizontal, nomeadamente em grandes projectos de mudança da organização e planos de contingência e de recuperação dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas.
- (iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas (riscos "técnico-operacionais"), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis.
- (v) A gestão dos riscos financeiros é efectuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da holding e sub-holdings, cuja actividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças do Grupo e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão internacional¹⁴, e compreende nomeadamente o seguinte:

- (i) Identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização ("linguagem comum"); definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- (ii) Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos em função do impacto nos objectivos dos negócios e probabilidade de ocorrência;

¹⁴ Enterprise Risk Management – Integrated Framework do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

- (iii) Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- (iv) Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- (v) Desenvolvimento de um plano de acção de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções das empresas do grupo Sonae;
- (vi) Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções.

A Organização da Gestão de Risco

A actividade de gestão de risco é apoiada e suportada pelas funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, tanto ao nível da holding como das *sub-holdings*, através de equipas especializadas que reportam directamente aos respectivos Conselhos de Administração.

A função de Auditoria Interna e Gestão de Risco tem por missão ajudar as empresas a atingir os seus objectivos através de uma abordagem sistemática e estruturada de desenvolvimento e avaliação da eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos e dos sistemas de informação, entre os quais:

- (i) A função de Auditoria Interna identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas. O plano anual de Auditoria Interna compreende as auditorias aos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação;
- (ii) A função de Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco.

A função de Planeamento e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela actividade de Auditoria Externa.

No final de Dezembro de 2007, as funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco tinham 39 colaboradores a tempo inteiro, desenvolvendo o seu trabalho em todos os países onde o Grupo Sonae se encontra presente.

Conforme referido no capítulo 5.1 do relatório sobre o Governo da Sociedade, o Conselho de Administração nomeou uma Comissão de Auditoria e Finanças, composta por quatro Administradores Não-Executivos e Independentes, para monitorizar as actividades de Auditoria Interna e Gestão de Risco. o Conselho de Administração é ainda assistido por uma Comissão de Auditoria com respeito a estas actividades, em conformidade com o capítulo 2.3 do relatório sobre o Governo da Sociedade.

Formação e desenvolvimento em Gestão de Risco e Auditoria Interna

No que respeita ao desenvolvimento das funções de gestão de risco e auditoria interna, em 2007 a Sonae continuou a patrocinar alguns colaboradores que voluntariamente se candidataram à certificação internacional em programas promovidos pelo IIA (*The Institute of Internal Auditors*) – o *Certified Internal Auditor* (CIA) e o *Certification in Control Self Assessment* (CCSA) – e outras certificações em auditoria, entre os quais o *Certified Information System Auditor* (CISA), o *Certified Information System Security Professional* (CISSP) e o BS ISO/IEC 27001: 2005 *Information Security Management* (CISM), *Associated Business Continuity* (ABCP) e *Project Management* (PMI).

Existem vinte e dois membros das equipas de Auditoria Interna e Gestão de Risco do Grupo que possuem certificações, seis dos quais acreditados como CIA, sete como CCSA, quatro como CISA, dois como CISM e um como CISSP, ABCP e PMI. A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores certificados em auditoria interna e gestão de

risco em Portugal. Em 2008, O Grupo continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos seus colaboradores de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Acções implementadas em 2007

De acordo com as metodologias definidas e implementadas em exercícios anteriores, os processos de gestão de risco foram integrados com os processos de planeamento e controlo de gestão dos negócios, desde a fase de reflexão estratégica até à fase de planeamento operativo, tendo as acções de gestão de risco sido incluídas nos planos de actividade das unidades de negócio e das unidades funcionais, e monitorizadas ao longo do exercício.

Riscos dos activos tangíveis

Foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais das unidades de negócio. Nas principais unidades, efectuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, em alguns casos com a presença das autoridades e serviços de segurança pública. Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respectivos processos de monitorização e auto-avaliação (*Control Risk Self Assessment*). No que respeita aos riscos de terrorismo, foram lançados programas de prevenção e emergência, bem como patrocinadas sessões especiais de formação a responsáveis pela segurança e a colaboradores.

Riscos de segurança das pessoas

No que se refere aos riscos de segurança das pessoas (colaboradores, pessoas subcontratadas, clientes e visitantes), deu-se continuidade ao projecto PERSONÆ, da Sonae Sierra, e a projectos e funções de gestão de Saúde e Segurança de outras *sub-holdings* tendo em vista o desenvolvimento integrado de acções e atitudes de segurança, com um enfoque especial na mudança de comportamentos.

No que respeita ao projecto PERSONÆ, depois da fase de preparação e diagnóstico realizada em 2003, deu-se início à fase de implementação de um projecto na Sonae Sierra em 2004, em parceria com uma empresa de consultoria líder mundial neste tipo de actividade e integrada num grupo reconhecido como um dos mais seguros e socialmente responsáveis do mundo. O programa combina a implementação das melhores práticas de gestão de Saúde, Segurança e Responsabilidade Social com o desenvolvimento das capacidades internas, através da formação e partilha de conhecimentos. Parte essencial da metodologia é a integração de atitudes e comportamentos responsáveis na cultura da empresa. O programa envolve todas as operações a nível internacional e todas as actividades da Sonae Sierra, desde o desenvolvimento de projectos até à gestão dos centros comerciais e de lazer, incluindo a fase de investimento e construção. O projecto tem uma duração de quatro anos e representa um investimento, apenas em consultoria e formação de colaboradores, no valor de 5 milhões de euros. Encontrando-se, de momento, no final da sua segunda fase, o projecto envolveu mais de 70,000 pessoas com o objectivo de zelar pela segurança de mais de quatrocentos milhões de visitantes por ano nos centros comerciais. Os resultados e os principais indicadores do projecto evoluíram de forma muito positiva: de Junho de 2005 a Novembro de 2007, o número total de horas empregues em medidas de prevenção e segurança aumentou de 56 para 933, e o número de não conformidades por hora de observação reduziu em 50%. O projecto PERSONÆ viu-lhe ser atribuído dois prémios internacionais: O “prémio Eco” no Brasil para Práticas Empresariais de Responsabilidade Social e o “DuPont Safety Award” na categoria de Compromisso Visível da Gestão. A evolução do projecto tem vindo a ser acompanhada pelas outras *sub-holdings* do Grupo, numa perspectiva de sinergias e adaptação do modelo de gestão a outros negócios do Grupo.

No final de 2005 foi assinado pela Sonae a *World Safety Declaration*, um compromisso global de negócios para a segurança no trabalho, sendo a Sonae um dos membros fundadores em conjunto com grandes empresas mundiais.

Gestão de continuidade das operações

Nos negócios mais relevantes, foram prosseguidos os projectos e programas com o objectivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e catástrofe, nomeadamente

através do desenvolvimento de planos de emergência, contingência e de recuperação dos negócios.

Em 2007, um projecto relacionado com riscos comuns aos diferentes negócios foi desenvolvido e continuado. Este projecto foi promovido ao nível do Grupo e das sub-holdings com o objectivo de preparar e testar planos de emergência e contingência face à ameaça da gripe pandémica. Foram desenvolvidas acções para identificar processos críticos e pessoas críticas em cada negócio, avaliar o impacto da gripe pandémica e definir planos de acção, tendo sido estabelecidos contactos com departamentos de saúde do Governo e outras autoridades para partilha de informação e conhecimentos no que respeita a planos nacionais de contingência e outras acções de cooperação. De forma a apoiar e avaliar protocolos, procedimentos, e outras informações e conhecimentos relevantes, foi contratada consultoria especializada a uma empresa internacional de prestação de cuidados de saúde. Em conformidade com as orientações de organizações de saúde, foi adquirida uma quantidade estratégica de antivírus para uso preventivo, em resposta ao risco de uma eventual escassez.

Riscos Ambientais

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, foram prosseguidas as auditorias e implementadas as acções de melhoria, no âmbito dos processos de Gestão Ambiental das *sub-holdings* do Grupo.

Riscos de “projectos de mudança” e de novos projectos de investimento

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projectos de mudança, nomeadamente novos investimentos e projectos de mudança dos sistemas de informação, foram analisados e monitorados, quer no âmbito da actividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da actividade de Auditoria Interna.

Riscos técnico-operacionais

No que respeita à transferência dos riscos técnico-operacionais, prosseguiu-se o objectivo de racionalização da transferência financeira deste tipo de riscos, quer pela correcta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitectura foi melhorada pela optimização das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efectiva gestão de seguros a nível mundial, através da Brokers Link, rede mundial de corretagem de seguros do Grupo, e da Sonae Re, a resseguradora cativa do Grupo.

Riscos de segurança alimentar

Na unidade de Retalho, em sequência de acções de reorganização iniciadas em anos anteriores, salienta-se a implementação e consolidação de um programa de auditorias de segurança alimentar às lojas, entrepostos e centros de fabrico, com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões ao nível da empresa e orientação para a tomada de acções correctivas. Este programa de auditorias teve como objectivo monitorar, de forma sistemática, os riscos de segurança alimentar e o cumprimento das normas legais e do sistema interno de controlo da qualidade dos bens alimentares. Desde o seu lançamento, em 2003, o número médio de observações por auditoria reduziu 58% e, o que é mais importante, a média das observações críticas reduziu 79%.

Riscos financeiros

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações, dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. Tendo em conta a natureza diversificada dos diferentes negócios do Grupo, a exposição a esses riscos pode variar de negócio para negócio, não existindo por parte do Grupo e para todos eles uma política de gestão de risco que os abranja na totalidade, privilegiando-se, em seu lugar, uma política individualizada e adaptada a cada uma das *sub-holdings*. O Grupo está igualmente exposto aos riscos de flutuação dos mercados de dívida e de capital. Durante 2007, e tendo em vista a minimização de efeitos potencialmente adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, além de políticas de gestão de cada um dos riscos identificados, e da implementação de mecanismos de controlo para os identificar

e determinar, as *sub-holdings* da Sonae utilizaram por vezes instrumentos derivados para a cobertura de determinados riscos. A política do grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselho de Administração, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos Departamentos Financeiro e de Tesouraria das *Sub-holdings*. A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças tal como é mencionado no capítulo 2.3 do relatório sobre o Governo da Sociedade, onde uma análise do risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são definidas e revistas regularmente. A postura do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente e, quando usa instrumentos derivados para cobertura de determinados riscos relacionados com a actividade normal da empresa, o Grupo, por princípio, não toma posições em derivados de outros instrumentos financeiros que não tenham uma ligação à sua actividade ou com propósitos especulativos. Em 2007, a IFRS 7 *Financial Instruments: Disclosures* foi adoptado pela primeira vez, disponibilizando-se um conjunto de informações novas sobre riscos financeiros, no âmbito das demonstrações financeiras anuais.

2.5. Evolução da cotação das acções

O preço das acções da Sonae e os acontecimentos que tiveram impacto na sua evolução, durante 2007, encontram-se descritos nos capítulos 1.5 e 7.2 do Relatório de Gestão.

2.6. Política de distribuição de dividendos

Após aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral Anual, os dividendos distribuídos pela Sonae nos últimos três anos de exercício podem ser resumidos na tabela em baixo.

Sonae SGPS - distribuição de dividendos			
	2004 ⁽¹⁾	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾
Dividendo ilíquido por acção (euros)	0,02	0,025	0,03
Dividendos distribuídos (milhares de euros)	37.316	46.651	55.997
Dividend yield (%) ⁽²⁾	1,9%	2,1%	2,0%
Pay out ratio (%) ⁽³⁾	19,4%	9,1%	23,1%

(1) Ano de distribuição do dividendo; (2) Dividend yield = Dividendos distribuídos / preço fecho em 31 de Dezembro; (3) Pay out ratio = Dividendos distribuídos/ Resultados líquidos atribuíveis aos accionistas da Sonae.

Tendo em consideração os resultados líquidos do exercício de 2007, o Conselho de Administração proporá em Assembleia Geral Anual de Accionistas, um dividendo ilíquido de 0,03 euros, apesar da redução do portfólio de negócios, com a saída da Sonae Capital do perímetro de consolidação da Sonae em Outubro de 2007. Esta proposta corresponde a um *dividend yield* de 2,4% sobre o preço médio por acção dos 30 dias anteriores à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, e a um rácio de *pay out* de 24,8% dos resultados líquidos consolidados atribuíveis aos accionistas da Sonae.

Para os anos seguintes, e de acordo com as perspectivas de crescimento e desempenho do Grupo, a Sonae planeia aumentar gradualmente o dividendo por acção a ser distribuído, apesar da cisão da Sonae Capital e do plano crescente de investimento para os anos futuros.

2.7. Política de remuneração do Grupo

A política de remuneração da Sonae tem por objectivo uma avaliação precisa da actividade, desempenho e contribuição de cada indivíduo para o sucesso da organização, e para alinhar os interesses e comportamentos dos Administradores e colaboradores com os dos accionistas.

Descrição dos componentes

A política de remuneração de todos os Administradores e colaboradores inclui duas componentes:

- (i) Remuneração fixa, a qual é atribuída numa base anual, embora paga como Salário Mensal (os salários são pagos 14 vezes por ano em Portugal);
- (ii) Prémio de desempenho anual, pago no primeiro trimestre do ano seguinte.

Adicionalmente, uma terceira componente pode ser atribuída aos Administradores e quadros superiores, em Abril do ano seguinte, sob a forma de compensação diferida, ao abrigo do Plano de Prémio de Desempenho Diferido da Sonae.

O Prémio de Desempenho Diferido é descrito em detalhe no capítulo 2.6 abaixo.

Remuneração fixa

A remuneração anual e outros elementos do pacote de compensações são definidos em função do nível de responsabilidade de cada Administradores e colaborador e sujeitos a uma revisão anual. Cada Administrador e colaborador é classificado de acordo com um “Nível de Grupo¹⁵”, usando o modelo internacional de Hay para classificação de funções de trabalho, o que permite facilitar comparações de mercado, bem como promover a equidade interna.

Prémio de desempenho anual

O prémio de desempenho anual visa recompensar o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente fixados, associados a indicadores chave de negócio (“*Key Performance Indicators*”), quer da Empresa, quer pessoais.

O prémio de desempenho anual é definido como uma percentagem da remuneração base fixa dos Administradores e colaboradores, que varia entre 15% e 70%, de acordo com o seu nível de função. Deste montante, 70% é determinado pelos *KPI's* de negócio, isto é, indicadores objectivos tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das acções da Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral. Os restantes 30% são determinados pelos *KPI's* pessoais, incluindo quer indicadores objectivos quer indicadores subjectivos.

O prémio de desempenho anual atribuído é determinado com base no desempenho e pode atingir um valor entre 0% e 160% do prémio relativamente a *KPI's* de negócio e entre 0% e 120% do prémio relativamente a *KPI's* pessoais. Reunindo ambos os componentes, o nível mais elevado aplicável a qualquer indivíduo é entre 0% a 148% do prémio.

2.8. Planos de atribuição de acções

Plano de Prémio de Desempenho Diferido

A Comissão de Vencimentos (ver capítulo 5.1 abaixo) aprovou um regulamento que define as condições de atribuição do Prémio de Desempenho Diferido. Este Prémio é discricionário, baseado na evolução da cotação das acções e contém um período de diferimento de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. O plano tem como objectivo promover a lealdade dos Administradores e colaboradores e aumentar a percepção da importância do seu desempenho para o sucesso da Sonae, medido pela cotação da acção Sonae em bolsa.

A decisão de atribuição do Prémio de Desempenho Diferido ao abrigo do Plano de Prémio de Desempenho Diferido é tomada pela Comissão de Nomeação e Remunerações e pela Comissão de Vencimentos, em relação aos Administradores, e pela Comissão Executiva, em relação aos restantes participantes. Os valores atribuídos são calculados em percentagem do Prémio de Desempenho Anual atribuído no mesmo ano de referência.

Os Administradores e quadros superiores da Sonae são elegíveis para efeito de participação no Plano de Compensação Diferida, desde que admitidos até 31 de Dezembro do ano anterior. Os Prémios de Desempenho Diferidos são atribuídos em Abril de cada ano em relação ao desempenho do exercício anterior.

O número de acções a atribuir ao abrigo do Plano é determinado pelo quociente entre o valor atribuído do Prémio de Desempenho Diferido e o valor da cotação média da acção no mês anterior à data de atribuição. Os quadros podem optar por adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, esse número de acções, ou por adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de

¹⁵ Existem 9 níveis de função; gestores com nível de função igual ou inferior a 4 são considerados “Gestores de Topo”.

Black-Scholes ao valor atribuído em euros do Prémio de Desempenho Diferido. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano.

A sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação diferida caduca com a saída do quadro do Grupo Sonae e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma; em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação diferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao quadro.

Acordos de cobertura aplicados aos Planos de Prémio de Desempenho Diferido

Até Novembro de 2007, a Sonae detinha acções próprias e, parte destas estavam reservadas para cobertura do risco resultante da responsabilidade assumida pelo Grupo de atribuição, a custo zero, de acções Sonae SGPS aos gestores e topo, tal como previsto no respectivo plano de Remuneração Variável de Médio Longo Prazo. Com a aquisição de um instrumento financeiro derivado – Cash Settled Equity Swap – a uma instituição financeira, relativamente a um total de 132,8 milhões de acções Sonae, correspondendo a 6,64% do seu capital social, o Grupo mantém a sua exposição económica às variações de preço destas acções e continua com a política de reservar parte desta exposição à cobertura do risco resultante da responsabilidade assumida acima descrita.

Acções atribuíveis nos Planos de Prémio de Desempenho Diferido

Encontram-se descritas na nota 30 do anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas as responsabilidades emergentes dos Planos de Prémio de Desempenho Diferido.

2.9. Transacções relevantes com partes relacionadas

A Sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração ou de outro qualquer Órgão Social. As transacções com o Auditor Externo decorreram exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos descritos no capítulo 2.12 do relatório sobre o Governo da Sociedade.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo foram realizadas em condições normais de mercado e fizeram parte da actividade normal da sociedade pelo que não merecem divulgação específica.

2.10. Gabinete de apoio ao Investidor

O Gabinete de Apoio ao Investidor é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a Comunidade financeira - actuais e potenciais investidores, analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação ao Grupo, através do fornecimento de informação relevante, actualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

O Gabinete de Apoio ao Investidor prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das acções da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as actividades do Grupo, respondendo às questões colocadas através de E-mail ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página da sociedade na Internet www.sonae.pt. Nesta última poderá ser encontrada, não apenas a informação solicitada tal como estipulado no artigo 3-A do n.º 7/2001 da CMVM, mas igualmente informação de carácter geral sobre o Grupo, para além de outra informação considerada relevante, entre a qual:

- Comunicados ao mercado com informação privilegiada;
- Apresentações institucionais e outras apresentações do Grupo à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos dois anos;
- Relatório Ambiental;
- Relatório sobre o Governo da Sociedade;
- A identificação dos responsáveis do Gabinete de Apoio ao Investidor, bem como os seus contactos;
- Descrição da performance do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;
- As propostas a serem apresentadas na Assembleia Geral Anual;
- O calendário financeiro anual, abrangendo Assembleias-gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais;

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, o Gabinete de Apoio ao Investidor organiza *road shows* nos centros financeiros mais importantes da Europa e Estados Unidos, e participa em diversas conferências. Um grande número de investidores e analistas tem também a oportunidade de falar com os gestores de topo do Grupo, na forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer interessado pode contactar o Gabinete de Apoio ao Investidor através dos seguintes meios:

Patrícia Mendes Pinheiro
Gabinete de Apoio ao Investidor
Tel: (+351) 22 010 4794
Fax: (+351) 22 940 4634
E-mail: patricia.mendes@sonae.pt
Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal
Página de internet: www.sonae.pt

Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira
Representante Legal para as Relações com o Mercado de Capitais
Tel: (+351) 22 948 75 22
Fax: (+351) 22 948 77 22
E-mail: investor.relations@sonae.pt
Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

A sociedade considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

2.11. Comissão de Remunerações

Nas Sociedades emitentes de valores cotados em Portugal, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos, com a mesma periodicidade dos restantes Órgãos Sociais, . A função e composição da Comissão de Vencimentos são descritas no capítulo 5.1 do relatório sobre o Governo da Sociedade

2.12. Remuneração do Auditor Externo

O Auditor Externo da Sonae é a Deloitte que, em 2007 e 2006, facturou ao Grupo, incluindo *joint ventures*, filiais e associadas, os valores que a seguir se discriminam:

Honorários do Auditor externo

Milhões de euros	2006		2007	
Auditoria e revisão legal de contas	1,54	50%	1,39	33%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	0,27	9%	1,08	26%
Consultoria fiscal	0,45	15%	0,51	12%
Outros Serviços ⁽¹⁾	0,80	26%	1,21	29%
Total	3,06	100%	4,20	100%

(1) Outros serviços = outros honorários de consultoria.

O detalhe apresentado acima não inclui os serviços facturados a empresas alienadas durante o ano e toma em consideração apenas 9 meses de serviços de auditoria facturados às empresas da Sonae Capital.

Os honorários relativos a serviços de auditoria diminuíram 9.3% face a 2006, essencialmente como resultado da cisão da Sonae Capital e da consequente simplificação do portfólio de empresas detidas pela Sonae SGPS. Os honorários de outros Serviços de Garantia de Fiabilidade aumentaram significativamente no período em análise, reflectindo a aceleração da expansão internacional da Sonae Sierra e os consequentes trabalhos de due diligence efectuados às propriedades adquiridas. Em 2007, os honorários relativos a outros serviços incluem serviços de consultoria facturados a diversas empresas do Grupo (18% do total de serviços), serviços de incentivos fiscais (4,3% do total de serviços), serviços de consultoria em recursos humanos (1,7% do total de serviços) e serviços de modelos de contabilidade ambiental (2% do total de serviços). Esta categoria de honorários também aumentou de forma significativa em 2007 pois, dado o seu elevado nível de conhecimento do modo de funcionamento do Grupo e a competitividade das suas propostas em termos de custos, a Deloitte foi seleccionada para suportar o Grupo em dois grandes projectos: (i) a reorganização da área Administrativa e Financeira da Sonae Distribuição e (ii) a preparação da implementação do futuro Centro de Serviços Partilhados da Sonae Sierra. Dado que ambos os projectos terminam no início de 2008, os honorários devidos à Deloitte por serviços de consultoria prestados neste ano serão materialmente inferiores aos de 2007.

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada. Além do mais, a política de gestão de risco da Sonae acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e respectiva rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Os honorários pagos pelo Grupo Sonae, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram aproximadamente 2% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae. Adicionalmente, é obtida uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais do IFAC (International Federation of Accountants) em matéria de independência do auditor.

3. Representação dos accionistas e direito de voto

3.1. Regras estatutárias para o exercício do direito de voto

Representação dos accionistas

O direito de voto por representação e o modo como este pode ser exercido estão salvaguardados pelos estatutos da Sociedade e pela lei, nos termos estabelecidos nas respectivas convocatórias das Assembleias Gerais.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por qualquer representante, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e data da Assembleia. As pessoas colectivas podem fazer-se representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A empresa disponibiliza informação adequada que permite aos Accionista representados fornecer instruções de voto aos seus representantes, em particular, através da disponibilização das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo da procuração de representação, dentro dos prazos legais estabelecidos, no sítio oficial da Sonae e no sítio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários Portuguesa.

Voto por correspondência

Enquanto a sociedade for cotada em bolsa, os accionistas poderão votar por correspondência, exclusivamente no que se refere à alteração dos estatutos da sociedade e à eleição dos órgãos sociais. Só serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da sociedade, via carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva, garantir o reconhecimento da assinatura certificando que esta é de um elemento autorizado e com poderes para o acto. Compete ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites. Um modelo de boletim de voto está disponível no sítio da empresa para os votos por correspondência.

Voto electrónico

O direito de voto electrónico está contemplado pelos estatutos da empresa, mas o seu suporte ainda não se encontra disponível.

3.2. Data limite para depósito ou bloqueio de títulos

Os estatutos da empresa apenas permitem a participação na Assembleia Geral aos accionistas que façam prova da sua qualidade com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência da sua realização. Esta prova deverá ser emitida pela instituição financeira responsável pela guarda dos títulos e deve igualmente chegar à Sede Social da Empresa dentro do prazo acima referido.

3.3. Prazo final para a admissão de votos por correspondência

Os boletins de voto por correspondência devem ser recebidos pelo menos três dias antes da Assembleia Geral de Accionistas na Sede Social da Empresa, através de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas.

3.4. Número de acções correspondentes a um voto

Uma acção corresponde a um voto.

4. Regras Societárias

4.1. Código de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adopção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da sociedade na Internet.

Embora estas práticas internas tenham demonstrado ser adequadas para lidar com questões éticas internas, foram consideradas insuficientes para garantir o mesmo grau de aderência nas relações com o mercado e *stakeholders*. Consequentemente foi decidido que deviam de ser redigidos regulamentos internos e formalizadas as regras informais existentes.

Provedor

A Sonae tem sempre disponível, através da sua página na Internet (www.sonae.pt), o acesso directo, quer de colaboradores quer do público em geral, ao Provedor da Sonae, o qual reporta

directamente ao Presidente do Conselho de Administração. Este meio tem-se demonstrado eficaz para comunicar reclamações, para garantir a independência e a liberdade de opinião e para garantir um tratamento equitativo e justo de todos os temas reportados.

O Provedor do Grupo Sonae recebeu, ao longo de 2007, 1.821 reclamações, a maioria das quais proveniente de clientes (98% do total de reclamações recebidas), em comparação com 1.573 reclamações em 2006. O tempo médio de resposta foi de 13 dias, em comparação com 34 dias em 2006.

Política de Comunicação de Irregularidades

A Sonae tem uma política e procedimentos para a comunicação de irregularidades internas, para lidar de modo eficiente e justo com alegadas irregularidades que sejam relatadas, incluindo:

- (i) A comunicação de qualquer irregularidade que se pense ou saiba ter sido efectuada por qualquer um dos colaboradores da Sonae, deve ser feito através de carta ou e-mail dirigido ao Provedor do Grupo Sonae, contendo uma descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador será mantida anónima, se tal for explicitamente solicitado;
- (ii) A carta será analisada pelo Provedor, que levará a cabo as medidas que considerar apropriadas, se considerar que existem fundamentos para a irregularidade relatada.
- (iii) O Provedor elabora um relatório trimestral com a síntese de todas as comunicações recebidas, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração, com conhecimento à Comissão Executiva do Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

As comunicações de irregularidades dirigidas directamente ao Conselho Fiscal são entregues ao presidente desse órgão.

A política de comunicação de irregularidades da Sonae pode ser consultada na página de Internet da sociedade www.sonae.pt.

Outros regulamentos internos

A Sonae está empenhada em cumprir com as melhores práticas de Governo das Sociedades. Com este propósito, a Sonae elaborou uma série de regulamentos, obrigações e responsabilidades claramente definidas, para os seus diferentes órgãos sociais e para os respectivos processos de tomada de decisões. Tal resultou em maior transparência e melhor controlo interno.

Os Termos de Referência dos Conselhos de Gestão e Supervisão podem ser consultados na página de Internet da sociedade www.sonae.pt.

Código de Conduta

A Sonae está a desenvolver um Código de Conduta, o qual se prevê que seja concluído durante 2008, cujo propósito será garantir a adopção de atitudes éticas e responsáveis por parte da organização.

Pode ser encontrada informação adicional sobre o Código de Conduta da Sonae no capítulo 6.3 do Relatório de Gestão.

4.2. Procedimentos internos para o controlo de riscos na actividade da empresa

Os procedimentos internos para o controlo de riscos são discutidos no capítulo 2.4 do relatório sobre o Governo da Sociedade.

4.3. Limites aos direitos de voto

Não existem limitações ao exercício do direito de voto.

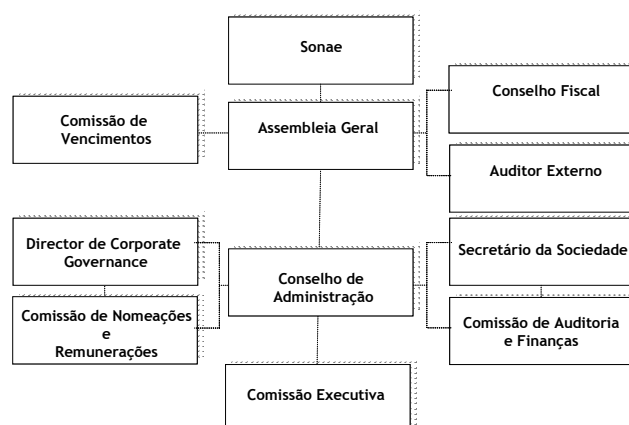
O Conselho de Administração não tem conhecimento de direitos especiais de accionistas da Sociedade nem adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de ofertas públicas de aquisição ou da transacção livre de acções da Empresa.

5. Órgãos Sociais

5.1. Composição e caracterização

A estrutura societária da Sonae distribui claramente as funções, deveres e responsabilidades dos seus diversos Órgãos Sociais.

Os Órgãos Sociais da Sonae



Assembleia Geral de Accionistas

Composição

A Assembleia Geral de Accionistas é constituída pelos accionistas com direito de voto, possuidores de acções ou direitos de subscrição que as substituam que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da Sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

As Assembleias Gerais de Accionistas e respectivo quórum

As Assembleias Gerais de Accionistas da Sonae desempenham as suas funções através de uma Mesa, eleita pelos Accionistas para um mandato de quatro anos, composta por um Presidente e um Secretário. O mandato actual é de 2007 a 2010.

É prestada assistência à Assembleia Geral de Accionistas através de apoio de pessoal e logístico relativamente ao exercício das suas funções.

Mesa da Assembleia Geral de Accionistas

Manuel Cavaleiro BrandãoPresidente
 Maria da Conceição CabaçosSecretária

A Assembleia Geral de Accionistas é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na sua ausência, pelo accionista que detém a maior participação, presente na Assembleia Geral. A Assembleia Geral de Accionistas reúne-se em duas possíveis circunstâncias: (i) em sessão ordinária, numa data estabelecida por lei para a reunião anual da Assembleia Geral; (ii) em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal assim o entendam ou a pedido dos Accionistas, que representem o mínimo do capital social da Empresa necessário por lei (actualmente a percentagem mínima é de 5%). Em 2007 realizaram-se duas Assembleias Gerais de Accionistas, uma em sessão ordinária a 3 de Maio, com 62,62% do capital social representado,

e a outra em sessão extraordinária, a 14 de Dezembro, em que 55,923% do capital social estava representado.

As propostas para discussão e decisão em Assembleia Geral de Accionistas, bem como outras informações necessárias para as reuniões, são disponibilizadas aos Accionistas na sede da Empresa e são publicadas na página de Internet da Sonae – www.sonae.pt – até 15 dias antes da realização da respectiva reunião, ou quando a assembleia se reúne, relativamente a propostas de alteração dos Estatutos da Sociedade.

O Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonae, o Conselho de Administração pode consistir num número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de 3 e um máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração é responsável pela eleição do seu Presidente.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes Azevedo.....	Não-Executivo Presidente
Luiz Felipe Palmeira Lampreia ⁽¹⁾	Não-Executivo Independente
Álvaro Cuervo Garcia	Não-Executivo Independente
Michel Marie Bon	Não-Executivo Independente
José Neves Adelino.....	Não-Executivo Independente
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.....	Presidente Comissão Executiva - Executivo
Álvaro Carmona e Costa Portela	Executivo
Ângelo Gabriel dos Santos Paupério	Executivo
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Executivo

(1) Luiz Felipe Palmeira Lampreia demitiu-se do Conselho de Administração em 3 de Março de 2008 (com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008)

O Conselho de Administração da Sonae evidencia um claro equilíbrio entre o número de Administradores Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes. Actualmente, o Conselho de Administração da Sonae é composto por nove membros, incluindo Administradores Executivos e Não-Executivos. Quatro dos Administradores Não-Executivos são Independentes, no sentido em que não estão associados a grupos de interesse especial relacionados com a Empresa nem com o seu accionista de referência, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Regulamento 7/2001 da CMVM relativamente a Administradores Independentes.

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos Administradores são divulgadas no capítulo 5.7 do Relatório do Governo da Sociedade, e as acções detidas por empresas do Grupo Sonae são divulgadas no Anexo ao Relatório, de acordo com o Artigo 477 do Código Comercial.

O mandato é de quatro anos, com a possibilidade de reeleição. O mandato actual é de 2007 a 2010. Os membros actuais do Conselho de Administração foram nomeados da seguinte forma:

Nomeação do Conselho de Administração

	Primeira nomeação	Fim do mandato
Belmiro Mendes Azevedo	1989	2010
José Neves Adelino	2007	2010
Álvaro Cuervo Garcia	2004	2010
Luiz Felipe Palmeira Lampreia ⁽¹⁾	2004	2008
Michel Marie Bon	2004	2010
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2000	2010
Álvaro Carmona e Costa Portela	1999	2010
Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério	2000	2010
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	1999	2010

(1) Em 3 de Março de 2008, o membro do Conselho de Administração Luis Filipe Lampreia renunciou ao cargo de Administrador da Sonae (com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008).

Função

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da Sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objectivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonae permitem que o Conselho de Administração confira delegação de poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e

responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito em pormenor no capítulo relativo à Comissão Executiva).

De forma a melhorar a eficiência operacional do Conselho de Administração e cumprir com as melhores práticas de Governo das Sociedades, o Conselho de Administração criou duas Comissões, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

Reuniões e quórum do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonae reúne-se pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o Presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2007, realizaram-se 6 reuniões do Conselho de Administração. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se devidamente constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada e as deliberações sejam aprovadas por maioria de votos. Em 2007, a taxa de comparência nas reuniões do Conselho de Administração foi de 98%. As actas são registadas no livro das actas. As informações sobre os temas a discutir na reunião são disponibilizadas ao Conselho de Administração até 7 dias antes, e os documentos de apoio até 2 dias antes, da realização da respectiva reunião.

Em 2007, o modelo de Governo da Sociedade adoptado pela Sonae foi avaliado pelo Conselho de Administração e não foi observado nenhum impedimento ao seu funcionamento.

Membros Não-Executivos do Conselho de Administração

De acordo com o Regulamento 7/2001 da CMVM (com alterações) e o artigo 414 do Código Comercial, as capacidades de análise e de tomada de decisões dos Administradores Não-Executivos Independentes não devem ser afectadas por quaisquer circunstâncias. Em 2007, estes Administradores Não-Executivos exerceram uma influência importante sobre o processo de tomada de decisões e o desenvolvimento da estratégia e política da Sonae, não tendo encontrado quaisquer impedimentos na execução das suas funções.

A Comissão Executiva

Composição

De acordo com os estatutos da Sonae, a Comissão Executiva é composta por membros do Conselho de Administração. O Presidente da Comissão Executiva do Grupo e os Presidentes da Comissão Executiva das unidades de negócio do Grupo constituem a Comissão Executiva. Os actuais membros da Comissão Executiva são identificados no diagrama abaixo:

Equipa de Gestão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.....	Presidente Comissão Executiva do Grupo
Álvaro Carmona e Costa Portela	Presidente Comissão Executiva da Sonae Sierra
Ángelo Gabriel dos Santos Paupério	Presidente Comissão Executiva da Sonaecom
Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão	Presidente Comissão Executiva da Sonae Distribuição

Função

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da Sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Cooptação de Administradores;
- (iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação do Relatório e Contas anuais;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- (vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberação sobre projectos de fusão, cisão e transformação da Sociedade;
- (viii) Aprovação da estratégia de configuração do portfolio anual;
- (ix) Aprovação do orçamento anual e quaisquer alterações significativas ao plano.

De forma a garantir que o Conselho de Administração é mantido informado pela Comissão Executiva, todas as deliberações da Comissão Executiva são extraídas, de forma sistemática, das respectivas actas das reuniões e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

A Comissão Executiva também fornece, atempadamente, todas as informações solicitadas pelos outros membros do Conselho de Administração. Estas actas são também disponibilizadas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal.

Reuniões e quórum da Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonae reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2007, realizaram-se 13 reuniões da Comissão Executiva e a taxa de comparência foi de 100%. O quórum para a Comissão Executiva se constituir requer que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada. As deliberações tomadas devem ser aprovadas por, pelo menos, metade dos membros, tendo o Presidente um voto de qualidade.

A Comissão de Auditoria e Finanças

Composição

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) da Sonae é constituída por quatro membros que também integram o Conselho de Administração e que são eleitos pelo próprio Conselho de Administração. Todos são Administradores Não-executivos Independentes.

A Comissão de Auditoria e Finanças

Michel Marie Bon	Presidente - Administrador Não-Executivo Independente
Luíz Felipe Palmeira Lampreia ⁽¹⁾	Administrador Não-Executivo Independente
Álvaro Cuervo Garcia	Administrador Não-Executivo Independente
José Manuel Neves Adelino.....	Administrador Não-Executivo Independente

(1) Luíz Felipe Palmeira Lampreia demitiu-se do Conselho de Administração em 3 de Março de 2008 (com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008)

Função

A CAF funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e monitorização dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de relato financeiro, pela monitorização, em nome do Conselho de Administração, das actividades de auditoria e de gestão de risco da Empresa e pelo cumprimento das recomendações de Governo das Sociedades. A CAF reúne, também, com os Auditores Externos do Grupo e com os directores de Auditoria Interna e Gestão de Risco. As responsabilidades da CAF são:

- (i) Rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes dos documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) Aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os accionistas e os mercados financeiros a serem incluídos nas Contas Anuais e Semestrais da Empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) Aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Comissão Executiva;
- (iv) Aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do Auditor Externo e também na nomeação do Auditor Interno;
- (v) Rever as competências da Função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do Auditor Externo e discutir com o Auditor Externo e Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

A CAF da Sonae reporta, de forma regular, ao Conselho de Administração, sobre o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

Reuniões e quórum da CAF

A CAF reúne-se pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excepcionalmente, o Auditor Externo assim o entenderem. Entre as reuniões, desde 4T07, a CAF tem analisado projectos e monitorizado a actividade através de áudio conferências entre os seus membros. Em 2007, a CAF reuniu-se 5 vezes, com uma taxa de comparência de 85% e foi realizada 1 áudio conferência.

A Comissão de Nomeações e Remunerações

Composição

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) da Sonae inclui o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente Comissão Executiva e dois Administradores Não-Executivos Independentes, tal como identificados no diagrama em baixo:

Comissão de Nomeações e Remunerações

Belmiro Mendes Azevedo.....	Presidente Não-Executivo Não-Independente
Luiz Felipe Palmeira Lampreia ⁽¹⁾	Não-Executivo Independente
Michel Marie Bon	Não-Executivo Independente

(1) Luiz Felipe Palmeira Lampreia demitiu-se do Conselho de Administração em 3 de Março de 2008 (com efeitos a partir de 30 de Abril de 2008)

Função

A CNR funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonae. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações, em nome do Conselho de Administração. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário, e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos accionistas do Grupo, da remuneração e outras compensações dos Membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação enviada.

Reuniões da CNR

A CNR reúne-se pelo menos uma vez por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2007, realizou-se uma reunião formal da CNR, com uma taxa de comparência de 100%. Entre reuniões formais, a CNR funciona através de correio electrónico.

Director de Corporate Governance

Composição

O Director de Corporate Governance (“DCG”) da Sonae é David Graham Shenton Bain.

Função

O DCG reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do Presidente, como também, sempre que apropriado, através do Administrador Não-Executivo Independente sénior.

As principais responsabilidades do DCG são:

- (i) Assegurar a boa gestão das actividades do Conselho de Administração e respectivas Comissões;
- (ii) Participar em reuniões do Conselho de Administração e respectivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado como tal;
- (iii) Facilitar a obtenção de informações para todos os Membros do Conselho de Administração e das respectivas Comissões;
- (iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objectivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões a nível do Governo das Sociedades;
- (vi) Assegurar que o conceito de “Stakeholders” (detentores de interesses no Grupo) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) Ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de Administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;
- (viii) Actuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores Não-Executivos no que diz respeito à Empresa e às suas actividades; facilitar e apoiar os Administradores Não-Executivos Independentes na afirmação da sua “independência”;
- (ix) Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;

- (xi) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) Participar, em nome da Empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

Auditor Externo

Composição

O Auditor Externo da Sonae é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por António Marques Dias, que pode ser substituído, caso seja necessário, por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves.

O Auditor Externo foi eleito pela Assembleia Geral de Accionistas através de proposta do Conselho Fiscal.

Função

- a) Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte,
- b) Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de activos ou títulos pertencentes à empresa ou recebidos pela empresa como garantia, depósito ou com outro propósito;
- c) Verificar a exactidão das demonstrações financeiras;
- d) Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adoptados pela empresa resultam na correcta valorização dos activos e dos resultados;
- e) Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei.

Conselho Fiscal

Composição

De acordo com os estatutos da Sonae, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de 3 e um máximo de 5 membros eleitos na Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho Fiscal é também constituído por um substituto, no caso do Conselho Fiscal ser constituído por 3 membros, ou dois substitutos, no caso de serem mais de 3 membros. Todos são membros independentes. Todas as deliberações são aprovadas por maioria simples e o Presidente tem um voto de qualidade.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos na Assembleia Geral de Accionistas que teve lugar em 2007 e o mandato actual é de 2007 a 2010.

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho.....Presidente
Arlindo Dias Duarte Silva
Jorge Manuel Felizes Morgado
Óscar José Alçada da Quinta.....Substituto

Função

O Conselho Fiscal é responsável por, entre outras:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte,
- d) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- e) Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração;
- f) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- g) Receber as comunicações de irregularidades, apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- h) Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- i) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- j) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

Reuniões e quórum do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se pelo menos quatro vezes por ano. Em 2007, realizaram-se 6 reuniões, com uma taxa de comparência de 94%. Não foram encontrados impedimentos à execução das suas funções no Grupo.

A Comissão de Vencimentos

Composição

A Comissão de Vencimentos (CV) é composta por 3 membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, para integrar um mandato de quatro anos, entre 2007 e 2010.

Comissão de Vencimentos

Belmiro Mendes Azevedo
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva
Bruno Walter Lehmann

Função

A CV é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos restantes órgãos sociais da Empresa, em representação dos Accionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos Accionistas na Assembleia Geral.

A experiência profissional e as qualificações técnicas dos membros da CV permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz e rigorosa. Belmiro de Azevedo, por não ser um membro independente do Conselho de Administração, abstém-se de discutir e decidir a sua própria remuneração, para evitar quaisquer conflitos de interesse (Pode ser encontrada informação adicional no capítulo 1.1 - Declaração de Cumprimento).

Reuniões da Comissão de Vencimentos

A CV reúne, pelo menos, uma vez por ano. Em 2007, efectuaram-se 3 reuniões, com uma taxa de comparecimento de 100%.

O Secretário da Sociedade

Composição

O Secretário da Sociedade é Luzia Gomes Ferreira que, na sua ausência, pode ser substituída por Anabela Nogueira de Matos.

Função

O Secretário da Sociedade é responsável por:

- (i) Zelar pelas actas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Accionistas;
- (ii) Enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;
- (iii) Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respectivas actas das reuniões;
- (iv) Responder a pedidos de informação dos Accionistas no âmbito da Lei;
- (v) Proceder ao registo legal de qualquer acto ou resolução dos órgãos sociais da Sociedade.

5.2. Política de remuneração do Conselho de Administração

A política de remuneração e compensação dos Administradores foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas realizada a 3 de Maio de 2007 e tem como objectivo remunerar de forma equitativa, efectiva e competitiva, levando em consideração as responsabilidades individuais e o desempenho de cada Administrador, ao nível da Empresa e de cada *sub-holding*.

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação da remuneração e outra compensação do Conselho de Administração, incluindo os Administradores Executivos e Não-Executivos. A composição e funcionamento da Comissão de Vencimentos são descritos no capítulo 5.1 do Relatório de Governo das Sociedades.

Administradores Executivos

Propostas de remuneração e de outras compensações para os Administradores Executivos (excluindo o Presidente Comissão Executiva) são baseadas em propostas conjuntas feitas pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Comissão Executiva e que são preparadas levando em conta:

- (i) Comparações de mercado;
- (ii) Outras empresas comparáveis com a Sonae SGPS;
- (iii) Avaliações individuais de cada Administrador Executivo.

A remuneração dos Administradores Executivos inclui uma Remuneração Fixa e um Prémio de Desempenho Anual, e também beneficiam de compensação sob um Prémio de Desempenho Diferido. O Prémio de Desempenho é indexado a um grupo de indicadores financeiros que alinham os interesses dos Administradores Executivos com os da Empresa e os seus accionistas. O Prémio de Desempenho Diferido é diferido e só será pago três anos após a data de atribuição, e pode aumentar ou diminuir em função do desempenho do preço da acção. Uma descrição detalhada sobre estas componentes de remuneração encontra-se no capítulo 2.4 acima.

O Presidente da Comissão Executiva e Administradores Não-Executivos

A remuneração e outra compensação do Presidente da Comissão Executiva e as propostas de remuneração dos Administradores Não-Executivos (excluindo o Presidente do Conselho de Administração) são baseadas em propostas feitas pela Comissão de Vencimentos, de acordo com a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de Accionistas. Para o Presidente da Comissão Executiva, a metodologia usada é a mesma que para os outros Administradores Executivos. Os Administradores Não-Executivos não auferem Prémios de Desempenho Anual, como também não participam no Plano de Prémio de Desempenho Diferido.

O Presidente do Conselho de Administração recebe unicamente uma remuneração fixa, decidida exclusivamente pelos membros independentes da Comissão de Vencimentos (Pode ser encontrada informação adicional no capítulo 1.1 - Declaração de Cumprimento).

Aproximadamente 15% da remuneração fixa dos Administradores Não-Executivos diz respeito a honorários de comparência. No caso do Presidente da BFC, a remuneração fixa é aumentada em 6% de forma a reflectir o compromisso de tempo e responsabilidade acrescida. Os honorários de comparência dos Administradores Não-Executivos são pagos da seguinte forma: reuniões do Conselho de Administração: 930 euros; reuniões da CAF: 640 euros; e reuniões da CNR: 390 euros. O Presidente do Conselho de Administração apenas auferir honorários de comparência em reuniões de Conselho de Administração.

Adicionalmente, é pago, tanto aos Administradores Executivos como Administradores Não-Executivos, uma remuneração adicional anual pela responsabilidade assumida, no valor de 6.000 euros no primeiro ano de funções, de 4.000 euros nos anos seguintes, e 8.000 euros no último ano como Administrador.

Após a demissão de qualquer membro do Conselho de Administração, constitui política do Grupo pagar seja qual for a compensação legal a que se tem direito, ou negociar, em cada situação, um valor considerado equitativo e apropriado pelas partes envolvidas. Não existem condições de compensação adicional para membros do Conselho de Administração que são tratados da mesma forma que todos os outros colaboradores.

5.3. Remuneração e outra compensação do Conselho de Administração

Remuneração Fixa e Planos Variáveis

Em 2006 e 2007, aos membros do Conselho de Administração foi atribuída a seguinte remuneração pela Empresa ou por empresas participadas ou associadas:

Remuneração dos Administradores – Remuneração Fixa e Prémios de Desempenho Anual

Milhões de euros			2006			2007		
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES			Remuneração fixa	Prémio de desempenho	Total	Remuneração fixa	Prémio de desempenho (5)	Total
Repartição individual								
Presidente Conselho de Administração ⁽¹⁾			-	-	-	0,62	3,42	4,04
Presidente da Comissão Executiva ⁽²⁾			0,61	0,65	1,25	0,55	1,88	2,43
Média dos restantes 3 Administradores Executivos ⁽³⁾			0,39	0,43	0,82	0,42	1,23	1,65
Média dos restantes 4 Administradores Não-Executivos ⁽⁴⁾			0,04	-	0,04	0,04	-	0,04
Agregado								
Administradores Executivos			2,17	2,36	4,53	1,82	8,99	10,80
Administradores Não-Executivos			0,16	-	0,16	0,78	-	0,78
Total remuneração			2,33	2,36	4,69	2,59	8,99	11,58

(1) Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva em 2006 - apresentado como Presidente da Comissão Executiva em 2006; Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva até Abril de 2007 - apresentado como Presidente do Conselho de Administração em 2007, no entanto o Prémio de Desempenho é apresentado em agregado com os restantes Administradores Executivos; (2) Presidente da Comissão Executiva desde Maio de 2007 - apresentado como Presidente da Comissão Executiva em 2007; (3) 4 Administradores Executivos em 2006; a remuneração individual máxima, em 2007, representou 102% da média e a mínima representou 97% da média (ambos determinados excluindo os Prémios de Desempenho não recorrentes); (4) Em 2007, a remuneração individual máxima representou 115% da média e a mínima representou 91% da média; (5) Em 2007, o Prémio de Desempenho pago incluiu pagamentos antecipados referentes ao Plano de Prémio de Desempenho Diferido a: Presidente do Conselho de Administração (2,16 milhões de euros); Presidente da Comissão Executiva (1,08 milhões de euros); e um Administrador Executivo (1,24 milhões de euros), relacionado com as alterações das suas funções executivas dentro do Grupo Sonae a partir de 3 de Maio de 2007, sendo não recorrentes.

Em 2007, a remuneração dos Administradores Executivos da Sonae reflecte as decisões tomadas, no que respeita ao pagamento antecipado dos Planos de Prémio de Desempenho Diferido, em aberto, de Belmiro de Azevedo (na Sonae), Paulo Azevedo (na Sonaecom) e Ângelo Paupério (na Sonae Distribuição), como resultado da alteração das suas funções executivas no Grupo Sonae, a partir de 3 de Maio de 2007. Esta decisão de pagamento antecipado, realizada por motivos legais e fiscais associados à transferência de planos em aberto entre empresas, foram tomadas após discussão com a Comissão de Nomeação e Remuneração, e após aprovação por parte da Comissão de Vencimentos das respectivas empresas. Cada “empresa antiga” (empresa em que cada um deixou de desempenhar funções executivas) pagou os Planos de Prémio de Desempenho Diferido, em dinheiro, aos três Administradores Executivos, avaliando os respectivos planos à data da sua transferência. A cada indivíduo foi pedido o reinvestimento do valor recebido, líquido de imposto, a título individual, em acções das “novas empresas” (empresas em que cada um passou a desempenhar funções executivas). Estas acções estão sujeitas a um período de diferimento até que o período dos Planos de Prémio de Desempenho Diferido originais termine. Estas decisões fizeram com que estes três Administradores Executivos tivessem recebido, em 2007, quantias relativas aos seus Planos de Prémio de Desempenho Diferido no total de 7,38 milhões de euros, equivalente a um total de 2,9 milhões de euros de pagamentos recorrentes, e 4,48 milhões de euros de pagamentos antecipados, os quais antecipam e eliminam as responsabilidades de pagamento dos próximos 3 anos.

Não foram pagas quaisquer indemnizações a membros do Conselho de Administração e não houve regimes de pensões suplementares ou regimes de reforma antecipada para membros do Conselho de Administração.

Note-se que parte das remunerações supra referidas são igualmente mencionadas nos Relatórios sobre o Governo da Sociedade das filiais, quando membros do Conselho de Administração da Sonae são também membros do Conselho de Administração dessas empresas.

Informação sobre a política de remuneração do Grupo e planos de acções e opções é detalhada nos capítulos 2.7 e 2.8 do Relatório de Governo da Sociedade.

5.4. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é um montante fixo e anual, que reflecte a situação da Empresa e as práticas de mercado.

Remuneração do Conselho Fiscal

Milhões de euros	2007
Remuneração do Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Remuneração fixa total
Repartição individual	
Presidente	0,012
Média dos restantes 2 membros	0,011
Total	0,034

(1) Oito meses de remuneração.

5.5. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas é um montante fixo, que reflecte a situação da Empresa e as práticas de mercado.

Remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral de accionistas

Milhões de euros	2007
Remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral de accionistas ⁽¹⁾	Remuneração fixa total
Repartição individual	
Presidente	0,005
Secretária	0,002
Total	0,007

(1) Oito meses de remuneração.

5.6. Política de Comunicação de Irregularidades

Uma política de comunicação para alegadas irregularidades que ocorrem na empresa é descrita no capítulo 4.1 do Relatório de Governo da Sociedade.

5.7. Qualificações, experiência e responsabilidades do Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Data de Nascimento:

17 de Fevereiro de 1938

Curriculum Académico:

1963 Licenciado em Engenharia Química Industrial – Faculdade de Engenharia da universidade do Porto

1973 PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School

1985 Financial Management Programme - Stanford University

1987 Strategic Management - Wharton University

Experiência Profissional:

1963-1964 Técnico na Indústria Têxtil

1965-1967 Director Geral da Sonae

1967-1984 Presidente das empresas do Grupo Sonae

1985-1988 Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria e Investimentos, SA

1989-1999 Presidente do Conselho de Administração e Comissão Executiva da Sonae Investimentos, SGPS, SA

1999-2007 Presidente do Conselho de Administração e Comissão Executiva da Sonae SGPS, SA

Since 2007 Presidente do Conselho de Administração da Sonae SGPS, SA

Outros cargos:

1997 Membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee

2000 Membro do International Advisory Board da Allianz AG

2005 Membro do Harvard Business School European Advisory Board

2002 Membro da Direcção da Cotec – Portugal

2004 Membro do European Round Table of Industrialists

2005 Membro fundador do Manufuture Portugal Forum.

Cargos exercidos em outras sociedades

Presidente do Conselho de Administração da:
Sonae Indústria, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA

José Neves Adelino**Data de Nascimento:**

19 de Março de 1954

Curriculum Académico:

1976 Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa
1981 DBA, Finance, Kent State University, 1981
1995 Agregado, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

Experiência Profissional:

1978-1981 Professor convidado, Kent State University
1981-1995 Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1986-1989 Professor convidado, Universidade Católica Portuguesa
1987-1989 Professor convidado, Bentley College
1988 Professor convidado ISEE
Desde 1995 Professor de Finanças, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
Desde 2007 Professor convidado, Bentley College

Outros cargos:

1981-1986 Membro do Conselho Directivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1990-1996 Reitor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1999-2002 Reitor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

Cargos exercidos em outras sociedades

1992-1993 Membro do Conselho de administração, BPA
1994-2002 Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos
1999-2004 Membro do Global Advisory Board da Sonae SGPS
2003-2007 Presidente da Assembleia Geral da PT PRO
2003-2006 Membro do Conselho, Presidente do Conselho Fiscal da EDP
2003-2006 Strategy Advisory Board da PT
2003- Membro da Comissão de Investimento do Fundo Caravela
2004-2007 Membro do Comité de Investimento da PT Previsão
Desde 2003 Membro da Comissão de Remunerações da Sonae SGPS
Desde 2007 Administrador Não-Executivo da Sonae SGPS, SA

Álvaro Cuervo Garcia**Data de Nascimento:**

30 de Maio de 1942

Curriculum Académico:

1971 Doutoramento em Economia – Universidade de Madrid
1973 Mestrado em Estatística – Universidade de Madrid
1975 Mestrado em Psicologia Industrial – Universidade de Madrid

Experiência Profissional:

1975 Professor de Economia Empresarial na Universidad Complutense de Madrid
1997-2006 Membro do Conselho Académico do Real Colegio Complutense da Universidade de Harvard
Desde 1996 Membro do Conselho Consultivo de Privatizações do Governo Espanhol
Desde 1997 Membro do Conselho de Administração da ACS, SA
Desde 2003 Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA
Desde 2003 Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
2006 Membro do Conselho de Administração da Bolsas Y Mercados Españoles

Outras cargos:

2004 Chefe de redacção do Universia Business Review
2007 Editor Associado do Globalization, Competitiveness and Governability
Membro do Conselho Científico e Consultivo de vários jornais
Autor de vários livros e artigos publicados em jornais espanhóis e estrangeiros

Luíz Felipe Palmeira Lampreia**Data de Nascimento:**

19 de Outubro de 1941

Curriculum Académico:

1963 Licenciatura do Instituto Rio Branco (Academia Diplomática Brasileira)

Experiência Profissional:

1963-1995 Diplomata em serviço:

1966-1971 Na Missão Brasileira junto das Nações Unidas em Nova Iorque e Genebra

1979-1983 Vice-Embaixador em Washington

1983-1985 Embaixador no Suriname

1990-1992 Embaixador em Portugal

1993-1995 Embaixador junto do GATT/WTO em Genebra

1988-1990 Subsecretário dos assuntos Políticos

1992-1993 Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

1995-2001 Ministro dos Negócios Estrangeiros

Desde 2001 Presidente da Lampreia Consultores Internacionais

Desde 2001 Membro do International Advisory Board da Coca Cola

Desde 2001 Membro do International Advisory Board da McLarty and Associates

Desde 2002 Administrador da Sousa Cruz (Grupo BAT)

Desde 2002 Membro do International Advisory Board da Toyota Motor Corporation

Desde 2003 Membro do Conselho Consultivo da Novartis Brazil

Desde 2004 Administrador Não-Executivo da Sonae, SGPS, SA e da Partex (Brazil)

Desde 2005 Administrador da Partex (Brazil) e da Partex Oil and Gas

Desde 2007 Administrador da Ampla Energy Corporation (Brasil)

Outros cargos:

2001 Membro do International Advisory Board of the Council on Foreign Relations (New York)

2003 Vice-Presidente do Centro de Relações Externas do Brasil

Michel Marie Bon

Data de Nascimento:

5 de Julho de 1943

Curriculum Académico:

1966 Licenciatura em Gestão de Empresas - ESSEC

1971 Licenciado pela École National d'Administration

1986 Stanford Executive Program – Stanford University

Experiência Profissional:

1971-1975 Inspector de Finanças no Ministério das Finanças e do Orçamento em França

1975-1985 Director Geral de Crédito e posteriormente Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caisse Nationale de Crédit Agricole (Banco)

1985-1992 Vice-Presidente, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração do Carrefour (Retalho)

1993-1995 Presidente da Agence Nationale Pour l'Emploi (Agência Nacional para o Emprego em França).

1995-2002 Presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da France Telecom.

2003-2005 Presidente do Institut Pasteur

Desde 1993 Administrador da Lafarge (Cimentos),

Desde 1993 Administrador da Sonepar (retalho de artigos eléctricos)

Desde 1997 Presidente do Conselho de Supervisão da Editions du Cerf (Editora)

Desde 2003 Administrador Não-Executivo da Sonae, SGPS, SA

Desde 2003 Assessor Sénior da Dôme Close Brothers (Banco de Investimento)

Desde 2004 Administrador da Esmertec (Alta Tecnologia)

Desde 2004 Membro do Conseil d'Orientation Stratégique de RATP

Desde 2004 Assessor Sénior da Permira (Fundo de Investimento)

Desde 2006 Assessor Sénior da Roland Berger (Consultoria Estratégica)

Desde 2006 Presidente do Conselho de Supervisão da Devoteam (Tecnologias de Informação)

Desde 2007 Administrador da Provimi (nutrição animal)

Outros cargos:

1991-2002 Presidente da ESSEC (Business School)

1998-2002 Co-presidente do French American Business Council

Desde 1984 Administrador do Institut Pierre Mendès France

Desde 1988 Administrador da French American Foundation

Desde 1994 Fundador e Administrador da Transparency International (França)

Desde 1998 Administrador do Institute Catholique de Paris

Desde 2003 Administrador da International Dominican Foundation

Cargos exercidos em outras sociedades

Assessor Sénior da Dôme Close Brothers

Assessor Sénior da Permira

Presidente do Conselho de Supervisão de Les Editions du Cerf

Presidente do Conselho de Supervisão da Devoteam

Membro do Conselho de Administração da :

Esmertec

Provimi

Lafarge

Sonepar

Asterop (Administrador sem direito de voto)

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento:

31 de Dezembro de 1965

Curriculum Académico:

1986 Licenciatura em Engenharia Química - Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne

1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (EGP, antes designado como ISEE – Business School da Universidade do Porto)

1994 Executive Retailing Program - Babson College

1996 Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School

2002 IMD - Breakthrough Program for Senior Executives - Lausanne

Experiência Profissional:

1988-1990 Analista e Director de Projectos de investimento na Sonae Tecnologias de Informação

1990-1993 Director de Projectos de Desenvolvimento Organizativo e Director Comercial de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)

1993-1996 Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA

1996-1998 Administrador da Modelo Continente Hipermercados. (Retailho)

1998-2000 Presidente da Comissão Executiva da Optimus (Operador Móvel).

2000-2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA

Desde 2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonae, SGPS, SA

Outros cargos:

Desde 1988 Membro da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)

Desde 2000 Membro Fundador da EGP (Escola de Gestão do Porto)

Presidente da Apritel (Associação dos Operadores de Telecomunicações)

2003 Co-autor do livro "Reformar Portugal"

Desde 2004 Membro Grupo Consultivo "Compromisso Portugal"

Cargos exercidos em outras sociedades

Membro do Conselho de Administração da:

Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

Imparfin, SGPS, S.A.

Imparvi, SGPS, S.A.

Migracom, SGPS, S.A.

Sonae Capital, SGPS, S.A.

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Álvaro Carmona e Costa Portela

Data de Nascimento:

4 de Setembro de 1951

Curriculum Académico:

1974 Licenciado em Engenharia Mecânica (FEUP)

1983 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa)

1997 AMP / ISMP - Harvard Business School

Experiência Profissional:

1972-1976 Director de Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)

1974-1977 Assistente do Departamento de Mecânica (FEUP)

1976-1979 Presidente da Direcção da Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)

1979-1985 Administrador com responsabilidades nas áreas Financeira, Planeamento e Exportação da COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SA (Indústria de Amidos) e várias empresas afiliadas

1985-1986 Director Geral Adjunto e posteriormente Director Geral da Modis (Logística e Compras na Sonae Distribuição)

1986-1991 Administrador, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, SA

Desde 1990 Presidente da Comissão Executiva da Sonae Sierra, SGPS, SA

Desde 1999 Vice-presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

Desde 2006 Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA

Outros cargos:

1999-2002 Co-fundador e Administrador da EPRA- European Public Real Estate Association

1996-2001 Membro do ICSC Europe Jury Award

Desde 2004 *Trustee* do European Shopping Centre Trust

Desde 2004 Membro do Eurohypo International Advisory Board

Desde 2005 *Trustee* do International Council of Shopping Centres

Cargos exercidos em outras sociedades

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Sierra, SGPS, SA

Sonae Distribuição, SGPS, SA

Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae Sierra, SGPS, SA (listadas nas Notas à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério**Data de Nascimento:**

14 de Setembro de 1959

Curriculum Académico:

1982 Licenciado em Engenharia Civil (FEUP)

1988 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)

Experiência Profissional:

1982-1984 Projectista de Estruturas na Tecnopor

1984-1989 Técnico Superior na EDP (Energia)

1989-1991 Director do Projecto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação

1991-1994 Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA

1994 -1996 Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (Retalho)

1996-2007 CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA e Administrador da Modelo Continente, SGPS, SA e de várias das suas filiais (Retalho)

1996-2007 Vice-Presidente Executivo e CFO da Sonae, SGPS, SA., Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae, SGPS, SA

Desde 2007 Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA, Administrador da Sonae Sierra, SGPS, SA., Administrador da Sonaecom, SGPS, SA, Administrador da Sonae Distribuição, SGPS, SA

Outros cargos:

Cooper Gay (Holdings) Limited

MDS – Corrector de Seguros, S.A.

Optimus Artis- Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA

Público - Comunicação Social, S.A.

Resolução SGPS, S.A.

Sonae Financial Participations BV

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Sonae Investments, BV

Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Sonae Telecom, SGPS, S.A.

Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.

Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

Sonaecom, SGPS, S.A.

Sontel BV

WeDo consulting - Sistemas de Informação, S.A

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**Data de Nascimento:**

27 de Abril de 1956

Curriculum Académico:

Licenciado em Economia – ISCTE (Universidade de Lisboa)

Experiência Profissional:

1984-1986 Director de Operações do Pingo Doce Supermercados (Retalho)

1986-1987 Director do Hipermercado Continente da Amadora (Retalho)

1988-1989 Director Geral da Modelo Continente Hipermercados (Retalho)

Desde 1990 Administrador da Modelo Continente, SGPS, SA (Retalho)

Desde 1991 Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA e de várias das suas filiais (Retalho)

Desde 2000 Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

Cargos exercidos em outras sociedades

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Distribuição, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae Distribuição, SGPS, SA (listadas nas Notas à Demonstração dos Resultados Consolidados).

ANEXO

Declaração nos termos do Art.º 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeira Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 17 de Março de 2008

Belmiro Mendes de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Presidente da Comissão Executiva

em representação de Luís Felipe Palmeira
Lampreia
Vogal do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela
Vogal da Comissão Executiva

Álvaro Cuervo Garcia
Vogal do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos
Paupério
Vogal da Comissão Executiva

Michel Marie Bon
Vogal do Conselho de Administração

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
Vogal da Comissão Executiva

José Neves Adelino
Vogal do Conselho de Administração

Artigo 447º

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e de transacções durante o ano, que envolveu acções e outros títulos.

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2007
						Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Sonae, SGPS, SA						14.901
Sonaecom, SGPS, SA						75.537
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA						25.934
Sonaecom, SGPS, SA						5.000
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						60.070
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (3)						69.996
Aumento de capital	20.11.2007	20.000	76,45			
Imparfin, SGPS, SA (4)						0
Venda	10.12.2007			150.000	25,75	
Sonae, SGPS, SA						3.293
Venda	22.05.2007			593.616	2,03	
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.06.2007	147.376	0			
Venda	01.06.2007			147.376	2,17	
Sonaecom, SGPS, SA						0
Venda	29.05.2007			387.342	4,95	
Luiz Felipe Lampreia						
Sonae, SGPS, SA						10.000
Michel Marie Bon						
Sonae, SGPS, SA						66.263
Compra	15.01.2007	11.000	1,67			
Compra	26.04.2007	3.000	2,03			
Compra	10.07.2007	3.500	2,09			
Compra	15.10.2007	3.400	1,98			
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						658.804.424
Compra	31.12.2007	14	1,98			
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonaecom, SGPS, SA						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						1.290.000
Compra	22.05.2007	593.616	2,03			
Compra	01.06.2007	147.376	2,17			
Compra	31.12.2007	549.008	1,98			
Sonaecom, SGPS, SA						387.342
Compra	29.05.2007	387.342	4,95			
Imparfin, SGPS, SA (4)						150.000
Compra	23.07.2007	150.000	25,75			
(4) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						4.105.273

Artigo 448º

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Empresa.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções a 31.12.2007
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.424
Pareuro, BV	20.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000

Participações qualificadas

Acções detidas e direitos de voto de empresas que detêm mais do que 2% do capital social da Empresa.

Participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2007

Dando cumprimento ao artº 8º, nº 1, alínea e) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2007:

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	658.804.424	32,940%	32,940%
Pareuro, BV	400.000.000	20,000%	20,000%
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo	14.901	0,001%	0,001%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	351.293	0,018%	0,018%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	1.293.293	0,065%	0,065%
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	14.320	0,001%	0,001%
Total atribuível a Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	<u>1.060.478.231</u>	<u>53,024%</u>	<u>53,024%</u>
 Banco BPI, S.A.	 132.851.868	 6,643%	 6,643%
Banco Português de Investimento, S.A.	365.199	0,018%	0,018%
Fundos de Pensões do Banco BPI	40.071.372	2,004%	2,004%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	4.751.416	0,238%	0,238%
Total atribuível a Banco BPI, S.A.	<u>178.039.855</u>	<u>8,902%</u>	<u>8,902%</u>
 Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	 49.849.514	 2,492%	 2,492%
Total atribuível a Fundação Berardo, Inst. Part. de Solid. Social	<u>49.849.514</u>	<u>2,492%</u>	<u>2,492%</u>
 ABN AMRO Holding N.V.	 70.117.704	 3,506%	 3,506%
ABN AMRO Bank	70.117.704	3,506%	3,506%
Total atribuível a ABN AMRO Bank	<u>70.117.704</u>	<u>3,506%</u>	<u>3,506%</u>
 Deutsche Bank AG	 65.311.155	 3,266%	 3,266%
Deutsche Asset Management Investmentgesellschaft mbH	409.267	0,020%	0,020%
Total atribuível a Deutsche Bank AG	<u>65.720.422</u>	<u>3,286%</u>	<u>3,286%</u>

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2007	Pro-Forma (Nota 1)	31.Dezembro.2006
			31.Dezembro.2006	
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	11	2.154.269.766	1.739.318.919	2.074.575.897
Imobilizações incorpóreas	12	347.668.144	319.917.168	321.517.485
Propriedades de investimento	13	1.868.656.061	1.348.453.369	1.346.937.845
Propriedades de investimento em desenvolvimento	13	193.472.865	173.273.414	173.273.414
Diferenças de consolidação	14	740.938.670	214.882.710	250.842.655
Investimentos em associadas	7	73.548.640	31.615.158	31.591.454
Outros investimentos	8, 10 e 15	12.055.157	149.176.342	233.056.343
Impostos diferidos activos	22	135.605.669	98.025.263	102.767.409
Outros activos não correntes	10 e 16	74.616.749	48.042.426	44.081.686
Total de activos não correntes		5.600.831.721	4.122.704.769	4.578.644.188
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	17	481.903.201	355.789.692	481.185.712
Clientes	10 e 18	229.073.319	186.904.150	257.023.821
Outras dívidas de terceiros	10 e 19	153.721.689	154.488.997	119.632.514
Estado e outros entes públicos	20	86.514.614	84.090.536	108.120.283
Outros activos correntes	21	121.639.586	75.616.730	80.527.137
Investimentos	10 e 15	60.069.924	33.261.361	33.261.860
Caixa e equivalentes de caixa	10 e 23	286.401.453	644.749.401	662.475.440
Total de activos correntes		1.419.323.786	1.534.900.867	1.742.226.767
Activos correntes detidos para venda	11	6.006.580	-	-
TOTAL DO ACTIVO		7.026.162.087	5.657.605.636	6.320.870.955
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	24	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções Próprias	24	(138.568.275)	(142.961.431)	(142.961.431)
Reservas Legais		160.880.817	157.623.915	157.623.915
Reservas e resultados transitados		(1.136.695.832)	(1.255.037.475)	(963.843.056)
Resultado líquido do exercício atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		284.044.038	211.937.865	241.822.233
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		1.169.660.748	971.562.874	1.292.641.661
Interesses Minoritários	25	448.320.704	411.547.735	402.058.314
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.617.981.452	1.383.110.609	1.694.699.975
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos bancários de longo prazo	10 e 26	1.059.691.078	935.973.005	1.017.101.563
Empréstimos obrigacionistas	10, 13 e 26	1.744.850.709	1.086.979.932	1.086.979.932
Credores por locações financeiras	10, 26 e 27	23.470.674	12.611.464	31.124.322
Outros empréstimos	10 e 26	1.104.529	434.895	7.491.081
Outros passivos não correntes	10 e 29	313.023.126	74.228.804	105.487.112
Impostos diferidos passivos	22	334.219.912	267.132.855	272.056.372
Provisões	34	107.984.226	42.812.924	63.234.735
Total de passivos não correntes		3.584.344.254	2.420.173.879	2.583.475.117
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos bancários de curto prazo	10 e 26	129.207.708	453.902.932	510.050.999
Empréstimos obrigacionistas	10 e 26	-	74.777.292	74.777.292
Credores por locações financeiras	10, 26 e 27	8.709.711	6.370.786	9.279.339
Outros empréstimos	10 e 26	399.692	128.328	21.823.864
Fornecedores	10 e 31	988.803.378	750.375.255	829.754.736
Outras dívidas a terceiros	10 e 32	211.178.688	221.725.185	198.850.003
Estado e outros entes públicos	20	62.131.632	64.332.727	79.599.406
Outros passivos correntes	33	421.110.115	281.552.254	316.096.133
Provisões	34	2.295.457	1.156.389	2.464.091
Total de passivos correntes		1.823.836.381	1.854.321.148	2.042.695.863
TOTAL DO PASSIVO		5.408.180.635	4.274.495.027	4.626.170.980
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		7.026.162.087	5.657.605.636	6.320.870.955

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Notas	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado
Proveitos operacionais:						
Vendas	37 3.309.904.732	118.404.404	3.428.309.136	3.039.042.388	197.980.412	3.237.022.800
Prestações de serviços	37 1.107.627.200	91.788.824	1.199.416.024	997.890.455	148.889.481	1.146.779.936
Variação de valor das propriedades de investimento	38 152.413.977	(5.387)	152.408.590	128.417.595	1.543.711	129.961.306
Outros proveitos operacionais	39 338.182.028	98.868.501	437.050.529	292.307.155	130.574.483	422.881.638
Total de proveitos operacionais	4.908.127.937	309.056.342	5.217.184.279	4.457.657.593	478.988.087	4.936.645.680
Custos operacionais						
Custo das vendas	17 (2.622.631.645)	(71.643.547)	(2.694.275.192)	(2.419.978.893)	(110.293.995)	(2.530.272.888)
Variação da produção	-	39.844.864	39.844.864	-	10.992.907	10.992.907
Fornecimentos e serviços externos	40 (1.010.753.082)	(189.508.906)	(1.200.261.988)	(903.820.811)	(242.818.663)	(1.146.639.474)
Custos com o pessoal	41 (508.780.328)	(61.030.398)	(569.810.726)	(466.678.767)	(103.969.178)	(570.647.945)
Amortizações e depreciações	11 e 12 (228.197.614)	(6.754.516)	(234.952.130)	(217.433.831)	(9.341.619)	(226.775.450)
Provisões e perdas por imparidade	34 (15.294.230)	(2.166.214)	(17.460.444)	(23.081.888)	(4.874.175)	(27.956.063)
Outros custos operacionais	42 (76.564.845)	(7.206.620)	(83.771.465)	(74.863.916)	(13.265.396)	(88.129.312)
Total de custos operacionais	(4.462.221.744)	(298.465.337)	(4.760.687.081)	(4.105.858.106)	(473.570.119)	(4.579.428.225)
Resultados operacionais	445.906.193	10.591.005	456.497.198	351.799.487	5.417.968	357.217.455
Custos e perdas financeiras	43 (167.757.009)	(5.222.421)	(172.979.430)	(118.929.953)	(8.180.275)	(127.110.228)
Proveitos e ganhos financeiros	43 52.633.592	(3.847.291)	48.786.301	26.943.240	632.935	27.576.175
Resultados financeiros	43 (115.123.417)	(9.069.712)	(124.193.129)	(91.986.713)	(7.547.340)	(99.534.053)
Resultados relativos a empresas associadas	7 2.165.145	539.119	2.704.264	5.883.747	4.541.341	10.425.088
Resultados relativos a investimentos	44 41.835.524	6.645.513	48.481.037	86.534.369	48.992.613	135.526.982
Resultado antes de impostos	374.783.445	8.705.925	383.489.370	352.230.890	51.404.582	403.635.472
Imposto sobre o rendimento	45 (27.068.417)	293.129	(26.775.288)	(58.584.773)	(6.372.622)	(64.957.395)
Resultado líquido consolidado do exercício	46 347.715.028	8.999.054	356.714.082	293.646.117	45.031.960	338.678.077
Atribuível a:						
Accionistas da Empresa-Mãe	275.784.823	8.259.215	284.044.038	211.937.865	29.884.368	241.822.233
Interesses Minoritários	71.930.205	739.839	72.670.044	81.708.252	15.147.592	96.855.844
Resultados por acção						
Básico	48 0,147729	0,004424	0,152154	0,113555	0,016012	0,129567
Diluído	48 0,147729	0,004424	0,152154	0,113555	0,016012	0,129567

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS

PARA O 4º TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre de 2007 Não auditado			4º Trimestre de 2006 Não auditado		
	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado
Proveitos operacionais:						
Vendas	977.630.860	114.526	977.745.386	882.157.955	55.016.292	937.174.247
Prestações de serviços	306.151.442	141.545	306.292.987	254.379.150	35.104.687	289.483.837
Variação de valor das propriedades de investimento	29.816.111	(4.553)	29.811.558	57.682.729	(34.038)	57.648.691
Outros proveitos operacionais	103.371.794	(355.490)	103.016.304	93.773.773	43.200.038	136.973.811
Total de proveitos operacionais	1.416.970.207	(103.972)	1.416.866.235	1.287.993.607	133.286.979	1.421.280.586
Custos operacionais						
Custo das vendas	(761.912.266)	22.358	(761.889.908)	(699.600.539)	(31.072.502)	(730.673.041)
Variação da produção	-	-	-	-	1.055.627	1.055.627
Fornecimentos e serviços externos	(291.976.719)	81.804	(291.894.915)	(255.720.246)	(63.680.879)	(319.401.125)
Custos com o pessoal	(138.501.791)	(4.483)	(138.506.274)	(121.763.881)	(26.422.718)	(148.186.599)
Amortizações e depreciações	(61.397.808)	1	(61.397.807)	(56.981.355)	(2.688.494)	(59.669.849)
Provisões e perdas por imparidade	140.805	-	140.805	(9.751.513)	(5.585.276)	(15.336.789)
Outros custos operacionais	(25.937.277)	(261)	(25.937.538)	(31.276.926)	(3.453.398)	(34.730.324)
Total de custos operacionais	(1.279.585.056)	99.419	(1.279.485.637)	(1.175.094.460)	(131.847.640)	(1.306.942.100)
Resultados operacionais	137.385.151	(4.553)	137.380.598	112.899.147	1.439.339	114.338.486
Custos e perdas financeiras	(45.760.035)	(438.728)	(46.198.763)	(41.363.472)	(2.513.171)	(43.876.643)
Proveitos e ganhos financeiros	16.830.730	438.729	17.269.459	9.201.901	153.317	9.355.218
Resultados financeiros	(28.929.305)	1	(28.929.304)	(32.161.571)	(2.359.854)	(34.521.425)
Resultados relativos a empresas associadas	710.973	1.828.980	2.539.953	3.100.974	3.936.036	7.037.010
Resultados relativos a investimentos	6.488.515	198.702	6.687.217	65.709.073	18.144.872	83.853.945
Resultado antes de impostos	115.655.334	2.023.130	117.678.464	149.547.623	21.160.393	170.708.016
Imposto sobre o rendimento	21.821.659	1	21.821.660	(16.055.793)	(1.524.893)	(17.580.686)
Resultado depois de impostos	137.476.993	2.023.131	139.500.124	133.491.830	19.635.500	153.127.330
Resultado consolidado do trimestre	137.476.993	2.023.131	139.500.124	133.491.830	19.635.500	153.127.330
Atribuível a:						
Accionistas da Empresa-Mãe	111.400.939	2.026.003	113.426.942	101.276.144	17.804.035	119.080.179
Interesses Minoritários	26.076.054	(2.872)	26.073.182	32.215.686	1.831.465	34.047.151
Resultados por acção						
Básico	0,059668	0,001085	0,060753	0,054258	0,009538	0,063796
Diluído	0,059668	0,001085	0,060753	0,054258	0,009538	0,063796

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Montantes expressos em euros)

Atribuível aos Accionistas da Sonae												
Reservas e Resultados Transitados												
Nota	Capital Social	Acções Próprias	Reserva Legal	Reserva de Cobertura	Reserva de Conversão	Reserva de justo Valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total	Resultado Líquido	Total	Interesses Minoritários (Nota 25)	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	2.000.000.000	(143.630.520)	152.721.161	-	31.376.154	55.828.395	(1.468.375.301)	(1.381.170.752)	512.803.285	1.140.723.174	394.707.612	1.535.430.786
Aplicação do resultado consolidado de 2005:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	4.902.754	-	-	-	507.900.531	507.900.531	(512.803.285)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(46.650.596)	(46.650.596)	-	(46.650.596)	(5.348.382)	(51.998.978)
Variação nas reservas												
Variações de justo valor nos instrumentos financeiros	-	-	-	2.023.188	-	-	-	2.023.188	-	2.023.188	-	2.023.188
Transferências para resultados de justo valor de instrumentos de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geradas no período	-	-	-	-	(897.614)	14.788.774	-	13.891.160	-	13.891.160	1.025.228	14.916.388
Transferidas para resultados	42	-	-	-	(11.563.098)	(4.695.689)	-	(16.258.787)	-	(16.258.787)	-	(16.258.787)
Alienação de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(925.013)	(925.013)
Aquisição de filiais e variações de percentagem de detenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.479.259)	(85.479.259)
Outras variações	-	669.089	-	-	-	-	(43.577.800)	(43.577.800)	-	(42.908.711)	1.222.284	(41.686.427)
Resultado consolidado líquido do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	241.822.233	241.822.233	96.855.844	338.678.077
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.000.000.000	(142.961.431)	157.623.915	2.023.188	18.915.442	65.921.480	(1.050.703.166)	(963.843.056)	241.822.233	1.292.641.661	402.058.314	1.694.699.975
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	2.000.000.000	(142.961.431)	157.623.915	2.023.188	18.915.442	65.921.480	(1.050.703.166)	(963.843.056)	241.822.233	1.292.641.661	402.058.314	1.694.699.975
Aplicação do resultado consolidado de 2006:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.256.902	-	-	-	238.565.331	238.565.331	(241.822.233)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(55.997.443)	(55.997.443)	-	(55.997.443)	(21.887.082)	(77.884.525)
Variação nas reservas												
Variações de justo valor nos instrumentos financeiros	-	-	-	2.426.633	-	-	-	2.426.633	-	2.426.633	-	2.426.633
Transferências para resultados de justo valor de instrumentos de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geradas no período	-	-	-	-	6.566.532	3.617.759	-	10.184.291	-	10.184.291	1.242.416	11.426.707
Transferidas para resultados	42	-	-	-	-	(14.035.569)	-	(14.035.569)	-	(14.035.569)	(2.534.225)	(16.569.794)
Alienação de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.171.988)	(2.171.988)
Aquisição de filiais e variações de percentagem de detenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.131.866)	(18.131.866)
Cisão Sonae Capital	9	-	-	-	-	(55.503.670)	(302.366.820)	(357.870.490)	-	(357.870.490)	9.310.396	(348.560.094)
Outras variações	-	4.393.156	-	-	-	-	3.874.471	3.874.471	-	8.267.627	7.764.695	16.032.322
Resultado consolidado líquido do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	284.044.038	284.044.038	72.670.044	356.714.082
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2.000.000.000	(138.568.275)	160.880.817	4.449.821	25.481.974	-	(1.166.627.627)	(1.136.695.832)	284.044.038	1.169.660.748	448.320.704	1.617.981.452

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Montantes expressos em euros)

		31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
		Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:							
	Notas						
Recebimentos de clientes		4.392.726.354	209.318.901	4.602.045.255	4.085.172.795	352.041.214	4.437.214.009
Pagamentos a fornecedores		(3.357.797.979)	(121.825.884)	(3.479.623.863)	(3.097.654.270)	(221.520.869)	(3.319.175.139)
Pagamentos ao pessoal		(511.331.175)	(61.205.409)	(572.536.584)	(464.857.994)	(98.596.606)	(563.454.600)
Fluxos gerados pelas operações		<u>523.597.200</u>	<u>26.287.608</u>	<u>549.884.808</u>	<u>522.660.531</u>	<u>31.923.739</u>	<u>554.584.270</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(21.829.710)	(8.462.663)	(30.292.373)	(36.068.798)	1.838.094	(34.230.704)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(6.293.980)	4.363.701	(1.930.279)	(20.813.986)	(45.919.481)	(66.733.467)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>495.473.510</u>	<u>22.188.646</u>	<u>517.662.156</u>	<u>465.777.747</u>	<u>(12.157.648)</u>	<u>453.620.099</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:							
Recebimentos provenientes de:							
Investimentos financeiros	49	216.210.330	5.582.184	221.792.514	504.763.812	(122.323.180)	382.440.632
Imobilizações corpóreas e propriedades de investimento		40.443.717	(6.655.034)	33.788.683	25.865.480	9.677.336	35.542.816
Imobilizações incorpóreas		346.965	(4.453)	342.512	2.177.042	(1.920.193)	256.849
Juros e proveitos similares		44.955.428	(5.511.439)	39.443.989	19.478.143	928.605	20.406.748
Empréstimos concedidos		303.925.289	(15.902.723)	288.022.566	54.186.783	(4.735.072)	49.451.711
Dividendos		421.164	1.397.638	1.818.802	287.955	2.425.679	2.713.634
Outros		2.385.790	-	2.385.790	11.078.149	191.978	11.270.127
		<u>608.688.683</u>	<u>(21.093.827)</u>	<u>587.594.856</u>	<u>617.837.364</u>	<u>(115.754.847)</u>	<u>502.082.517</u>
Pagamentos respeitantes a:							
Investimentos financeiros	49	(881.870.187)	(35.032.456)	(916.902.643)	(709.727.210)	16.743.876	(692.983.334)
Imobilizações corpóreas e propriedades de investimento		(612.108.804)	(76.417.707)	(688.526.511)	(391.365.604)	(80.171.924)	(471.537.528)
Imobilizações incorpóreas		(53.120.170)	(103.318)	(53.223.488)	(39.610.158)	(864.050)	(40.474.208)
Empréstimos concedidos		(188.496.824)	171.110.992	(17.385.832)	(98.617.903)	75.722.285	(22.895.618)
Outros		(8.069.213)	613	(8.068.600)	(1.758.591)	4.922	(1.753.669)
		<u>(1.743.665.198)</u>	<u>59.558.124</u>	<u>(1.684.107.074)</u>	<u>(1.241.079.466)</u>	<u>11.435.109</u>	<u>(1.229.644.357)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(1.134.976.515)</u>	<u>38.464.297</u>	<u>(1.096.512.218)</u>	<u>(623.242.102)</u>	<u>(104.319.738)</u>	<u>(727.561.840)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:							
Recebimentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos		6.913.398.108	194.559.517	7.107.957.625	2.608.642.210	70.032.055	2.678.674.265
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		182.783	1.000.671	1.183.454	326.060	869.072	1.195.132
Venda de acções (quotas) próprias	24	273.398.877	-	273.398.877	-	-	-
Outros		212.500	-	212.500	-	-	-
		<u>7.187.192.268</u>	<u>195.560.188</u>	<u>7.382.752.456</u>	<u>2.608.968.270</u>	<u>70.901.127</u>	<u>2.679.869.397</u>
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos		(6.679.341.234)	(224.663.322)	(6.904.004.556)	(2.540.464.536)	60.984.189	(2.479.480.347)
Juros e custos similares		(152.113.143)	(6.861.310)	(158.974.453)	(109.167.967)	(6.491.694)	(115.659.661)
Reduções de capital e prestações suplementares		(4.693)	-	(4.693)	(303.423)	(591.068)	(894.491)
Dividendos		(78.435.064)	-	(78.435.064)	(52.348.839)	-	(52.348.839)
Outros		(3.251.496)	(30.627)	(3.282.123)	(1.820.101)	(507.775)	(2.327.876)
		<u>(6.913.145.630)</u>	<u>(231.555.259)</u>	<u>(7.144.700.889)</u>	<u>(2.704.104.866)</u>	<u>53.393.652</u>	<u>(2.650.711.214)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>274.046.638</u>	<u>(35.995.071)</u>	<u>238.051.567</u>	<u>(95.136.596)</u>	<u>124.294.779</u>	<u>29.158.183</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(365.456.367)</u>	<u>24.657.872</u>	<u>(340.798.495)</u>	<u>(252.600.951)</u>	<u>7.817.393</u>	<u>(244.783.558)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		(166.281)	245.770	79.489	104.441	(78.223)	26.218
Caixa e seus equivalentes no início do período		640.915.658	7.895.616	648.811.274	893.621.050	-	893.621.050
Caixa e equivalentes cindidos	9	-	32.307.718	32.307.718	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23	<u>275.625.572</u>	<u>-</u>	<u>275.625.572</u>	<u>640.915.658</u>	<u>7.895.616</u>	<u>648.811.274</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SAANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADASPARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Empresa" ou "Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 8 ("Grupo Sonae"). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 51.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2007 não são directamente comparáveis com as de 2006, devido ao spin-off da Sonae Capital, à alienação do grupo Plysorol em Junho de 2007, do grupo Enabler a Junho de 2006 e da alienação de 25% das participações da Sonae Sierra Brasil. Em resultado do spin-off, com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Outubro de 2007, o contributo do negócio Sonae Capital para os resultados consolidados de 2007 reflecte unicamente a actividade dos primeiros nove meses do ano. Relativamente à operação da Plysorol, os resultados consolidados incluem, somente o contributo dos primeiros seis meses do ano. O balanço consolidado pro-forma reportado a 31 de Dezembro de 2006, reflecte os efeitos destas operações reportados a essa data.

Conforme definido na norma internacional IFRS 5, e de modo a assegurar a comparabilidade entre 2007 e 2006, as demonstrações de resultados consolidados e dos fluxos de caixa consolidados são apresentados separadamente em:

- Actividades continuadas que incluem os seguintes segmentos: Distribuição, Centros Comerciais, Telecomunicações e Holding e outras;
- Actividades descontinuadas que incluem os seguintes segmentos/áreas de negócio: Sonae Capital, Grupo Plysorol, Grupo Enabler (apenas em 2006), 25% dos contributos das participações da Sonae Sierra Brasil e a reposição dos respectivos intra-grupos;
- Total Acumulado que inclui as actividades continuadas e descontinuadas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2007 conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com o IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar".

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 5 a 7) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para as propriedades de investimento e os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 2.4 e 2.14).

Durante o exercício de 2007 foi aplicada pela primeira vez a IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" cuja aplicação é obrigatória para os exercícios com início em 1 de Janeiro de 2007 ou em data posterior e as correspondentes alterações ao IAS 1- "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A aplicação destas normas resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados no Grupo.

Adicionalmente, entraram em vigor no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 cinco novas Interpretações: (i) IFRIC 7 - "Adopção do método de reexpressão segundo a IAS 29 - Reporte Financeiro em Economias Hiperinflacionárias"; (ii) IFRIC 8 - "Âmbito do IFRS 2"; (iii) IFRIC 9 - "Reavaliação dos Derivados Embutidos"; (iv) IFRIC 10 - "Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidades; e (v) IFRIC 11 - "IFRS 2 - Grupos e Transacções com base em acções". A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

Por último, à data da emissão estas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, cuja aplicação ainda não era obrigatória e cuja ratificação pela União Europeia, para a maioria, ainda não ocorreu:

- Alteração ao IAS 23 - "Custos de empréstimos obtidos" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Alteração ao IFRS 3 - "Concentrações empresariais" - (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras: uma apresentação revista" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Alteração ao IFRS 2 - "Pagamentos baseados em acções: Condições de exercício e cancelamento" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- Alteração à IAS 32 e IAS 1- "Instrumentos com opções de venda exercíveis pelos detentores e obrigações recorrentes com a sua liquidação" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRS 8 - "Segmentos Operacionais" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009 - ratificada pela União Europeia em Novembro de 2007);
- IFRIC 12 - "Acordos sobre Serviços de Concessão" - (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes" - (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 - "IAS 19 - Limites de um plano de benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção" - (Obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);

A aplicação destas normas e interpretações não é obrigatória para o exercício com início a 1 de Janeiro de 2007, tendo o Grupo decidido não adoptar antecipadamente as mesmas. Da aplicação destas normas e interpretações não resultarão efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo, com excepção do IFRS 8, que resultará numa alteração das divulgações da informação por segmentos, e na alteração da IFRS 3 que resultará em alterações significativas ao nível do cálculo das diferenças de consolidação.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses Minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 8).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 6.

c) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.d)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 7.

d) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 14) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 7). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial incluída em Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS, e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em Resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em Resultados transitados (IFRS 1).

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Dólar Americano	0,67930	0,73080	0,75930	0,79717
Franco Suíço	0,60434	0,60884	0,62232	0,63584
Libra Inglesa	1,36361	1,46209	1,48920	1,46704
Novo Leu Romeno	0,27718	0,30017	-	-
Real Brasileiro	0,38516	0,37577	0,35564	0,36658
Zloty Polaco	0,27828	0,26445	-	-

Fonte: Bloomberg

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada de resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação semestral efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração de resultados do período na rubrica de Variação de valor das propriedades de investimento.

Os activos desenvolvidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou desenvolvimento do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de Propriedades de investimento em desenvolvimento. No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração de resultados na rubrica de Variação de valor das propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de propriedades de investimento.

2.5. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do período em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais) são registados como imobilizações incorpóreas e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

As licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas (15 anos). A licença UMTS está a ser amortizada por um período de 11 anos, que corresponde ao período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e o termo da licença. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação (Nota 52), são amortizados desde o momento em que são incorridos até ao termo da licença.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

2.6. Locações

Locações em que o Grupo age como locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Locações em que o Grupo age como locador

As locações em que o Grupo age como locador referem-se na maior parte dos casos a contratos com os lojistas dos centros comerciais. Os contratos com os lojistas dos centros comerciais são estabelecidos usualmente por um período de seis anos e definem por norma o pagamento de uma renda fixa mensal, debitada antecipadamente, uma renda variável, debitada nos casos em que as vendas mensais do lojista excedem o limite definido contratualmente, e o pagamento da quota parte nas despesas de manutenção geral do centro comercial (despesas comuns). Pode igualmente ser estabelecido nos contratos o pagamento de um direito de ingresso pelo lojista e a concessão, pelo locador de descontos (usualmente nos três primeiros anos do contrato) na renda fixa. Os contratos podem ser renovados ou revogados por ambas as partes, sendo que no caso de revogação por parte do lojista este tem por dever pagar uma taxa de cessão definida contratualmente.

De acordo com as respectivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as rendas devidas (rendas fixas e variáveis) e as quotas partes nas despesas de manutenção (despesas comuns), reconhecidas como proveito na demonstração de resultados no período a que respeitam. Os custos, assim como os direitos de ingresso e taxas de cessão relativos às locações operacionais, são reconhecidos como custo ou proveito na demonstração de resultados no período em que são incorridos ou auferidos. Este procedimento é consistente com o adoptado pela entidade especializada independente que determina o justo valor das propriedades de investimento a que os contratos de locação se referem.

2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.8. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou projectos imobiliários classificados em existências ou propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.10. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidos dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). Os produtos e trabalho em curso integravam em 31 de Dezembro de 2006 fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no normal curso da actividade. Estes activos integravam as operações descontinuadas (Nota 1). O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semi-acabados, subprodutos e trabalhos em curso.

2.11. Contratos de construção

Os proveitos e custos das obras em curso são reconhecidos utilizando o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período, os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Nas situações em que o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com fiabilidade, os proveitos contratuais são reconhecidos até ao montante dos custos incorridos e enquanto for provável que sejam recuperáveis. Os custos com os contratos de construção são reconhecidos como custos no período em que são incorridos.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

Com a cisão da Sonae Capital, com referência a 1 de Outubro de 2007 deixaram de existir estas situações.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 10.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados no balanço consolidado como Investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 10.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por imparidade em contas a receber, por forma reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos, nomeadamente ao nível do segmento Telecomunicações. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, conforme política definida na Nota 2.9. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de calculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, incluída na rubrica Reservas e resultados transitados do balanço consolidado, sendo transferidas para as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada de resultados.

O Grupo utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objectivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de "hedge accounting", mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados(as) em Outras reservas, incluída em Reservas e resultados transitados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço consolidado.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes activos.

2.14. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae SGPS, SA e/ou das suas filiais cotadas (no caso da Sonae Sierra o indexante é o seu "Net Asset Value") e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. O justo valor das opções sobre acções é determinado com base no modelo de "Black-Scholes". Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em Custos com pessoal e em Reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, sendo o justo valor destes instrumentos determinados à data de cada balanço.

2.15. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviço, incluem as rendas fixas e variáveis debitadas aos lojistas, despesas comuns recuperadas dos lojistas e receitas de exploração de parques de estacionamento e são reconhecidos no exercício a que respeitam.

Os proveitos decorrentes de direitos de ingresso e taxas de cessão nas lojas são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados na rubrica de "outros proveitos operacionais" e "prestações de serviços", respectivamente, quando facturados aos lojistas. Os custos decorrentes dos descontos concedidos sobre a renda fixa e as compensações, são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados nas rubricas de "prestações de serviços" (a deduzir às mesmas) e de "outros custos operacionais", respectivamente, quando concedidos aos lojistas.

Relativamente à actividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens, o reconhecimento de proveitos verifica-se no momento da facturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada período contabilístico são feitos os ajustamentos necessários nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes no sentido de reconhecer o rédito associado a serviços já prestados mas cuja facturação ainda não tinha ocorrido, bem como as despesas de subcontratos associados.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, pelos segmentos de Retalho e Telecomunicações, são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.g)).

2.19. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- d) Cálculo das responsabilidades associadas aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.21. Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, o Grupo efectua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial do Grupo actua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efectiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efectuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos (Nota 34) corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada, para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 34) é registada o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pelo Grupo não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Activo – Nota 16) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.22. Informação por segmentos

Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio e geográficos identificados é incluída na Nota 51.

2.23. Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de cobertura:

A reserva de cobertura reflecte as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 2.13.g), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na nota 2.2.e).

Reserva de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na nota 2.13.a).

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Introdução

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo do Grupo, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude do Grupo em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional do Grupo, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada do Grupo Sonae, este está exposto a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada Sub-Holding é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a todo o Grupo mas sim, quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio e cada Sub-Holding, podendo todavia existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respectivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais do Grupo Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae SGPS é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada Sub-Holding na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível da Sub-Holding, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1) Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas do Grupo:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas do Grupo só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham, no mínimo, uma notação de crédito BBB da Moody's e/ou Baa2 da Standard & Poor's ou equivalente, sendo esta informação fornecida através de sistemas de informação de mercado independentes;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros em instrumentos que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem Sub-Holdings que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Excepções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pelas respectivas Comissões Executivas / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, o Grupo não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contraparte externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros no entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratadas e as notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respectivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respectivo(a) e à Comissão de Finanças.

3.2.2) Risco de Crédito nas actividades comerciais e operacional de cada negócio.

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada Sub-Holding determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo, e implementação de mecanismos de controlo.

- Retalho

O risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pelas vendas efectuadas a outros operadores de retalho e pela prestação de serviços relativa a agências de viagens ou pelos adiantamentos ou débitos efectuados a fornecedores.

- Centros Comerciais

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pela Sub-Holding e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efectuado pela adequada avaliação de risco efectuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Telecomunicações

A exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Sub-Holding. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- Holding

A Sonae SGPS é uma Holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae SGPS poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua actividade de gestor de portfolio (compra ou venda participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e acções, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros activos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

3.3. Risco de Liquidez

O Grupo tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos, constituída por obrigações de longo prazo, financiamentos de longo prazo do tipo "project finance", mútuos, operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de Dezembro de 2007, o total da dívida bruta consolidada é de 2.967 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2006 era de 2.759 milhões de euros).

O objectivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas do Grupo têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua actividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas actividades, o Grupo necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção, de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2007 a maturidade média da dívida do Grupo era de aproximadamente 5,7 anos (2006: 4,6 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respectivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades.
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado;

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 26, 27, 31 e 32, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pelo Grupo uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de Dezembro de 2007, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2008 é de 138 milhões de euros (606 milhões de euros com vencimento para 2007) e em 31 de Dezembro de 2007 a Grupo tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 766 milhões de euros (525 milhões de euros em 2006) com compromisso inferior ou igual a um ano e 495 milhões de euros (196 milhões de euros em 2006) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente o Grupo possuía em 31 de Dezembro de 2007 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 346 milhões de euros (696 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006). Face ao anteriormente exposto o Grupo Sonae SGPS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4. Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada Sub-Holding opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para o Grupo Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada Sub-Holding, a exposição do Grupo é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas do Grupo, abaixo referidos:

- A actividade de cobertura das empresas do Grupo Sonae SGPS, não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respectiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento do Grupo, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevaletentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transacções deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respectiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Retalho

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da Sonae Distribuição é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do Grupo Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Centros Comerciais

As receitas e “cash-flows” da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo Sonae Sierra e bem assim os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram dependentes unicamente da evolução da taxas de juro.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Telecomunicações

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Sonaecom apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. A Sonaecom segue os princípios comuns adoptados pelo Grupo Sonae atrás referidos na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro.

Uma vez que a totalidade do endividamento do segmento de Telecomunicações (Nota 51) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

- Holding e Outras

A Sonae SGPS está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas do balanço (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae SGPS encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae SGPS minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objectivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae SGPS conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas actividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A actividade de cobertura da Sonae SGPS, não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no valor justo de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo Sonae em 31 de Dezembro de 2007 seria inferiores/superiores em cerca de 14 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2006 seria inferiores/superiores em cerca de 13 milhões de euros). O capital próprio (incluindo interesses minoritários) em resultado do efeito da variação da taxa de juro ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2007 seria inferior/superior em cerca de 10 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2006 seria inferior/superior em cerca de 5 milhões de euros).

3.5. Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

O Grupo tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposto ao risco de taxa de câmbio. Como cada Sub-Holding opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para todo o Grupo Sonae, mas sim políticas individuais para cada Sub-Holding tal como seguidamente descrito. A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis, risco de transacção (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados no balanço em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas do Grupo, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Distribuição está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em dólar.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Centros Comerciais

A actividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transacções são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

No caso particular do Brasil, a Sonae Sierra assumiu em 2006 um compromisso com o seu sócio DDR no sentido de reforçar, num horizonte de 3 anos, os capitais da operação brasileira conjuntamente detida, em R\$ 600 milhões (50% a ser suportado por cada sócio). De modo a cobrir o risco de taxa de câmbio implícito neste compromisso, o Grupo contratou, no início de 2007, um conjunto de contratos do tipo "non-deliverable forward", para compra futura de Reais.

O compromisso de investimento celebrado com a DDR apenas estabelece o montante total e o horizonte para a sua concretização. A incerteza quanto às datas em que o investimento vai efectivamente ocorrer tornam difícil medir ex-ante o grau de eficiência dos instrumentos contratados. Daí resulta esses instrumentos não terem sido qualificados de instrumentos de cobertura. Em consequência, os ganhos ou perdas e as alterações de justo valor resultantes destes instrumentos são registados na Demonstração de Resultados.

- Telecomunicações

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, nos Estados Unidos e na Austrália, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

- Holding e Outras

A Sonae SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efectuada a gestão do risco cambial com o objectivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transacções realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae SGPS cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os montantes de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Euro	12.287	-	1.699	-
Real Brasileiro	3.405.325	2.698.782	11.886.482	1.820.611
Libra Inglesa	-	11.260	4.407.486	77.814
Dólar Americano	1.178.545	1.060.646	3.574.320	1.118.970
Florins Hungaros	61.351	78.770	-	-

Os montantes acima apresentados apenas incluem activos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos activos e passivos monetários à data do balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6. Risco de preço e de mercado

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efectuados geralmente tendo em conta objectivos estratégicos, uma vez que a empresa não transacciona activamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 8.

Durante o ano de 2006, o Grupo teve essencialmente exposto às cotações das acções da Sonae Indústria, SGPS, SA, e temporariamente da Portugal Telecom, SGPS, SA. O investimento em acções da Portugal Telecom, SGPS, SA, foi alienado em 2007 (Nota 44).

Durante 2007, o investimento na Sonae Indústria, SGPS, SA deixou de estar incluído nas contas do Grupo Sonae após a cisão da Sonae Capital, SGPS, SA.

Em 2007, o grupo contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente acções da Sonae SGPS, SA. Conforme explicado na Nota 24, o Total Return Swap não permitiu o desreconhecimento destas acções próprias, e como tal, uma mudança na cotação das acções da Sonae SGPS terá um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a cotação das acções da Sonae SGPS tivesse sido 1% superior/inferior o Grupo teria recebimentos/pagamentos adicionais de Eur 2,9 milhões.

Para além, dos regimes de remuneração aos trabalhadores referidos na Nota 30, a exposição ao risco de cotação de acções ao nível das Sociedade Gestoras de Participações Sociais não é activamente gerido, uma vez que está na essência de um gestor de portfólio ter exposição ao valor de mercado dos seus activos admitidos à negociação.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas ou erros materiais de períodos anteriores.

5. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Retalho					
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%
Best Offer - Prest. Inf. p/Internet, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
8) Cacatinho - Com. Retalhista e Expl.Centros Com., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Ind. Distr. Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comérc. Distr. Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobil.Castelo Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%
2) Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	99,86%	-	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%
Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%

Distrifin - Comercio y Prest.Servicios, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Design e Serviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Indústria de Fios, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Equador & Mendes, Lda	a)	Lisboa	67,50%	67,50%	75,00%	75,00%
Estevão Neves - Hipermercados Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S - Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI - Investimento Imobiliário, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	49,00%
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a)	Budapest	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) Max Office Artigos Serviços p/escrit., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Dist.de Mat. de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modelo Continente - Operações Retalho SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)13) Modelo Continente Seguros - Sociedade Mediação, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	-	-
Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Modelo Hipermercados Trading, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
3) Modelo, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
8) Modis Distribuição Centralizada, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) NA - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
1) NA - Equipamentos para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Lda	a)	Lisboa	67,50%	67,50%	75,00%	75,00%
2) Nova Equador P.C.O. e Eventos, SA	a)	Lisboa	67,50%	67,50%	-	-
8) OK Bazar - Comércio Geral, SA	a)	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Parcium - Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Soc.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solaris - Supermercados, SA	a)	Viana do Castelo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9) Sonae Distribuição, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Retalho Espana - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreend. Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone - Comércio Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
8) SRE - Projectos e Consultadoria, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Star - Viagens e Turismo, SA	a)	Lisboa	90,00%	90,00%	100,00%	100,00%
Tiántic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
Tiántic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Worten Espanã, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-

Telecomunicações						
2) Cape Asia Pac Pty Limited	a)	Australia	100,00%	50,52%	-	-
2) Cape Poland Sp.Z.o.o.	a)	Posnan (Polónia)	100,00%	50,52%	-	-
2) Cape Technologies (U.K) Limited	a)	Cardiff (U.K.)	100,00%	50,52%	-	-
2) Cape Technologies Americas, Inc.	a)	Delaware (USA)	100,00%	50,52%	-	-
2) Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	50,52%	-	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	37,94%	75,10%	38,99%
M3G - Edições Digitais, SA	a)	Lisboa	100,00%	50,52%	100,00%	51,40%
Mainroad Serviços em Tecnologias de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Miauger - Org. Gestão Leilões El., SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
1) Optimus Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	-	-
16) Optimus Telecomunicações, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Optimus Towering - Explor. Torres Telecom, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
2) Praesidium Holdings Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%	-	-
2) Praesidium Servises Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%	-	-
2) Praesidium Technologies Limited	a)	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%	-	-
Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto	100,00%	50,52%	99,00%	51,40%
Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
5) Sonae Matrix Multimédia, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Sonae Telecom, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
15) Sonaecom - Serviços de Comunicação, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Sonaecom BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia	50,52%	50,52%	51,92%	51,92%
Sonaetelecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,52%	100,00%	51,92%
2) Tecnológica Telecomunicações Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	50,47%	-	-
2) Telemilénio - Telecomunicações Soc.Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,52%	-	-
We Do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	50,47%	99,91%	50,66%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	50,42%	97,66%	50,71%
Serviços						
14) Águas Furtadas - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	a)	Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Aquapraia - Investimentos Turísticos, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)14) Atlantic Ferries - Traf.Loc.Flu.e Marit., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	72,80%
14) Azulino - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Bloco Q - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Bloco W - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Box Lines - Navegação, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) 6) Casa Agrícola João e António Pombo, SA	a)	Portel	66,67%	66,67%	66,67%	32,67%
14) Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, SA	a)	Marco de Canaveses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Centro Residencial da Maia,Urb., SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Cinclus - Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Cinclus-Plan. e Gestão de Projectos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Contacto - Sociedade de Construções, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Contacto Concessões, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Country Club da Maia - Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Cronosaúde - Gestão Hospitalar, SA	a)	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	100,00%
2)14) DMJB, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
11) Elmo SGPS, SA	a)	Maia	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%
14) Empreend.Imob.Quinta da Azenha, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) Espimaia - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) 6) Esprit du Monde, SA	a)	Portel	100,00%	66,67%	100,00%	32,67%
14) Friengineering, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	50,10%
14) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Golf Time - Golfe e Inv.Turísticos, SA	a)	Porto	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
14) Imoarea Investimentos Turísticos, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imobiliária da Cacula, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imoclub - Serviços Imobiliários, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imoferro - Soc.Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imohotel - Emp.Turist.Imobiliários, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10)14) Imoponte - Soc.Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

14) Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Implantação - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Inparvi SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Insulatroia - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Integrum - Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
14) Interlog - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Invesaude - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	100,00%
4)14) Investalentejo, SGPS, SA	b)	Vila de Conde	100,00%	100,00%	49,00%	49,00%
4) 6) Ipaper - Industria Papeis Impregnados, SA	a)	Maia	100,00%	51,00%	100,00%	24,99%
6) Isoroy Casteljaloux	a)	Casteljaloux (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
11) Leroy Gabon, SA	a)	Libreville (Gabão)	99,99%	59,99%	99,99%	99,99%
14) Marimo - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Marina de Troia, SA	a)	Troia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Marina Magic - Exploração Centros Lúdicos, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Martimope - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Marvero - Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) Parcomarco, Gest Parq Est Centros Comer	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)14) Pargeste, SGPS, SA	a)	Maia	89,99%	89,99%	-	-
14) Partnergiro - Empreendimentos Turísticos, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Paulo Jorge Pacheco, Equipamento de Refrigeração, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
11) Placage d'Okoumé du Gabon	a)	Libreville (Gabão)	99,88%	59,93%	99,88%	99,88%
11) Plysol SAS	a)	Niort (França)	100,00%	60,00%	100,00%	100,00%
14) Porturbe - Edifícios e Urbanizações, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Praedium II - Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Praedium III - Serviços Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Praedium, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Prédios Privados - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Predisedas - Predial das Sedas, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Promessa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Promosedas - Prom.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) Quinta da Covilhã - Empr.Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Rochester Real Estate, Ltd	a)	Kent (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) S.I.I. - Soberana - Investimentos Imobiliários, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) Safira Services - Limpeza Espaços Verd., SA	a)	Porto	51,00%	51,00%	51,00%	25,55%
14) Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%
14) SC - Consultadoria, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)14) SC - Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) SC Insurance and Risk Services, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14)19) SC, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Selfrio - Engenharia do Frio, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
14) Selfrio, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	a)	Matosinhos	70,00%	70,00%	70,00%	35,07%
4)14) Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	49,00%
4)14) Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, S	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	49,00%
14) Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C., SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
14) SKK - Central de Distr.para Refrig.e Climatização, SA	a)	Porto	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
14) SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos Humanos, Lda	a)	Maia	96,00%	67,20%	96,00%	33,67%
14) SMP - Serv. de Manutenção e Planeamento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	35,07%
14) Société de Tranchage Isoroy SAS	a)	França	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Société des Essences Fines Isoroy	a)	Honfleur (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Soconstrução, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Soira - Soc.Imobiliária de Ramalde, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Solinca - Investimentos Turísticos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Solinca III - Desporto e Saúde, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Solinfitness - Club Malaga, SL	a)	Malaga (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)14) Soltroia - Soc.Imob.de Urb.e Turismo de Troia, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	73,99%
14) Sonae Financial Participations, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Sonae International, Ltd	a)	Londres (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Sonae Turismo - Gestão e Serviços, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Sonae Turismo - SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Sontur, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Sopair, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	60,00%	30,06%
14) Sót aqua - Soc. de Empreendimentos Turísticos da Quarteira,	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Spinarq - Arquitectura e Projectos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Spinveste - Gestão Imobiliária SGI, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14)18) Spred, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	50,10%	50,10%

14) Textil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	90,37%	90,37%	90,37%	90,37%
14) Torre São Gabriel - Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Troiaresort - Investimentos Turísticos, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Troiaverde - Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Tulipamar - Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Urbisedas - Imobiliária das Sedas, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Venda Aluga - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14)17) Vistas do Freixo - Empr. Turísticos Imobiliários, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) World Trade Center Porto, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outras

6) Agloma Investimentos, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) Aserraderos de Cuellar, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) Espmen - Investimentos Imobiliários, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
12) Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
21) MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Resolução, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
6) Somit - Soc.Mad.Ind.Transformadas, SA	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
20) Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia	80,00%	70,00%	80,00%	70,00%
Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- 1) Filial constituída no período;
 - 2) Filial adquirida no período;
 - 3) Filial absorvida por fusão na Sonae Distribuição, SGPS, SA;
 - 4) Filial incluída no segmento Outras, no período anterior;
 - 5) Filial dissolvida no período;
 - 6) Filial alienada no período;
 - 7) Ex - Contacto-SGPS, SA;
 - 8) Filial absorvida por fusão na Modelo Continente Hipermercados, SA;
 - 9) Ex - Modelo Continente, SGPS, SA;
 - 10) Filial incluída no segmento Retalho, no período anterior;
 - 11) Alienação a 27 de Junho de 2007 de 40% da participação financeira na Elmo, SGPS, SA com transferência do controlo da respectiva sociedade, passando esta filial bem como todas as suas participadas a ser excluídas do consolidado desde essa data;
 - 12) Filial incluída no segmento Serviços, no período anterior;
 - 13) Ex - Spigur - Mediação de Seguros, Lda;
 - 14) Filiais cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2007 para a Sonae Capital, SGPS, SA;
 - 15) Ex - Novis Telecom, SA;
 - 16) Filial absorvida por fusão na Sonaecom - Serviços de Comunicação, SA;
 - 17) Ex - NAB, Sociedade Imobiliária, SA;
 - 18) Ex - Publmeios - Soc.Gestora Part. Finan., SA;
 - 19) Ex - Sonae Capital, SGPS, SA;
 - 20) Filial excluída no período anterior;
 - 21) Filial incluída no segmento Serviços, no período anterior;
- a) Controlo detido por maioria dos votos;
- b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

6. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 são as seguintes:

		Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
FIRMA	Sede Social	Directo	Total	Directo	Total
Centros Comerciais					
3DO Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3DO Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
22) 8ª Avenida Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Aegean Park Constructions Real Estate and Development, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
4) Airone - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
ALEXA Administration GmbH	Berlin (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	24,75%
ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
25) ALEXA Site GmbH & Co. KG	Berlin (Alemanha)	100,00%	25,00%	99,00%	24,75%
Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
23) Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	37,53%	50,00%	12,53%
Avenida M-40, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Avenida M-40, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
24) Boavista Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Clérigosshopping - Gestão do C.Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
1) Colombo Towers Holding, BV	Haia (Holanda)	50,00%	25,00%	-	-
Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
El Rosal Shopping, SA	Madrid (Espanha)	70,00%	35,00%	70,00%	35,00%
Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Sondrio (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Fundo Investimento Imob. Shopping Parque D. Pedro Shopping, SA	São Paulo (Brasil)	100,00%	24,33%	100,00%	24,13%
23) Galashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	37,53%	50,00%	12,53%
23) Galashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	37,53%	100,00%	12,53%
Gil Orsi - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Guimarãesshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	49,78%	12,48%	49,78%	12,47%
Inparsa - Gestão de Galeria Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
20) Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
2) KLC Holdings XII SA	Luxemburgo	100,00%	50,00%	-	-
La Farga - Shopping Centre, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	12,48%	100,00%	12,47%
2) Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	-	-
Le Terrazze - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
2) Lembo Services Ltd	Chipre	100,00%	50,00%	-	-
18) Lima Retail Park, SA	Viana do Castelo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
21) Loop 5 - Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Loureshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,00%	100,00%	50,00%
Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Maiashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
MC Property Management, SA	Atenas (Grécia)	75,00%	18,75%	75,00%	18,75%
8) Munster Arkaden BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
NorteShop. Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Oeste Retail Park - Gestão de G.Comerc., SA	Maia	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
2)17) Pantheon Plaza 1, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	-	-

2)14) Pantheon Plaza 2, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	-	-
2)15) Pantheon Plaza 3, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	-	-
10) Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
3) Paracentro - Gestão de Gal.Comerc. SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Park Avenue Develop. of Shop. Centers, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque D. Pedro 2, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque de Famalicão - Empr. Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
Pátio Penha Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,99%	23,69%	99,99%	23,30%
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
Pátio Sertório Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
1) Pátio Uberlândia Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	-	-
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	75,00%	37,50%	75,00%	37,50%
Pridelease Investments, Ltd	Cascais	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Project 4, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	-	-
Project SC 1, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
1) Project SC 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
Project Sierra - Shopping Centre, GmbH	Viena (Áustria)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Project Sierra 5, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra 6, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra 7 BV	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
Project Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	25,00%
Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Project Sierra Germany 3 (three), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra Germany Shopping Centre 1 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra Germany Shopping Centre 2 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
5) Project Sierra Holding Portugal IV, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Holding Portugal V, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Italy 1 - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Italy 2 - Dev.of Shopping Centres, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Italy 3 - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Project Sierra Italy 5 - Development of Shopping Centres Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra One Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
Project Sierra Portugal I - C.Comercial, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Project Sierra Portugal II - C.Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Portugal IV - C.Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Portugal V - C.Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Portugal VI - C. Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Portugal VII - C. Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Portugal VIII - C.Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Spain 2 - C. Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Spain 3 - C. Comercial, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Project Sierra Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra Three Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
1) Project Sierra Two Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-

Rio Sul - Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
9) River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
2)11) River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
2) S.C. Microcom Doi Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
SC Mediterraneum Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	Covilhã	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
6) Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	100,00%	50,00%
Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
24) Shopping Penha, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Sierra Asset Management - Gest. Activos, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Luxemburgo	100,00%	50,00%	-	-
Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Sierra Charagionis Develop. of Shop. Centers, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Sierra Charagionis Propert.Management, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Sierra Corporate Services - Ap.Gestão, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Corporate Services Holland, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments - Serv. Prom.Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Germany Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments of Shopping Centres Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Sierra Developments Services Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
Sierra Developments Spain - Prom.C.Com., SL	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Enplanta, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
Sierra European R.R.E. Assets Hold., BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
Sierra GP, Limited	Guernsey (U.K.)	100,00%	49,99%	100,00%	49,99%
Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Investments SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Man.New Tech.Bus. - Serv.Comu.CC, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Germany, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1) Sierra Management Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	-	-
Sierra Management II - Gestão de C.C., SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management Portugal - Gest. CC, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
1)16) Sierra Management Romania, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	-	-
Sierra Management Spain - Gestión C.Com., SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sol Retail Park - Gestão de G. Comerc., SA	Maia	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
Sonae Sierra Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	94,54%	23,69%	93,21%	23,30%
Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
1) SPF - Sierra Portugal Fund, Sarl	Luxemburgo	100,00%	50,00%	-	-
SRP - Parque Comercial de Setúbal, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
12) Torre Ocidente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	100,00%	12,53%
13) Torre Oriente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	100,00%	12,53%
Unishopping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,69%	100,00%	23,30%
Unishopping Consultoria Imob., Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	23,69%	99,98%	23,30%
Valecenter Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
7)19) Weiterstadt Shopping BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Zubiarte Inversiones Inmob, SA	Madrid (Espanha)	49,83%	12,48%	49,83%	12,48%

Telecomunicações					
1) Vipu ACE	Lisboa	50,00%	25,26%	-	-
1) Filial constituída no período;					
2) Filial adquirida no período;					
3) Ex - Estação Oriente - Gestão de Galerias Comerciais, SA;					
4) Ex - Monselice Center, Srl;					
5) Filial absorvida por fusão na Project Sierra Holding V, SGPS, SA;					
6) Ex - Project Sierra Spain 4 BV;					
7) Ex - Project Sierra 1, BV;					
8) Ex - Project Sierra 3, BV;					
9) Ex - Project Sierra 4, BV;					
10) Ex - Project Sierra Spain 5 BV;					
11) Ex - S.C.Setler Mina Srl;					
12) Ex - Torre Colombo Ocidente - Imobiliária, SA;					
13) Ex - Torre Colombo Oriente - Imobiliária, SA;					
14) Ex - Dory, SA;					
15) Ex - Kamaras, SA;					
16) Ex - Sierra Property Management, Srl;					
17) Ex - Athienitis Larissa, SA;					
18) Filial alienada no período;					
19) Ex - Loop 5, BV;					
20) Ex - Proj.Sierra Charagionis 1, SA;					
21) Ex - Project Sierra Germany 1 - Shopping Centre, GmbH;					
22) Ex - Project Sierra Portugal III - C.Comercial, SA;					
23) Aquisição dos restantes 50% em Dezembro de 2007;					
24) Filiais absorvidas por fusão na Sierra Brazil 1 BV;					
25) Filial absorvida por fusão na Alexa Shopping Centre GmbH.					

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Os valores agregados, excluindo eliminações de intra grupo, correspondentes às percentagens de detenção das empresas controladas conjuntamente incluídas pelo método proporcional nas demonstrações consolidadas do período podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Activos não correntes	4.590.187.152	3.373.955.684
Activos correntes	515.149.354	410.950.166
Passivos não correntes	1.996.914.291	1.536.668.427
Passivos correntes	618.951.030	321.914.057
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Proveitos	444.471.226	359.865.987
Custos	296.380.772	238.446.235

Adicionalmente, na Nota 51 a informação relativa a Centros Comerciais corresponde aos contributos das empresas acima referidas para as demonstrações financeiras consolidadas, as quais são integradas pelo método proporcional.

7. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 são as seguintes:

		Percentagem de capital detido					
		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006		Valor de Balanço	
FIRMA	Sede Social	Directo	Total	Directo	Total	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Retalho							
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	Lisboa	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	2.924.947	3.097.390
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	943.957	506.796
8) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	Maia	42,16%	42,16%	-	-	34.010.917	-
Centros Comerciais							
Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	4,70%	20,00%	5,00%	1.248.144	851.744
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, SA	Atenas (Grécia)	39,90%	9,98%	39,90%	9,98%	10.749.437	9.196.940
SIC Indoor - Gest. Suportes Publicitários, SA	Oeiras	35,00%	17,50%	35,00%	17,50%	-	-
Telecomunicações							
Net Mall SGPS, SA	Maia	39,51%	19,96%	39,51%	20,51%	-	-
1) Profimetrics - Software Solutions, SA	Maia	30,00%	15,16%	30,00%	15,58%	-	29.530
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	22,73%	45,00%	23,13%	168.690	143.674
Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	40,00%	20,21%	40,00%	20,56%	463.429	476.980
Serviços							
5) Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	-
5) Car Plus - Comércio de Automóveis, SA	Vila Nova de Gaia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Change, SGPS, SA	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	2.043.244
5) Choice Car - Comércio de Automóveis, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Choice Car, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	1.057.626
5) Etablissement A. Mathe, SA	França	27,74%	27,74%	27,74%	27,74%	-	57.475
5) Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, SA	Matosinhos	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Guerin - Rent a Car (Dois), Lda	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
1) Interclean, SA	Brasil	49,99%	12,77%	49,99%	12,77%	-	436.750
4)5) Island Rent, Aluguer de Automóveis, SA	Loures	50,00%	50,00%	-	-	-	-
5) Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila de Conde	24,50%	24,50%	25,50%	25,50%	-	1.153.522
5) Luso Assistência - Gestão de Acidentes, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	-	-
5) Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA	Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	-	24.000
2) Pargeste SGPS, SA	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	-	131
5) Sociedade de Construções Chile, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Sociedade Imobiliária Troia - B3, SA	Grândola	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	-	478.162
5) Sodesa - Comercialização de Energia, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	676.236
5) TP - Sociedade Térmica Portuguesa, SA	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	7.743.948
5) Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
5) Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
Outras							
3)6) Cooper Gay (Holding) Limited	U.K.	13,68%	13,68%	-	-	20.061.065	-
7) Developpment & Partenariat Holding 2, SA	Paris (França)	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%	-	1.338.660
6) Lazam Corretora, Ltda	Brasil	45,00%	45,00%	45,00%	45,00%	2.978.054	2.278.646
Total						73.548.640	31.591.454

- 1) Associada alienada no período;
- 2) Aquisição de 49,99% do capital social da associada, passando esta a ser incluída pelo método integral;
- 3) Participação adquirida no período;
- 4) Associada constituída no período;
- 5) Associadas cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2007 para o Grupo Sonae Capital;
- 6) Associadas anteriormente reportada no segmento Serviços;
- 7) Associada anteriormente reportada no segmento Serviços mas entretanto alienada ao exterior;
- 8) Filial cindida para a Sonae Capital em 57,84% do seu capital, passando a ser incluída pelo método da equivalência patrimonial.

Os valores de balanço nulos resultam da redução do valor de aquisição por aplicação do método da equivalência patrimonial.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.c).

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Total de Activos	466.865.963	235.919.297	1.383.264.475
Total de Passivos	231.682.571	122.785.444	1.207.976.396
Proveitos	290.905.131	201.595.965	408.902.543
Custos	260.445.776	153.082.511	360.623.116

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor dos investimento em associadas, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	28.632.906	2.958.551	31.591.457	17.938.754	2.958.551	20.897.305
Transferências para diferenças de consolidação	(4.497.548)	4.497.548	-	-	-	-
Aquisições durante o período	25.457.579	-	25.457.579	3.311.440	-	3.311.440
Alienações durante o período	(1.377.211)	-	(1.377.211)	(507)	-	(507)
Diferenças de consolidação apuradas no exercício	(18.050.891)	18.050.891	-	-	-	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em resultados	2.704.264	-	2.704.264	10.425.088	-	10.425.088
Efeito em capitais próprios	(3.501.384)	-	(3.501.384)	(2.337.500)	-	(2.337.500)
Cisão	(12.421.826)	(3.427.021)	(15.848.847)	-	-	-
Transferências	34.522.784	-	34.522.784	(704.369)	-	(704.369)
<u>Investimentos em associadas</u>	51.468.673	22.079.969	73.548.642	28.632.906	2.958.551	31.591.457

O valor de transferências inclui 34.536.577 Euros, relativos à participação financeira no Fundo de investimento Imobiliário Fechado Imosede que em resultado da cisão passou a ser detido em apenas 42,16% e consequentemente integrado pelo método de equivalência patrimonial.

8. EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE, EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

As empresas do Grupo e associadas excluídas da consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 são as seguintes:

			Percentagem de capital detido					
			31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006		Valor de Balanço	
FIRMA	Motivo Exclusão	Sede Social	Directo	Total	Directo	Total	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Retailho								
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA		Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	4.988	4.988
Insco - Insular de Hipermerc., SA		Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Centros Comerciais								
Ercasa Cogeneracion SA		Grancasa (Espanha)	10,00%	1,25%	10,00%	1,25%	23.949	23.949
Telecomunicações								
Altitude, SGPS, SA		Lisboa	11,54%	5,83%	11,54%	5,99%	1.000.000	1.000.000
1) Despegar.com		Porto	-	-	5,50%	2,86%	-	-
Lusa - Agên. de Noticias de Portugal, SA		Lisboa	1,38%	0,70%	1,38%	0,71%	197.344	197.344
Minhodigital.com - Inv. na Área Tecnológ., SA		Porto	4,76%	2,40%	4,76%	2,41%	-	-
1) Outsystems, Software de Rede, SA		Oeiras	-	-	1,50%	0,75%	-	-
1) Portugal Telecom, SGPS, SA		Lisboa	-	-	1,00%	0,52%	-	111.109.905
Serviços								
4)5) Arbiworld BV		Porto	100,00%	100,00%	-	-	-	-
1) Bar-Bar-Idade Glass - Serviços de Gestão e Investimentos, SA		Porto	-	-	7,83%	7,83%	-	12.060.507
5) Delphinus - Soc. de Tur. e Div. de Tróia, SA	a)	Grândola	79,00%	79,00%	79,00%	79,00%	-	-
3)5) Elmo SGPS, SA		Maia	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	-	-
5) Fun International Entertainment, SA	a)	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	-
5) Infracor - Emp. de Infraest. de Troia, E.N.	a)	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	-	55.662
5) Net, SA		Lisboa	2,80%	2,80%	2,80%	2,80%	-	11.132
5) Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA		Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	-	-
1)5) Plysorol Contreplaques, SAS	a)	França	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	37.000
5) Sociedade Europeia de Arroz - SEAR, SA		Santiago do Cacém	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	-	150.031
2)5) Sonae Indústria, SGPS, SA		Maia	6,80%	6,80%	6,80%	6,80%	-	71.414.143
6) Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	1.250.000
5) Spidouro S.P.E.I. Douro e Trás-os-Montes, SA		Vila Real	8,30%	8,30%	8,30%	8,30%	-	-
Outras								
1) First Assur, SA		França	11,08%	11,08%	11,08%	11,08%	-	959.724
Sonae Investimentos América Latina, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	25.687	25.687
Outros investimentos							10.054.992	34.008.074
Total (Nota 15)							12.055.157	233.056.343

a) Filial, empresa controlada conjuntamente ou empresa associada para a qual, à data destas demonstrações financeiras, não existe informação financeira completa relativamente ao actual período;

- 1) Alienação no período;
- 2) Participação mensurada ao justo valor;
- 3) Alienação a 27 de Junho de 2007 de 40% da participação financeira na Elmo, SGPS, SA com transferência do controlo da respectiva sociedade, passando esta filial bem como todas as suas participadas a ser excluídas do consolidado desde essa data;
- 4) Filial adquirida no período, em relação à qual existem opções de compra e de venda, não tendo por isso sido incluída no consolidado;
- 5) Filiais cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2007.
- 6) Incluída pelo método integral no exercício de 2007.

Os valores de balanço nulos decorrem do registo de perdas de imparidade (ver Nota 15).

A 31 de Dezembro de 2007 o valor de "Outros investimentos" inclui 8.155.301 euros relativos a um adiantamento para aquisição da empresa que detém uma propriedade de investimento na Roménia denominado Ploiesti e cuja aquisição se estima vir a ocorrer em 2008. Em 31 de Dezembro de 2006 incluía 32.500.370 euros relativos aos montantes depositados numa Escrow Account que se encontravam aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento de rating superior e que foram transferidos para Investimentos Correntes (Nota 15).

9. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 14 de Dezembro de 2007, a Sonae, SGPS, SA, cindiu a participação financeira correspondente à totalidade do capital social que detinha na Sonae Capital, SGPS, SA, tendo esta entretanto mudado a sua designação para SC, SGPS, SA. A cisão teve efeitos contabilísticos a partir de 1 de Outubro de 2007, data a partir da qual SC, SGPS, SA e as suas filiais deixam de estar incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, SA. Como consequência da cisão, a SC, SGPS, SA e suas filiais contribuem em nove meses para a demonstração de resultados consolidados da Sonae SGPS, SA tendo sido classificadas como Actividades Descontinuadas de acordo com o previsto no IFRS 5.

Em 27 de Junho de 2007, a Sonae Capital, SGPS, SA anunciou a alienação de 40% da participação financeira na Elmo, SGPS, SA e suas filiais com transferência do controlo das respectivas sociedades, pelo que estas contribuem apenas com seis meses para demonstração de resultados consolidados da Sonae SGPS, SA, tendo igualmente sido classificadas como Actividades Descontinuadas.

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2007 foram as seguintes:

Aquisições

		Percentagem de capital detido	
		31.Dezembro.2007	
FIRMA	Sede Social	Directo	Total
Retalho			
Continente Hipermercados, SA	Lisboa	99,86%	99,86%
Modelo Continente Seguros - Soc.Mediação, SA	Porto	100,00%	100,00%
Valor N, SA	Matosinhos	100,00%	100,00%
Centros Comerciais			
KLC Holdings XII SA	Luxemburgo	100,00%	50,00%
Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%
Lemo Services Ltd	Chipre	100,00%	50,00%
Pantheon Plaza 1, SA	Larissa (Grécia)	100,00%	25,00%
Pantheon Plaza 2, SA	Larissa (Grécia)	100,00%	25,00%
Pantheon Plaza 3, SA	Larissa (Grécia)	100,00%	25,00%
River Plaza Mall, Srl	Ramnicu Valcea (Roménia)	100,00%	50,00%
S.C. Microcom Doi Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%
Telecomunicações			
Cape Asia Pac Pty Limited	Australia	100,00%	50,52%
Cape Poland Sp.Z.o.o.	Posnan (Polónia)	100,00%	50,52%
Cape Technologies (U.K) Limited	Cardiff (U.K.)	100,00%	50,52%
Cape Technologies Americas, Inc.	Delaware (USA)	100,00%	50,52%
Cape Technologies Limited	Dublin (Irlanda)	100,00%	50,52%
Praesidium Holdings Limited	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%
Praesidium Servises Limited	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%
Praesidium Technologies Limited	Berkshire (U.K.)	100,00%	50,52%
Tecnológica Telecomunicações Ltda	Rio de Janeiro (Brasil)	100,00%	50,47%
Telemlénio - Telecomunicações Soc.Unipessoal, Lda	Lisboa	100,00%	50,52%
Serviços			
DMJB, SGPS, SA	Maia	100,00%	100,00%
Pargeste, SGPS, SA	Maia	89,99%	89,99%

Alienações

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data de alienação	
		Directo	Total
Centros Comerciais			
Lima Retail Park, SA	Viana do Castelo	50,00%	25,00%
Serviços			
Casa Agrícola João e António Pombo, SA	Portel	66,67%	66,67%
Elmo SGPS, SA	Maia	60,00%	60,00%
Espimaia - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	100,00%
Esprit du Monde, SA	Portel	100,00%	66,67%
Ipaper - Indústria Papeis Impregnados, SA	Maia	100,00%	51,00%
Isoroy Casteljaloux	Casteljaloux (França)	100,00%	100,00%
Leroy Gabon, SA	Libreville (Gabão)	99,99%	59,99%
Placage d'Okoumé du Gabon	Libreville (Gabão)	99,88%	59,93%
Plysol SAS	Niort (França)	100,00%	60,00%
Safira Services - Limpeza Espaços Verd., SA	Porto	51,00%	51,00%
Outras			
Agloma Investimentos, SGPS, SA	Maia	100,00%	100,00%
Aserraderos de Cuellar, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%
Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	Santarém	100,00%	100,00%
Somit-Soc.Mad.Ind.Transformadas, SA	Oliveira do Hospital	100,00%	100,00%

Efeitos das aquisições

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007:

	Data de aquisição					31.Dezembro.2007
	Continente Hipermercados	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros	Total	Total
Activos líquidos adquiridos						
Propriedades de Investimento (Nota 13)	-	47.334.910	-	-	47.334.910	50.621.154
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Notas 11 e 12)	267.013.229	146	24.732.587	886.152	292.632.114	299.873.675
Existências	34.475.424	-	87.676	-	34.563.100	34.570.900
Impostos diferidos activos	2.137.920	-	-	77.725	2.215.645	2.272.626
Outros activos	5.788.904	241.398	16.522.465	8.489.676	31.042.443	21.980.150
Caixa e equivalentes a caixa	1.347.294	1.220.284	2.936.440	897.786	6.401.804	3.730.258
Empréstimos	(83.038.919)	(10.472.694)	(239.185)	(509.308)	(94.260.106)	(83.300.234)
Impostos diferidos passivos	(292.337)	(4.660.260)	-	(355.419)	(5.308.016)	(6.334.763)
Outros passivos	(150.218.081)	(6.354.467)	(6.224.481)	(704.937)	(163.501.966)	(166.942.499)
	77.213.434	27.309.317	37.815.502	8.781.675	151.119.928	156.471.267
Interesses minoritários (Nota 25)	(104.393)	-	(9.573.370)	-	(9.677.763)	(7.516.492)
Diferenças de consolidação (Nota 14)	504.847.714	4.226.582	10.551.697	15.579.267	535.205.260	
Preço de aquisição	581.956.755	31.535.899	38.793.829	24.360.942	676.647.425	
Pagamentos efectuados (incluindo custos de aquisição)						
Montantes a receber resultante de acerto de preço (Nota 19)	(30.414.000)	-	-	-	(30.414.000)	
Montantes a pagar no futuro	-	44.103	4.559.599	660.000	5.263.702	
	581.956.755	31.535.899	38.793.829	24.360.942	676.647.425	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição						
Pagamentos efectuados	612.370.755	31.491.796	34.234.230	23.700.942	701.797.723	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.347.294)	(1.220.284)	(2.936.440)	(897.787)	(6.401.804)	
	611.023.461	30.271.512	31.297.790	22.803.156	695.395.919	

Dado que a filial Continente Hipermercados (ex- Carrefour Portugal) foi adquirida no final do exercício de 2007, não foi ainda efectuado o exercício de imputação de justo valor aos activos adquiridos, o qual será efectuado até final do ano de 2008. Consequentemente o valor das diferenças de consolidação apurado é provisório.

Adicionalmente os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	31.Dezembro.2007				
	Continente Hipermercados	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros	Total
Proveitos operacionais	-	1.106.341	18.353.860	(381.340)	19.078.861
Custos operacionais	-	(480.066)	(22.526.092)	(506.690)	(23.512.848)
Resultado financeiro	-	(279.382)	(87.986)	21.691	(345.677)
Resultado antes impostos	-	346.893	(4.260.218)	(866.339)	(4.779.664)
Imposto sobre o rendimento	-	(259.114)	(4.681)	50.470	(213.325)
Resultado líquido	-	87.779	(4.264.899)	(815.869)	(4.992.989)

Caso a aquisição efectuada da filial Continente Hipermercados tivesse sido reportada a 1 de Janeiro de 2007, os proveitos operacionais viriam aumentados em 589.137.736 euros.

Efeitos das alienações

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação e em 31 de Dezembro de 2006 são os seguintes:

	Data da alienação	31.Dezembro.2006
Activos líquidos alienados		
Propriedades de investimento (Nota 13)	3.991.500	2.918.714
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Nota 11 e 12)	51.522.336	49.041.112
Existências	32.852.550	32.014.126
Outros activos	87.715.037	48.261.723
Caixa e equivalentes a caixa	9.131.826	1.305.681
Empréstimos	(22.627.891)	(19.074.693)
Outros passivos	(118.982.303)	(93.175.948)
	43.603.055	21.290.715
Interesses minoritários (Nota 25)	(2.171.988)	(1.338.294)
Diferenças de consolidação positivas (Nota 14)	2.104.656	719.606
	43.535.723	20.672.027
Perda de imparidade para o valor a receber	19.794.479	
Ganho/(Perda) na alienação	(1.017.778)	
Preço da alienação	62.312.424	
Recebimentos efectivados		
Relativos à alienação das participações financeiras	29.548.533	
Relativos à alienação de suprimentos	9.985.596	
Montantes a receber no futuro	22.778.295	
	62.312.424	
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	39.534.129	
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(9.131.826)	
	30.402.303	

Os impactos das alienações na demonstração de resultados foram os seguintes:

	Data da alienação	31.Dezembro.2006
Vendas e prestações de serviços	85.565.161	164.743.452
Outros proveitos operacionais	9.621.760	18.276.481
Custo das existências vendidas e consumidas	(47.007.780)	(80.986.571)
Outros custos operacionais	(39.912.061)	(101.600.839)
Resultado financeiro	(2.995.612)	(7.387.899)
Resultado relativos a investimentos e associadas	1.836.591	9.942
Resultado antes impostos	7.108.059	(6.945.434)
Imposto sobre o rendimento	(472.668)	(999.361)
Resultado líquido	6.635.391	(7.944.795)

Efeitos da cisão

Os efeitos no balanço consolidado, da cisão dos activos líquidos da Sonae Capital e suas filiais, em 1 de Outubro de 2007 (data de referência da cisão) e em 31 de Dezembro de 2006 são os seguintes:

	Data da cisão	31.Dezembro.2006
Activos líquidos cindidos		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Nota 11 e 12)	323.078.260	284.859.067
Investimentos	89.455.855	87.227.983
Impostos diferidos activos (Nota 22)	10.643.996	4.742.146
Existências	134.202.467	93.381.894
Outros activos	140.025.952	186.308.963
Caixa e equivalentes a caixa	32.307.718	15.910.737
Empréstimos	(233.828.805)	(177.975.531)
Impostos diferidos passivos (Nota 22)	(5.846.228)	(4.923.517)
Outros passivos	(185.464.429)	(156.454.049)
Provisões	(21.816.742)	(18.763.384)
	<u>282.758.044</u>	<u>314.314.309</u>
Interesses minoritários (Nota 25)	9.310.396	11.507.353
Diferenças de consolidação (Nota 14)	<u>65.801.969</u>	<u>33.436.211</u>
Total cindido	<u>357.870.409</u>	<u>359.257.873</u>

O valor de efeito de cisão ao nível da rubrica de investimentos inclui o valor de investimentos cindidos líquidos de perdas de imparidade de 7.923.733 Euros, deduzido do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede (Nota 7).

Os impactos da cisão na demonstração de resultados foram os seguintes:

	Data da cisão	31.Dezembro.2006
Vendas e prestações de serviços	126.140.073	168.329.078
Outros proveitos operacionais	110.870.639	140.183.105
Custo das existências vendidas e consumidas	(36.209.386)	(44.158.243)
Variação de produção	26.474.632	8.564.649
Outros custos operacionais	(225.013.230)	(273.231.221)
Resultado financeiro	(6.208.838)	(343.387)
Resultado relativos a investimentos e associadas	<u>7.067.416</u>	<u>8.666.789</u>
Resultado antes impostos	3.121.306	8.010.770
Imposto sobre o rendimento	<u>785.734</u>	<u>(4.338.437)</u>
Resultado líquido	<u>3.907.040</u>	<u>3.672.333</u>

10. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Nota	Activos registados a justo valor por resultados (Nota 28)	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 28)	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2007								
Activos não correntes								
Outros investimentos	8 e 15	-	-	12.055.157	-	12.055.157	-	12.055.157
Outros activos não correntes	16	-	13.158.533	-	7.346.945	20.505.478	54.111.271	74.616.749
		-	13.158.533	12.055.157	7.346.945	32.560.635	54.111.271	86.671.906
Activos correntes								
Clientes	18	-	229.073.319	-	-	229.073.319	-	229.073.319
Outras dividas de terceiros	19	-	153.721.689	-	-	153.721.689	-	153.721.689
Investimentos	15	2.151.335	56.093.108	-	1.825.481	60.069.924	-	60.069.924
Caixa e equivalentes de caixa	23	-	286.401.453	-	-	286.401.453	-	286.401.453
		2.151.335	725.289.569	-	1.825.481	729.266.385	-	729.266.385
		2.151.335	738.448.102	12.055.157	9.172.426	761.827.020	54.111.271	815.938.291
A 31 de Dezembro de 2006								
Activos não correntes								
Outros investimentos	8 e 15	-	-	233.056.343	-	233.056.343	-	233.056.343
Outros activos não correntes	16	-	39.758.155	-	4.035.714	43.793.869	287.817	44.081.686
		-	39.758.155	233.056.343	4.035.714	276.850.212	287.817	277.138.029
Activos correntes								
Clientes	18	-	257.023.821	-	-	257.023.821	-	257.023.821
Outras dividas de terceiros	19	-	119.632.514	-	-	119.632.514	-	119.632.514
Investimentos	15	49.458	33.212.402	-	-	33.261.860	-	33.261.860
Caixa e equivalentes de caixa	23	-	662.475.440	-	-	662.475.440	-	662.475.440
		49.458	1.072.344.177	-	-	1.072.393.635	-	1.072.393.635
		49.458	1.112.102.332	233.056.343	4.035.714	1.349.243.847	287.817	1.349.531.664

Passivos financeiros

	Nota	Passivos registrados a justo valor por resultados (Nota 28)	Derivados de cobertura (Nota 28)	Passivos financeiros registrados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2007							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	26	-	-	1.059.691.078	1.059.691.078	-	1.059.691.078
Empréstimos obrigacionistas	26	-	-	1.744.850.709	1.744.850.709	-	1.744.850.709
Credores por locação financeira	26	-	-	23.470.674	23.470.674	-	23.470.674
Outros empréstimos	26	-	828.199	276.330	1.104.529	-	1.104.529
Outros passivos não correntes	29	-	-	310.865.774	310.865.774	2.157.352	313.023.126
		-	828.199	3.139.154.565	3.139.982.764	2.157.352	3.142.140.116
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	26	-	-	129.207.708	129.207.708	-	129.207.708
Empréstimos obrigacionistas	26	-	-	-	-	-	-
Credores por locação financeira	26	-	-	8.709.711	8.709.711	-	8.709.711
Outros empréstimos	26	363.463	-	36.229	399.692	-	399.692
Fornecedores	31	-	-	988.803.378	988.803.378	-	988.803.378
Outras dívidas a terceiros	32	-	-	211.178.688	211.178.688	-	211.178.688
		363.463	-	1.337.935.714	1.338.299.177	-	1.338.299.177
		363.463	828.199	4.477.090.279	4.478.281.941	2.157.352	4.480.439.293
A 31 de Dezembro de 2006							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	26	-	-	1.017.101.563	1.017.101.563	-	1.017.101.563
Empréstimos obrigacionistas	26	-	-	1.086.979.932	1.086.979.932	-	1.086.979.932
Credores por locação financeira	26	-	-	31.124.322	31.124.322	-	31.124.322
Outros empréstimos	26	-	121.116	7.369.965	7.491.081	-	7.491.081
Outros passivos não correntes	29	-	-	97.961.000	97.961.000	7.526.112	105.487.112
		-	121.116	2.240.536.782	2.240.657.898	7.526.112	2.248.184.010
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	26	-	-	510.050.999	510.050.999	-	510.050.999
Empréstimos obrigacionistas	26	-	-	74.777.292	74.777.292	-	74.777.292
Credores por locação financeira	26	-	-	9.279.339	9.279.339	-	9.279.339
Outros empréstimos	26	116.043	-	21.707.821	21.823.864	-	21.823.864
Fornecedores	31	-	-	829.754.736	829.754.736	-	829.754.736
Outras dívidas a terceiros	32	-	-	198.850.003	198.850.003	-	198.850.003
		116.043	-	1.644.420.190	1.644.536.233	-	1.644.536.233
		116.043	121.116	3.884.956.972	3.885.194.131	7.526.112	3.892.720.243

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os instrumentos financeiros registrados a justo valor por resultados são apenas os derivativos que não se qualificam como de cobertura (Nota 28).

11. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso	Total imobilizado corpóreo
Activo bruto:							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2006	1.441.897.812	1.190.596.282	20.969.558	236.116.796	23.183.311	85.169.758	2.997.933.517
Variações do perímetro de consolidação	-	(2.417.191)	(128.896)	(597.274)	(283.318)	-	(3.426.679)
Investimento	37.357.947	7.077.935	830.857	9.675.100	936.202	332.355.479	388.233.520
Desinvestimento	(25.784.291)	(24.203.750)	(1.046.459)	(12.053.426)	(517.291)	(3.541.902)	(67.147.119)
Variações cambiais	(110.448)	(35.474)	(5.065)	(19.206)	(815)	(4.012)	(175.020)
Transferências	88.135.327	181.479.249	1.696.808	13.511.869	2.338.576	(288.738.564)	(1.576.735)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	1.541.496.347	1.352.497.051	22.316.803	246.633.859	25.656.665	125.240.759	3.313.841.484
Investimento	31.455.794	14.943.970	446.956	7.094.378	192.485	380.147.801	434.281.384
Aquisições de filiais (Nota 9)	236.609.142	45.114.178	1.655.762	8.236.973	18.401.874	57.582.766	367.600.695
Desinvestimento	(24.002.562)	(38.334.429)	(965.536)	(10.922.160)	(465.407)	(1.897.140)	(76.587.234)
Alienações de filiais (Nota 9)	(60.776.673)	(75.000.371)	(4.767.997)	(3.202.678)	(6.829.635)	(5.133.454)	(155.710.808)
Cisão (Nota 9)	(249.126.397)	(59.110.795)	(1.854.826)	(8.514.595)	(4.350.908)	(69.615.773)	(392.573.294)
Variações cambiais	353.265	91.110	8.849	46.877	2.930	9.189	512.220
Transferências	73.784.970	194.131.579	1.108.495	11.071.281	3.443.707	(309.840.797)	(26.300.765)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	1.549.793.886	1.434.332.293	17.948.506	250.443.935	36.051.711	176.493.351	3.465.063.682
Amortizações e perdas por							
imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2006	264.496.740	630.899.802	17.760.258	158.500.211	17.870.865	271.167	1.089.799.043
Variações do perímetro de consolidação	-	(2.082.886)	(36.564)	(393.711)	(267.136)	-	(2.780.297)
Depreciações e perdas de imparid. do período	39.630.694	118.099.322	1.327.746	26.352.624	2.188.106	7.295	187.605.787
Desinvestimento	(6.060.162)	(17.037.801)	(839.761)	(11.276.405)	(361.629)	-	(35.575.758)
Variações cambiais	377	(6.827)	(818)	(5.263)	(1.644)	-	(14.175)
Transferências	1.200.252	(3.225.745)	3.882	1.203.134	20.857	1.028.607	230.987
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	299.267.901	726.645.865	18.214.743	174.380.590	19.449.419	1.307.069	1.239.265.587
Depreciações e perdas de imparid. do período	33.564.031	126.774.614	1.362.173	24.778.838	2.463.039	1.700	188.944.395
Aquisições de filiais (Nota 9)	50.515.179	21.030.452	1.097.436	6.165.821	14.072.536	-	92.881.424
Desinvestimento	(7.796.830)	(16.574.094)	(743.986)	(9.083.622)	(434.950)	-	(34.633.482)
Alienações de filiais (Nota 9)	(30.714.710)	(57.640.868)	(4.670.013)	(2.831.829)	(6.662.325)	(2.214.305)	(104.734.050)
Cisão (Nota 9)	(34.411.598)	(25.108.894)	(1.335.506)	(6.450.388)	(3.007.297)	(9.138)	(70.322.821)
Variações cambiais	13.174	19.674	2.139	7.624	5.742	-	48.353
Transferências	(512.459)	(534.032)	(13.092)	(476.146)	(34.435)	914.674	(655.490)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	309.924.688	774.612.717	13.913.894	186.490.888	25.851.729	-	1.310.793.916
Valor líquido							
A 31 de Dezembro de 2006	1.242.228.446	625.851.186	4.102.060	72.253.269	6.207.246	123.933.690	2.074.575.897
A 31 de Dezembro de 2007	1.239.869.198	659.719.576	4.034.612	63.953.047	10.199.982	176.493.351	2.154.269.766

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Remodelação e expansão de lojas do segmento distribuição	122.900.793	21.810.303
Desenvolvimento de rede móvel	32.044.146	13.135.575
Desenvolvimento de rede fixa	2.594.034	6.138.254
Projecto Troia	-	20.649.721
Projecto de construção dos ferries	-	7.718.969
Remodelação do hotel Aqualuz	-	13.006.768
Outros	18.954.378	41.474.100
	176.493.351	123.933.690

Na rubrica "Remodelação e expansão de lojas do segmento distribuição" estão incluídos 57.582.766 euros relativos à aquisição do Continente Hipermercados, SA;

O fluxo de transferências a 31 de Dezembro de 2007 inclui 6.006.580 euros relativos a terrenos que foram reclassificados para a rubrica "Activos correntes detidos para venda" dado que já existe contrato de promessa de compra e venda dos referidos activos.

Em 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Depreciações e perdas de imparidade do período" inclui 160.940 euros (2.071.830 euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a perdas de imparidade em imobilizações corpóreas.

12. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:	Outras				Total
	Propriedade industrial	Software	imobilizações incorpóreas	Imobilizado em curso	
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2006	230.752.504	259.923.398	21.533.233	15.469.653	527.678.788
Variações do perímetro de consolidação	(32.345)	(389.021)	-	-	(421.366)
Investimento	942.095	1.452.693	231.253	38.138.795	40.764.836
Desinvestimento	(500.216)	(24.135)	(164.958)	(675.254)	(1.364.563)
Variações cambiais	(54)	(3.183)	-	-	(3.237)
Transferências	4.743.668	30.517.554	(1.501.755)	(31.199.789)	2.559.678
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	235.905.652	291.477.306	20.097.773	21.733.405	569.214.136
Investimento	23.346.237	878.227	57.589	35.268.412	59.550.465
Aquisições de filiais (Nota 9)	14.988.405	3.790.266	-	-	18.778.671
Desinvestimento	(10.736)	(384.344)	(44.893)	(596.788)	(1.036.761)
Alienações de filiais (Nota 9)	(2.475.585)	-	(642.754)	-	(3.118.339)
Cisão (Nota 9)	(670.663)	(2.408.360)	(36.583)	(74.922)	(3.190.528)
Variações cambiais	126	14.489	-	-	14.615
Transferências	3.834.357	27.731.803	3.448	(34.852.920)	(3.283.312)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	274.917.793	321.099.387	19.434.580	21.477.187	636.928.947
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2006	23.481.840	169.506.645	13.144.880	-	206.133.365
Variações do perímetro de consolidação	(22.345)	(355.488)	-	-	(377.833)
Amortizações do período	14.698.752	24.889.524	1.653.217	-	41.241.493
Desinvestimento	(697.286)	(886.311)	(7.985)	-	(1.591.582)
Variações cambiais	-	(892)	-	-	(892)
Transferências	543.187	1.222.890	526.023	-	2.292.100
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	38.004.148	194.376.368	15.316.135	-	247.696.651
Amortizações do período	18.358.081	26.651.222	837.492	-	45.846.795
Aquisições de filiais (Nota 9)	180.217	685.611	-	-	865.828
Desinvestimento	(435)	(430.835)	(44.892)	-	(476.162)
Alienações de filiais (Nota 9)	(1.941.697)	-	(631.064)	-	(2.572.761)
Cisão (Nota 9)	(372.234)	(1.954.226)	(36.281)	-	(2.362.741)
Variações cambiais	-	12.055	-	-	12.055
Transferências	232.007	18.539	592	-	251.138
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	54.460.087	219.358.734	15.441.982	-	289.260.803
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2006	197.901.504	97.100.938	4.781.638	21.733.405	321.517.485
A 31 de Dezembro de 2007	220.457.706	101.740.653	3.992.598	21.477.187	347.668.144

O valor de imobilizado incorpóreo em curso diz respeito, fundamentalmente, a projectos informáticos e desenvolvimento de software.

O valor das aquisições de filiais em propriedade industrial diz respeito, fundamentalmente, à aquisição da carteira de clientes da Tele 2, no valor de 14.709.468 euros. O valor do investimento em propriedade industrial inclui 10.500.000 euros relativos aos compromissos assumidos no âmbito da Sociedade de Informação.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo tinha registado na rubrica 'Propriedade Industrial' 111.732.870 Euros e 114.996.798 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 72.006.914 Euros (81.007.779 Euros em 2006) relativos à licença, (ii) 24.060.150 Euros (27.067.669 Euros em 2006) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licença em Portugal, (iii) 7.389.598 Euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 2.123.896 Euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação (Nota 52).

Adicionalmente encontrava-se ainda registado nesta rubrica o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2006).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento			
	Em exploração	"Fit Out"	Em construção	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2006	1.228.822.252	3.653.859	124.944.974	1.357.421.085
Adições	6.946.420	427.160	101.733.460	109.107.040
"Write-off"	-	-	(11.605.863)	(11.605.863)
Transferências	-	(342.672)	-	(342.672)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:	125.000	(125.000)	(39.212)	(39.212)
Custo de produção	27.784.412	393.750	(28.178.162)	-
Ajustamento para justo valor (Nota 38)	5.563.980	(143.000)	-	5.420.980
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 38):				
- Ganhos	129.663.983	469.922	-	130.133.905
- Perdas	(5.199.436)	(394.143)	-	(5.593.579)
Alteração da percentagem de consolidação em empreendimentos conjuntos	(53.472.671)	-	(13.591.254)	(67.063.925)
Efeito de reestruturação do Brasil	5.096.316	-	11.523	5.107.839
Alienações de propriedades de investimento	(1.050.000)	-	-	(1.050.000)
Diferenças de conversão cambial	(1.282.287)	-	(2.052)	(1.284.339)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2007	1.342.997.969	3.939.876	173.273.414	1.520.211.259
Adições	123.853.779	908.200	162.919.282	287.681.261
Adições por concentração de actividades empresariais (Nota 9)	21.061.308	-	26.273.602	47.334.910
"Write-off"	-	(325.000)	(2.298.036)	(2.623.036)
Recebimento de Fit-out	-	(1.107.546)	-	(1.107.546)
Transferências	-	-	(2.227.323)	(2.227.323)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:				
Custo de produção	165.884.673	-	(165.884.673)	-
Ajustamento para justo valor (Nota 38)	28.272.805	-	-	28.272.805
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 38):				
- Ganhos	137.338.742	543.463	-	137.882.205
- Perdas	(13.440.220)	(306.200)	-	(13.746.420)
Alteração da percentagem de consolidação em empreendimentos conjuntos	57.031.875	(268.500)	418.829	57.182.204
Alienação de filiais (Nota 9)	(3.991.500)	-	-	(3.991.500)
Outros Movimentos	-	637.217	870.767	1.507.984
Diferenças de conversão cambial	5.625.120	-	127.003	5.752.123
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	1.864.634.551	4.021.510	193.472.865	2.062.128.926

Os contratos de "fit out" configuram acordos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior das lojas. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respectivo. Os "fit out" têm o mesmo tratamento contabilístico das propriedades de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2006 foi amortizado na totalidade o investimento realizado até à data no Centro Comercial 3do, Dortmund na Alemanha, no valor de 11.605.863 euros (Nota 42).

As adições ocorridas em 2007 nas propriedades de investimento em exploração incluem a aquisição pela empresa Munster Arkaden BV do centro comercial Munster Arkaden, localizado na Alemanha, pelo montante de 85.614.382 euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o montante das Propriedades de investimento em exploração, incluindo o valor de "Fit Out", respeitava ao justo valor da proporção detida em centros comerciais que pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Montante	Intervalo de Yields	Montante	Intervalo de Yields
Portugal	1.038.302.637	4,90% e 7,00%	840.682.401	5,50% e 6,50%
Espanha	454.290.823	5,00% e 6,90%	381.610.876	5,00% e 7,15%
Alemanha	172.792.000	5,50%	-	-
Brasil	97.664.101	8,50% e 10,50%	57.312.068	10,50% e 11,50%
Itália	84.255.000	5,50% e 6,15%	67.332.500	5,15% e 6,50%
Roménia	21.351.500	6,75%	-	-
	1.868.656.061		1.346.937.845	

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração e Fit Out foi determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas por uma entidade especializada independente e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sediado em Inglaterra.

A metodologia adoptada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento operacionais envolve a preparação de projecções de proveitos e custos a 10 anos de cada centro comercial que são depois descontados para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projecções não são previsões do futuro mas apenas reflectem a melhor estimativa do avaliador quanto à actual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros. O valor residual, no final dos 10 anos, é calculado aplicando uma taxa de rendibilidade de mercado ("Exit Yield" ou "Cap Rate") aos proveitos líquidos do 11º ano. Essa taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado assim obtido testado em termos da taxa de rendibilidade inicial.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

A metodologia adoptada para calcular o justo valor dos contratos de "fit out", consistiu em determinar o valor descontado à data do balanço, dos "cash flows" estimados de cada contrato de "fit out", sendo para o efeito utilizada uma taxa de desconto de mercado, idêntica à utilizada na determinação do justo valor das propriedades de investimentos na qual os contratos se encontram inseridos.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era composto como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Portugal:		
8ª Avenida	-	10.509.651
Alverca	2.995.036	2.858.800
Arrábida Shopping - expansão	2.375.011	131.250
Cacém Shopping	1.036.919	937.807
Caldas da Rainha Shopping	1.192.538	623.843
Lima Retail Park	-	2.918.714
Parque de Famalicão	627.500	1.498.238
Setúbal Retail Park	786.164	784.989
Torres Oriente e Ocidente	192.426	920.697
Outros	1.220.554	163.866
Alemanha:		
Alexa	7.320.992	54.525.305
Loop 5	25.612.284	15.416.661
Outros	-	10.586
Brasil:		
Manauara Shopping	5.628.846	-
Pátio Uberlândia	1.530.607	-
Outros	-	77.882
Espanha:		
Dos Mares - expansão	1.404.902	1.660.352
El Rosal	-	32.249.181
Las Pulianas	5.746.847	1.289.297
Plaza Mayor Shopping	17.733.934	11.580.899
Grécia:		
Aegean Park	4.845.206	4.771.822
Galatsi Shopping	3.159.277	1.106.965
Ioannina	10.395.799	-
Pantheon Plaza	13.855.607	-
Outros	-	11.445
Itália:		
Caldogno	4.138.655	-
Freccia Rossa	32.263.488	19.419.339
Gli Orsi	23.397.730	8.671.559
Le Terraze	1.891.179	960.723
Pavia	3.641.489	-
Outros	-	173.543
Roménia:		
Craiova	20.479.875	-
	<u>193.472.865</u>	<u>173.273.414</u>

As propriedades de investimento em curso, incluem encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o total destes encargos financeiros capitalizados ascendeu a 8.882.433 euros e 5.689.438 euros, respectivamente.

Durante os períodos de doze meses findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o rédito (remunerações fixas líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais directos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, custos de comercialização e outros custos associados à actividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

	Rendas		Gastos operacionais directos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma
Portugal	61.187.041	57.950.932	6.279.195	4.780.299
Espanha	23.915.559	23.030.063	1.790.833	861.312
Itália	3.319.279	3.613.458	(97.032)	259.760
Brasil	8.530.373	5.319.268	226.833	380.880
Alemanha	3.809.647	-	1.643.312	-
Roménia	1.028.683	-	71.217	-
	<u>101.790.580</u>	<u>89.913.721</u>	<u>9.914.358</u>	<u>6.282.251</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 as seguintes propriedades de investimento tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos:

8ª Avenida	Loop 5
Airone	Loureshopping
C C Modelo de Albufeira	Luz del Tajo
Alexa	Madeirashopping
Algarveshopping	Maiashopping
Arrabidashopping	Munster Arkaden
Avenida M40	Norteshopping
Cascaishopping	Parque Atlântico
Centro Colombo	Parque Principado
Centro Vasco da Gama	Plaza Éboli
Coimbrashopping	Plaza Mayor
Dos Mares	Plaza Mayor Shopping
Estação Viana	C C Continente de Portimão
Feccia Rossa	Rio Sul
Gaiashopping	Serra Shopping
Grancasa	Valecenter
Guimarãesshopping	Valle Real
Kareaga	Viacatarina
El Rosal	Zubiarte
La Farga	

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção.

14. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Valor Bruto:		
Saldo inicial	264.411.899	248.887.726
Novas empresas no consolidado (Nota 9)	535.205.260	-
Aumentos	30.035.581	21.187.104
Diminuições	(12.999.103)	(5.662.931)
Cisão (Nota 9)	(65.801.969)	-
Saldo final	<u>750.851.668</u>	<u>264.411.899</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	13.569.244	3.309.480
Aumentos (Nota 34)	3.659.303	10.259.764
Diminuições	(7.315.549)	-
Saldo final	<u>9.912.998</u>	<u>13.569.244</u>
Valor líquido	<u>740.938.670</u>	<u>250.842.655</u>

Durante o período, os acréscimos de percentagem por aquisição de participações financeiras geraram diferenças de consolidação no montante de 20.174.492 euros (14.745.310 euros em 31 de Dezembro de 2006).

Nas diminuições das diferenças de consolidação positivas estão incluídos 2.104.656 euros (Nota 9) relativos a alienação de filiais (1.936.347 euros em 31 de Dezembro de 2006), sendo o remanescente relativo a decréscimo de percentagem em filiais do grupo.

15. OUTROS INVESTIMENTOS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor dos investimento, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	12.671.340	-	11.438.259	-
Aquisições durante o período	28.993.045	-	1.452.294	-
Alienações durante o período	(2.319.119)	-	-	-
Cisão	(10.102.005)	-	-	-
Transferências	(19.867.068)	-	(219.213)	-
Saldo em 31 de Dezembro	9.376.193	-	12.671.340	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34)	-	-	(9.077.744)	-
	9.376.193	-	3.593.596	-
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de Janeiro	229.462.747	33.212.402	133.251.095	10.620.966
Aquisições durante o período	11.439.982	6.444.627	119.222.591	1.927.188
Alienações durante o período	(127.532.224)	(16.063.792)	(17.409.488)	(874.547)
Aumento/(diminuição) no justo valor	3.617.759	-	17.717.293	(258.263)
Cisão	(105.964.814)	(499)	-	-
Transferências	(8.344.486)	32.500.370	(23.318.744)	21.797.058
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de Dezembro	2.678.964	56.093.108	229.462.747	33.212.402
<u>Outros investimentos (Nota 8)</u>	12.055.157	56.093.108	233.056.343	33.212.402
<u>Instrumentos financeiros derivados (Nota 28)</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	49.458	-	60.475
Aquisições durante o período	-	471.075	-	2.580.917
Alienações durante o período	-	(49.458)	-	(2.591.934)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	3.505.741	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro	-	3.976.816	-	49.458
	12.055.157	60.069.924	233.056.343	33.261.860

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. É entendimento do grupo que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de investimentos disponíveis para venda inclui 2.678.934 euros (34.878.203 euros a 31 de Dezembro de 2006) de investimentos registados ao custo deduzido de perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Durante o período, foram alienados investimentos registados ao custo de aquisição no valor de 2.096.843 euros (valor nulo em 2006) dos quais originaram um resultado relativo a investimentos no valor de 1.013.229 euros (valor nulo em 2006) (Nota 44).

Os investimentos disponíveis para venda estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 34) no valor de 26.314 euros (2.740.064 euros em 31 de Dezembro de 2006).

O saldo de investimentos disponíveis para venda correntes no valor de 56.093.108 euros (65.000.740 euros em 31 de Dezembro de 2006) é relativo aos montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento de rating superior, o qual serve de garantia a contingências assumidas no contrato de venda do segmento Retalho Brasil e para os quais foram constituídas provisões (Nota 34).

16. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas						
a) Bar-Bar-Idade Glass - Serviç.de Gest.e Invest., SA	-	-	-	6.402.717	-	6.402.717
a) Andar - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	-	2.953.673	-	2.953.673
a) Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	-	-	-	6.019.613	-	6.019.613
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Cooper Gay (Holding) Limited	1.943.295	-	1.943.295	-	-	-
Outros	346.654	(170.125)	176.529	932.716	(270.489)	662.227
	3.289.949	(170.125)	3.119.824	17.308.719	(270.489)	17.038.230
Clientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	792.644	-	792.644	803.525	-	803.525
Activos relativos a alienação de invest. financeiros	-	-	-	12.444.829	-	12.444.829
Câmaras Municipais de Lisboa	3.888.477	-	3.888.477	3.888.477	-	3.888.477
Câmaras Municipais de Málaga	512.108	-	512.108	512.108	-	512.108
Depositos de lojistas	4.394.235	-	4.394.235	4.077.459	-	4.077.459
Outros	582.691	(131.446)	451.245	1.714.853	(721.326)	993.527
	10.170.155	(131.446)	10.038.709	23.441.251	(721.326)	22.719.925
Derivados não correntes	7.346.945	-	7.346.945	4.035.714	-	4.035.714
Total de instrumentos financeiros (Nota 10)	20.807.049	(301.571)	20.505.478	44.785.684	(991.815)	43.793.869
Provisões técnicas de resseguro cedido	54.060.294	-	54.060.294	-	-	-
Outros activos não correntes	50.977	-	50.977	287.817	-	287.817
	74.918.320	(301.571)	74.616.749	45.073.501	(991.815)	44.081.686

a) Activos cindidos para a Sonae Capital;

Os valores incluídos em "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida por terem caracter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor do balanço.

O montante de 3.888.477 euros a receber da Câmara Municipal de Lisboa respeita aos trabalhos executados por uma filial do segmento centros comerciais por conta da Câmara Municipal de Lisboa ao abrigo de protocolos assinados, que foram acordados entre os serviços técnicos da Câmara e da filial no final de 2001. Por outro lado a rubrica de "Outros passivos não correntes" em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 inclui o montante de 1.621.687 euros relativos a trabalhos executados pela Câmara por conta da filial e licenças camarárias. Foi interposta uma acção judicial em 2001, visando a cobrança dos valores referidos acrescidos de juros e outros custos incorridos, sendo convicção do Grupo que a mesma lhe seja favorável, razão pela qual não registou qualquer provisão para fazer face a perdas na recuperação desta conta a receber.

Os montantes de 4.394.235 euros respeitam aos depósitos efectuados junto das entidades oficiais, de rendas dos lojistas dos centros comerciais localizados em Espanha. Os depósitos entregues pelos lojistas às empresas detentores destes centros comerciais, encontram-se classificados em "Outros passivos não correntes" e "Outras dívidas a terceiros".

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relaciona-se com uma filial o Grupo cuja actividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposta por 4.125.167 euros relativos a provisões para prémios não adquiridos e 49.935.127 euros relativos a provisões para sinistros declarados.

17. EXISTÊNCIAS

O detalhe das Existências em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.839.957	1.970.796	22.163.157
Mercadorias	504.822.675	371.483.453	410.465.489
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	120
Produtos acabados e intermédios	-	-	14.532.140
Produtos e trabalhos em curso	-	-	58.595.440
Adiantamentos por conta de compras	-	-	527.581
	506.662.632	373.454.249	506.283.927
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 34)	(24.759.431)	(17.664.557)	(25.098.215)
	481.903.201	355.789.692	481.185.712

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 ascendeu a 2.694.275.192 euros e 2.530.272.888 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Existências iniciais	373.454.249	59.174.397	432.628.646	367.408.742	53.705.192	421.113.934
Efeito da conversão cambial	-	14.638	14.638	-	(4.456)	(4.456)
Variações de perímetro	(12.053.833)	(59.875.999)	(71.929.832)	-	-	-
Compras	2.762.565.375	63.920.414	2.826.485.789	2.435.372.097	116.977.058	2.552.349.155
Regularizações de existências	1.032.805	6.947.190	7.979.995	(11.824.696)	(1.192.415)	(13.017.111)
Existências finais	506.662.632	-	506.662.632	373.454.249	59.174.397	432.628.646
	2.618.335.964	70.180.640	2.688.516.604	2.417.501.894	110.310.982	2.527.812.876
Perdas por imparidade (Nota 34)	6.529.667	1.465.916	7.995.583	8.168.334	608.014	8.776.348
Reversão de perdas por imparidade	(2.233.986)	(3.009)	(2.236.995)	(5.691.335)	(625.001)	(6.316.336)
	2.622.631.645	71.643.547	2.694.275.192	2.419.978.893	110.293.995	2.530.272.888

18. CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa			
Retailho	44.010.326	40.228.357	39.025.896
Centros Comerciais	19.258.503	16.501.791	16.474.096
Telecomunicações	250.319.916	208.268.871	208.005.506
Serviços	1.469.914	673.409	73.471.553
	315.058.659	265.672.428	336.977.051
Clientes, conta letras	-	232.934	7.527.908
	315.058.659	265.905.362	344.504.959
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 34)	(85.985.340)	(79.001.212)	(87.481.138)
	229.073.319	186.904.150	257.023.821

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Grupo entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2007 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento de relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 pro-forma, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31.Dezembro.2007	Clientes				
	Retailho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros segmentos	Total
Não vencido	19.713.291	3.763.856	63.892.834	439.719	87.809.700
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.160.452	2.747.637	19.066.313	797.671	24.772.073
30 - 90 dias	4.670.595	2.543.334	7.179.137	-	14.393.066
+ 90 dias	4.290.098	2.734.109	39.393.392	204.425	46.622.024
Total	11.121.145	8.025.080	65.638.842	1.002.096	85.787.163
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	77.339	402.179	35.983.219	-	36.462.737
90 - 180 dias	204.254	333.372	8.845.605	-	9.383.231
180 - 360 dias	660.725	1.409.557	5.997.673	-	8.067.955
+ 360 dias	12.233.572	5.324.459	69.961.743	28.099	87.547.873
Total	13.175.890	7.469.567	120.788.240	28.099	141.461.796
	44.010.326	19.258.503	250.319.916	1.469.914	315.058.659

31.Dezembro.2006 - Pro-forma	Clientes				Sub-total
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros segmentos	
Não vencido	6.667.515	2.452.386	65.006.345	367.201	74.493.447
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	14.372.088	3.425.540	14.754.641	99.359	32.651.628
30 - 90 dias	5.905.231	1.923.775	3.085.348	159.635	11.073.989
+ 90 dias	1.536.574	1.917.021	38.525.772	280.148	42.259.515
Total	21.813.893	7.266.336	56.365.761	539.142	85.985.132
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	155.470	277.561	12.692.092	-	13.125.123
90 - 180 dias	116.578	332.384	5.865.719	-	6.314.681
180 - 360 dias	978.645	1.327.544	3.017.733	-	5.323.922
+ 360 dias	10.496.256	4.845.580	65.321.221	-	80.663.057
Total	11.746.949	6.783.069	86.896.765	-	105.426.783
	40.228.357	16.501.791	208.268.871	906.343	265.905.362

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede a provisão criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente o Grupo considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado no balanço consolidado.

19. OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dividas de terceiros em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	21.962	60.398.012	8.875.129
Outros Devedores			
Fornecedores c/c - saldos devedores	46.822.333	26.406.863	27.236.144
Alienação de imobilizado	790.575	6.019.716	3.136.367
Alienação de investimentos financeiros	4.328.720	1.533.690	14.009.841
Acerto de preço de investimento financeiro adquirido (Nota 9)	30.414.000	-	-
Securitização de créditos	-	-	3.421.873
Adiantamentos a fornecedores	22.236.065	2.092.972	2.861.231
Regime esp.reg.dividas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	14.576.053	14.576.053	14.576.053
IVA de imoveis e descontos de talões	4.776.482	16.867.084	16.867.084
Valor a receber relativo à venda de filiais no Brasil	-	4.425.465	4.425.465
Adiantamentos a agentes	1.704.814	544.889	544.889
Operações com resseguradoras	9.072.963	-	-
Outros	28.228.228	28.387.620	34.313.152
	162.950.233	100.854.352	121.392.099
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 34)	(9.250.506)	(6.763.367)	(10.634.714)
Total de instrumentos financeiros (Nota 10)	153.721.689	154.488.997	119.632.514

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde essencialmente a impostos pagos que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável ao Grupo.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento distribuição. O valor incluído na rubrica Adiantamentos a fornecedores inclui o valor aproximado de 12 milhões de euros relativos ao pagamento adiantado de IVA de processos de importação em curso.

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 Pro-forma, a antiguidade dos saldos de Outros activos correntes pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro - forma
Não vencido	65.841.332	21.458.510
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	31.830.886	24.917.727
30 - 90 dias	41.067.108	16.332.641
+ 90 dias	14.324.487	32.963.284
Total	87.222.481	74.213.652
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	155.165	45.996
90 - 180 dias	-	184.707
180 - 360 dias	1.439.166	1.250.797
+ 360 dias	8.292.089	3.700.690
Total	9.886.420	5.182.190
	162.950.233	100.854.352

A 31 de Dezembro 2007 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outros devedores aproximam-se do seu justo valor.

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes publicos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Valores devedores			
Imposto sobre o rendimento	22.799.822	21.253.115	26.005.882
Imposto sobre o valor acrescentado	61.866.750	61.632.602	77.856.516
Outros Impostos	1.848.042	1.204.819	4.257.885
	86.514.614	84.090.536	108.120.283
Valores credores			
Imposto sobre o rendimento	10.707.432	11.607.645	16.256.779
Imposto sobre o valor acrescentado	32.980.618	37.408.460	41.061.049
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.247.310	3.419.616	3.889.067
Contribuições para a Segurança Social	10.183.661	9.470.600	14.337.437
Outros Impostos	3.012.611	2.426.406	4.055.074
	62.131.632	64.332.727	79.599.406

21. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, é o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Facturação a emitir	70.459.857	49.602.134	49.928.069
Receitas comerciais	5.887.081	4.960.630	5.004.703
Comissões a receber	6.260.720	-	-
Custos diferidos - rendas	3.833.921	3.833.921	3.533.571
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	15.178.385	9.760.531	10.669.057
Outros activos correntes	20.019.622	7.459.514	11.391.737
	121.639.586	75.616.730	80.527.137

22. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	64.940	-	296.353.425	231.612.650
Homogeneização de amortizações	81.897	221.230	24.978.921	23.557.165
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	12.900.045	12.559.298	-	4.277.987
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	60.114.242	24.983.311	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	41.026.618	31.301.988	2.097.786	2.154.133
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	296.245	106.066	2.614.826	1.182.960
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	2.523.410	2.973.586
Prejuízos fiscais reportáveis	20.969.753	33.155.303	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	3.428.201	4.227.223
Outros	151.929	440.213	2.223.343	2.070.668
	135.605.669	102.767.409	334.219.912	272.056.372

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foi como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Saldo inicial	102.767.409	108.484.039	272.056.372	238.184.261
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	64.940	-	47.330.262	46.862.220
Homogeneização de amortizações	(108.562)	(56.475)	1.624.367	(17.149)
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	(210.845)	(360.952)	1.539.073	1.803.132
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	34.581.204	(1.765.363)	15.971	15.731
Anulação de acréscimos e diferimentos	10.086.856	9.051.139	124.250	260.004
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	43.746	(86.206)	556.997	(3.030)
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	(115.936)	(712.847)
Prejuízos fiscais reportáveis	(2.199.567)	(6.187.936)	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	69.424	-	(1.118.666)	(81.669)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(161.371)	(5.098.255)	(3.562.523)	(14.459.820)
Outros	(722.211)	1.828	(1.855.821)	1.709.211
	41.443.614	(4.502.220)	44.537.974	35.375.783
Efeito em reservas:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	-	-	-	(63.377)
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	146.433	(358.785)	952.980	960.262
Conversão cambial	215.595	(90.697)	483.861	(242.793)
Imputação do justo valor nas aquisições de filiais	1.394.975	-	2.052.911	-
Cisão da Sonae Capital (Nota 9)	(10.643.996)	-	(5.846.228)	-
Variação de taxa de imposto	-	(5.421)	(81.553)	(75.107)
Outros	(94.877)	930.970	2.390.588	734.368
	(8.981.870)	476.067	(47.441)	1.313.353
Alteração de percentagem em empreendimentos conjuntos	-	-	17.710.201	-
Aquisição de filiais	826.670	-	5.308.016	-
Alienação de filiais	(450.342)	(1.690.477)	(5.345.210)	(2.817.025)
Saldo final	135.605.481	102.767.409	334.219.912	272.056.372

Em Portugal com a aprovação da Lei das Finanças Locais a derrama passou, a partir do exercício de 2007, a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, quando no passado a mesma correspondia a 10% da colecta. Em Espanha foi também alterada a Lei de Imposto sobre o Rendimento passando a taxa de imposto, de 35% em 2006, para 32,5% em 2007 e 30% em 2008.

Em consequência, as empresas portuguesas e espanholas incluídas na consolidação actualizaram o cálculo dos seus activos e passivos por impostos diferidos de acordo com as novas taxas efectivas de imposto, tendo o efeito do correspondente decréscimo da taxa de imposto sido registado por contrapartida da rubrica de "Imposto sobre o rendimento" na demonstração de resultados ou na rubrica de "Reservas de cobertura", no caso concreto da actualização dos impostos diferidos associados aos instrumentos financeiros derivados de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2007, o efeito referenciado como Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas, resultou, essencialmente, do trespasse (efectuado em 2007 a valores de mercado apurado através de avaliações efectuadas por entidades independentes) do equipamento tecnológico da Sonae com - Serviços de Comunicações afecto à rede GSM/GPRS para a Artis. Embora os resultados contabilísticos obtidos nessa transacção tenham sido anulados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, uma diferença entre o valor contabilístico e fiscal desses bens foi gerada nessa transacção.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2001	-	-	2007	2.526.319	631.580	2007
Gerados em 2002	12.816.002	3.204.001	2008	20.288.842	5.072.210	2008
Gerados em 2003	10.854.186	2.713.546	2009	29.101.572	7.275.392	2009
Gerados em 2004	2.660.665	665.166	2010	4.238.264	1.059.567	2010
Gerados em 2005	8.378.182	2.094.546	2011	9.209.662	2.302.416	2011
Gerados em 2006	4.576.150	1.144.037	2012	9.415.976	2.353.994	2012
Gerados em 2007	3.960.967	990.242	2013	-	-	
	43.246.152	10.811.538		74.780.635	18.695.159	
Sem limite de data de utilização	6.783.431	1.922.301		11.098.655	3.626.486	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	27.620.047	8.235.914		24.055.420	7.282.644	
Referente a actividades descontinuadas	-	-		13.735.952	3.551.014	
	34.403.478	10.158.215		48.890.027	14.460.144	
	77.649.630	20.969.753		123.670.662	33.155.303	

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2007 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 1.013.542.711euros (1.219.575.278 euros em 31 de Dezembro de 2006), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2001	-	-	2007	94.503.965	23.625.991	2007
Gerados em 2002	433.259.735	108.315.185	2008	456.601.689	114.150.423	2008
Gerados em 2003	41.896.110	10.474.030	2009	33.871.406	8.467.852	2009
Gerados em 2004	23.869.128	5.967.282	2010	23.937.390	5.984.349	2010
Gerados em 2005	89.006.183	22.251.545	2011	195.806.962	48.951.743	2011
Gerados em 2006	68.204.804	17.051.201	2012	36.105.480	9.026.365	2012
Gerados em 2007	103.549.416	25.887.353	2013	-	-	
	759.785.376	189.946.596		840.826.892	210.206.723	
Sem limite de data de utilização	34.124.969	10.101.615		166.028.621	49.539.912	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	219.632.366	63.700.019		14.177.383	4.742.134	
Referente a actividades descontinuadas	-	-		198.542.382	54.085.015	
	1.013.542.711	263.748.230		1.219.575.278	318.573.784	

23. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Numerário	6.482.624	3.675.947	4.173.072
Depósitos bancários	190.688.029	511.268.295	527.873.385
Aplicações de tesouraria	89.230.800	129.805.159	130.428.983
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	286.401.453	644.749.401	662.475.440
Descobertos bancários (Nota 26)	(10.775.881)	(3.833.743)	(13.664.166)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	275.625.572	640.915.658	648.811.274

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.

24. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 15 de Novembro de 2007, a Sonae SGPS, SA alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 acções Sonae SGPS, SA detidas directamente pela própria sociedade. As acções foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por acção e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae SGPS, SA, celebrou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 acções Sonae SGPS, SA, representativas de 6,64% do respectivo capital social.

Esta transacção tem maturidade máxima de três anos e liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transacção permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas acções, a Sonae SGPS, SA optou por manter as acções próprias no seu balanço consolidado tendo registado um passivo a justo valor na rubrica de "Outros passivos não correntes" (Nota 29), uma vez que de acordo com a interpretação pelo Grupo do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desreconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao activo alienado.

Consequentemente, o Grupo manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das 132.800.000 acções (138.568.275 Euros), tendo registado com referência à data da transacção na rubrica Outros passivos não correntes o montante do valor recebido relativo às acções referidas (273.568.000 Euros).

O valor deste passivo é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da acção Sonae, SGPS, S.A. sendo registado um activo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente (Notas 29 e 32).

Adicionalmente, são registados na demonstração de resultados os custos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos distribuídos pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição.

O número de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção, considera ainda as acções acima referidas como dedução às acções emitidas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade e suas filiais detinham 138.568.275 acções próprias com valor contabilístico de 142.961.431 Euros.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2007:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,94

A estrutura do capital é analisada na secção do Relatório de Gestão: "Informação financeira consolidada - Balanço Consolidado".

25. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foram os seguintes:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Saldo inicial em 1 de Janeiro	402.058.314	394.707.612
Dividendos distribuidos	(21.887.082)	(5.348.382)
Variação resultante da conversão cambial	373.748	(140.357)
Aquisição de filiais (Nota 9)	(9.677.763)	-
Alienação de filiais (Nota 9)	(2.171.988)	(925.013)
Cisão da Sonae Capital (Nota 9)	9.310.396	-
Variação de percentagem por aquisição de acções	(8.454.103)	(85.479.259)
Variação das reservas de cobertura	868.668	1.165.585
Outras variações	5.230.470	1.222.284
Resultado do período atribuível aos interesses minoritários	72.670.044	96.855.844
Saldo final em 31 de Dezembro	448.320.704	402.058.314

26. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários						
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	350.000.000	-	-	350.000.000	260.500.000	-
Modelo Continente, SGPS, SA - papel comercial	163.000.000	-	-	163.000.000	160.000.000	-
a)b) Filiais da Sonae Sierra	498.624.959	16.476.410	417.635.936	517.922.005	13.396.517	358.307.169
a)b)c) Filiais da Sonae Sierra	452.885.624	5.971.751	401.044.158	408.176.674	4.280.961	263.292.660
Sonaecom SGPS, SA	250.000.000	-	225.000.000	-	-	-
Continente Hipermercados SA - papel comercial	80.000.000	80.000.000	-	-	-	-
Optimus	-	-	-	450.000.000	-	324.458.200
Sonae Investments BV	32.154.000	4.613.205	-	32.154.000	6.150.940	4.613.205
Sonae Investments BV	-	-	-	47.385.800	-	-
d) Imoarea	-	-	-	34.791.153	-	-
d) Sonae Turismo - papel comercial	-	-	-	110.000.000	-	73.050.000
d) Investalentejo	-	-	-	40.000.000	40.000.000	-
Outros		12.047.631	22.532.078		12.636.383	8.078.556
		119.108.997	1.066.212.172		496.964.801	1.031.799.790
Descobertos bancários (Nota 23)		10.775.881	-		13.664.166	-
Custos de montagem de financiamentos		(677.170)	(6.521.094)		(577.968)	(14.698.227)
Empréstimos bancários		129.207.708	1.059.691.078		510.050.999	1.017.101.563
Empréstimos por obrigações:						
Obrigações Sonae / 97	-	-	-	74.819.686	-	-
Obrigações Sonae / 05	-	100.000.000	-	-	-	100.000.000
Obrigações Sonae 2006/2011	-	250.000.000	-	-	-	250.000.000
Obrigações Sonae 2007/2014	-	150.000.000	-	-	-	-
Obrigações Modelo Continente / 2003	-	82.000.000	-	-	-	82.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2004	-	100.000.000	-	-	-	100.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2005 / 2010	-	64.925.000	-	-	-	265.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2005 / 2012	-	150.000.000	-	-	-	150.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2007 / 2012	-	200.000.000	-	-	-	-
Obrigações Sonae Distribuição / 2007 / 2015	-	200.000.000	-	-	-	-
Obrigações Sonae Distribuição / 2007 / 2016	-	310.000.000	-	-	-	-
Obrigações Sonaecom / 2005	-	150.000.000	-	-	-	150.000.000
Custos de montagem de financiamentos		(12.074.291)	-	(42.394)	(10.020.068)	-
Empréstimos por obrigações		-	1.744.850.709		74.777.292	1.086.979.932
Outros empréstimos		36.229	276.330		21.707.821	7.369.965
Instrumentos derivados (Nota 28)		363.463	828.199		116.043	121.116
Outros empréstimos		399.692	1.104.529		21.823.864	7.491.081
Credores por locações financeiras (Nota 27)		8.709.711	23.470.674		9.279.339	31.124.322
		138.317.111	2.829.116.990		615.931.494	2.142.696.898

- a) Estes montantes encontram-se proporcionalizados de acordo com a percentagem de controlo atribuível ao Grupo;
b) Como garantia destes empréstimos foram constituídas hipotecas sobre os imóveis propriedade destas sociedades;
c) Como garantia destes empréstimos foram constituídos penhores sobre as ações do capital social das filiais;
d) Filiais cindidas por via da cisão da Sonae Capital.

A taxa de juro do financiamento da filial Optimus estava indexada à Euribor e é função da sua performance financeira, nomeadamente em relação ao rácio Dívida Líquida sobre EBITDA, tendo estes empréstimos sido utilizados ao abrigo da linha de financiamento BEI, sido reembolsados antecipadamente em Setembro de 2007.

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas é a Euribor a seis meses acrescida de um spread que pode variar entre 0,25% e 1,15%.

Os empréstimos bancários vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 28).

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	138.630.818	150.432.366	616.435.813	107.936.694
N+2	123.716.946	145.535.905	129.576.407	117.809.284
N+3	226.053.892	140.591.920	424.233.376	107.156.991
N+4	357.710.073	126.995.930	334.879.674	98.484.707
N+5	528.494.772	109.507.295	354.825.551	74.747.353
Após N+5	1.610.908.493	249.664.994	923.779.069	234.694.280
	<u>2.985.514.994</u>	<u>922.728.410</u>	<u>2.783.729.890</u>	<u>740.829.309</u>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, as linhas de crédito disponíveis são:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Retail	317.737.441	400.000.000	120.330.256	-
Centros Comerciais	88.870.955	-	65.620.774	-
Telecomunicações	9.611.398	95.000.000	29.599.377	195.541.800
Holding e outras	350.032.958	-	309.532.958	-
	<u>766.252.752</u>	<u>495.000.000</u>	<u>525.083.365</u>	<u>195.541.800</u>
Montantes de linhas contratadas				
Retail	401.572.344	400.000.000	283.870.074	-
Centros Comerciais	98.126.784	-	65.620.774	-
Telecomunicações	9.611.398	320.000.000	29.599.377	195.541.800
Holding e outras	350.032.958	-	350.032.958	-
	<u>859.343.484</u>	<u>720.000.000</u>	<u>729.123.183</u>	<u>195.541.800</u>

27. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	10.066.259	10.756.241	8.709.711	9.279.339
N+2	5.669.793	11.121.259	4.634.081	9.981.509
N+3	4.536.491	6.788.613	3.674.007	5.918.560
N+4	1.904.989	5.848.189	1.159.838	5.223.436
N+5	1.885.669	3.127.173	1.196.417	2.675.062
Após N+5	16.674.909	8.282.745	12.806.331	7.325.755
	<u>40.738.110</u>	<u>45.924.220</u>	<u>32.180.385</u>	<u>40.403.661</u>
Juros futuros	<u>(8.557.725)</u>	<u>(5.520.559)</u>		
	<u>32.180.385</u>	<u>40.403.661</u>		
Componente de curto prazo			8.709.711	9.279.339
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>23.470.674</u>	<u>31.124.322</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado, com excepção dos acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica.

Nas situações em que em que o Grupo, em resultado de tais acordos, tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 – “Determinar se um acordo contém uma locação”. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o valor líquido contabilístico dos bens objecto de locação financeira tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Bens objecto de locação financeira		
Terrenos e Edifícios	19.649.684	37.767.008
Equipamento Básico	19.740.577	8.471.749
Equipamento Transporte	-	38.026
Ferramentas e Utensílios	-	134.608
Equipamento Administrativo	5.617.268	9.866.148
Total de Imobilizado Corpóreo	45.007.529	56.277.539
Propriedades de Investimento	-	9.253.000
	45.007.529	65.530.539

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor do custo de aquisição das Imobilizações Corpóreas ascendia a 54.747.561 euros (69.066.878 euros em 31 de Dezembro de 2006).

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio e opções de compra e venda de divisas, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio, que não foram considerados de cobertura, calculados tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 281.123 euros, e no activo de 2.151.335 euros (116.043 euros e 49.458 euros em 31 de Dezembro de 2006). Do total registado no Activo, 2.149.364 euros referem-se a coberturas de taxa da câmbio negociadas em 2007 e efectuadas por via de "Non Deliverable Forwards" no montante de 230.039.050 reais no seguimento do compromisso assumido pela Sonae Sierra com o seu sócio no Brasil (DDR) de investir 300.000.000 reais até 2009.

Os contratos de derivados de taxa de câmbio do tipo “non-deliverable forward” (NDFs) encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliação efectuada pelas entidades bancárias com os quais esses NDF's foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a actualização para a data do balanço do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do período associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas directamente na demonstração de resultados na rubrica de Resultados financeiros.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2007, respeitam, fundamentalmente opções de taxa de juro (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de euros 1.302.514.561 (315.050.239 euros em 31 de Dezembro de 2006) cujo justo valor líquido ascendia a 8.344.227 euros (3.914.598 euros em 31 de Dezembro de 2006), sendo que esse valor se decompõe em 9.172.426 euros (4.035.714 euros em 31 de Dezembro de 2006) de derivados registados no activo e 828.199 euros (121.116 euros em 31 de Dezembro de 2006) de derivados registados no passivo. Em 31 de Dezembro de 2007, 82.340 euros do montante de derivados registados no passivo dizem respeito a derivados que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding (em 31 de Dezembro de 2006, todos os derivados eram considerados de cobertura).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black-Scholes” e suas variantes.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros derivados estão definidos na Nota 3.4.1.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo não tinha contratados instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de câmbio	2.151.335	49.458	281.123	116.043
Taxa de juro	-	-	82.340	-
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	-	-	-	-
Taxa de juro	9.172.426	4.035.714	828.199	121.116
Taxa de juro e taxa de câmbio	-	-	-	-
Outros derivados	-	-	-	-
	<u>11.323.761</u>	<u>4.085.172</u>	<u>1.109.322</u>	<u>237.159</u>

29. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Accionistas	24.107.894	45.174.320	39.583.455
Fornecedores de imobilizado	11.597.003	12.133.334	12.134.380
Outras dívidas a terceiros não correntes	<u>275.160.877</u>	<u>10.907.440</u>	<u>46.243.165</u>
Total de instrumentos financeiros	310.865.774	68.215.094	97.961.000
Acréscimos e diferimentos	<u>2.157.352</u>	<u>6.013.710</u>	<u>7.526.112</u>
Outros Passivos não correntes	<u>313.023.126</u>	<u>74.228.804</u>	<u>105.487.112</u>

A rubrica de Accionistas corresponde a valores de financiamento de accionistas em empresas participadas, fundamentalmente do segmento de Centros Comerciais. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

A rubrica de Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o valor de 263.059.508 euros referente ao justo valor das acções Sonae SGPS, SA abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 24.

Estima-se que os valores incluídos em Outros passivos não correntes sejam aproximadamente o seu justo valor.

30. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

O Grupo Sonae concedeu, em 2007 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. As sociedades do Grupo Sonae têm o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006 o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
<u>Ações</u>					
	2003	2006	-	-	1.092.254
	2004	2007	-	-	11.900.666
	2005	2008	422	8.956.701	10.292.929
	2006	2009	454	7.472.751	8.178.748
	2007	2010	489	7.856.374	-
				24.285.826	31.464.597
<u>Opções</u>					
	2003	2006	-	-	-
	2004	2007	-	-	-
	2005	2008	-	-	-
	2006	2009	-	-	-
	2007	2010	-	-	-
				-	-
<u>Total</u>				24.285.826	31.464.597

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Valor registado em custos com pessoal do exercício	12.906.145	14.685.014
Registado em exercícios anteriores	4.368.199	7.896.110
	<u>17.274.344</u>	<u>22.581.124</u>
Registado em outros passivos	<u>17.274.344</u>	<u>22.581.124</u>

O movimento ocorrido no período no número de opções em aberto foi o seguinte:

	31.Dezembro.2007
Em aberto no início	588.404
Atribuídas no período	-
Exercidas no período	(527.360)
Vencidas e não exercidas no período	(61.044)
Em aberto no fim	<u>-</u>

Apenas existem opções de compra de ações Sonaecom que podem ser resumidas como segue:

Ano de vencimento	2005	2006	2007	2008	Total
Exercíveis até	31.03.06	31.03.07	31.03.08	31.03.09	
Preço de exercício (definido na data de atribuição)	1,694 €	-	-	-	
Responsabilidade total	-	-	-	-	-
Responsabilidade registada	-	-	-	-	-
Número de opções em aberto	-	-	-	-	-
Número de opções exercidas até 31.12.2007	(527.360)	-	-	-	(527.360)
Número de opções vencidas mas não exercidas até 31.12.2007	(61.044)	-	-	-	(61.044)
Cotação média das opções exercidas até 31.12.2007	5,679 €				

31. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Retailho	578.539.741	576.701.678	1.811.064	26.999
Centros Comerciais	10.159.274	8.562.715	577.159	1.019.400
Telecomunicações	138.110.738	138.110.738	-	-
Holding e Outras	620.362	563.389	10.349	46.624
	727.430.115	723.938.520	2.398.572	1.093.023
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	261.373.263	260.183.379	1.189.885	-
	988.803.378	984.121.899	3.588.457	1.093.023
	31.Dezembro.2006 Pro-forma	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Retailho	473.059.798	472.239.498	738.306	81.994
Centros Comerciais	7.387.550	5.855.184	798.045	734.321
Telecomunicações	106.075.280	106.075.280	-	-
Holding e Outras	400.776	365.917	12.571	22.288
	586.923.404	584.535.879	1.548.922	838.603
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	163.451.851	160.862.158	2.589.693	-
	750.375.255	745.398.037	4.138.615	838.603
	31.Dezembro.2006	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Retailho	469.164.814	468.359.054	731.942	73.818
Centros Comerciais	6.961.989	5.651.118	584.379	726.492
Telecomunicações	105.648.256	105.648.256	-	-
Serviços	79.888.885	51.637.951	26.611.074	1.639.860
Holding e Outras	1.659.144	294.142	1.342.714	22.288
	663.323.088	631.590.521	29.270.109	2.462.458
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	166.431.648	161.847.841	4.360.660	223.147
	829.754.736	793.438.362	33.630.769	2.685.605

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do e que o efeito de actualização destes montantes não é material.

32. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2007	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de imobilizado	97.446.196	90.875.741	2.517.800	4.052.655
Outras dívidas	83.116.092	67.113.555	3.940.295	12.062.242
	180.562.288	157.989.296	6.458.095	16.114.897
Empresas participadas e participantes	30.616.400			
	211.178.688			
	31.Dezembro.2006 Pro-forma	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de imobilizado	117.211.312	110.190.495	4.960.249	2.060.568
Outras dívidas	58.100.949	44.720.035	3.560.729	9.820.185
	175.312.261	154.910.530	8.520.978	11.880.753
Empresas participadas e participantes	46.412.924			
	221.725.185			
	31.Dezembro.2006	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de imobilizado	117.671.933	101.329.789	6.785.887	9.556.257
Outras dívidas	72.435.771	52.544.297	7.414.121	12.477.353
	190.107.704	153.874.086	14.200.008	22.033.610
Empresas participadas e participantes	8.742.299			
	198.850.003			

A rubrica Outras dividas inclui:

- 12.263.128 euros relativos a descontos atribuidos, no âmbito do projecto de fidelização "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 6.085.151 euros (7.331.133 euros a 31 de Dezembro de 2006) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 7.944.600 euros (aproximadamente 3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a montantes a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade e que se encontravam totalmente provisionados (Nota 34);
- 10.508.492 Euros relativo ao compromisso assumido com a liquidação financeira do instrumento derivado contratado sobre acções Sonae, SGPS, SA (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de imobilizado e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

33. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Acréscimos relativos a propriedades de investimento	50.739.687	10.099.852	10.099.852
Custos com o pessoal	103.767.265	90.421.806	101.953.829
Encargos financeiros a liquidar	33.975.996	19.094.741	19.120.931
Facturação a emitir por operadores (a)	67.830.234	42.801.468	42.812.640
Comissões a agentes	7.922.541	10.526.114	10.255.583
Publicidade e propaganda	27.152.426	10.723.832	10.723.832
Outros fornecimentos e serviços externos	49.632.490	28.308.413	32.380.739
Receitas antecipadas de clientes (a)	9.802.707	7.128.502	15.293.328
Rendas fixas debitadas antecipadamente	5.260.081	4.494.235	4.597.545
Subsídios	424.961	320.641	668.395
Tráfego por consumir	17.237.818	18.324.662	18.324.662
Outros	47.363.909	39.307.988	49.864.797
	<u>421.110.115</u>	<u>281.552.254</u>	<u>316.096.133</u>

a) Fundamentalmente do segmento Telecomunicações.

34. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1.Janeiro.2007	Aumentos	Diminuições	Cisão	Variações de perímetro	Saldo em 31.Dezembro.2007
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 15)	11.817.808	20.663.277	(3.659.227)	(28.720.051)	(75.493)	26.314
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 16)	991.815	170.125	(69.529)	(790.840)	-	301.571
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 18)	87.481.138	9.438.959	(10.366.016)	(7.589.772)	7.021.031	85.985.340
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 19)	10.634.714	21.741.496	(452.344)	(23.532.708)	859.350	9.250.508
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 17)	25.098.215	7.995.583	(2.242.798)	(7.350.716)	1.259.147	24.759.431
Provisões não correntes	63.234.735	10.885.777	(13.124.031)	(20.494.949)	67.482.694	107.984.226
Provisões correntes	2.464.091	33.595	(1.210.260)	(1.321.793)	2.329.824	2.295.457
	<u>201.722.516</u>	<u>70.928.812</u>	<u>(31.124.205)</u>	<u>(89.800.829)</u>	<u>78.876.553</u>	<u>230.602.847</u>

Rubricas	Saldo em 1.Janeiro.2006	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.Dezembro.2006
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 15)	11.571.901	1.236.297	(990.390)	11.817.808
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 16)	5.017.722	536.382	(4.562.289)	991.815
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 18)	96.067.713	7.974.076	(16.560.651)	87.481.138
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 19)	14.238.511	1.148.875	(4.752.672)	10.634.714
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 17)	25.230.922	9.459.929	(9.592.636)	25.098.215
Provisões não correntes	54.477.919	20.222.825	(11.466.009)	63.234.735
Provisões correntes	2.284.983	564.261	(385.153)	2.464.091
	<u>208.889.671</u>	<u>41.142.645</u>	<u>(48.309.800)</u>	<u>201.722.516</u>

As variações de perimetro das perdas por imparidade e das provisões relativas a 2007 podem ser analisadas como segue:

	31.Dezembro.2007
Alienação de empresas	(3.643.177)
Aquisições de empresas	20.969.918
Inclusão na consolidação da Sonae RE	61.137.164
Outros	412.648
	<u>78.876.553</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Provisões e perdas de imparidade	17.460.444	27.956.063
Perdas de imparidade não reflectidas nesta nota		
Diferenças de consolidação (Nota 14)	(3.659.303)	(10.259.764)
Imobilizado corpóreo (Nota 11)	(160.940)	(2.071.830)
Provisão para perdas em investimentos (b)	23.333.402	1.120.000
Provisão para um saldo a receber relacionado com investimentos (Nota 9) (b)	19.794.479	-
Provisão para desmantelamento de sites de telecomunicações (a)	3.857.160	12.222.080
Provisão para imparidade em existências		
Registada em custo das vendas (Nota 17)	7.995.583	8.776.348
Registada em variação de produção	-	683.581
Outros	2.307.987	2.716.167
	<u>70.928.812</u>	<u>41.142.645</u>

(a) Estes custos são capitalizados em imobilizado corpóreo e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens;

(b) Os montantes relativos a 31 de Dezembro de 2007 foram registados por contrapartida da dedução da mais valia obtida com a alienação dos investimentos financeiros.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Provisão técnicas de resseguros	61.137.164	-
Responsabilidades futuras relativas a filiais do segmento		
Retalho no Brasil alienadas	14.628.032	21.978.393
Desmantelamento de sites	18.888.140	15.105.140
Processos judiciais em curso	2.749.949	9.508.036
Garantias a clientes	-	4.468.711
Outros	12.876.398	14.638.546
	<u>110.279.683</u>	<u>65.698.826</u>

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial do Grupo cuja actividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposta por 5.650.956 euros relativos a provisões para prémios não adquiridos e 55.486.208 euros relativos a provisões para sinistros declarados.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

35. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	92.198.572	59.497.367
por processos judiciais em curso	1.907.032	4.648.827
por processos autárquicos em curso	11.687.093	17.678.401
Outras	71.897.604	126.839.733

O valor de "Outras" inclui as seguintes garantias:

- em 31 de Dezembro de 2006 estavam incluídos 29.731.051 euros como garantias prestadas a clientes relativas a contratos de construção de filiais que foram cindidas;
- 23.861.474 euros (33.330.121 euros em 31 de Dezembro de 2006) para garantir parte da dívida de filiais da Sonae Sierra relacionadas com compra, venda e permuta de Terrenos;
- 35.800.646 euros (8.083.055 euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a pedidos de reembolso de IVA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007, uma filial no Brasil do segmento distribuição prestou uma garantia no montante aproximado de 25 milhões de euros (65.570.000 reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda.

Na sequência da alienação de uma filial no Brasil o Grupo garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de Dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de Euros. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, ascende a um montante de aproximadamente 24 milhões de Euros. Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 80 milhões de Euros para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução não resultarão perdas para aquela antiga filial de montante superior aos referidos 40 milhões de Euros.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

36. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, ascenderam a 91.675.182 euros e 89.962.701 euros, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o Grupo tinha celebrado fundamentalmente no Segmento Centros Comerciais, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	839.808	672.397
N+1	114.508.782	76.861.855
N+2	106.284.524	67.850.637
N+3	90.730.915	60.098.966
N+4	78.048.090	44.393.267
N+5	61.710.768	32.000.450
Após N+5	50.619.065	7.788.646
	<u>502.741.952</u>	<u>289.666.218</u>

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 foi reconhecido como custo do período o montante de 50.768.053 euros (21.689.433 euros em 31 de Dezembro de 2006) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	18.031.480	8.145.900
N+1	32.647.680	12.736.548
N+2	28.034.530	10.797.480
N+3	23.737.448	8.899.894
N+4	21.166.777	5.306.161
N+5	14.225.551	3.095.073
Após N+5	64.903.797	6.925.345
	<u>202.747.263</u>	<u>55.906.401</u>

A variação apresentada é parcialmente justificada pelo efeito de aquisição da filial Continente Hipermercados, SA (ex - Carrefour) de 85 milhões de euros.

37. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos períodos de 2007 e de 2006 foram como segue:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Vendas de mercadorias	3.291.036.605	14.561.133	3.305.597.738	3.018.307.010	26.517.115	3.044.824.125
Vendas de produtos	18.868.127	103.843.271	122.711.398	20.735.378	171.463.297	192.198.675
	<u>3.309.904.732</u>	<u>118.404.404</u>	<u>3.428.309.136</u>	<u>3.039.042.388</u>	<u>197.980.412</u>	<u>3.237.022.800</u>
Prestações de serviços	1.107.627.200	91.788.824	1.199.416.024	997.890.455	148.889.481	1.146.779.936
Vendas e prestações de serviços	<u>4.417.531.932</u>	<u>210.193.228</u>	<u>4.627.725.160</u>	<u>4.036.932.843</u>	<u>346.869.893</u>	<u>4.383.802.736</u>

38. VARIAÇÃO DE VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O detalhe da variação de valor das propriedades de investimento nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é o seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Propriedades que estavam em construção e foram concluídas durante o período (Nota 13)	28.272.805	-	28.272.805	5420980	-	5.420.980
Gastos subsequentes em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Variação de justo valor de propriedades de investimento (Nota 13) em exploração						
Ganhos	137.884.592	(2.387)	137.882.205	128.590.194	1.543.711	130.133.905
Perdas	(13.743.420)	(3.000)	(13.746.420)	(5.593.579)	-	(5.593.579)
	<u>152.413.977</u>	<u>(5.387)</u>	<u>152.408.590</u>	<u>128.417.595</u>	<u>1.543.711</u>	<u>129.961.306</u>

39. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Proveitos suplementares	289.713.481	1.383.320	291.096.801	253.315.590	2.669.242	255.984.832
Trabalhos para a própria empresa	20.295.997	93.705.148	114.001.145	14.148.398	114.410.171	128.558.569
Reversão de perdas de imparidade	2.983.458	378.509	3.361.967	7.356.563	5.457.416	12.813.979
Ganhos na alienação de activos	11.863.888	907.343	12.771.231	2.811.567	3.378.426	6.189.993
Direitos de ingresso	3.916.290	-	3.916.290	5.830.606	-	5.830.606
Subsídios	190.430	262.896	453.326	1.990.435	682.162	2.672.597
Restituição de impostos	526.881	40	526.921	65.388	174.107	239.495
Outros	8.691.603	2.231.245	10.922.848	6.788.608	3.802.959	10.591.567
	<u>338.182.028</u>	<u>98.868.501</u>	<u>437.050.529</u>	<u>292.307.155</u>	<u>130.574.483</u>	<u>422.881.638</u>

A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, comparticipadas pelos parceiros do Grupo.

40. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Subcontratos	421.066.411	153.802.750	574.869.161	364.228.532	187.483.320	551.711.852
Trabalhos especializados	97.423.046	7.977.579	105.400.625	102.378.410	11.415.659	113.794.069
Publicidade e propaganda	130.621.494	924.753	131.546.247	111.403.873	2.162.186	113.566.059
Rendas e alugueres	79.165.604	3.196.621	82.362.225	71.991.263	6.227.750	78.219.013
Comissões	54.206.486	1.389.541	55.596.027	56.883.845	1.834.196	58.718.041
Transportes de mercadorias	36.907.002	4.742.998	41.650.000	32.013.061	9.237.270	41.250.331
Electricidade	42.233.287	3.580.823	45.814.110	33.877.980	5.511.894	39.389.874
Conservação e reparação	26.996.394	3.673.327	30.669.721	25.215.726	5.830.476	31.046.202
Vigilância e segurança	19.383.267	949.960	20.333.227	18.878.689	1.391.765	20.270.454
Limpeza, higiene e conforto	18.313.917	(5.008.332)	13.305.585	17.108.919	(10.516.575)	6.592.344
Seguros	8.839.295	2.238.058	11.077.353	4.705.081	3.131.729	7.836.810
Deslocações e estadas	6.803.919	1.342.133	8.146.052	6.058.428	3.298.768	9.357.196
Outros	68.792.960	10.698.695	79.491.655	59.077.004	15.810.225	74.887.229
	<u>1.010.753.082</u>	<u>189.508.906</u>	<u>1.200.261.988</u>	<u>903.820.811</u>	<u>242.818.663</u>	<u>1.146.639.474</u>

41. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Remunerações	409.404.068	49.795.264	459.199.332	370.958.965	79.100.906	450.059.871
Encargos sobre remunerações	78.224.445	8.495.703	86.720.148	71.259.772	18.980.782	90.240.554
Seguros	8.810.172	743.824	9.553.996	8.295.944	1.323.480	9.619.424
Custos com acção social	1.665.640	493.086	2.158.726	1.826.865	730.239	2.557.104
Outros custos com pessoal	10.676.003	1.502.521	12.178.524	14.337.221	3.833.771	18.170.992
	508.780.328	61.030.398	569.810.726	466.678.767	103.969.178	570.647.945

42. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Custos com terminais pagamento automático	20.086.989	76.185	20.163.174	19.332.663	115.245	19.447.908
Outros impostos	16.457.814	2.907.911	19.365.725	12.930.822	6.077.944	19.008.766
Redução de valor de propriedades de investimento	858.180	-	858.180	11.605.863	-	11.605.863
Perdas na alienação de activos	5.856.736	1.671.886	7.528.622	4.736.318	1.875.947	6.612.265
Imposto municipal sobre imóveis	5.528.027	902.819	6.430.846	5.174.236	1.205.569	6.379.805
Donativos	6.161.226	31.371	6.192.597	5.641.085	40.148	5.681.233
Dividas incobráveis	939.768	71.348	1.011.116	2.596.243	771.162	3.367.405
Outros	20.676.105	1.545.100	22.221.205	12.846.686	3.179.381	16.026.067
	76.564.845	7.206.620	83.771.465	74.863.916	13.265.396	88.129.312

43. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos períodos de 2007 e de 2006 têm a seguinte composição:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Custos e perdas:						
Juros suportados						
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(49.571.979)	(2.836.773)	(52.408.752)	(39.464.107)	(5.227.020)	(44.691.127)
relativos a obrigações não convertíveis	(74.014.087)	(101.556)	(74.115.643)	(44.520.519)	-	(44.520.519)
relativos a contratos de locação financeira	(1.829.875)	(238.441)	(2.068.316)	(755.711)	(992.276)	(1.747.987)
relativos a derivados de cobertura	(195.730)	-	(195.730)	-	-	-
outros	(15.848.694)	(170.501)	(16.019.195)	(8.238.966)	1.692.413	(6.546.553)
	(141.460.365)	(3.347.271)	(144.807.636)	(92.979.303)	(4.526.883)	(97.506.186)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.547.299)	(17.607)	(3.564.906)	(3.450.159)	(215.302)	(3.665.461)
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	(65.712)	(65.712)	-	(912.474)	(912.474)
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados	(131.724)	-	(131.724)	(158.085)	-	(158.085)
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	(26.630)	-	(26.630)	(127.060)	-	(127.060)
Encargos de emissão de dívida	(13.931.761)	-	(13.931.761)	(6.615.716)	-	(6.615.716)
Outros	(8.659.230)	(1.791.831)	(10.451.061)	(15.599.630)	(2.525.616)	(18.125.246)
	(167.757.009)	(5.222.421)	(172.979.430)	(118.929.953)	(8.180.275)	(127.110.228)
Proveitos e ganhos						
Juros obtidos						
relativos a depósitos bancários	16.741.157	228.435	16.969.592	7.160.232	222.884	7.383.116
relativos a empréstimos com empresas relacionadas	-	-	-	-	-	-
outros	26.847.460	(4.541.671)	22.305.789	13.621.528	(647.415)	12.974.113
	43.588.617	(4.313.236)	39.275.381	20.781.760	(424.531)	20.357.229
Diferenças de câmbio favoráveis	3.126.618	237.891	3.364.509	3.869.153	306.968	4.176.121
Descontos de pronto pagamento obtidos	180.204	68.265	248.469	104.979	61.071	166.050
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados	5.024.376	-	5.024.376	527.130	-	527.130
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	134.091	-	134.091	-	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	579.686	159.789	739.475	1.660.218	689.427	2.349.645
	52.633.592	(3.847.291)	48.786.301	26.943.240	632.935	27.576.175
Resultados financeiros	(115.123.417)	(9.069.712)	(124.193.129)	(91.986.713)	(7.547.340)	(99.534.053)

44. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos períodos de 2007 e de 2006 têm a seguinte composição:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Dividendos	43.670	1.494.405	1.538.075	290.534	1.506.469	1.797.003
Alienação de acções Sonaecom	27.478.036	-	27.478.036	-	-	-
Alienação da Safira	-	2.493.061	2.493.061	-	-	-
Alienação parcial do Loureshopping	3.117.745	-	3.117.745	-	-	-
Roll Up da Sonaecom	-	-	-	58.775.803	-	58.775.803
Alienação da Retailbox BV	-	-	-	-	26.494.202	26.494.202
Alienação parcial da Sonae Sierra Brazil	-	-	-	-	19.377.866	19.377.866
Alienação da Hospimob	-	-	-	12.334.800	-	12.334.800
Outros	4.489.708	(4.929.571)	(439.863)	15.040.411	(488.325)	14.552.086
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	35.085.489	(2.436.510)	32.648.979	86.151.014	45.383.743	131.534.757
Alienação parcial da ba Vidro	-	8.744.475	8.744.475	-	3.222.401	3.222.401
Alienação da PT	2.473.445	-	2.473.445	-	-	-
Alienação da Despegar	3.017.071	-	3.017.071	-	-	-
Outras	1.385.974	(1.116.857)	269.117	92.821	-	92.821
Resultados obtidos na alienação de investimentos em activos disponíveis para venda	6.876.490	7.627.618	14.504.108	92.821	3.222.401	3.315.222
Imparidade de investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-
Imparidade de investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-
Imparidade de investimentos em activos disponíveis para venda	(170.125)	(40.000)	(210.125)	-	(1.120.000)	(1.120.000)
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(170.125)	(40.000)	(210.125)	-	(1.120.000)	(1.120.000)
	41.835.524	6.645.513	48.481.037	86.534.369	48.992.613	135.526.982

A rubrica Resultados obtidos na alienação de investimentos em activos disponíveis para venda inclui 14.035.569 euros relativos a ganhos na valorização dos investimentos alienados, os quais se encontravam registados na rubrica de reservas de justo valor (4.695.689 euros em 31 de Dezembro de 2006).

45. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 são detalhados como segue:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Imposto corrente	21.340.773	4.682.497	26.023.270	21.388.382	4.873.656	26.262.038
Imposto diferido (Nota 22)	5.727.644	(4.975.626)	752.018	37.196.391	1.498.966	38.695.357
	27.068.417	(293.129)	26.775.288	58.584.773	6.372.622	64.957.395

Em impostos diferidos está incluído em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o valor de 2.342.342 euros e 1.182.646 euros, respectivamente, referente a crédito de imposto retido no exercício em resultado do recebimento dos rendimentos das unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário.

A reconciliação do resultado antes de imposto do período para o imposto de período para o período findo a 31 de Dezembro de 2006 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
	Actividades continuadas	Actividades continuadas
Resultado antes de impostos	383.489.370	403.635.472
Resultado antes de impostos das descontinuadas	(8.705.925)	(51.404.582)
	374.783.445	352.230.890
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(36.783.591)	14.447.688
Resultados relativos a empresas associadas	(2.165.145)	(5.883.747)
Imparidade de diferenças de consolidação	2.376.313	10.142.472
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	3.299.661	(9.031.031)
Diferenças permanentes	57.443.431	46.426.810
Lucro tributável	398.954.114	408.333.082
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(149.678.825)	(260.771.608)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	32.110.942	127.724.733
	281.386.231	275.286.207
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	27,50%
	70.346.558	75.703.707
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(1.267.036)	2.686.170
Efeito de alteração de taxa no cálculo de impostos diferidos	(3.401.152)	(9.361.565)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(44.244.371)	(10.925.024)
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	(1.651.621)	(445.740)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	908.938	927.225
Derrama	6.377.101	-
Imposto sobre o rendimento	27.068.417	58.584.773

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM OS RESULTADOS INDIVIDUAIS

A reconciliação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Resultados líquidos individuais agregados	1.404.968.827	(54.434.145)	1.350.534.682	1.147.427.008	10.771.598	1.158.198.606
Proporcionalização do resultado	(486.508.666)	-	(486.508.666)	(473.709.920)	-	(473.709.920)
Homogeneização de critérios	18.739.755	894.414	19.634.169	(14.219.483)	(622.540)	(14.842.023)
Eliminação de dividendos intra-grupo	(243.058.926)	(6.648.996)	(249.707.922)	(315.770.003)	(7.876.185)	(323.646.188)
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	(442.012.268)	(3.046.970)	(445.059.238)	(68.137.587)	34.078.967	(34.058.620)
Eliminação de provisões intra-grupo	43.440.006	(5.404.834)	38.035.172	(28.442.000)	(187.328)	(28.629.328)
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	61.098.132	72.745.166	133.843.298	54.685.594	1.725.306	56.410.900
Outros	(8.951.832)	4.894.419	(4.057.413)	(8.187.492)	7.142.142	(1.045.350)
Resultado consolidado do período	347.715.028	8.999.054	356.714.082	293.646.117	45.031.960	338.678.077

47. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços				Compras e serviços recebidos			
	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006		31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	51.597.575	55.970.999	48.374.387	51.194.421	57.574	57.574	91.234	91.234
Empresas controladas conjuntamente	14.784.888	30.058.485	15.406.503	38.400.576	16.643.191	17.587.580	14.994.543	16.393.633
Empresas associadas	1.650.391	1.738.332	1.544.769	2.247.248	20.135.541	21.762.420	17.951.698	20.205.910
Entidades parceiras e accionistas	10.321.256	36.114.271	9.730.346	67.419.596	31.729.593	11.930.393	29.511.733	16.269.190
	78.354.110	123.882.087	75.056.005	159.261.841	68.565.899	51.337.967	62.549.208	52.959.967

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2007

Transacções	Juros auferidos				Juros suportados			
	31. Dezembro.2007		31. Dezembro.2006		31. Dezembro.2007		31. Dezembro.2006	
	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Total acumulado
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	-	-	-	-	-	-	100.146	419.113
Empresas controladas conjuntamente	541.120	541.120	4.568	4.568	1.171.081	1.229.175	893.863	971.631
Empresas associadas	-	3.863	9.074	27.698	-	-	-	-
Entidades parceiras e accionistas	8.959.572	45.950	1.735.157	-	3.645.888	2.994.997	4.708.986	2.501.884
	<u>9.500.692</u>	<u>590.933</u>	<u>1.748.799</u>	<u>32.266</u>	<u>4.816.969</u>	<u>4.224.172</u>	<u>5.702.995</u>	<u>3.892.628</u>

Saldos	Contas a receber			Contas a pagar		
	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006 Pro-forma	31. Dezembro.2006	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006 Pro-forma	31. Dezembro.2006
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	11.915.663	12.844.655	14.552.845	18.659	153.280	153.280
Empresas controladas conjuntamente	2.744.092	1.732.753	7.957.621	5.300.970	4.556.527	5.773.297
Empresas associadas	1.856.039	8.556.355	1.717.859	2.231.505	2.127.689	2.240.411
Entidades parceiras e accionistas	5.787.280	10.151.917	11.244.638	28.092.208	27.134.306	13.826.646
	<u>22.303.074</u>	<u>33.285.680</u>	<u>35.472.963</u>	<u>35.643.342</u>	<u>33.971.802</u>	<u>21.993.634</u>

Saldos	Empréstimos					
	Obtidos			Concedidos		
	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006 Pro-forma	31. Dezembro.2006	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006 Pro-forma	31. Dezembro.2006
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	-	12.750.000	12.750.000	-	-	6.402.717
Empresas controladas conjuntamente	-	-	1.179.061	63.427	72.035	72.035
Empresas associadas	-	-	-	-	-	8.432.023
Entidades parceiras e accionistas	44.297.395	72.886.149	31.346.566	15.475	88.451.818	-
	<u>44.297.395</u>	<u>85.636.149</u>	<u>45.275.627</u>	<u>78.902</u>	<u>88.523.853</u>	<u>14.906.775</u>

Na rubrica Entidades parceiras e accionistas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Industria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS SA (no que se refere apenas às actividades continuadas e aos saldos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 - Pro-forma) assim como outros accionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pelo Grupo Sonae, e outras filiais da empresa mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas em todas as sociedades do Grupo, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, tem a seguinte composição:

	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006
Remuneração fixa	2.593.931	2.333.550
Remuneração variável (1)	8.986.033	2.357.350
	<u>11.579.964</u>	<u>4.690.900</u>

(1) Em 2007 inclui pagamentos antecipados não recorrentes dos planos de remuneração diferida baseados em acções a: Presidente do Conselho de Administração 2.160.467 euros, Presidente da Comissão Executiva 1.075.828 euros e a outro membro da Comissão Executiva 1.242.689 euros, relativos a mudanças nas suas funções executivas dentro do Grupo Sonae desde 3 de Maio de 2007.

Em 2007, a remuneração dos Administradores Executivos da Sonae reflecte as decisões tomadas em 2007, no que respeita ao pagamento antecipado dos Planos de Prémio de Desempenho Diferido, em aberto, de Belmiro de Azevedo (na Sonae), Paulo Azevedo (na Sonaecom) e Ângelo Paupério (na Sonae Distribuição), como resultado da alteração das suas funções executivas no Grupo Sonae, a partir de 3 de Maio de 2007. Esta decisão de pagamento antecipado, realizada por motivos legais e fiscais associadas à transferência de planos em aberto entre empresas, foram tomadas após discussão com a Comissão de Nomeação e Remuneração, e após aprovação por parte da Comissão de Vencimentos das respectivas empresas. Cada "empresa antiga" (empresa em que cada um deixou de desempenhar funções executivas) pagou os Planos de Prémio de Desempenho Diferido, em dinheiro, aos 3 Administradores Executivos, avaliando os respectivos planos à data da sua transferência. A cada indivíduo foi pedido o reinvestimento do valor recebido, líquido de imposto, a título individual, em acções das "novas empresas" (empresas em que cada um passou a desempenhar funções executivas).

Estas acções estão sujeitas a um período de diferimento até que o período dos Planos de Prémio de Desempenho Diferido originais terminem. Estas decisões fizeram com que estes 3 Administradores Executivos tivessem recebido, em 2007, quantias relativas aos seus Planos de Prémio de Desempenho Diferido no total de 7.375.286 euros, equivalente a um total de 2.896.302 euros de pagamentos recorrentes, e 4.478.984 euros de pagamentos antecipados, os quais antecipam e eliminam as responsabilidades de pagamento dos próximos 3 anos.

As remunerações atribuídas em 2007 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica das principais sociedades do Grupo Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA) totalizaram 12.599.050 euros (8.522.676 euros em 2006), repartidas entre 5.736.256 euros (4.625.460 euros em 2006) de remuneração fixa e 6.862.794 euros (3.897.216 euros em 2006) de prémios de desempenho.

48. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, excluindo o efeito das actividades em descontinuação, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Resultados						
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	275.784.823	8.259.215	284.044.038	211.937.865	29.884.368	241.822.233
Efeito das acções potenciais	-	-	-	-	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	275.784.823	8.259.215	284.044.038	211.937.865	29.884.368	241.822.233
Numero de acções						
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.866.824.215	1.866.824.215	1.866.824.215	1.866.382.294	1.866.382.294	1.866.382.294
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-	-	-	-	-
Número médio ponderado de acções para efeito de calculo do resultado líquido por acção diluído	1.866.824.215	1.866.824.215	1.866.824.215	1.866.382.294	1.866.382.294	1.866.382.294
Resultado por acção (básico e diluído)	0,147729	0,004424	0,152154	0,113555	0,016012	0,129567

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae, SGPS, SA, pelo que não existe diluição dos resultados. O número médio de acções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 considera 132.800.000 acções como acções próprias (Nota 24).

49. RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 podem ser analisadas como segue:

	Recebimentos a 31.Dezembro.2007			Recebimentos a 31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Alienação das acções PT	108.461.473	-	108.461.473	-	-	-
Alienação de acções Sonaecom	23.150.000	-	23.150.000	-	-	-
Alienação da Agloma Investments	15.454.999	-	15.454.999	-	-	-
Alienação da Safira	-	5.000.000	5.000.000	-	-	-
Alienação de 50% do Loureshopping	14.991.339	-	14.991.339	-	-	-
Alienação da Eirles Three Junior Notes	-	-	-	30.317.580	-	30.317.580
Alienação da Hospimob - Imobiliária, SA	-	-	-	21.034.800	-	21.034.800
Alienação de 50% da Sierra Brasil Bv	-	-	-	15.584.082	-	15.584.082
Alienação da Retailbox BV	-	-	-	27.471.591	-	27.471.591
Alienação de 17% da Sonae Sierra em 2005	-	-	-	226.260.029	-	226.260.029
Alienação parcial da Barbaridade Glass	-	12.056.590	12.056.590	-	4.472.044	4.472.044
Alienação da Sonae Turismo à Sonae Capital	-	-	-	91.795.896	(91.795.896)	-
Alienação da SC Insurance	-	-	-	37.500.000	(37.500.000)	-
Efeito da alienação de outras empresas às actividades descontinuadas	13.775.115	(13.775.115)	-	-	-	-
Outros	40.377.404	2.300.709	42.678.113	54.799.834	2.500.672	57.300.506
	216.210.330	5.582.184	221.792.514	504.763.812	(122.323.180)	382.440.632

	Pagamentos a 31.Dezembro.2007			Pagamentos a 31.Dezembro.2006		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Aquisição da Continente Hipermercados	612.370.755	-	612.370.755	-	-	-
Aquisição do segmento seguros adquiridos à Capital	70.052.475	-	70.052.475	-	-	-
Aquisição de 50% do Arrabidashopping	24.529.683	-	24.529.683	-	-	-
Aquisição de 50% do Gaiashopping	27.040.663	-	27.040.663	-	-	-
Aquisição da Cape Technologies	18.569.144	-	18.569.144	-	-	-
Aquisição da DMJB	-	22.000.000	22.000.000	-	-	-
Aquisição da Arbiword	-	9.986.500	9.986.500	-	-	-
Aquisição da Tele 2	14.506.136	-	14.506.136	-	-	-
Aquisição da Riverplz	11.610.461	-	11.610.461	-	-	-
Aquisição da Craiova	16.016.566	-	16.016.566	-	-	-
Aumento de capital na Imoponte e Imosede	29.711.577	-	29.711.577	-	13.525.000	13.525.000
Aquisição da Hospimob - Imobiliária, SA	-	-	-	8.700.000	-	8.700.000
Aquisição de acções Modelo Continente	-	-	-	505.641.299	-	505.641.299
Aquisição de acções PT	-	-	-	105.988.029	-	105.988.029
Aquisição de acções Sonaecom	-	-	-	34.372.300	-	34.372.300
Aquisição da Equador à Sonae Turismo	-	-	-	9.343.416	(9.343.416)	-
Outros	57.462.727	3.045.956	60.508.683	45.682.166	(20.925.460)	24.756.706
	<u>881.870.187</u>	<u>35.032.456</u>	<u>916.902.643</u>	<u>709.727.210</u>	<u>(16.743.876)</u>	<u>692.983.334</u>

50. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 3 de Maio de 2007 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,03 euros por acção (0,025 euros por acção em 2006) correspondendo a um valor total de 55.997.442,84 euros (46.650.596,35 euros em 2006).

Relativamente ao exercício de 2007, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,03 euros por acção correspondendo a um valor total de 60.000.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral.

51. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foram identificados como segmentos primários os seguintes negócios:

- Retalho
- Centros Comerciais
- Telecomunicações
- Serviços (maioritariamente descontinuadas em 2007 em sequência da cisão da Sonae Capital)
- Holding e Outras

Os segmentos geográficos (representando os segmentos secundários) identificados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

- Portugal
- Espanha
- França
- Inglaterra
- Alemanha
- Resto da Europa
- Brasil
- Resto do Mundo

Os contributos dos principais segmentos de negócio para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2007						
	Retailho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Actividades Continuadas
Proveitos operacionais						
Vendas	3.238.944.890	-	70.959.842	-	-	3.309.904.732
Prestações de serviços	137.012.505	149.049.030	806.004.412	19.233.624	(3.672.371)	1.107.627.200
Variação valor propriedades de investimento	-	161.323.099	-	-	(8.909.122)	152.413.977
Outros proveitos operacionais	297.525.755	19.757.391	22.081.493	1.395.794	(2.578.405)	338.182.028
	3.673.483.150	330.129.520	899.045.747	20.629.418	(15.159.898)	4.908.127.937
Proveitos intersegmentos	31.296.630	2.345.281	8.226.797	(3.077.552)	(38.791.156)	-
	3.704.779.780	332.474.801	907.272.544	17.551.866	(53.951.054)	4.908.127.937
Cash-flow operacional (EBITDA)	302.215.705	231.659.035	171.126.395	(5.394.446)	(13.192.112)	686.414.577
Amortizações e depreciações	87.177.693	1.014.849	138.757.031	437.589	810.452	228.197.614
Provisões e perdas por imparidade	1.737.549	1.551.796	9.634.719	3.348	2.366.818	15.294.230
Resultados operacionais (EBIT)	214.011.002	230.190.112	23.197.641	(5.835.382)	(15.657.180)	445.906.193
Resultados financeiros	(34.416.395)	(24.783.308)	(27.274.567)	(29.753.695)	1.104.548	(115.123.417)
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	-	2.165.145	2.165.145
Resultados relativos a investimentos	326.663	8.615.338	5.387.986	81.030.844	(53.525.307)	41.835.524
Resultado antes de impostos	179.921.270	214.022.142	1.311.060	45.441.767	(65.912.794)	374.783.445
Imposto sobre o rendimento	(7.655.557)	(57.818.912)	36.635.014	(1.446.305)	3.217.343	(27.068.417)
Resultado Líquido	172.265.713	156.203.230	37.946.074	43.995.462	(62.695.451)	347.715.028
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe						275.784.823
- atribuível a interesses minoritários						71.930.205

31.Dezembro.2006						
	Retailho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Actividades Continuadas
Proveitos operacionais						
Vendas	2.959.537.003	-	79.505.385	-	-	3.039.042.388
Prestações de serviços	126.994.517	132.548.296	724.944.282	13.403.314	46	997.890.455
Variação valor propriedades de investimento	-	128.417.595	-	-	-	128.417.595
Outros proveitos operacionais	249.679.062	20.346.825	20.353.361	1.458.243	469.664	292.307.155
	3.336.210.582	281.312.716	824.803.028	14.861.557	469.710	4.457.657.593
Proveitos intersegmentos	28.763.966	2.257.046	26.681.483	2.931.944	(60.634.439)	-
	3.364.974.548	283.569.762	851.484.511	17.793.501	(60.164.729)	4.457.657.593
Cash-flow operacional (EBITDA)	253.531.120	188.269.324	146.161.267	(1.611.203)	(1.391.863)	584.958.645
Amortizações e depreciações	79.807.896	1.410.784	135.671.316	635.391	(91.556)	217.433.831
Provisões e perdas por imparidade	1.753.010	1.272.404	10.073.531	-	9.982.943	23.081.888
Resultados operacionais (EBIT)	178.158.229	186.258.738	912.367	(2.246.596)	(11.283.251)	351.799.487
Resultados financeiros	(18.780.975)	(21.841.050)	(26.111.015)	(23.610.173)	(1.643.500)	(91.986.713)
Resultados relativos a empresas associadas	-	9.843	-	-	5.873.904	5.883.747
Resultados relativos a investimentos	12.057.873	188.041	350.833	(20.218.823)	94.156.445	86.534.369
Resultado antes de impostos	171.435.127	164.615.572	(24.847.815)	(46.075.592)	87.103.598	352.230.890
Imposto sobre o rendimento	(10.041.701)	(42.830.424)	(5.261.299)	(686.955)	235.606	(58.584.773)
Resultado Líquido	161.393.426	121.785.148	(30.109.114)	(46.762.547)	87.339.204	293.646.117
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe						211.937.865
- atribuível a interesses minoritários						81.708.252

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2007

31.Dezembro.2007

	Retailo	Centros Comerciais	Telecomunicações	Serviços	Holding e Outras	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Total Acumulado
Proveitos operacionais							
Vendas	3.238.716.184	-	70.768.384	113.611.608	5.212.960		3.428.309.136
Prestações de serviços	135.818.958	148.168.873	805.204.646	94.950.944	18.944.973	(3.672.370)	1.199.416.024
Variação valor propriedades de investimento	-	161.317.713	-	-	-	(8.909.123)	152.408.590
Outros proveitos operacionais	276.351.717	18.407.145	22.124.087	122.144.933	601.053	(2.578.406)	437.050.529
	3.650.886.859	327.893.731	898.097.117	330.707.485	24.758.986	(15.159.899)	5.217.184.279
Proveitos intersegmentos	53.892.921	4.581.070	9.175.426	4.397.265	14.789.448	(86.836.130)	-
	3.704.779.780	332.474.801	907.272.543	335.104.750	39.548.434	(101.996.029)	5.217.184.279
Cash-flow operacional (EBITDA)	302.215.705	231.659.035	171.126.395	18.858.087	(4.712.912)	(13.616.504)	705.529.806
Amortizações e depreciações	87.177.693	1.014.849	138.757.031	6.461.804	1.479.345	61.408	234.952.130
Provisões e perdas por imparidade	1.737.549	1.551.796	9.634.719	864.618	3.348	3.668.414	17.460.444
Resultados operacionais (EBIT)	214.011.002	230.190.112	23.197.641	11.928.174	(5.414.042)	(17.415.689)	456.497.198
Resultados financeiros	(34.416.395)	(24.783.308)	(27.274.567)	(8.939.303)	(29.777.723)	998.167	(124.193.129)
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	-	-	2.704.264	2.704.264
Resultados relativos a investimentos	(4.650.171)	8.615.338	5.387.986	12.917.603	98.120.757	(71.910.476)	48.481.037
Resultado antes de impostos	174.944.436	214.022.142	1.311.060	15.906.474	62.928.992	(85.623.734)	383.489.370
Imposto sobre o rendimento	(7.655.557)	(57.818.912)	36.635.014	326.479	(1.635.518)	3.373.206	(26.775.288)
Resultado Líquido	167.288.879	156.203.230	37.946.074	16.232.953	61.293.474	(82.250.528)	356.714.082
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe							284.044.038
- atribuível a interesses minoritários							72.670.044

31.Dezembro.2006

	Retailo	Centros Comerciais	Telecomunicações	Serviços	Holding e Outras	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Total Acumulado
Proveitos operacionais							
Vendas	2.959.484.816	-	79.043.855	188.429.113	10.065.016	-	3.237.022.800
Prestações de serviços	124.349.516	136.861.526	733.907.666	150.592.423	1.068.805	-	1.146.779.936
Variação valor propriedades de investimento	-	129.961.306	-	-	-	-	129.961.306
Outros proveitos operacionais	218.660.336	17.810.803	31.220.350	160.483.594	1.445.186	(6.738.631)	422.881.638
	3.302.494.668	284.633.635	844.171.872	499.505.130	12.579.007	(6.738.631)	4.936.645.680
Proveitos intersegmentos	62.479.926	5.719.644	7.312.639	13.181.625	929.416	(89.623.251)	-
	3.364.974.595	290.353.280	851.484.511	512.686.755	13.508.423	(96.361.882)	4.936.645.680
Cash-flow operacional (EBITDA)	253.531.120	192.095.113	146.161.267	18.172.498	(7.368.908)	(3.456.101)	599.134.989
Amortizações e depreciações	(79.807.896)	(1.429.868)	(135.671.316)	(9.093.591)	(1.597.131)	824.352	(226.775.450)
Provisões e perdas por imparidade	(1.753.010)	(1.472.256)	(10.073.531)	(4.283.630)	(114.468)	(10.259.168)	(27.956.063)
Resultados operacionais (EBIT)	178.158.229	189.916.570	912.367	10.201.713	(9.076.448)	(12.894.974)	357.217.455
Resultados financeiros	(18.780.975)	(21.789.780)	(26.111.015)	(5.580.636)	(25.529.250)	(1.742.396)	(99.534.053)
Resultados relativos a empresas associadas	-	9.843	-	-	-	10.415.245	10.425.088
Resultados relativos a investimentos	12.507.873	6.945.218	28.441.607	2.219.287	2.748.653	82.664.343	135.526.982
Resultado antes de impostos	171.885.127	175.081.851	3.242.958	6.840.364	(31.857.045)	78.442.217	403.635.472
Imposto sobre o rendimento	(10.041.701)	(43.491.333)	(5.261.299)	(6.133.598)	(52.831)	23.366	(64.957.395)
Resultado Líquido	161.843.426	131.590.518	(2.018.341)	706.766	(31.909.876)	78.465.583	338.678.077
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe							241.822.233
- atribuível a interesses minoritários							96.855.844

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2007

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Balanços consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2007						
	Retailho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras (2)	Ajustamentos de consolidação	Consolidado
Imobilizado						
Incorpóreo	154.559.265	3.553.684	192.416.571	118.561	(2.979.937)	347.668.144
Corpóreo	1.608.893.564	1.176.095	533.165.965	1.391.131	9.643.011	2.154.269.766
Propriedades de investimento	-	2.062.673.604	-	-	(544.678)	2.062.128.926
Diferenças de consolidação ¹	-	-	-	-	740.938.670	740.938.670
Investimentos	43.887.151	20.359.968	7.102.202	22.861.867	(8.607.391)	85.603.797
Activos por impostos diferidos	22.286.220	12.212.701	101.118.096	37.213	(48.561)	135.605.669
Outros activos	694.482.746	77.482.995	320.676.431	78.948.664	(18.115.098)	1.153.475.738
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	125.062.227	34.994.583	83.851.612	101.744.777	818.178	346.471.377
Total do activo	2.649.171.173	2.212.453.630	1.238.330.877	205.102.213	721.104.194	7.026.162.087
Passivos não correntes						
Empréstimos	1.106.503.697	836.262.512	391.596.174	497.000.804	(2.246.197)	2.829.116.990
Passivos por impostos diferidos	32.365.890	299.080.440	284.402	2.416.071	73.109	334.219.912
Outros passivos não correntes	28.981.199	32.739.640	30.393.470	328.573.323	319.720	421.007.352
Passivos correntes						
Empréstimos	90.935.924	38.433.460	2.550.499	6.411.526	(14.298)	138.317.111
Outros passivos correntes	1.115.553.998	149.590.790	396.728.752	35.201.242	(11.555.512)	1.685.519.270
Total do passivo	2.374.340.708	1.356.106.842	821.553.297	869.602.966	(13.423.178)	5.408.180.635
Investimento total	800.086.030	411.103.512	235.657.425	124.438.780	-	1.571.285.747
Dívida Bruta	1.197.439.621	874.695.972	394.146.673	503.412.330	(2.260.495)	2.967.434.101
Dívida Líquida	1.072.377.395	839.706.865	310.295.061	401.667.553	(3.084.150)	2.620.962.724
31.Dezembro.2006 Pro-forma						
	Retailho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras (2)	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Pro-forma
Imobilizado						
Incorpóreo	149.164.530	3.898.736	183.128.579	179.794	(16.454.471)	319.917.168
Corpóreo	1.229.588.393	877.259	494.771.214	14.486.910	(404.857)	1.739.318.919
Propriedades de investimento	-	1.522.237.384	-	-	(510.601)	1.521.726.783
Diferenças de consolidação ¹	-	-	-	-	214.882.710	214.882.710
Investimentos	56.106.456	10.048.247	112.712.411	5.580.186	(3.655.800)	180.791.500
Activos por impostos diferidos	23.413.248	13.657.457	61.786.653	46.356	(878.451)	98.025.263
Outros activos	519.251.478	108.644.667	250.159.826	66.664.855	(39.788.295)	904.932.531
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	392.676.510	109.714.339	126.766.719	139.996.102	(91.142.908)	678.010.762
Total do activo	2.370.200.615	1.769.078.089	1.229.325.402	226.954.203	62.047.327	5.657.605.636
Passivos não correntes						
Empréstimos	601.531.168	620.655.759	462.215.429	351.800.553	(203.613)	2.035.999.296
Passivos por impostos diferidos	32.788.293	234.199.737	-	89.213	55.612	267.132.855
Outros passivos não correntes	34.980.193	46.691.951	24.621.312	3.944.851	6.803.421	117.041.728
Passivos correntes						
Empréstimos	167.863.379	21.873.536	-	343.664.079	1.778.344	535.179.338
Outros passivos correntes	850.778.495	93.912.979	323.529.397	193.920.865	(142.999.926)	1.319.141.810
Total do passivo	1.687.941.528	1.017.333.962	810.366.138	893.419.561	(134.566.162)	4.274.495.027
Investimento total	248.225.392	96.210.892	253.810.858	102.063.521	-	700.310.663
Dívida Bruta	769.394.547	642.529.295	463.998.957	695.464.633	(208.798)	2.571.178.634
Dívida Líquida	376.718.037	532.814.957	337.232.239	555.463.071	90.939.568	1.893.167.872

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2007

31.Dezembro.2006

	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Serviços	Holding e Outras (2)	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Total Acumulado
Imobilizado							
Incorpóreo	149.164.530	3.898.736	183.128.579	1.692.559	87.552	(16.454.471)	321.517.485
Corpóreo	1.229.588.393	877.259	494.771.214	272.917.217	77.751.742	(1.329.928)	2.074.575.897
Propriedades de investimento	-	1.522.237.384	-	-	-	(2.026.125)	1.520.211.259
Diferenças de consolidação ¹	-	-	-	-	-	250.842.655	250.842.655
Investimentos	56.106.456	10.021.115	112.712.411	122.445.833	1.035.290	(37.673.308)	264.647.797
Activos por impostos diferidos	23.413.248	13.657.457	61.786.653	3.908.399	8.808	(7.156)	102.767.409
Outros activos	519.251.478	108.644.666	250.159.826	333.476.092	91.860.203	(212.821.112)	1.090.571.153
Caixa, Equivalentes de Caixa e Invest. Correntes	392.676.510	109.714.339	126.766.719	28.334.380	132.240.352	(93.995.000)	695.737.300
Total do activo	2.370.200.615	1.769.050.956	1.229.325.402	762.774.480	302.983.947	(113.464.445)	6.320.870.955
Passivos não correntes							
Empréstimos	601.531.168	620.655.759	462.215.429	91.073.464	367.424.693	(203.615)	2.142.696.898
Passivos por impostos diferidos	32.788.293	234.199.737	-	5.012.714	-	55.628	272.056.372
Outros passivos não correntes	34.980.193	46.691.951	24.621.313	81.972.987	2.976.525	(22.521.122)	168.721.847
Passivos correntes							
Empréstimos	167.863.379	21.873.536	1.783.529	38.525.298	385.890.938	(5.186)	615.931.494
Outros passivos correntes	850.778.495	93.912.978	321.745.867	225.053.325	210.437.408	(275.163.704)	1.426.764.369
Total do passivo	1.687.941.528	1.017.333.961	810.366.138	441.637.788	966.729.564	(297.837.999)	4.626.170.980
Investimento total	249.446.804	96.264.501	253.878.947	72.316.634	115.495.527	-	787.402.413
Dívida Bruta	769.394.547	642.529.295	463.998.958	129.598.762	753.315.631	(208.801)	2.758.628.392
Dívida Líquida	376.718.037	532.814.956	337.232.239	101.264.382	621.075.279	93.786.199	2.062.891.092

1) A alocação das diferenças de consolidação pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006 Pro-forma	31.Dezembro.2006
Retalho	616.586.709	115.121.877	115.121.467
Centros Comerciais	80.985.759	62.927.595	64.781.973
Telecomunicações	32.086.988	21.660.228	21.660.229
Serviços	-	-	40.247.059
Holding e Outras	11.279.214	15.173.010	9.031.927
Total	740.938.670	214.882.710	250.842.655

2) O endividamento líquido da "Holding e Outras" pode ser analisado como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Recursos		
Dívida ao mercado	503.412.330	753.315.631
Disponibilidades	(101.744.777)	(132.240.352)
Endividamento Bancário Líquido	401.667.553	621.075.279
Modelo Continente	-	-
Sonae Sierra	-	55.894.440
SonaeCom	-	90.000.000
Outros	5.723	-
Operações de Tesouraria Obtidas	5.723	145.894.440
Total de Recursos	401.673.276	766.969.719
Aplicações		
Sonae Capital	-	40.208.280
Outros	1.943.295	34.916
Suprimentos Concedidos	1.943.295	40.243.196

O Investimentos técnico da "Holding e Outras" em 31 de Dezembro de 2007 inclui 123.469.359 euros do Segmento da Sonae Capital anterior à cisão.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2007

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Fluxos de Caixa consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 podem ser analisados como segue:

31.Dezembro.2007					
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras	Consolidado Actividades Continuadas
Actividades operacionais	315.594.529	56.027.387	127.702.160	(3.850.566)	495.473.510
Actividades de investimento	(818.584.672)	(327.825.662)	(58.431.702)	69.865.521	(1.134.976.515)
Actividades de financiamento	291.280.496	160.998.992	(131.032.550)	(47.200.300)	274.046.638
Variação de caixa e equivalentes	(211.709.647)	(110.799.283)	(61.762.092)	18.814.655	(365.456.367)

31.Dezembro.2006					
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Holding e Outras	Consolidado Actividades Continuadas
Actividades operacionais	305.464.631	54.018.916	116.480.177	(10.185.977)	465.777.747
Actividades de investimento	(219.839.798)	(30.666.004)	(190.641.718)	(182.094.582)	(623.242.102)
Actividades de financiamento	(45.884.716)	13.068.274	(20.124.872)	(42.195.282)	(95.136.596)
Variação de caixa e equivalentes	39.740.117	36.421.186	(94.286.413)	(234.475.841)	(252.600.951)

31.Dezembro.2007						
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Serviços	Holding e Outras	Consolidado Total Acumulado
Actividades operacionais	336.247.887	57.320.142	145.444.653	(13.046.436)	(8.304.090)	517.662.156
Actividades de investimento	(826.850.091)	(326.526.133)	(58.652.280)	(96.038.286)	211.554.572	(1.096.512.218)
Actividades de financiamento	303.187.681	160.971.979	(132.688.800)	(69.475.534)	(23.943.759)	238.051.567
Variação de caixa e equivalentes	(187.414.523)	(108.234.012)	(45.896.427)	(178.560.256)	179.306.723	(340.798.495)

31.Dezembro.2006						
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Serviços	Holding e Outras	Consolidado Total Acumulado
Actividades operacionais	334.783.336	59.527.671	121.464.834	(58.380.665)	(3.775.077)	453.620.099
Actividades de investimento	(195.275.861)	(42.060.234)	(190.132.484)	(25.254.849)	(274.838.412)	(727.561.840)
Actividades de financiamento	(34.437.451)	12.564.215	(20.129.240)	45.785.029	25.375.630	29.158.183
Variação de caixa e equivalentes	105.070.024	30.031.652	(88.796.890)	(37.850.485)	(253.237.859)	(244.783.558)

As vendas e prestações de serviços e o resultado operacional por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2007				31.Dezembro.2006			
	Vendas e prestações de serviços		Resultado operacional		Vendas e prestações de serviços		Resultado operacional	
	Actividades Continuadas	Total acumulado	Actividades Continuadas	Total acumulado	Actividades Continuadas	Total acumulado	Actividades Continuadas	Total acumulado
Portugal	4.262.857.644	4.378.916.324	358.576.910	362.310.424	3.896.392.038	4.060.117.760	308.008.291	312.324.861
Espanha	47.765.909	58.401.633	24.203.293	24.266.961	50.181.092	74.177.106	40.109.355	39.693.640
França	20.259.131	71.278.479	-	6.250.198	25.149.246	100.149.878	-	(1.506.020)
Inglaterra	10.107.463	12.183.366	(1.488.504)	(1.490.883)	13.055.360	23.238.789	(526)	754.842
Alemanha	9.355.127	10.762.297	14.899.716	14.899.716	5.346.467	8.305.615	(11.984.083)	(12.435.911)
Brasil	17.151.739	18.727.233	28.666.270	28.663.857	11.797.527	19.783.189	9.471.348	13.743.585
Resto da Europa	39.718.469	65.845.657	20.989.067	20.947.350	29.372.659	78.334.934	6.195.102	5.440.856
Resto do Mundo	10.316.450	11.610.171	59.441	649.575	5.638.454	19.695.465	-	(798.398)
	<u>4.417.531.932</u>	<u>4.627.725.160</u>	<u>445.906.193</u>	<u>456.497.198</u>	<u>4.036.932.843</u>	<u>4.383.802.736</u>	<u>351.799.487</u>	<u>357.217.455</u>

Adicionalmente apresenta-se em seguida os contributos para o total do activo e passivo por segmento geográfico:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006 Pro-forma		31.Dezembro.2006	
	Total do Activo	Total do Passivo	Total do Activo	Total do Passivo	Total do Activo	Total do Passivo
Portugal	5.938.198.834	4.759.081.893	4.934.391.689	3.800.190.390	5.589.025.949	4.078.011.547
Espanha	485.190.338	336.685.859	440.122.217	297.848.863	452.693.020	307.023.363
França	-	-	-	-	4.604.307	50.980.743
Inglaterra	4.060.999	2.875.664	8.803	5.191	4.856.540	43.999
Alemanha	209.739.846	140.508.256	75.319.097	46.481.727	66.717.020	46.481.473
Brasil	183.525.327	48.626.837	147.412.637	52.001.208	149.057.111	52.252.415
Resto da Europa	205.458.776	120.356.708	60.351.193	77.967.648	60.351.195	77.967.647
Resto do Mundo	(12.033)	45.418	-	-	(6.434.187)	13.409.793
	7.026.162.087	5.408.180.635	5.657.605.636	4.274.495.027	6.320.870.955	4.626.170.980

Os colaboradores do Grupo podem ser analisados como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Distribuição	23.273	21.329
Centros Comerciais	761	660
Telecomunicações	2.054	1.940
Sonae Capital	-	6.296
Holding e Outras	163	161
	26.251	30.386

52. COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais deverão ser cumpridos até ao final do período daquela licença, 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonae com Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito, sendo que à data, 64 milhões de Euros foram realizados em exercícios anteriores, e já validados por aquelas entidades e o remanescente se encontra em fase de avaliação, ou ainda por realizar. Estes encargos vão sendo registados à medida em que os respectivos projectos são realizados.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas que serão efectuadas através de um Fundo aberto, designado Fundo para a Sociedade de Informação, a ser constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. As contribuições no âmbito deste projecto serão registadas no imobilizado incorpóreo como um custo adicional da licença de UMTS, pelo seu valor actual, e serão amortizadas linearmente no período remanescente de tal licença. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, está dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e ditará a eventual necessidade de revisão das condições actuais do projecto para um novo modelo de contribuições a determinar decorridos pelo menos 12 meses desde o início do mesmo.

Assim, tendo em consideração que: (i) o acima referido Fundo ainda não se encontrar constituído, pelo que não se concretizaram quaisquer fluxos financeiros com o mesmo; (ii) o contrato que estabelece as condições específicas de execução do projecto "Iniciativas E" ainda não se encontrar assinado; (iii) a responsabilidade a reconhecer depender de acontecimentos futuros incertos, que não estão sob o controlo da Empresa, associados à incerteza, à data, quanto ao sucesso e nível de adesões às várias iniciativas e logo quanto ao valor actual da responsabilidade total a ser reconhecida; e (iv) no caso de as adesões serem insuficientes, as condições do actual contrato poderem ser revistas para um novo modelo de contribuições (a partir dos 12 meses decorridos após o início do mesmo) podendo o mesmo revestir a natureza de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade (conforme projectos referidos no parágrafo acima), não sendo portanto possível prever e quantificar o correspondente impacto nas demonstrações financeiras; o Conselho de Administração considera não estarem disponíveis os eleme

a Empresa, até 31 de Dezembro de 2007, reconheceu apenas no imobilizado incorpóreo a responsabilidade relativa às adesões já ocorridas a qual ascende a, aproximadamente, 2,1 milhões de Euros (Nota 12).

Também por acordo entre o MOPTC, a Optimus e os restantes operadores móveis se esclareceu e extinguiu, de forma definitiva e integral, o compromisso dos três operadores relativo à aquisição de direitos de utilização de frequências UMTS correspondentes à licença da ONIWAY – Infocomunicações, S.A, cabendo à Optimus a obrigação de contribuir, financeiramente, com o montante de 8.313.298,28 Euros para a constituição do Fundo para a Sociedade de Informação (Nota 12). No entanto, esse compromisso encontra-se garantido pelos accionistas da Oniway à data.

53. COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A ALIENAÇÃO RELATIVOS A REVISÕES DE PREÇO

No âmbito da alienação de 49,9% das acções da SIERRA Holdings BV a um grupo de Investidores, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas acções no caso de ocorrer uma alienação de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV. Essa alienação pode tomar a forma de venda do activo ou venda das acções da sociedade que, directa ou indirectamente, detém o activo. A revisão de preço será devida caso essa alienação tenha lugar a um preço inferior ao Valor de Mercado do Activo ou NAV ("Net Asset Value") das acções da sociedade detentora do activo ("diferencial de preço").

A revisão de preço corresponderá no máximo ao potencial imposto sobre as mais valias que se gerariam se, em vez da contribuição ou venda das acções da sociedade detentora do activo à SIERRA Holdings BV, tivesse sido feita contribuição ou venda desse activo.

Em qualquer dos casos, a revisão de preço será afectada pela percentagem de detenção da sociedade detentora do activo pelos Investidores e está limitada a:

- (i) no caso de venda de activos, ao valor máximo de 119.341.000 Euros (59.670.500 Euros apropriável pela Sonae, SGPS, S.A.);
- (ii) no caso de venda das acções da sociedade que directa ou indirectamente detém o activo, ao valor máximo de 59.670.000 Euros (29.835.000 Euros apropriável pela Sonae, SGPS, S.A.); a revisão de preço só terá lugar caso o diferencial de preço não possa ser imputado a outro factor que não impostos diferidos;
- (iii) em qualquer dos casos, da revisão de preço efectuada não poderá resultar um novo preço que seja superior ao Valor de Mercado do activo ou do NAV ("Net Asset Value") conforme se trate, respectivamente, de uma transacção do activo ou de acções.

Estas garantias são válidas durante o período em que se mantenham os actuais acordos com os restantes accionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do activo ou das acções em causa antes deste ou daquelas serem oferecidos a terceiros.

É entendimento do Grupo, que a venda directa do activo não é atractiva por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efectuar através da alienação de acções da sociedade que detém o activo.

54. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de Fevereiro de 2008, a Sonaecom comunicou um plano de investimentos a 3 anos, no montante de 240 milhões de euros, no desenvolvimento de uma Rede de Nova Geração, com o objectivo de construir a mais avançada rede de telecomunicações em Portugal.

Em 3 de Março de 2008 a Sonae, SGPS, SA informa que o administrador Luiz Felipe Lampreia renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração desta sociedade.

55. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Março de 2008. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro de Azevedo

Álvaro Cuervo Garcia

Belmiro de Azevedo (em representação de Luiz Lampreia)

Michel Marie Bom

José Neves Adelino

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	6	94.573	103.640
Investimentos	7	2.567.941.218	3.072.592.917
Outros activos não correntes	8	1.086.871.182	813.344.492
Total de activos não correntes		<u>3.654.906.973</u>	<u>3.886.041.049</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	9	1.392.495	790.914
Outras dívidas de terceiros	10	93.347.279	78.136.738
Estado e outros entes públicos	11	2.066.250	1.206.759
Outros activos correntes	12	521.229	858.220
Investimentos	13	242.719	-
Caixa e equivalentes de caixa	14	88.356.998	130.514.092
Total de activos correntes		<u>185.926.970</u>	<u>211.506.723</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>3.840.833.943</u></u>	<u><u>4.097.547.772</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	15	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções Próprias	16	-	(138.044.363)
Reservas legais	17	160.880.817	157.623.915
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	18	1.155.390.776	1.206.326.830
Resultado transitados		322.737	322.737
Resultado líquido do exercício		16.503.135	65.138.044
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>3.333.097.465</u>	<u>3.291.367.163</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	19.1	497.000.804	347.187.348
Total de passivos não correntes		<u>497.000.804</u>	<u>347.187.348</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	19.2	1.660.856	260.500.000
Empréstimos obrigacionistas - parcela de curto prazo	19.3	-	74.777.291
Fornecedores		476.418	300.191
Outras dívidas a terceiros	20	47.534	112.760.596
Estado e outros entes públicos	21	1.588.469	457.862
Outros passivos correntes	22	6.962.397	10.197.321
Total de passivos correntes		<u>10.735.674</u>	<u>458.993.261</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>3.840.833.943</u></u>	<u><u>4.097.547.772</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	4º Trimestre 2007 (Não auditado)	31.Dezembro.2007	4º Trimestre 2006 (Não auditado)	31.Dezembro.2006
Proveitos operacionais:					
Prestações de serviços	26	1.204.944	2.305.141	792.491	1.800.067
Outros proveitos operacionais	27	47.569	409.235	39.743	75.160.036
Total de proveitos operacionais		<u>1.252.513</u>	<u>2.714.376</u>	<u>832.234</u>	<u>76.960.103</u>
Custos operacionais					
Fornecimentos e serviços externos	28	(1.083.146)	(3.694.440)	(632.043)	(2.417.267)
Custos com o pessoal	29	(2.467.378)	(6.642.538)	(1.142.971)	(5.023.800)
Amortizações e depreciações	6	(23.556)	(91.112)	(67.476)	(263.138)
Outros custos operacionais	30	(72.624)	(621.927)	(107.033)	(572.760)
Total de custos operacionais		<u>(3.646.704)</u>	<u>(11.050.017)</u>	<u>(1.949.523)</u>	<u>(8.276.965)</u>
Resultados operacionais		<u>(2.394.191)</u>	<u>(8.335.641)</u>	<u>(1.117.289)</u>	<u>68.683.138</u>
Custos e perdas financeiras	31	(9.188.666)	(41.745.792)	(8.437.464)	(27.917.079)
Proveitos e ganhos financeiros	31	17.978.224	71.696.285	10.907.632	36.121.077
Resultados relativos a investimentos	32	(2.156.000)	(4.848.835)	(93.836.154)	(11.736.143)
Resultado antes de impostos		<u>4.239.367</u>	<u>16.766.017</u>	<u>(92.483.275)</u>	<u>65.150.993</u>
Imposto sobre o rendimento	33	(262.878)	(262.882)	(12.948)	(12.949)
Resultado líquido do período		<u><u>3.976.489</u></u>	<u><u>16.503.135</u></u>	<u><u>(92.496.223)</u></u>	<u><u>65.138.044</u></u>
Resultados por acção					
Básico	34	0,002074	0,008761	(0,049554)	0,034901
Diluído	34	<u>0,002074</u>	<u>0,008761</u>	<u>(0,049554)</u>	<u>0,034901</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração



SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Reserva de Justo valor	Reserva de Cobertura	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		2.000.000.000	(138.044.363)	152.721.161	207.618.055	-	619.704.280	322.737	98.055.074	2.940.376.944
Aplicação do resultado de 2005:										
Transferência para reserva legal	17	-	-	4.902.754	-	-	-	-	(4.902.754)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(46.650.596)	(46.650.596)
Transferência para resultados transitados e reservas livres		-	-	-	-	-	46.501.724	-	(46.501.724)	-
(Aquisição)/Alienação de acções próprias		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	236.199.318	-	-	-	-	236.199.318
Transferência para resultados		-	-	-	100.075.852	-	-	-	-	100.075.852
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2006		-	-	-	-	-	-	-	65.138.044	65.138.044
Outros		-	-	-	(3.772.399)	-	-	-	-	(3.772.399)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		<u>2.000.000.000</u>	<u>(138.044.363)</u>	<u>157.623.915</u>	<u>540.120.826</u>	<u>-</u>	<u>666.206.004</u>	<u>322.737</u>	<u>65.138.044</u>	<u>3.291.367.163</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		2.000.000.000	(138.044.363)	157.623.915	540.120.826	-	666.206.004	322.737	65.138.044	3.291.367.163
Aplicação do resultado de 2006:										
Transferência para reserva legal	17	-	-	3.256.902	-	-	-	-	(3.256.902)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(55.997.443)	(55.997.443)
Transferência para resultados transitados e reservas livres		-	-	-	-	-	5.883.699	-	(5.883.699)	-
(Aquisição)/Alienação de acções próprias	16	-	138.044.363	-	-	-	135.248.516	-	-	273.292.879
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto		-	-	-	-	162.774	-	-	-	162.774
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	111.465.823	-	-	-	-	111.465.823
Transferência para resultados	32	-	-	-	78.941.388	-	-	-	-	78.941.388
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2007		-	-	-	-	-	-	-	16.503.135	16.503.135
Cisão Sonae Capital, SGPS, SA	7.1	-	-	-	-	-	(382.638.254)	-	-	(382.638.254)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		<u>2.000.000.000</u>	<u>-</u>	<u>160.880.817</u>	<u>730.528.037</u>	<u>162.774</u>	<u>424.699.965</u>	<u>322.737</u>	<u>16.503.135</u>	<u>3.333.097.465</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.710.885	2.216.687
Pagamentos a fornecedores		(3.536.358)	(2.530.287)
Pagamentos ao pessoal		(7.309.718)	(5.790.809)
Fluxos gerados pelas operações		(9.135.191)	(6.104.409)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(872.442)	(730.625)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(24.211)	(878.296)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(10.031.844)	(7.713.330)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	35	248.076.285	525.936.694
Imobilizações corpóreas		1.140	1.631
Dividendos	32	76.848.426	53.613.493
Juros e proveitos similares		60.135.420	21.677.087
Outros		400.000	4.290.000
Empréstimos concedidos		2.835.208.146	988.078.416
		3.220.669.417	1.593.597.321
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	35	(20.000.500)	(133.974.216)
Imobilizações corpóreas		(90.053)	(21.662)
Empréstimos concedidos		(3.112.236.085)	(1.352.931.637)
		(3.132.326.638)	(1.486.927.515)
Fluxos das actividades de investimento (2)		88.342.779	106.669.806
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		5.234.410.085	3.775.886.617
Venda de acções (quotas) próprias	16	273.398.877	-
Outros		150.000	-
		5.507.958.962	3.775.886.617
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(5.533.225.184)	(3.866.811.052)
Juros e custos similares		(40.764.345)	(28.287.641)
Dividendos	37	(55.992.318)	(46.648.391)
Aquisição de acções próprias	16	(106.000)	-
		(5.630.087.847)	(3.941.747.084)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(122.128.885)	(165.860.467)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(43.817.950)	(66.903.991)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	130.514.092	197.418.083
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	86.696.142	130.514.092

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Empresa" ou "Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedade Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2007 tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com o IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar".

Durante o exercício de 2007, foi aplicada pela primeira vez a IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros - Divulgações de informações" cuja aplicação é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007 e as correspondentes alterações ao IAS 1- "Apresentação das Demonstrações Financeiras". O impacto da aplicação destas normas resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados na Empresa.

Adicionalmente e a partir de 1 de Janeiro de 2007 entraram em vigor quatro Interpretações: a IFRIC 7-"Adopção do método de reexpressão de acordo com o IAS 29 - Reporte Financeiro em Economias Hiperinflacionárias"; IFRIC 8 - "Âmbito do IFRS 2"; IFRIC 9 - "Reavaliação dos Derivados Embutidos"; e IFRIC 10 - "Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidade". A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.6).

A 31 de Dezembro de 2007 tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, as quais por não serem de aplicação obrigatória durante este exercício, não foram objecto de aplicação antecipada:

Revisão do IAS 23 - "Custos de empréstimos obtidos"; Revisão do IAS 1 – "Apresentação de demonstrações financeiras: Uma apresentação revista"; IFRS 8 - " Segmentos operacionais", IFRIC 14: IAS 19 – "The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction"; IFRIC 13 - "Customer Loyalty Programmes"; IFRIC 11 IFRS 2 - "Group and Treasury Share Transactions" e IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements". Da aplicação destas normas e interpretações não resultarão efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007, não tinham ainda sido aprovadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações: Revisão do IAS 23, Revisão do IAS 1, IFRIC 12, IFRIC 13 e IFRIC 14.

2.2 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração de resultados.

2.3 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço conforme identificado na Nota 4 .

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Os investimentos em partes de capital em filiais e associadas são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto periodo de tempo. São classificados no balanço como Investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados nas rubricas de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esses activos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura.
- Transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para as rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Empresa pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em Outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

j) Método da taxa de juro efectiva

O método da taxa de juro efectiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e para efectuar a alocação de proveitos ou custos com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

l) Imparidade

Os activos financeiros, excepto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada balanço para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os activos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objectiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos activos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afectados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do activo.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias que não sejam cotadas e, consequentemente mensurados pelo seu custo de aquisição líquido de imparidade (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efectuada com base na estimativa de justo valor dos activos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa (algumas delas cotadas).

Tal estimativa é efectuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Os resultados das avaliações das participações financeiras nas diversas sub-holdings da Empresa são objecto de aprovação anual pelas Comissões Executivas de cada sub-holding e da própria Sonae, SGPS, SA.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com excepção de activos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objectivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a activos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do activo é reconhecido em capitais próprios.

2.7 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos seus sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. O custo com essa responsabilidade é registado em Custos com o pessoal por contrapartida de Outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

O Departamento de Finanças da Sonae SGPS é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada Sub-Holding na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível da Sub-Holding, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae SGPS é uma Holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portefólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae SGPS poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua actividade de gestor de portefólio (venda participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e acções, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae SGPS cumpre rigorosamente os seguinte princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham, no mínimo, uma notação de crédito BBB da Moody's e/ou Baa2 da Standard & Poor's ou equivalente, sendo esta informação fornecida através de sistemas de informação de mercado independentes;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros em instrumentos que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efectuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Excepções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae SGPS não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contraparte externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e as notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelo Departamento de Finanças da Sonae SGPS, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae SGPS está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa selecção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de *rating*.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a Subsidiárias faz parte da actividade normal da Holding.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae SGPS tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de Dezembro de 2007, o total da dívida bruta era de 498 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2006 era de 682 milhões de euros).

O objectivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae SGPS tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua actividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas actividades, a Sonae SGPS necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção, de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas; em 31 de Dezembro de 2007 a maturidade média da dívida da Sonae SGPS era de aproximadamente 4,7 anos (em 31 de Dezembro de 2006 era de 3,3 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respectivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae SGPS uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de Dezembro de 2007, o montante de empréstimos com vencimento em 2008 era de 1,6 milhões de euros e em 31 de Dezembro de 2007 a Sonae SGPS tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 286 milhões de euros (246 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006), das quais apenas 11% são anuláveis com pré-aviso inferiores a 6 meses sendo as restantes anuláveis com pelo menos 360 dias de antecedência. Adicionalmente a Sonae SGPS possuía em 31 de Dezembro uma reserva de caixa e equivalentes de caixa de 88 milhões de euros (131 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006). Face ao anteriormente exposto a Sonae SGPS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae SGPS está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas do balanço (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae SGPS encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae SGPS minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objectivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae SGPS conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas actividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A actividade de cobertura da Sonae SGPS, não é considerada como uma actividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objectivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

-

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae SGPS privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae SGPS, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae SGPS utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades e outros, de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transacções deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

3.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae SGPS (contas individuais) em 31 de Dezembro de 2007 seriam superiores/inferiores em cerca de 4,9 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2006 seriam superiores/inferiores em cerca de 1,2 milhões de euros). O impacto em capital próprio resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é irrelevante em 2007 e 2006.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efectuada a gestão do risco cambial com o objectivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transacções realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae SGPS cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae SGPS, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de translação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros, embora ao nível das subsidiárias, particularmente da Sonae Sierra, exista o risco de taxa de câmbio de translação, que é a gerido a esse nível.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efectuados geralmente tendo em conta objectivos estratégicos, uma vez que a empresa não transacciona activamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 7.

4. Classes de instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Activos Financeiros

		31.Dezembro.2007					
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Activos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Subtotal	Activos fora do ambito do IFRS 7
Activos não correntes							
Investimentos em empresas do grupo e associadas	7.1	-	2.567.891.338	-	-	2.567.891.338	-
Outros investimentos disponíveis para venda	7.2	-	49.880	-	-	49.880	-
Outros activos não correntes	8	1.086.871.182	-	-	-	1.086.871.182	-
		1.086.871.182	2.567.941.218	-	-	3.654.812.400	-
Activos correntes							
Clientes	9	1.392.495	-	-	-	1.392.495	-
Outros devedores	10	93.347.279	-	-	-	93.347.279	-
Investimentos	13	-	-	-	242.719	242.719	-
Caixa e equivalentes de caixa	14	88.356.998	-	-	-	88.356.998	-
		183.096.772	-	-	242.719	183.339.491	-
		1.269.967.954	2.567.941.218	-	242.719	3.838.151.891	-

		31.Dezembro.2006					
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Activos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Subtotal	Activos fora do ambito do IFRS 7
Activos não correntes							
Investimentos em empresas do grupo e associadas	7.1	-	3.072.543.037	-	-	3.072.543.037	-
Outros investimentos disponíveis para venda	7.2	-	49.880	-	-	49.880	-
Outros activos não correntes	8	813.344.492	-	-	-	813.344.492	-
		813.344.492	3.072.592.917	-	-	3.885.937.409	-
Activos correntes							
Clientes	9	790.914	-	-	-	790.914	-
Outros devedores	10	78.136.738	-	-	-	78.136.738	-
Investimentos	13	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	14	130.514.092	-	-	-	130.514.092	-
		209.441.744	-	-	-	209.441.744	-
		1.022.786.236	3.072.592.917	-	-	4.095.379.153	-

Passivos Financeiros

31.Dezembro.2007							
	Nota	Passivos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Subtotal	Passivos fora do ambito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes							
Empréstimos obrigacionistas	19.1	-	-	497.000.804	497.000.804	-	497.000.804
		-	-	497.000.804	497.000.804	-	497.000.804
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	19.2	-	-	1.660.856	1.660.856	-	1.660.856
Empréstimos obrigacionistas	19.3	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	476.418	476.418	-	476.418
Outras dívidas a terceiros	20	-	-	47.534	47.534	-	47.534
Outros passivos correntes	22	82.340	-	5.190.369	5.272.709	1.689.688	6.962.397
		82.340	-	7.375.177	7.457.517	1.689.688	9.147.205
		82.340	-	504.375.981	504.458.321	1.689.688	506.148.009
31.Dezembro.2006							
	Nota	Passivos a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Subtotal	Passivos fora do ambito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes							
Empréstimos obrigacionistas	19.1	-	-	347.187.348	347.187.348	-	347.187.348
		-	-	347.187.348	347.187.348	-	347.187.348
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	19.2	-	-	260.500.000	260.500.000	-	260.500.000
Empréstimos obrigacionistas	19.3	-	-	74.777.291	74.777.291	-	74.777.291
Fornecedores	-	-	-	300.191	300.191	-	300.191
Outras dívidas a terceiros	20	-	-	112.760.596	112.760.596	-	112.760.596
Outros passivos correntes	22	-	2.355.000	4.857.092	7.212.092	2.985.229	10.197.321
		-	2.355.000	453.195.170	455.550.170	2.985.229	458.535.399
		-	2.355.000	800.382.518	802.737.518	2.985.229	805.722.747

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas ou erros materiais de exercícios anteriores.

6. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe das imobilizações corpóreas e respectivas amortizações era o seguinte:

Imobilizações corpóreas	31.Dezembro.2007				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	17.352	-	-	-	17.352
Equipamento de transporte	195.863	-	1.095	-	194.768
Equipamento administrativo	2.329.462	89.553	14.718	-	2.404.297
Outras imobilizações corpóreas	723	-	-	-	723
Total	2.543.400	89.553	15.813	-	2.617.140

Imobilizações corpóreas	31.Dezembro.2006				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	17.352	-	-	-	17.352
Equipamento de transporte	195.863	-	-	-	195.863
Equipamento administrativo	2.368.859	28.508	67.905	-	2.329.462
Outras imobilizações corpóreas	723	-	-	-	723
Total	2.582.797	28.508	67.905	-	2.543.400

Amortizações	31.Dezembro.2007				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	17.352	-	-	-	17.352
Equipamento de transporte	195.864	-	1.096	-	194.768
Equipamento administrativo	2.225.963	91.085	7.209	-	2.309.839
Outras imobilizações corpóreas	581	27	-	-	608
Total	2.439.760	91.112	8.305	-	2.522.567

Amortizações	31.Dezembro.2006				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	16.054	1.298	-	-	17.352
Equipamento de transporte	195.864	-	-	-	195.864
Equipamento administrativo	2.031.747	261.812	67.596	-	2.225.963
Outras imobilizações corpóreas	553	28	-	-	581
Total	2.244.218	263.138	67.596	-	2.439.760

7. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos investimentos disponíveis para venda era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Investimentos em empresas do grupo e associadas	2.567.891.338	3.072.543.037
Outros investimentos disponíveis para venda	49.880	49.880
	<u>2.567.941.218</u>	<u>3.072.592.917</u>

7.1 Investimentos em empresas do grupo e associadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2007						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências /cisão	Saldo final
Aglom Investimentos, SGPS, SA	-	11.589.141	-	11.589.141	-	-	-
Espmen - Investimentos Imobiliários, SA	-	6.152.894	-	-	-	(6.152.894)	-
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	-	106.686
Investalentejo, SGPS, SA	-	2.205.000	-	2.205.000	-	-	-
Resolução, SGPS, SA	100,00%	-	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Saúde Atlântica, SA	-	-	250.000	250.000	-	-	-
SC, SGPS, SA (d)	-	382.638.254	-	-	-	(382.638.254)	-
Sonae Distribuição, SGPS, SA (a) (c)	74,98%	1.690.800.661	-	-	-	-	1.690.800.661
Sonae Investimentos America Latina	99,99%	25.684	-	-	-	-	25.684
Sonae Investments, BV	100,00%	18.151	-	-	-	-	18.151
Sonae RE	0,04%	-	500	-	-	-	500
Sonae Sierra SGPS, SA (b)	50,00%	744.950.500	-	-	111.651.500	-	856.602.000
Sonaecom, SGPS, SA	0,01%	233.796.451	-	314.409.120	80.690.710	-	78.041
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	-	159.615
Sontel, BV	100,00%	100.000	-	-	-	-	100.000
Total		3.072.543.037	20.250.500	328.453.261	192.342.210	(388.791.148)	2.567.891.338

Empresa	31.Dezembro.2006						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências / cisão	Saldo final
Aglom Investimentos, SGPS, SA	100,00%	-	-	-	-	11.589.141	11.589.141
Espmen - Investimentos Imobiliários, SA	100,00%	-	6.152.894	-	-	-	6.152.894
Hospimob - Imobiliária, SA	0,00%	-	8.700.000	8.700.000	-	-	-
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	-	106.686
Investalentejo, SGPS, SA	49,00%	2.205.000	-	-	-	-	2.205.000
SC Insurance Risk Services, SGPS, SA	0,00%	-	-	14.532.524	-	14.532.524	-
SC, SGPS, SA (d)	100,00%	408.759.919	-	-	-	(26.121.665)	382.638.254
Sonae Distribuição, SGPS, SA (a) (c)	74,98%	1.647.342.970	84.649.022	214.410.953	173.219.622	-	1.690.800.661
Sonae Investimentos America Latina	99,99%	25.684	-	-	-	-	25.684
Sonae Investments, BV	100,00%	18.151	-	-	-	-	18.151
Sonae Sierra SGPS, SA (b)	50,00%	632.455.428	-	-	112.495.072	-	744.950.500
Sonae Turismo, SGPS, SA	0,00%	127.174.947	-	127.174.947	-	-	-
Sonaecom, SGPS, SA	12,72%	144.068.574	34.372.300	-	55.355.577	-	233.796.451
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	-	159.615
Sontel, BV	100,00%	-	100.000	-	-	-	100.000
Total		2.962.316.974	133.974.216	364.818.424	341.070.271	-	3.072.543.037

(a) - O justo valor desta participação é o preço da oferta pública de aquisição tendente ao domínio total realizada em 2006.

(b) - O valor de mercado foi determinado tendo por base a avaliação independente a 31 de Dezembro de 2007 dos activos detidos por esta filial, à qual foram deduzidas a correspondente dívida líquida e a quota parte de minoritários.

(c) - Anteriormente denominada Modelo Continente, SGPS, SA

(d) - Anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreu a cisão da participação financeira na SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA). A operação consubstanciou-se na transferência das totalidade das acções representativas do capital social da SC, SGPS, SA detidas pela Sonae, pelo seu valor contabilístico, 382.638.254 Euros, para uma nova sociedade (Sonae Capital, SGPS, SA) constituída na sequência da cisão simples e na atribuição aos accionistas da Sonae de todas as novas acções emitidas por aquela sociedade, tendo em consideração a relação estabelecida de a cada acção Sonae corresponder 0,125 de uma acção da Sonae Capital, SGPS, SA.

7.2 Outros investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros investimentos disponíveis para venda era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2007						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	-	49.880	-	-	-	-	49.880
Total		49.880	-	-	-	-	49.880

Empresa	31.Dezembro.2006						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	-	49.880	-	-	-	-	49.880
Eirles Three Junior Notes	-	33.715.091	-	30.317.580	(3.397.511)	-	-
Sonae Industria, SGPS, SA	-	6.400.000	-	5.002.410	(1.397.590)	-	-
Total		40.164.971	-	35.319.990	(4.795.101)	-	49.880

8. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Espmen - Investimentos Imobiliários, SA	-	7.105
Investalentejo, SGPS, SA	-	788.000
Sonae Capital, SGPS, SA	-	20.000.000
Sonae Investments, BV	881.826.699	792.400.040
Sontel, BV	<u>205.040.300</u>	<u>-</u>
	1.086.866.999	813.195.145
Cauções	4.183	7.744
Outros devedores	<u>-</u>	<u>141.603</u>
	<u><u>1.086.871.182</u></u>	<u><u>813.344.492</u></u>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e têm uma natureza de longo prazo.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea I) da nota 2.6. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

9. CLIENTES

O saldo de clientes respectivamente de 1.392.495 euros e 790.914 euros em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data de balanço, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

10. OUTRAS DIVÍDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe das outras dividas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Agloma Investimentos, SGPS, SA	-	1.246.000
Atlantic Ferries, SA	-	797.000
Elmo, SGPS, SA	-	4.008.000
Investalentejo, SGPS, SA	-	9.404.000
Nab - Sociedade Imobiliária, SA	-	148.000
Sonae Capital, SGPS, SA	-	44.225.280
Resolução, SGPS, SA	<u>63.177.260</u>	<u>-</u>
	63.177.260	59.828.280
Empresas do grupo - Juros:		
Investalentejo, SGPS, SA	-	18.281
Sonae Investments, BV	23.560.064	17.609.616
Sontel, BV	<u>5.872.627</u>	<u>-</u>
	92.609.951	77.456.177
Outros devedores		
Outros	<u>737.328</u>	<u>680.561</u>
	<u>93.347.279</u>	<u>78.136.738</u>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Pagamentos por conta	59.348	56.743
Retenções na fonte	<u>2.006.902</u>	<u>1.150.016</u>
	<u>2.066.250</u>	<u>1.206.759</u>

12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Acréscimos de proveitos	275.983	682.527
Custos diferidos	<u>245.246</u>	<u>175.693</u>
	<u>521.229</u>	<u>858.220</u>

13. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos investimentos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	<u>242.719</u>	<u>-</u>
	<u>242.719</u>	<u>-</u>

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Numerário	2.500	2.500
Depósitos bancários	<u>88.354.498</u>	<u>130.511.592</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>88.356.998</u>	<u>130.514.092</u>
Descobertos Bancários (Nota 19.2)	<u>1.660.856</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>86.696.142</u>	<u>130.514.092</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 a sociedade detinha depósitos bancários de curto prazo no valor de 88.330.000 euros que foram resgatados em princípios de 2008.

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sociedade.

16. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe das acções próprias era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Acções próprias - valor nominal	-	132.806.072
Acções próprias - descontos e prémios	<u>-</u>	<u>5.238.291</u>
	<u>-</u>	<u>138.044.363</u>

Em 31 de Maio de 2007, a Empresa adquiriu 50.000 acções Sonae SGPS, SA, pelo montante de 106.000 euros.

Em 15 de Novembro de 2007, a Empresa procedeu à alienação de 132.856.072 acções Sonae SGPS, SA pelo valor de 273.398.877 euros.

17. RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2007 e 2006 transferiu, respectivamente, para esta rubrica resultados no valor de 3.256.902 euros e 4.902.754 euros.

18. RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Reservas livres	424.699.965	526.962.310
Reserva nos termos do artº 324 do CSC	-	139.243.694
Reserva de cobertura	162.774	-
Reserva de justo valor	<u>730.528.037</u>	<u>540.120.826</u>
	<u>1.155.390.776</u>	<u>1.206.326.830</u>

Os movimentos ocorridos em 2007 e em 2006 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

Nos termos do projecto de cisão da participação da Sonae Capital, SGPS, SA as reservas livres da Empresa foram reduzidas pelo montante de 382.638.254 euros (Nota 7.1).

As reservas de cobertura reflectem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As reservas de justo valor correspondem as variações de justo valor de instrumentos financeiros classificados como activos disponíveis para venda.

19. EMPRÉSTIMOS
19.1 Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

Empréstimo obrigacionista Sonae / 05 no valor de 100.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 31 de Março de 2013; a taxa de juro corresponde à Euribor de 6 meses acrescida de 0,875% e os juros serão pagos semestralmente.

Empréstimo obrigacionista Sonae 2006/2011 no valor de 250.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 10 de Maio de 2011; a taxa de juro corresponde à Euribor de 6 meses acrescida de 0,65% e os juros serão pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo nas 6ª e 8ª datas de pagamento de juros.

Durante o ano de 2007 a Sonae SGPS procedeu à emissão do seguinte empréstimo:

Empréstimo obrigacionista Sonae 2007/2014 no valor de 150.000.000 euros, reembolsável ao fim de 7 anos, numa única prestação em 11 de Abril de 2014; a taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de 0,6% e os juros serão pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros.

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	500.000.000	350.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(2.999.196)</u>	<u>(2.812.652)</u>
	<u>497.000.804</u>	<u>347.187.348</u>

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que vencem juros a taxas variáveis e de mercado.

19.2 Empréstimos bancários de curto prazo

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Papel comercial (a)	-	260.500.000
Descobertos Bancários (Nota 14)	<u>1.660.856</u>	<u>-</u>
	<u>1.660.856</u>	<u>260.500.000</u>

(a) Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo, por subscrição particular, lançado em 23 de Agosto de 2004, válido por um período de 10 anos com possibilidade de prorrogação por iniciativa da empresa, com um montante máximo de 350.000.000 euros.

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que vencem juros a taxas variáveis e de mercado.

19.3 Empréstimos obrigacionistas - parcela de curto prazo

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Valor nominal do empréstimo obrigacionista	-	74.819.685
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>-</u>	<u>(42.394)</u>
	<u>-</u>	<u>74.777.291</u>

Os empréstimos acima referidos não se encontram garantidos e o seu justo valor é considerado como estando próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que vencem juros a taxas variáveis e de mercado.

O empréstimo obrigacionista Sonae / 97 foi reembolsado ao par, em Outubro de 2007.

19.4 Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>		<u>31.Dezembro.2006</u>	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	1.660.856	27.201.742	335.319.685	21.407.958
N+2	-	27.029.926	-	19.050.542
N+3	-	27.029.926	-	18.967.326
N+4	250.000.000	20.365.465	-	18.967.326
N+5	-	13.794.400	250.000.000	12.280.715
após N+5	250.000.000	14.944.175	100.000.000	8.515.625

20. OUTRAS DIVÍDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe das outras dividas a terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Empresas do grupo:		
Box Lines - Navegação, SA	-	891.000
Cinclus-Planeamento Gestão de Projectos, SA	-	2.850.000
Interlog, SGPS, SA	-	18.977.000
Sonaecom, SGPS, SA	-	90.000.000
Accionistas curto prazo - Lucros disponíveis	40.862	35.737
Outros credores	6.672	6.859
	<u>47.534</u>	<u>112.760.596</u>

Os empréstimo recebidos de empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Imposto estimado	262.878	12.948
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	717.673	47.524
Trabalho independente	30.840	821
Capitais	419.043	215.103
Outros rendimentos	1.047	1.013
Imposto sobre o valor acrescentado	107.241	133.023
Contribuições para a segurança social	49.687	47.355
Imposto de selo	60	75
	<u>1.588.469</u>	<u>457.862</u>

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.637.700	2.975.976
Juros a liquidar	5.190.369	4.857.092
Venda de opção de compra sobre acções	-	2.355.000
Outros	134.328	9.253
	<u>6.962.397</u>	<u>10.197.321</u>

23. PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	1.776.135	1.776.135
por processos judiciais em curso	355.199	355.199
outras	-	40.000.000

24. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Vencíveis em:		
2007 renovável automaticamente	-	265.836
2008 renovável automaticamente	282.021	-
2007	-	70.138
2008	106.455	61.815
2009	87.728	41.539
2010	70.190	29.983
2010	21.113	-
	<u>567.507</u>	<u>469.311</u>

25. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	<u>Empresas do grupo e associadas</u>	
	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
<u>Transacções</u>		
Prestação de serviços	2.305.141	1.800.067
Compras e serviços recebidos	1.991.785	1.082.441
Juros auferidos	70.650.831	32.153.152
Juros suportados	5.546.866	8.712.350
Dividendos recebidos (Nota 32)	76.848.426	53.613.493
Alienação investimentos financeiros	224.823.745	280.102.275
Aquisição investimentos financeiros	50.500	-
Alienação imobilizado incorpóreo	-	75.000.000
<u>Saldos</u>		
Contas a receber	31.266.265	19.220.640
Contas a pagar	255.568	1.005.725
Empréstimos obtidos	-	112.718.000
Empréstimos concedidos	1.150.044.259	873.023.425

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as filiais da Efanor Investimentos, SGPS, SA incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA .

Em 2007 e 2006, não ocorreram transacções com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os montantes de 2.305.141 euros e 1.800.067 euros relativos a 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, respectivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

27. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros proveitos operacionais era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Proveitos suplementares	175.269	152.373
Ganho na alienação de marca	-	74.999.997
Outros	233.966	7.666
	<u>409.235</u>	<u>75.160.036</u>

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Subcontratos	1.024.665	218.623
Combustíveis	36.450	32.251
Livros e documentação técnica	10.725	15.043
Material de escritório	26.548	26.326
Rendas e alugueres	403.246	347.555
Despesas de representação	57.794	40.482
Comunicação	244.065	221.597
Seguros	187.797	202.484
Deslocações e estadas	178.155	157.553
Honorários	198.997	47.665
Contencioso e notariado	7.853	10.256
Conservação e reparação	36.555	28.170
Publicidade e propaganda	8.058	33.286
Limpeza higiene e conforto	14.134	13.130
Trabalhos especializados	949.464	779.651
Outros fornecimentos e serviços	309.934	243.195
	<u>3.694.440</u>	<u>2.417.267</u>

29. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos custos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Remunerações dos órgãos sociais (a)	3.101.581	2.000.973
Remunerações do pessoal	2.822.923	2.471.989
Encargos sobre remunerações	509.057	435.292
Outros custos com o pessoal	208.977	115.546
	<u>6.642.538</u>	<u>5.023.800</u>

(a) Inclui pagamentos antecipados não recorrentes dos planos de remuneração diferida baseados em acções.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o número de trabalhadores ao serviço da Sociedade era de 62 e 60, respectivamente.

30. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos outros custos operacionais era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Donativos	25.060	120.441
Impostos	441.920	276.383
Perdas em imobilizações	278	233
Outros custos operacionais	<u>154.669</u>	<u>175.703</u>
	<u>621.927</u>	<u>572.760</u>

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos resultados financeiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(70.241)	(34.318)
Relativos a obrigações não convertíveis	(25.564.393)	(15.609.751)
Outros	(14.772.621)	(10.861.450)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(844)	(22)
Ineficácias de cobertura	-	-
Variação de justo valor	(14.062)	-
Encargos com emissão de dívida	(633.265)	(592.668)
Outros custos e perdas financeiras	<u>(690.366)</u>	<u>(818.870)</u>
	<u>(41.745.792)</u>	<u>(27.917.079)</u>
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	71.614.358	36.121.077
Variação de justo valor	81.722	-
Diferenças de câmbio favoráveis	205	-
	<u>71.696.285</u>	<u>36.121.077</u>
Resultados financeiros	<u>29.950.493</u>	<u>8.203.998</u>

32. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Dividendos recebidos (Nota 27)	76.848.426	53.613.493
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	<u>(81.697.261)</u>	<u>(65.349.636)</u>
	<u>(4.848.835)</u>	<u>(11.736.143)</u>

Os dividendos foram recebidos das filiais Sonae Sierra, SGPS, SA (14.793.870 euros), Modelo Continente, SGPS, SA (61.858.561 euros) e Agloma Investimentos, SGPS, SA (195.995 euros).

A rubrica Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos corresponde, maioritariamente às perdas geradas na alienação de investimentos. É de destacar a relativa à alienação a uma filial de 12,7% Sonaecom, SGPS, SA (82.188.375 euros).

O valor de ganhos e perdas na alienação de investimentos inclui o montante de 78.941.388 euros relativos a variações negativas de justo valor anteriormente registadas na rubrica Reservas de justo valor que em resultado da alienação de participações financeiras foi transferido para resultado do exercício.

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 262.882 euros e 12.949 euros em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, respectivamente.

33.1 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2007</u>	<u>31.Dezembro.2006</u>
Resultado antes de Imposto	16.766.017	65.150.993
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável	(359.980)	40.289.011
Matéria colectável	16.406.037	105.440.004
Utilização reportes fiscais	(16.406.037)	(105.440.004)
Matéria colectável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Tributações autónomas	16.791	12.949
Derrama	246.091	-
Imposto do exercício	<u>262.882</u>	<u>12.949</u>
Taxa média efectiva de imposto	<u>1,568%</u>	<u>0,020%</u>

33.2 Reportes fiscais

	<u>31.Dezembro.2007</u>		<u>31.Dezembro.2006</u>	
	Prejuízo	Data limite	Prejuízo	Data limite
	fiscal	de utilização	fiscal	de utilização
Gerados em 2002	318.627.117	2008	335.033.154	2008
	<u>318.627.117</u>		<u>335.033.154</u>	

Em 31 de Dezembro de 2007 não foram registados activos por impostos diferidos relativamente a estes prejuízos fiscais, face à incerteza da recuperação dos mesmos.

34. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	16.503.135	65.138.044
Efeito das acções potenciais		
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>16.503.135</u>	<u>65.138.044</u>
Numero de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.883.606.633	1.866.382.294
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.883.606.633</u>	<u>1.866.382.294</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	<u>0,008761</u>	<u>0,034901</u>

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae, SGPS, SA, pelo que não existe diluição dos resultados.

35. AQUISIÇÃO/(ALIENAÇÃO) DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As aquisições e alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2007 e 2006 foram as seguintes:

Empresas	31 de Dezembro de 2007			
	Alienações		Aquisições	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Sonaecom, SGPS, SA	232.220.745	232.220.745	-	-
Aglom Investimentos, SGPS, SA	15.454.000	15.454.000	-	-
Investalentejo, SGPS, SA	49.000	49.000	-	-
Saúde Atlântica, SA	250.000	250.000	-	-
Resolução, SGPS, SA	-	-	20.000.000	20.000.000
Sonae RE	-	-	500	500
	<u>247.973.745</u>	<u>247.973.745</u>	<u>20.000.500</u>	<u>20.000.500</u>

Empresas	31 de Dezembro de 2006			
	Alienações		Aquisições	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Eirles Three Junior Notes	33.715.075	33.715.075		
Espmen - Investimentos Imobiliários, SA	-	-	6.152.894	6.152.894
Hospimob - Imobiliária, SA	21.034.800	21.034.800	8.700.000	8.700.000
Sonae Distribuição, SGPS, SA (b)	108.240.000	108.240.000	84.649.022	84.649.022
SC Insurance and Risk Services, SGPS, SA	37.500.000	37.500.000	-	-
Sonae Indústria, SGPS, SA	7.350.000	7.350.000	-	-
Sonae Turismo, SGPS, SA (a)	127.012.275	91.795.896	-	-
Sonaecom, SGPS, SA	-	-	34.372.300	34.372.300
Sontel, BV	-	-	100.000	100.000
	<u>334.852.150</u>	<u>299.635.771</u>	<u>133.974.216</u>	<u>133.974.216</u>

(a) Na alienação da Sonae Turismo, SGPS, SA o valor de 35.216.379 euros não foi recebido, já que respeitava a capital subscrito e ainda não realizado.

(b) - Anteriormente denominada Modelo Continente, SGPS, SA

Na rubrica Recebimentos de investimentos financeiros, na demonstração de fluxos de caixa, estão incluídos 102.540 euros (226.300.923 euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos à alienação de participações em exercícios anteriores.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 3 de Março de 2008 o administrador Luiz Felipe Lampreia renunciou ao cargo de membro de Conselho de Administração da Sociedade.

37. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 3 de Maio de 2007 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,03 euros por acção os quais foram pagos no dia 30 de Maio de 2007, correspondendo a um valor total de 55.997.442,84 euros.

Relativamente ao exercício de 2008, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,03 euros por acção, o valor total de dividendos a pagar será de 60.000.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Março de 2008. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

39. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sontel, BV
Sonae Investments, BV

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Interlog, SGPS, SA
Investalentejo, SGPS, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA
Público - Comunicação Social, SA
Resolução, SGPS, SA
SC - Engenharia e Promoção Imobiliária, SA
SC - Sociedade de Consultadoria, SA
SC Insurance and Risk Services, SGPS, SA
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Distribuição, SGPS, SA

Sonae Investments, BV
Sonae Turismo, SGPS, SA
Todos os Dias - Com.a Retalho e Expl. De Centros Comerciais, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2007 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

Empresas	Saldo final
Resolução, SGPS, SA	63.177.260
Sontel, BV	205.040.300
Sonae Investments, BV	881.826.699
	<u>1.150.044.259</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2007 eram nulas.

O Conselho de Administração

Belmiro de Azevedo

Álvaro Cuervo Garcia

Belmiro de Azevedo (em representação de Luiz Lampreia)

Michel Marie Bom

José Neves Adelino

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Sonae, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual em 31 de Dezembro de 2007 (que evidenciam um total de 7.026.162.087 Euros e 3.840.833.943 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 1.617.981.452 Euros e 3.333.097.465 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 284.044.038 Euros e um resultado líquido individual de 16.503.135 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 17 de Março de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de
Sonae SGPS, S.A.

1 – Relatório

1.1 - Introdução

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação este Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Sonae SGPS, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

Ao longo do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou a evolução da actividade da Sociedade e das suas principais participadas, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e da função de auditoria interna, tendo efectuado reuniões com a periodicidade e extensão que considerou adequadas e, nas circunstâncias, sempre obteve da Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos para a devida compreensão das mutações patrimoniais e dos resultados. Procedeu, ainda, à fiscalização da preparação e divulgação da informação financeira, bem como à revisão da exactidão dos documentos de prestação de contas, por forma a assegurar que os mesmos satisfazem a correcta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal apreciou os termos relativos à concretização de uma operação de cisão simples da Sociedade tendo, para o efeito, emitido o seu parecer favorável e examinou os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidada e individual dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

Adicionalmente procedeu à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007, exerceu as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução das funções do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras consolidada e individual, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Declaração nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas Demonstrações Financeiras consolidada e individual foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 26 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Arlindo Dias Duarte Silva

Jorge Manuel Felizes Morgado

SAFE HARBOUR

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura. do futuro. Nós não nos comprometemos a actualizar quaisquer informações ou declarações acerca do futuro.

Relatório disponível na página Institucional da Sonae na Internet
www.sonae.pt

Contactos para os Media e Investidores

Martim Avillez
Responsável pela Marca e Relações Institucionais
Matim.avillez@sonae.pt
Tel: 351 22 010 4731

Patrícia Mendes
Responsável pela Relação com Investidores
patricia.mendes@sonae.pt
Tel: 351 22 010 4794

Sonae SGPS encontra-se admitida à negociação na Euronext Lisboa. Esta informação pode ser obtida na Reuter com o símbolo SONP.IN e na Bloomberg com o símbolo SONPL.

Sonae SGPS, SA
Lugar do Espido Via Norte
4471-909 Maia
Portugal
Tel.: +351 22 9487522
Fax: +351 22 940 4634